

**MARIA CRISTINA DE QUEIROZ NOBRE**

**MODERNIZAÇÃO DO ATRASO: A HEGEMONIA BURGUESA DO CIC  
E AS ALIANÇAS ELEITORAIS DA “ERA TASSO”**

**FORTALEZA**

**FEVEREIRO DE 2008**

MARIA CRISTINA DE QUEIROZ NOBRE

MODERNIZAÇÃO DO ATRASO: A HEGEMONIA BURGUESA DO CIC  
E AS ALIANÇAS ELEITORAIS DA “ERA TASSO”

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia, tendo como orientadora a Professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho e co-orientador o Professor Dr. Lucio Fernando Oliver Costilla.

**FORTALEZA**

**FEVEREIRO DE 2008**

MARIA CRISTINA DE QUEIROZ NOBRE

MODERNIZAÇÃO DO ATRASO: A HEGEMONIA BURGUESA DO CIC E AS  
ALIANÇAS ELEITORAIS DA “ERA TASSO”

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará – UFC  
Orientadora e Presidente da Banca

---

Professor Dr. Lucio Fernando Oliver Costilla  
Universidade Autônoma do México – UNAM  
Co-orientador e Membro Externo

---

Professor Dr. Jawdat Abu-El-Haj  
Universidade Federal do Ceará – UFC  
Membro Interno

---

Professor Dr. Carlos Américo Leite Moreira  
Universidade Federal do Ceará – UFC  
Membro Interno

---

Professora Dra. Elaine Rossetti Behring  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ  
Membro Externo

25 DE FEVEREIRO DE 2008.

*In memoriam:*  
Francisco Élder Freitas Nobre  
(1985-2006)

“Veja o sol dessa manhã tão cinza:  
A tempestade que chega é da cor dos seus  
Olhos castanhos  
Então me abraça forte  
E me diz mais uma vez  
Que já estamos distantes de tudo:  
Temos nosso próprio tempo.

Não tenho medo do escuro,  
Mas deixe as luzes acesas agora,  
O que foi escondido é o que se escondeu,  
E o que foi prometido,  
Ninguém prometeu.

Nem foi tempo perdido;  
Somos tão jovens”

(Tempo Perdido - Legião Urbana)

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa, ainda que marcado por momentos solitários, só foi possível pela contribuição de muitas pessoas queridas, dentre familiares, amigos, colegas de trabalho e de estudos, professores. Neste momento, registro minha gratidão e afeto a aqueles que mais de perto acompanharam esse longo percurso que viabilizou a sistematização deste produto.

Minha imensa e fraterna família que, num aprendizado coletivo, tem me mostrado ser possível enfrentar os desafios da vida com serenidade e coragem.

Lalá, quem mais de perto acompanhou as angústias e as descobertas da pesquisa, por suas lições de política e de vida em mais de uma década de afeto, amizade e companheirismo.

Sandra Helena, por seus estímulos, inúmeros gestos de confiança e diálogos que me empurraram do começo até os últimos momentos, além da impecável revisão do trabalho.

Aurineida, por sua amizade e provocações teórico-metodológicas em nossa longa caminhada de militância na UECE.

Lúcio Oliver Costilla, querido mestre, pelo rico aprendizado que tem me proporcionado há mais de uma década de debates e descobertas teóricas, além do “brasileiríssimo” acolhimento durante minha estadia no México.

Amigos que me apoiaram na “correria” dos últimos instantes, me proporcionando afagos e toda a infra-estrutura para a defesa da tese: Patrícia, Roges, Wellington, Claudinha, Noélia, André, Niobe, Tati, Fernandinha, Olívia, Andréa e Adinari.

Raylene e Rafaela, pela participação imprescindível no momento da pesquisa documental como auxiliares de pesquisa.

Colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e do LEMARX, especialmente minha orientadora Alba Carvalho, pelos instigantes debates provocados ao longo de nosso percurso no doutorado.

Companheiras e companheiros de militância no CRESS e no movimento docente da UECE; colegas professores, estudantes e funcionários do Curso de Serviço Social, por compreenderem meus momentos de ausência.

UECE, que me possibilitou o período de afastamento para conclusão do doutorado; FUNCAP, pelo apoio com bolsa de pesquisa; CAPES, pelas condições que viabilizaram o Estágio de Doutorado no México; UNAM, pela oportunidade do intercâmbio acadêmico.

## RESUMO

A “Era Tasso” caracteriza um momento ímpar da história política do Ceará e sua compreensão como fenômeno social abre também as possibilidades para se pensar o Brasil contemporâneo. Este estudo busca captar a particularidade da política neste Estado federativo nas últimas décadas, considerando a “Era Tasso” como um novo ciclo de hegemonia burguesa: particularidade histórica da política cearense inserida em um processo de caráter nacional, antecipando a hegemonia neoliberal no Brasil. A partir de Gramsci toma-se este ciclo de hegemonia burguesa enquanto “critério metodológico” para desvelar a realidade cearense das últimas décadas: um período experimental de modernização econômica e política de caráter conservador que encarna uma época histórica, a da convergência contraditória do processo democrático brasileiro dos anos 1980 com a inserção do país na mundialização do capital nas décadas seguintes. A partir do resgate da teoria gramsciana da Hegemonia com as categorias de “hegemonia”, “revolução passiva”, “transformismo” e “Estado” desenvolve-se uma reflexão sobre a política, privilegiando, de modo exclusivo, seus momentos de processos eleitorais, o que permite configurar a “Era Tasso” como um ciclo de hegemonia político-cultural e econômica com extraordinária força eleitoral. As alianças eleitorais, estabelecidas pela elite empresarial do CIC que suporta a “Era Tasso”, são, assim, o fio condutor desse estudo. Através de pesquisa documental e de jornais, apresentam-se as várias campanhas eleitorais de todo o ciclo de hegemonia (1986, 1990, 1994 e 1998), captando a dinâmica de constituição das alianças, o perfil e o comportamento político-partidário dos deputados aliados eleitorais da elite empresarial, bem como a força resistente dos clãs familiares na política cearense. Resta evidente o esforço da nova elite em se constituir como alternativa política tanto aos setores mais atrasados da política, como aos partidos e movimentos sociais de esquerda que lhes fizeram oposição, consolidando sua força no apoio, cada vez mais, dos setores oligárquicos com forte poder na tradição política local. Para tanto, estabelece-se ainda um debate com autores clássicos, como Faoro (2001) e Leal (1997), e, ao mesmo tempo, com estudiosos contemporâneos que têm analisado esse aspecto geral da realidade política brasileira. A “Era Tasso”, enfim, aparece como um novo ciclo de hegemonia que se constituiu a partir de uma “transição pelo alto”, renovando a política

cearense, ao mesmo tempo em que restabeleceu diversos elementos da política tradicional: um novo ciclo hegemônico que possibilitou uma recomposição de forças das classes dominantes em um momento de grande mobilização social.

PALAVRAS-CHAVES: ESTADO; “ERA TASSO”, POLÍTICA, HEGEMONIA NEOLIBERAL, CEARÁ.□



## ABSTRACT

The “Tasso Era” shapes up a unique moment within the political history of the State of Ceara, and one’s understanding of this social phenomenon will also help with an analysis of Brazil today. This work aims at grasping a particular political aspect in this federative state, encompassing late decades, and taking into account the “Tasso Era” as a new cycle of bourgeois hegemony: a historical detailed aspect of politics in the state that anticipates the neoliberal hegemony in Brazil. Leaning on Gramsci, the author approaches that bourgeois hegemonic cycle, considering its “methodological criterion”, to uncover the actual situation in the state as seen in late decades: an experimental period of economic and political modernization, supported by politics of a conservative nature, that gives bodily form to a historical epoch, namely, a conflicting convergence within Brazilian democratic process in the 80’s leading to the country’s insertion in the world of capital dominance seen in the following decades. Starting from a redefining of Gramsci’s theory of Hegemony and his categories of “hegemony”, “passive revolution”, “transformism” and “State”, the author develops a reflection about politics highlighting, not in an exclusive way, its instances of political processes, which allows one to configure the “Tasso Era” as a political, cultural and economic hegemonic cycle of major electoral force. Electoral alliances that were established by CIC’s entrepreneurial elite and give support to the “Tasso Era” are, therefore, the leading thread for this work. By means of research of documents and newspapers, the several electoral campaigns of the hegemonic cycle (1986, 1990, 1994 and 1998) are presented by the author, and the inner workings of alliances, the political-party behavior of representatives associated with the entrepreneurial elite and the resisting force of state political family groups were captured. It remains evident that the new elite is trying hard to present itself as a political option not only to backward sectors of the political spectrum but also to left-wing parties and social movements that once opposed it, thus consolidating its strength on growing supporting from oligarchic sectors that derive their power from local political tradition. The author analyses classical works, such as Faoro and Leal, as well as contemporary studies that have approached this general aspect of the political Brazilian reality. Therefore, the “Tasso Era” presents itself as a new hegemonic cycle that shaped itself from a “change from above” and renewed the political process in

the state of Ceara and at the same time reestablished several elements of traditional politics: a new hegemonic cycle that promoted a reshape of forces within the dominant classes at a time of huge social mobilization.

KEYWORDS: STATE, "TASSO ERA", POLITICAL, NEOLIBERAL HEGEMONY, CEARA.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I: A “ERA TASSO” COMO UM CICLO DE HEGEMONIA .....</b>	<b>30</b>
1.1. O Estado Capitalista e os Ciclos de Hegemonia .....	34
1.1.1. A Política no Capitalismo, os Processos Eleitorais e os Ciclos de Hegemonia .....	46
1.2. Elementos de Definição da “Era Tasso” como um Ciclo de Hegemonia .....	54
1.2.1. O Papel da Mudança Econômica no Projeto Hegemônico da “Era Tasso” .....	58
1.2.2. “Transformismo”: elemento determinante da “Era Tasso” como ciclo de hegemonia político-cultural .....	78
<b>CAPÍTULO II: A VITÓRIA ELEITORAL DE 1986 E SEU SIGNIFICADO NA HISTÓRIA POLÍTICA CEARENSE .....</b>	<b>92</b>
2.1. As Diferenciações na Elite Cearense e a Organização Política do Grupo Empresarial do CIC .....	100
2.2. A Redemocratização, a Crise dos “Coronéis” e a Produção da Candidatura Tasso .....	117
2.3. As Forças Sociais de Esquerda no Quadro Político da Redemocratização no Ceará: divergências que se refletiram na candidatura Tasso .....	130
2.4. Os Segmentos Intelectuais e Políticos das Classes Médias e o Movimento Pró-Mudança: o importante apoio à candidatura Tasso .....	135
<b>CAPÍTULO III: OS ALIADOS ELEITORAIS DA “ERA TASSO” .....</b>	<b>144</b>

3.1. As Campanhas e a Formação das Alianças Eleitorais .....	148
3.1.1. A Campanha de 1986: as elites empresariais do CIC se alinham aos setores democráticos e frações das oligarquias .....	148
3.1.2. A Campanha de 1990: as elites empresariais buscam consolidar uma base própria de apoio .....	161
3.1.3. As Campanhas de 1994 e 1998: a hegemonia da elite empresarial se apóia cada vez mais nos segmentos oligárquicos e nos clãs políticos familiares ...	172
3.2. O Perfil e o Comportamento Político dos Aliados Eleitorais: “velhos” sujeitos políticos na “nova política” da elite empresarial do CIC .....	180
<b>CAPÍTULO IV: A FORMA PARTICULAR DE HEGEMONIA DA ELITE EMPRESARIAL NA “ERA TASSO” .....</b>	<b>222</b>
4.1. A Dinâmica Política dos “Governos das Mudanças”: particularidades na relação com os aliados eleitorais e a sociedade .....	228
4.2. Fatores Históricos e Contemporâneos da Política Brasileira e Cearense: determinações da hegemonia da elite empresarial .....	254
<b>UMA SÍNTESE ANALÍTICA: A TÍTULO DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>276</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>294</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>309</b>

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 01: Governador Eleito e Melhor Colocado nas Eleições do Ceará – 1990 A 1998 .....	78
Tabela 02: Número de Parlamentares Eleitos no Ceará pelo PMDB em 1986 e pelo PSDB de 1990 a 1998 .....	80
Tabela 03: Número de Parlamentares Eleitos em Coligações com o PMDB em 1986 e com o PSDB de 1990 a 1998 .....	82
Tabela 04: Número de Prefeitos Eleitos pela Legenda do PSDB no Ceará – 1992 a 2000 .....	84
Gráfico 01: Proporção de Municípios com Vitória dos Candidatos da “Era Tasso” .....	85
Tabela 05: Eleições Governo do Ceará - 2002 - 2º Turno .....	87
Tabela 06: Prefeitos Eleitos pela Legenda do PSDB e PSB nas Eleições Municipais no Ceará – 2000 e 2004 .....	90
Tabela 07: Eleições para o Governo do Ceará – 1986 .....	149
Tabela 08: Eleições para Governo do Ceará – 1990 .....	162
Tabela 09: Eleições Governo do Ceará – 1994 .....	175
Tabela 10: Eleições Governo do Ceará – 1998 .....	177
Tabela 11: Profissão/Ocupação dos Dep. Estaduais Aliados da “Era Tasso” .....	185
Tabela 12: Profissão/Ocupação dos Dep. Estaduais Aliados da “Era Tasso”, por Período Eleitoral (de 1986 a 1998) .....	186
Tabela 13: Número de Mandatos dos Dep. Estaduais Aliados Assumidos Durante a “Era Tasso”, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	188
Tabela 14: Número de Mandatos dos Dep. Estaduais Aliados Assumidos Antes da “Era Tasso”, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	189
Tabela 15: Número de Mandatos dos Dep. Estaduais Aliados	

Assumidos Depois da “Era Tasso”, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	190
Tabela 16: Número Total de Mandatos dos Dep. Estaduais Aliados da “Era Tasso” Assumidos em Períodos Diversos .....	190
Tabela 17: Existência ou não de Cargos e/ou Outros Mandatos Além de Dep. Estadual dos Aliados da “Era Tasso”, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	191
Tabela 18: Aliados da “Era Tasso” com Cargos Ocupados e/ou Outros Mandatos Além de Dep. Estadual, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	192
Tabela 19: Cargos Ocupados e/ou Outros Mandatos Exercidos pelos Aliados da “Era Tasso” Além de Dep. Estadual, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	193
Tabela 20: Posição dos Dep. Estaduais Aliados da “Era Tasso” que Pertencem a Clãs Políticos Familiares .....	196
Tabela 21: Posição dos Dep. Estaduais Aliados da “Era Tasso” no Clã Político Familiar, por Período Eleitoral (1986 a 1998) .....	198
Tabela 22: Cargos Ocupados por Antecessores dos Dep. Estaduais da “Era Tasso” Pertencentes a Clãs Políticos Familiares (de 2 <sup>a</sup> . à 5 <sup>a</sup> . Geração), em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	200
Tabela 23: Cargos Ocupados por Antecessores dos Dep. Estaduais da “Era Tasso” Pertencentes a Clãs Políticos Familiares (de 2 <sup>a</sup> . à 5 <sup>a</sup> . Geração) .....	201
Tabela 24: Cargos Ocupados por Antecessores dos Dep. Estaduais da “Era Tasso” Pertencentes a Clãs Políticos Familiares, por Período Eleitoral (1986 a 1998), em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	202
Tabela 25: Cargos Ocupados por Herdeiros de Dep. Estaduais da “Era Tasso” Pertencentes a Clãs Políticos Familiares de Várias Gerações, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	203
Tabela 26: Cargos Ocupados por Herdeiros de Dep. Estaduais da “Era Tasso” Pertencentes a Clãs Políticos Familiares, por Período Eleitoral (1986 a 1998), em Relação ao Total de Deputados Aliados	

de Cada Período .....	206
Tabela 27: Profissão/Ocupação dos Dep. Estaduais Aliados da “Era Tasso” .....	207
Tabela 28: Partidos dos Dep. Estaduais Aliados no Período Anterior a “Era Tasso”, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	208
Tabela 29: Mudanças de Partidos dos Dep. Estaduais da “Era Tasso”, por Período Eleitoral, em Relação ao Total de Deputados Aliados .....	208
Tabela 30: Numero de Prefeitos Eleitos por Cidade nas Eleições de 1988 a 2004 .....	211
Tabela 31: Municípios com Dominância de Lideranças Locais nas Eleições de 1988 a 2004 .....	212
Tabela 32: Número de Mandatos de Lideranças Locais nas Eleições de 1988 a 2004 .....	213
Tabela 33: Número de Municípios com Dominância de Clãs Familiares na “Era Tasso” (Eleições de 1988 a 2002) .....	214
Tabela 34: Número de Mandatos por Clã Familiar nas Eleições de 1988 a 2004 .....	214
Tabela 35: Transferências Partidárias de Clãs Familiares nas Eleições Municipais de 1988 a 2004 .....	216
Tabela 36: Transferências Partidárias de Lideranças Locais com Três Mandatos (1988 a 2004) .....	217
Tabela 37: Partidos de Lideranças dos Municípios onde Houve mais de uma Derrota Eleitoral da Elite Empresarial .....	218
Quadro 01: Amostra dos Aliados da “Era Tasso” (Deputados Estaduais Eleitos no Período de 1986 a 1998) .....	294
Quadro 02: Prefeitos Eleitos no Ceará em 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004 .....	296
Quadro 03: Municípios com mais de uma Derrota de Candidatos da “Era Tasso” .....	308

## INTRODUÇÃO

A eleição de Tasso Jereissati para o governo do Ceará, em 1986, inaugurou um novo ciclo de hegemonia burguesa neste Estado federativo. Este ciclo inclui, além de suas três administrações (1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002), a de Ciro Gomes (1991-1994). Todas se caracterizaram por buscar estabelecer novas situações para a acumulação capitalista no Ceará, em sintonia com a mundialização do capital e com os processos de contra-reforma do Estado<sup>1</sup>, como governos amparados em determinadas bases sociais e políticas. Tratou-se, assim, não apenas da continuidade no poder de um mesmo grupo e de seus aliados – o que, por si só, é de suma importância para qualificá-lo como um ciclo de hegemonia político-partidária. De fato, esse período da história política cearense caracterizou-se, sobretudo, pela realização de um determinado projeto governamental, quer dizer, da concretização de idéias e propostas na forma de políticas, projetos e ações de governo, que tiveram ampla ressonância na sociedade, e estavam voltados para a

---

<sup>1</sup> Utilizo o termo “contra-reforma do Estado” para designar os processos de ajustes do Estado capitalista que foram inspirados no neoliberalismo e respondem às necessidades da acumulação do capital na fase atual de mundialização. Incorporo, dessa forma, a proposição de Elaine Behring de que estamos diante de um retrocesso social, quer dizer, trata-se de um conjunto de ações político-administrativas que beneficiaram a poucos em detrimento da grande maioria. Nesse sentido, “Esta caracterização relaciona-se ao abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira nos anos 1990. Na verdade, a auto-referência dos apologistas, os quais insistem em apontar o projeto da era FHC como reforma, é uma espúria e ideológica ressemantificação. Cabe lembrar que este é um termo que ganha sentido no debate do movimento operário socialista, melhor dizendo, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva a equidade” (2003: 22). Alba Carvalho, com outros termos, mas mantendo a mesma tendência de recusa da idéia de Reforma do Estado, assim expressa esse processo: “A rigor, este Estado Ajustador emerge dos processos que os ideólogos do ajuste brasileiro cunharam como ‘REFORMA DO ESTADO’ para designar processos de ‘reformatação’ ou ‘redesenho’ do Estado para adaptá-lo aos fluxos mundializados do capital, ajustando às suas exigências estratégicas”. (2005: 05).



modernização econômica e política. Em verdade, a chamada “Era Tasso”<sup>2</sup> configura um novo projeto político<sup>3</sup>.

A partir daquela instância da sociedade política, e do desdobramento de seu projeto governamental na sociedade civil, foi se consolidando uma hegemonia político-cultural: aceitação social, para além do consenso imediato e disperso proporcionado pela via eleitoral, produzindo, ao mesmo tempo, outros tipos de controle e de domínio sobre as massas e os opositores ao projeto governamental. Assim, afirmaram-se determinadas forças sociais e políticas no processo de direção e dominação da sociedade, a partir da construção de novas bases.

Este projeto governamental teve seus primeiros elementos construídos no Centro Industrial do Ceará – CIC, em fins da década de 70, instância de organização política dessa nova elite empresarial com pensamento moderno<sup>4</sup>. Nesse âmbito da

---

<sup>2</sup> Este ciclo de hegemonia, pela centralidade da figura de Tasso Jereissati, fica conhecido por “Era Tasso” ou “Era Jereissati”. Faço opção pelo primeiro termo pelo fato de que, popularmente, o ex-governador ficou conhecido por Tasso. Esta também sempre foi sua marca de campanha, como veremos mais adiante.

<sup>3</sup> Projetos devem ser tomados aqui em um sentido amplo, tal como se expressa Evelina Dagnino: “Estamos usando o termo **projetos políticos** num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. (2003: 03).

<sup>4</sup> “A composição dessa nova elite política é bastante peculiar: são empresários jovens, na faixa de 30 a 40 anos, com formação superior e cursos de pós-graduação realizados em importantes centros nacionais e internacionais, e quase todos estavam à frente dos negócios das famílias, que se expandiram com os incentivos do planejamento estatal, e mantinham boas articulações políticas com empresários do eixo Rio - São Paulo. Dentre esses empresários destacam-se os que também foram presidentes do CIC. **Tasso Jereissati** formou-se em Administração de Empresas e tinha 38 anos quando inicia sua primeira gestão no Governo do Estado do Ceará. Filho de político importante, Carlos Jereissati que foi eleito deputado federal em 1954 e 1958 e depois senador em 1962. Como um dos administradores do Grupo Jereissati, Tasso estava envolvido, na época, com um diversificado patrimônio de quase vinte empresas, sendo pioneiro na implantação de grandes *shoppings center* em Fortaleza e muito forte nos setores hoteleiro e imobiliário. **Beni Veras**, formado em Administração de Empresas e com militância no Partido Comunista Brasileiro - PCB, presidia o Grupo Guararapes do ramo de confecções, foi senador da República, ministro e vice-governador do Ceará (1999-2002). **Amarílio Macêdo**, economista e dirigente das Organizações J. Macêdo (ramo de alimentos, bebidas e revenda de automóveis, dentre outras atividades), militante da Juventude Estudantil Católica e presidente do Diretório Acadêmico de Economia em 1967, foi um dos coordenadores da primeira campanha de Tasso, mas dele se distancia logo no início do governo e passa a liderar uma forte oposição articulada no movimento ‘Fortaleza sim, Cambeba não’. Com o governo de Ciro Gomes, Macêdo volta a entrar em sintonia com o grupo, ganhando espaço político com o Pacto de Cooperação e se filiando ao PSDB. **Sérgio Machado**, amigo de infância de Tasso, formou-se em Administração de Empresas e Ciências Políticas e Econômicas, foi Secretário de Governo na Gestão Tasso I, senador da República, e depois, já afastado de Tasso, candidato ao governo em 2002 pelo PMDB. Sua família esteve a frente de atividades de beneficiamento de algodão, depois comércio de exportação (Casa Machado) e na área educacional (Colégio Geo). Sérgio Machado também é filho de político, Expedito Machado, que foi deputado estadual e federal e, depois, ministro no Governo João Goulart, sendo cassado pelo regime militar. Por conta disso, Sérgio acompanha o pai ao exílio, vivendo em Paris durante um ano, quando tinha 15 anos. **Assis Machado** é engenheiro civil, atuando nos ramos da construção civil (Construtora Mota Machado S.A.) e têxtil (Fiotex Indústria S.A.), foi secretário de Tasso em mais de uma gestão e candidato à Prefeitura de Fortaleza, continua como um

sociedade civil, frações da burguesia local passaram a manifestar seus descontentamentos com a condução político-econômica do governo local, sobretudo pelo predomínio de ações corporativistas na definição das políticas e financiamentos públicos, bem como pela incapacidade de gerenciamento da máquina administrativa, dominada pelo patrimonialismo e com fortes conseqüências para as finanças públicas. Estes descontentamentos de setores da burguesia local pautavam-se no reconhecimento de que o modelo de gerenciamento dos “coronéis”<sup>5</sup> debilitava as condições de investimentos estatais para potencializar os projetos capitalistas privados.

Por sua vez, as críticas dos empresários do CIC também estavam direcionadas aos governantes em âmbito federal, devido à centralização das decisões políticas pela burocracia estatal ligada aos militares, à crise inflacionária que havia se agravado e à redução dos investimentos de fundos públicos na região Nordeste. A partir dessas críticas, que perpassam a vida social, e do próprio processo de mobilização social que o grupo deflagrou, ao reunir em torno de si diversos outros segmentos sociais insatisfeitos com o quadro político local e nacional, esta elite empresarial vai se credenciando como dirigente político, uma condição indispensável para alçarem o poder estatal.

Tasso Jereissati, além de empresário com atividades de grande importância na economia cearense, foi um dos primeiros presidentes do CIC, justamente nessa fase de organização político-ideológica do grupo. Na medida em que se consolida no poder estatal, Tasso se qualifica como a maior liderança dessa elite empresarial, também se projetando no cenário político nacional. As participações de Tasso Jereissati e seu grupo político no PSDB, desde os momentos iniciais de sua organização, contribuíram para dar visibilidade a esse partido no espaço do Congresso Federal e rendeu para os “tucanos” cearenses respaldo político local e nacional. Em função disto, e de seus próprios êxitos administrativos, Jereissati

---

dos seus mais firmes aliados. (Cf. COSTA, 2005; MATOS e outros (orgs.), 1999)”. (NOBRE E OLIVER COSTILLA, 2006: 11-12).

<sup>5</sup> Trata-se aqui, além de Adauto Bezerra, que foi derrotada nas urnas na primeira eleição vitoriosa de Tasso, de César Cals e Virgílio Távora. Os três políticos, que se revezaram no governo estadual em seguidas gestões, são chamados de “coronéis” como referência ao título atribuído aos chefes políticos do Nordeste desde o período de Getúlio Vargas. O termo “coronéis” será amplamente utilizado, como sinônimo de forças do atraso, pela nova elite empresarial que ascende ao poder no Ceará na década de oitenta.

tornou-se presidente nacional do PSDB (1991)<sup>6</sup>, logo após o fim de seu primeiro governo, em disputa acirrada com Euclides Scalco, do grupo paulista e um dos fundadores desse partido. Ademais, Tasso foi cogitado, várias vezes, para a disputa da Presidência da República, embora sem conseguir tornar-se o candidato do PSDB ao longo dos anos. A rigor, Tasso foi preterido devido à hegemonia dos paulistas nesse referido partido<sup>7</sup>. Mais recentemente, com o seu mandato de Senador da República (2003-...), Tasso vem se destacando como liderança das elites brasileiras, explicitando a importância de seu papel não apenas para a história local, mas também para a hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil.

Ciro Gomes, embora não seja empresário e tampouco tenha tido militância no CIC, apresenta histórica aproximação com Tasso Jereissati e seu grupo político. De fato, essa liderança inicia sua carreira política em partidos de direita, como a Arena e o PDS, com forte influência de lideranças tradicionais, o que incluía seu pai, Euclides Ferreira Gomes (prefeito de Sobral e com grande projeção política naquela importante região do Ceará). No seu segundo mandato de deputado estadual, que corresponde ao Governo Tasso I, Giro Gomes alcança a liderança do governo na Assembleia Legislativa. Depois, apoiado pelo governador, disputou e venceu as eleições para a Prefeitura de Fortaleza em 1988. Ficou apenas dois anos à frente da Administração da Capital, renunciando em 1990 para concorrer ao Governo do Ceará. Em outros momentos, especialmente, quando disputou a Presidência da

---

<sup>6</sup> Tasso Jereissati retornou à presidência do PSDB em 2006, após a conclusão de seu último mandato como governador do Ceará.

<sup>7</sup> Logo quando foi eleito presidente do PSDB, Tasso foi lançado como o candidato tucano à Presidência da República: "... em Brasília, Jereissati foi lançado informalmente candidato ideal dos tucanos à sucessão do presidente Fernando Collor por lideranças como Franco Montoro e Luís Bresser Pereira." (TASSO é eleito presidente para manter tucanos unidos, O POVO, 02 set. 1991). Sobre a escolha do nome de Fernando Henrique no lugar de Tasso, importa conferir também essa versão de Giro Gomes: "... ele (Fernando Henrique) surpreendentemente nos convida para um jantar e resolve, entre mim, Mário Covas e Tasso, considerar a candidatura a presidência, sem combinar nada antes. Ele diz: 'Entre nós está a candidatura à presidência. Somos bons amigos, somos cavalheiros, estamos talvez melindrados em não incomodar um ao outro porque nos respeitamos bastante, mas precisamos definir a questão. E queria que os amigos avaliassem as minhas possibilidades de candidato. O que você acha, Tasso?' Presidente do partido e governador de êxito extraordinário, e que era meu candidato e da média do partido, Tasso, generosamente, diz tudo bem, acho que você deve ser o candidato. 'Mário Covas, e você?' Covas respondeu que queria ser candidato a governador de São Paulo. 'Mas tem o Giro aqui que pode ser o nosso candidato'. Eu disse não, eu tenho 35 anos, muito o que aprender ainda e acho, honestamente, que o candidato deveria ser o Tasso. 'Não, por mim tudo bem, se o Tasso quiser' (...) Depois vem a história da aliança com o PFL." (FH perdeu a hegemonia, entrevista/Giro Gomes a Mair Pena Neto, JORNAL DO BRASIL, 18 set. 1997). Para a campanha presidencial de 2002, Tasso volta a disputar o espaço para concorrer à Presidência da República pelo PSDB, mas é preterido por José Serra, o candidato oficial de Fernando Henrique Cardoso e que contava com o apoio de maior parte do grupo paulista (Cf. LEMENHE, 2002).

República pelo PPS, manteve o discreto apoio de Tasso Jereissati, confirmando-se a longa relação política entre os dois. Portanto, considerando esses estreitos laços entre os dois políticos e a importância de Ciro Gomes para a consolidação da hegemonia política da elite empresarial em um dado momento histórico (sobretudo durante o seu governo e nas eleições de 1994), além da manutenção do mesmo projeto modernizante, pode-se, adequadamente, incluí-lo como um dos governantes da “Era Tasso”<sup>8</sup>.

Advirto que estou considerando exclusivamente o período histórico do que considero governos da “Era Tasso”, quais sejam, as três administrações de Tasso Jereissati (1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002) e a de Ciro Gomes (1991-1994). Logo, o período que estou a examinar como um ciclo de hegemonia particular compreende 17 anos, ou seja, de 1986, primeira campanha de Tasso, até 2002, quando se encerra o seu terceiro mandato. Os dados que disponho não me permitem avançar para outros momentos da política cearense e, tampouco, analisar as mudanças ocorridas a partir da eleição de Lula em 2002, quando Ciro Gomes e seu grupo político vão participar de novas bases político-partidárias, desempenhar outros papéis como lideranças políticas e também compor acordos políticos diversos dos realizados naqueles anos<sup>9</sup>.

Por sua vez, quando se pensa no ex-governador Lúcio Alcântara – também eleito em 2002 com o apoio de Tasso e por seu partido, o PSDB – não se mantém a mesma afirmação quanto à proximidade política e ideológica com a elite empresarial do CIC. Lúcio Alcântara (2003-2006) foi eleito em um contexto de retorno da

---

<sup>8</sup> Em entrevista, Beni Veras expõe como o grupo do CIC percebia a participação de Ciro Gomes: “Era político, não era empresário (...) podia se imaginar que nós tínhamos medo de perder o comando, mas, de fato, Ciro era parte do nosso grupo” (In: MATOS e outros (orgs.), op. cit.: 98). Ainda assim, a aliança de Ciro Gomes com a elite empresarial não deixou de levantar dúvidas entre outras lideranças desse setor social sobre sua fidelidade e perspectiva de continuidade no grupo, como relata José Flávio L. C. Lima, ex-presidente da FIEC: “Ciro Gomes, tem o poder da retórica (...) um elemento que, amanhã, ofereça contestação a esse grupo, apesar de ser oriundo, de ter surgido do grupo e pelo grupo (...). Ele não vai, talvez, querer depois se liberar do grupo e ficar dono do processo? E se ele não sentir que entra, também não vai sair, querendo nuclearizar uma reação fora do processo”. (Idem: 67-68).

<sup>9</sup> Mais recentemente, em 2006, seu irmão Cid Gomes venceu as eleições para o governo estadual cearense em disputa com o PSDB de Tasso Jereissati. Nesse momento, o grupo cirista já militava no PSB e ganhou a eleição coligado com outros partidos com tradição de esquerda: PT e PC do B. Ainda assim, o atual governador dispõe em seu secretariado de importantes nomes do PSDB e com vínculo direto com Tasso: Bismark Maia, na pasta do Turismo, e Marcos Cals, na Secretaria de Justiça. Tudo isto sugere que se mantêm afinidades políticas entre os Gomes e o grupo tassista, mesmo tendo-se encerrado aquele ciclo de hegemonia. Esta situação mais recente da política cearense, entretanto, não foi considerada como objeto de minha investigação.

competitividade das disputas eleitorais, sugerindo, por isso mesmo, o enfraquecimento do grupo político que comandou esse ciclo de hegemonia, bem como sugere mudanças significativas na sociedade que se refletiram nas eleições de 2002. Além disso, a própria escolha do nome de Lúcio Alcântara naquele ano reforça a análise de que o grupo empresarial enfrentava dificuldades para a continuidade no poder. E, o mais importante, durante a campanha de 2006, quando Alcântara buscava a reeleição, enfrentou a resistência declarada de Tasso Jereissati. Contraditoriamente, ao não ajudar a elegê-lo, Tasso Jereissati contribuiu para inviabilizar a permanência de seu próprio partido no comando do Governo do Ceará, embora o PSDB mantenha efetiva participação no Governo Cid Gomes, o candidato que venceu Lúcio Alcântara em primeiro turno. Em função dessas questões que envolvem a eleição de Lúcio Alcântara em 2002 – além do fato de que a dinâmica de sua administração preserva significativas diferenças com as anteriores, como também o período em que ocorreu indicam novas disputas político-partidárias que precisariam ser melhor avaliadas – não é possível afirmá-lo como um governo que faça parte daquele mesmo ciclo de hegemonia e, portanto, não foi incluído no objeto desta pesquisa.

Ao mesmo tempo em que defino a “Era Tasso” como novo ciclo de hegemonia burguesa, também demarco, neste estudo, a importância das lideranças para os processos políticos, especialmente nos momentos eleitorais. Enquanto formas particulares do exercício da política moderna, esses momentos se realizam, em termos normais, como a necessidade dos dirigentes terem de se confrontar, de modo direto, com a vontade popular, exigindo deles também a capacidade de convencimento em torno de suas idéias políticas e propostas administrativas, o que ocorre em consonância com outros mecanismos que influem nas eleições. Em outros termos, em períodos de normalidade democrática, os processos eleitorais se constituem em uma das formas de desenvolvimento e ampliação do consenso em torno dos dirigentes e de seus propósitos como governantes, o que não autoriza afirmá-la como a única forma de construção de consensos sociais. Também é preciso lembrar que os processos eleitorais são implicados por outros elementos além da capacidade de liderança dos candidatos, ainda que esta permaneça sendo fundamental para o êxito eleitoral.

Portanto, como uma das formas de desenvolvimento político do consenso necessário ao exercício do poder, os momentos eleitorais se apóiam na própria escolha de determinados candidatos pelos grupos político-partidários que se lançam na disputa eleitoral pelo poder, o que ocorre, igualmente, em função dos perfis das lideranças políticas e de suas capacidades competitivas. Assim, meu estudo esteve concentrado na análise da dinâmica política desse ciclo de hegemonia, tendo como delimitação os períodos eleitorais. Esta escolha deveu-se ao fato de que esses momentos particulares da política permitem uma maior visibilidade do consenso assegurado pelos dirigentes estatais para a realização do próprio ciclo hegemônico, embora como consenso “genérico e vago” (GRAMSCI, Caderno 1, nota 47, 2002a: 119).

Para uma definição mais precisa da “Era Tasso”, devo antecipar o caráter central do projeto de modernização concebido e viabilizado ao longo desses governos, o que será apresentado e desenvolvido no primeiro capítulo. Em linhas gerais, o “projeto das mudanças”<sup>10</sup>, que resultou de ações planejadas e articuladas pelos governos desse longo período político, buscou estabelecer, a partir de uma reforma político-administrativa do Estado, novas condições para se criar um nível diferenciado de desenvolvimento da economia local, modernizando-a e tornando-a acessível às novas dinâmicas impostas pelo mercado mundial. De um lado, geravam estímulos para consolidar a industrialização no Ceará, buscando superar sua fragilidade econômica em decorrência da baixa competitividade e pouca diversidade. A estratégia adotada foi fortalecer determinados setores com potencial para o mercado externo, com incentivos fiscais e a criação de infra-estrutura de apoio aos investimentos privados, gerando, em decorrência das exportações, maior dinamismo interno. De outro lado, o esforço dos governos que compõem a “Era Tasso” foi no sentido de que seus mecanismos político-administrativos ajudassem a suplantarem os padrões produtivos da agricultura e da pecuária tradicionais, extremamente dependentes das condições geográficas e climáticas de região de semi-árido. Com esse intuito, procurou-se estimular setores com grande aporte de capital e também com capacidade para inserir-se no mercado mundial. Da mesma forma, esses governos se preocuparam em criar a infra-estrutura subsidiária desses investimentos

---

<sup>10</sup> As administrações que compõem esse ciclo de hegemonia ficaram conhecidas por “governos das mudanças” e seu projeto é apresentado com um caráter “mudancista”. Essa denominação é assumida a partir do *slogan* do primeiro governo de Tasso Jereissati.

capitalistas, ao mesmo tempo em que asseguraram a concentração fundiária como estrutura necessária aos grandes projetos de agronegócio em âmbito local.

A modernização econômica do Ceará demandava também mudanças políticas significativas. Primeiro, implicava alterações na estrutura burocrática do Estado, habilitando-a para as mediações condizentes com a fase da mundialização do capital. O mais importante era recuperar a capacidade de investimentos do poder político, como também atribuir-lhe um melhor nível de intervenção e de planejamento de suas políticas. Segundo, foi preciso alterar as relações do Estado com diferentes setores da sociedade em geral, o que incluiu tanto grupos subalternos organizados e dispersos como também segmentos da classe dominante, tudo isto a fim de consolidar uma nova hegemonia político-econômica na sociedade política e na sociedade civil.

As lideranças empresariais que emergiram do CIC, como grupo político, conseguiram articular amplo apoio político-eleitoral para seu projeto de poder, atendendo à necessidade histórica de substituição no poder de segmentos da elite política pouco sensível às demandas de modernização político-administrativa do Estado, em consonância com a nova fase do capital. A concretização dessa necessidade histórica implicou não apenas a organização do projeto de poder, mas também foi necessário buscar a legitimação para esse projeto em vastos segmentos sociais, haja vista as novas condições postas pela redemocratização no Brasil e as demandas por melhorias sociais que vieram à tona nesse novo quadro político. Tudo isto ocorreu gerando significativas tensões, sobretudo entre aqueles setores que foram mais afetados pelos processos de modernização e de contra-reforma do Estado empreendidos na “Era Tasso”. O processo complexo de construção desse consenso, num quadro de maiores liberdades que apontavam também as resistências ao projeto da elite empresarial do CIC, exigia que esse grupo se mantivesse a frente do governo cearense de forma prolongada, sustentando-se em poder que decorria das urnas, como também que realizassem ações políticas distintas das utilizadas por outros governantes a fim de assegurar sua hegemonia político-cultural, como veremos ao longo da discussão de minha tese.

A “Era Tasso” tem ensejado inúmeras análises teóricas com abordagens de diferentes ângulos. Assim, os estudos já realizados contribuem para o esclarecimento de determinados elementos constitutivos desse ciclo hegemônico: os

processos históricos que provocaram o declínio do ciclo hegemônico dos “coronéis” e sua substituição no poder pela elite empresarial do CIC, configurados nos estudos desenvolvidos por Lemenhe (1995), Parente (1989/1990, 1992, 1998, 2000a, 2000b, 2001 e 2002) e Abu-El-Haj (2002, 2003, 2005); algumas peculiaridades que caracterizam a política na “Era Tasso”, como o uso do *marketing* nas campanhas analisadas nas produções de Carvalho (2001, 2002, 2003 e 2004) e os recursos simbólicos acionados para a consolidação do seu poder político que foram apresentados por Barreira (1992, 1998 e 2002) e Diógenes (2002); as relações com os movimentos sociais abordados nas análises de Braga (1991), Barreira (1991), Beserra (1994), Martins (2002) e Carleial (2000); as alterações na máquina burocrática do Estado, nas políticas e projetos que decorreram da realização desse ciclo político configurados nos estudos de Gondim (1994, 1998 e 2000), Costa (2003 e 2005) e Nobre (1999)<sup>11</sup>.

No âmbito de todo esse aporte teórico sobre a “Era Tasso” configuram-se questões que abrem importantes perspectivas de análise para explicar a hegemonia do novo grupo político, o que será amplamente resgatado ao longo dos capítulos desta tese. Nesse sentido, além de considerar as diferentes formas de construção da hegemonia dessa elite empresarial durante todo o período de exercício do poder, foi importante captar, a partir dos processos eleitorais, as condições políticas específicas que viabilizaram o convencimento dos eleitores e mantiveram o grupo no poder, amparado em determinadas forças político-partidárias. Nesta investigação, parti do pressuposto que os processos eleitorais no contexto da redemocratização brasileira constituem importantes formas de construção e consolidação da hegemonia político-cultural, ainda que esta resulte de um processo muito mais amplo e complexo e que é pertinente aos vários momentos do exercício do poder. Portanto, a permanência da fração da burguesia do CIC à frente dos governos cearenses exigiu, para além da legitimidade do voto, o desenvolvimento de diferentes estratégias de construção/manutenção de sua hegemonia.

A importância de atentar para os momentos eleitorais vivenciados nesse período de hegemonia ocorre, especialmente, porque, no caso dos empresários do CIC, sua ascensão ao poder se deu a partir do retorno das liberdades políticas no

---

<sup>11</sup> O processo de contra-reforma do Estado no Ceará, viabilizado com a “Era Tasso”, constituiu-se em objeto de meus estudos durante a realização do Curso de Mestrado em Sociologia na UFC (Cf. NOBRE, 1999).



Brasil, após longo período de Ditadura Militar. Assim, a emergência desta elite empresarial coincide com intenso processo de mobilização social e com o aparecimento de outras forças políticas que passaram a atuar também nas disputas eleitorais. Tudo isto implicou em transformações do campo da luta social, exigindo mais mecanismos de consenso para o exercício do poder por parte das classes dominantes, na medida em que não mais podiam se sustentar, primordialmente, na força, como ocorrera durante a Ditadura Militar. Neste contexto, o Estado passa a se expressar em dimensões mais complexas na sua relação com a sociedade global e com os mecanismos de reprodução do poder social do capital.

Com este recorte do objeto de estudos, com foco nos momentos eleitorais, busquei identificar as forças políticas que contribuíram para a sua própria realização e o alcance que daí resultou. Em outras palavras, busquei avaliar em que termos essa hegemonia se realizou, a partir de suas alianças político-partidárias e dos compromissos construídos nos momentos eleitorais. Isto porque os diferentes interesses sociais consubstanciados nesse momento político particular da história cearense se manifestaram nas campanhas, tanto por parte dos setores subordinados – que tiveram algumas de suas demandas atendidas – quanto dos segmentos das elites, com suas diferenças que se expressaram na própria disputa do poder.

O fio condutor de meus estudos foram as alianças eleitorais no sentido de apreender a complexidade do processo hegemônico encarnado na “Era Tasso”. Busquei compreender a perspectiva e os movimentos políticos desse ciclo de hegemonia com base na composição e recomposição de forças políticas a partir do conjunto das alianças político-partidárias estabelecidas em cada eleição para o Governo do Ceará no período de 1986 até 2002. A partir do objeto construído em torno deste fio condutor, os momentos e mecanismos da metodologia foram se definindo ao longo da própria investigação: uma estratégia apontava outra, estabelecendo escolhas de procedimentos e técnicas de trabalho. Partiu da Pesquisa Bibliográfica que se efetivou num duplo eixo: resgate da produção acadêmica sobre a “Era Tasso”; resgate da teoria gramsciana de hegemonia.

Em relação ao primeiro eixo, explorarei o maior número possível de trabalhos publicados. Assim, li e analisei, de forma sistemática, a produção de pesquisadores cearenses sobre esse ciclo de hegemonia, já devidamente explicitadas nesta

abordagem introdutória. Vale ressaltar que além dessas obras de referência, li tudo que me chegava às mãos, localizando outras publicações que apontavam aspectos importantes da dinâmica política do período: livros publicados por jornalistas, historiadores e políticos – Paiva (2002), Bruno e Andrade (2002) e Martin (1993) – por instituições, como o próprio CIC – coletânea comemorativa de aniversário de sua fundação e que foi organizada por Matos e outros (1999), com registro de entrevistas de empresários que foram presidentes daquela entidade e participaram desse processo histórico, dados amplamente explorados ao longo da tese.

No tocante ao resgate de Gramsci e sua “Teoria da Hegemonia” empreendi uma primeira leitura de dois dos volumes, publicados pela Civilização Brasileira, consubstanciando os Cadernos do Cárcere: o Vol. 3 (Maquiavel, notas sobre o Estado e a política) e o Vol. 5 (*O Risorgimento*, notas sobre a história e a política). Esta leitura foi orientada por discussões e debates que desenvolvi em disciplinas do Doutorado e em contatos com analistas gramscianos. Especificamente, na minha estadia no México durante o Estágio de Doutorado, realizei, durante quatro meses, estudos orientados da teoria gramsciana, com o Prof. Dr. Lúcio Oliver Costilla, trabalhando as categorias de hegemonia, “revolução passiva” e “transformismo” e Estado. Este momento me provocou a uma (re) leitura de todos os volumes referentes aos Cadernos do Cárcere, no intuito de repensar a complexidade do ciclo de hegemonia burguesa no Ceará, circunscrito na “Era Tasso”.

Uma outra via para resgate da teoria gramsciana de hegemonia foi a leitura crítica de alguns intérpretes gramscianos, especificamente os brasileiros: Coutinho (1994, 2000 e 2003), Carvalho (1983), Dias (2000) e Nogueira (1998 e 2005). Li, também, e estabeleci interlocução com pesquisadores gramscianos de outros países: Oliver Costilla (1997, 2004, 2005 e 2007) e Sabido Méndez (2004), do México, e Guido Liguori (2007), da Itália. Ainda no âmbito da pesquisa bibliográfica, destaco a interlocução permanente, nos encontros de orientação com a Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho e com o Prof. Dr. Lúcio Fernando Oliver Costilla, discutindo as interpretações das categorias gramscianas e as análises do ciclo de hegemonia burguesa no Ceará, movimentando o instrumental analítico gramsciano. No amplo estudo gramsciano que empreendi, destaco a fecundidade teórica das categorias gramscianas de “revolução passiva” e “transformismo” como modos de exercício da hegemonia burguesa. Estas categorias, articuladas ao conceito de

“modernização conservadora”, permitiram-me avançar na análise da política no Ceará nas últimas décadas a partir da “Era Tasso”.

A partir das descobertas da pesquisa bibliográfica, desenvolvi duas outras dimensões investigativas que se mostraram importantes para a apreensão das determinações da “Era Tasso” pela via das alianças eleitorais: pesquisa documental e pesquisa de jornais. De fato, para recuperar, por dentro, a constituição das alianças eleitorais, necessário se fez trabalhar documentos do Tribunal Regional do Ceará/TRE-Ce e da Assembléia Legislativa, articulando-os à dinâmica política das campanhas, retratadas nas matérias dos dois principais jornais diários cearenses: O POVO e DIÁRIO DO NORDESTE.

Assim, a Pesquisa Documental Eleitoral consistiu em um trabalho investigativo sobre as listagens do TRE-Ce, sistematizando os dados em quadros que consolidam os resultados eleitorais acerca das eleições dos deputados ao longo dos dezessete anos do ciclo de hegemonia. Estes quadros visualizaram a trajetória dos políticos cearenses, eleitos para a Assembléia Legislativa, a Câmara Federal e as Prefeituras. Por esta via, pude identificar os clãs eleitorais e as suas alianças com o partido majoritário do governo cearense: o PMDB e, por período maior, o PSDB. Esta foi uma estratégia sugerida pela pesquisa sistemática dos jornais que apontava a necessidade política da elite empresarial no governo do Estado de estabelecer alianças com lideranças tradicionais do interior do Estado e da capital. A partir de uma indicação da Banca de Qualificação, concentrei-me na investigação das trajetórias dos deputados estaduais. Para tanto, trabalhei as publicações da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – Edições INESP sobre a biografia dos deputados estaduais, ao longo de diferentes legislaturas.

A Pesquisa de Jornais, por sua vez, constituiu uma referência básica que me permitiu delimitar a própria pesquisa documental. Nesta investigação sistemática, nos Jornais O POVO e DIÁRIO DO NORDESTE, tomei como marco temporal os quatro meses que antecedem cada eleição do ciclo de hegemonia. A dinâmica específica dos percursos na pesquisa de jornais está devidamente explicitada no terceiro capítulo desta tese.

No desenvolvimento deste processo de investigação fui produzindo as análises que consubstanciam as minhas discussões e descobertas que ora apresento nesta tese com a expectativa de aderir novas vias de estudo. A exposição

dos dados da pesquisa e das análises desenvolvidas na construção do presente trabalho seguiu uma estruturação em quatro capítulos.

No capítulo I, **A “Era Tasso” como um Ciclo de Hegemonia**, desenvolvi uma reflexão sobre a política e seus momentos como processos eleitorais a partir do estudo teórico das categorias gramsciana, como já relatado. Esta discussão foi de fundamental importância a fim de configurar a “Era Tasso” como um ciclo de hegemonia político-cultural e econômica. Nessa primeira parte da exposição, também destaquei a força eleitoral da nova elite empresarial, a partir de dados do TRE-Ce, construindo um panorama de seus resultados eleitorais ao longo de todo o ciclo de hegemonia.

No capítulo II, **A Vitória Eleitoral de 1986 e seu Significado na História Política Cearense**, recuperei o processo histórico de organização política da elite empresarial a partir do CIC e os primeiros momentos de construção da candidatura Tasso. No decorrer desse capítulo, busquei apresentar as divergências dessa elite em relação a outros segmentos empresariais, aos dirigentes governamentais em nível local e nacional, bem como o processo que levou a aproximações e posteriores divergências com segmentos do campo partidário de esquerda e com intelectuais e lideranças das classes médias.

No capítulo III, **Os Aliados Eleitorais da “Era Tasso”**, apresentei as várias campanhas eleitorais de todo o ciclo de hegemonia (1986, 1990, 1994 e 1998), captando sua dinâmica de constituição das alianças eleitorais. Neste caso, foi evidente o esforço da elite empresarial em se aproximar de lideranças políticas do interior do Ceará, estabelecendo verdadeiros rituais de conquista desses apoios através da imprensa. Na segunda parte do capítulo, apresentei o perfil e o comportamento político-partidário dos deputados que foram aliados eleitorais da elite empresarial, como também destaquei a força dos clãs familiares na política cearense.

No capítulo IV, **A Forma Particular de Hegemonia da Elite Empresarial na “Era Tasso”**, analisei vários aspectos da construção hegemônica dos novos governantes: suas estratégias de conquista de apoio e os momentos de resistência de diversos setores à sua política. Nos dois casos, ficou evidente o esforço da nova elite em se constituir como alternativa política tanto aos setores mais atrasados da política, como aos partidos e movimentos sociais de esquerda que lhes fizeram

oposição. Ao longo do ciclo de hegemonia, os empresários do CIC foram consolidando sua força se apoiando cada vez mais nos setores oligárquicos e com forte poder na política local. Este aspecto foi discutido também a partir de uma reflexão sobre a política no Brasil, em um debate com autores clássicos, como Fernandes (2006), Faoro (2001) e Leal (1997), e, ao mesmo tempo, com estudiosos contemporâneos que têm analisado esse aspecto da realidade brasileira, contribuindo para o entendimento da dinâmica política deste país. Neste último caso, destacaram-se em minha análise os estudos de Martins (1994), Bursztyn (1985) e Bezerra (1999).

Finalmente, a conclusão ganhou *status* de uma síntese analítica, em que defendo a “Era Tasso” como um novo ciclo de hegemonia que se constituiu a partir de uma “transição pelo alto”, renovando a política cearense, ao mesmo tempo em que estabeleceu diversos elementos da política tradicional. Este ciclo hegemônico, pela sua própria particularidade do ponto de vista de suas alianças eleitorais e da dinâmica de seus governos, possibilitou uma recomposição de forças das classes dominantes em um momento de grande mobilização social o que exigiu novas bases para o exercício do poder político, haja vista as conquistas democráticas após o encerramento da Ditadura Militar. Em conseqüências dos governos desse ciclo de hegemonia, produziram-se mudanças significativas tanto em termos do desenvolvimento econômico, com a inserção do Ceará na economia mundial, quanto da modernização da máquina administrativa e do ajuste fiscal que inspiraram os processos de contra-reforma do Estado no Brasil. □

## CAPÍTULO I

### A “ERA TASSO” COMO UM CICLO DE HEGEMONIA

Neste capítulo discuto as determinações da “Era Tasso” como um ciclo de hegemonia político-cultural e econômica, tomando de Gramsci sua “Teoria da Hegemonia”, em especial as categorias que permitem uma síntese do Estado orgânico: coerção/consenso e sociedade política/sociedade civil<sup>12</sup>. O quadro teórico gramsciano é fundamental para entender a política frente à condição capitalista do Estado, sobretudo sua expressão histórica na modernidade: o Estado democrático e liberal no sentido político. Este proporcionou maiores liberdades e espaços de participação política para os setores subalternos, um resultado da luta social por direitos, mantendo, porém, o caráter de dominação classista.

---

<sup>12</sup> Um dos termos utilizados por Gramsci para expressar sua concepção do poder político é “Estado no sentido orgânico e mais amplo”, tal como aparece no parágrafo 87 do Caderno 6, redigido entre 1930 e 1932: “Deve-se estudar (...) a iniciativa jacobina de instituir o culto do ‘Ser Supremo’, que surge, portanto, como uma tentativa de criar identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil) ...” (2002a: 244). Por sua vez, em várias outras passagens de seus cadernos, o autor italiano também usa o termo “Estado integral” para estabelecer o nexo de unidade-distinção entre Estado e sociedade civil. No Brasil, a expressão que se tornou mais popular é “Estado ampliado”, o que ocorreu através de Coutinho (veja-se, por exemplo, seu conhecido trabalho de 1989: “Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político”, especialmente o Capítulo V sobre a “Teoria ‘ampliada’ do Estado”). Esta expressão foi introduzida no debate internacional por Christine Buci-Glucksmann, a partir de 1975 (LIGUORI, 2007: 13). De minha parte, prefiro o termo “Estado orgânico”, por considerá-lo mais adequado para estabelecer a riqueza categorial de Gramsci em sua teoria do Estado.

Considerando esse contexto sócio-histórico do Estado democrático, demarco o significado e o alcance dos processos eleitorais dentro da dinâmica política mais geral desta sociedade, como também busco entendê-los enquanto mecanismos que expressam a possibilidade de legitimação de projetos políticos de agrupamentos sociais que pretendem se tornar dirigentes estatais, em situações normais do exercício da hegemonia burguesa. Os processos eleitorais não encerram a disputa das classes sociais para fazer prevalecer seus interesses sociais e, tampouco, esgotam as formas de lutas políticas que elas desenvolvem no conjunto da vida social. Entretanto, como uma das bases de sustentação do Estado democrático, devem ser tomados como processos carregados de significados para a própria construção da hegemonia política.

Com o mesmo objetivo de estudar o processo hegemônico da “Era Tasso”, debato as categorias gramsciana “revolução passiva” e “transformismo”, articulando-as com o conceito de “modernização conservadora”<sup>13</sup>. A partir dessa articulação categorial, procuro perceber a natureza das transformações da sociedade cearense que provocaram a chegada ao poder do grupo de Tasso Jereissati, bem como as medidas político-administrativas geradas por esses governos e que levaram ao incremento da industrialização sob a nova dinâmica capitalista mundial. De forma geral, essas mudanças econômicas e as estratégias político-governamentais que lhes deram sustentação motivaram complexos processos de resistência e de consenso na sociedade cearense, mas foram garantidas pela condição hegemônica dessa elite empresarial e de seu projeto político-econômico.

Parto do pressuposto que a “Era Tasso” significou um inovador processo de constituição hegemônica, em termos político-culturais, de uma nova fração da burguesia cearense, contando, além de outros elementos substanciais, com um fator essencial: sua longevidade como governos estaduais. Esta situação foi atribuída pelo extraordinário desempenho eleitoral do grupo de empresários que se organizou

---

<sup>13</sup> Behring adverte que o conceito “modernização conservadora” tem sua origem “... em Moore Jr. (1983), e que foi largamente utilizado para caracterizar nosso processo de transição para o capitalismo”. (Op. cit.: 107). Com este conceito, demarco os processos sócio-políticos e econômicos relativos à expansão capitalista no período mais recente da história cearense, com enorme impulso para a industrialização, a agropecuária e o setor de serviços, mas conservando o caráter concentrador de renda e de propriedade que tornam esta sociedade extremamente desigual. Em termos políticos, como veremos ao longo desta pesquisa, a modernização realizada no sentido da reformatação do Estado não consegue superar os traços da política conservadora, quer dizer, articula novos elementos que resultaram da ampliação do Estado a partir da incorporação de novos setores que influem em suas políticas, mas preserva o caráter patrimonialista típico da sociedade brasileira.

a partir do CIC, por sua capacidade de convencimento da população do caráter modernizante de seu projeto político-administrativo (e dos avanços para a sociedade que daí resultaria), e ainda, das estratégias políticas utilizadas para ampliar seu grupo político e para fazer alianças que permitissem a manutenção do poder. Isto ocorreu no contexto da redemocratização brasileira que implicou no retorno das eleições diretas para os governadores estaduais, limitando o poder político de setores que estiveram vinculados à Ditadura Militar. Por sua vez, a nova elite dirigente acumulou condições políticas, com o respaldo das urnas, para impor seu projeto de poder sobre os antigos dirigentes políticos e sobre os demais setores subalternos da sociedade, ao mesmo tempo em que teceu, a partir tanto da sociedade política como da sociedade civil, uma complexa rede de apoio político necessária ao exercício e legitimação do poder, combinada com momentos de forte coerção e coação aos segmentos descontentes e contrários aos seus governos e às suas propostas de modernização político-administrativa.

Em outros termos, o período histórico conhecido por “Era Tasso” representou, de fato, uma transição política que envolveu disputa de poder entre segmentos diversos das mesmas classes dominantes, no exato momento em que essas classes se confrontavam com as demandas e as pressões de caráter popular que emergiram com a redemocratização. Reproduziu-se, no âmbito local, a transição “pelo alto” do processo brasileiro em geral, preservando particularidades políticas, culturais e econômicas. Como uma dessas particularidades, a redemocratização provocou novas determinações nas disputas político-eleitorais entre aqueles diversos segmentos das elites cearenses, mas também exigiu a requalificação de antigas práticas para a conquista e o exercício do poder, sobretudo porque os embates políticos desse novo período passaram a ter a presença de sujeitos que antes estavam inviabilizados de participação política pela Ditadura Militar ou não tinham se desenvolvido, até aquele momento, como grupo social organizado. Isto requereu das classes dominantes cearenses uma maior capacidade de construir o consenso em torno de seus interesses e projetos político-econômicos, ao mesmo tempo em que foram forçadas a incorporar outros interesses sociais.

A “Era Tasso”, por sua vez, criou o espaço para a consolidação, no Ceará, de um processo de “modernização conservadora”: permitiu amplo crescimento econômico com a manutenção da desigualdade social, abriu novos campos da



acumulação capitalista enquanto potencializou outros, gerando resultados contraditórios na sociedade local. Nesse esforço de criar outras condições para o desenvolvimento capitalista, realizou-se uma contra-reforma do Estado que, no tocante à reforma político-gerencial do Estado requisitada pela nova fase da acumulação capitalista, acabou por provocar tensões no próprio processo de legitimação político-eleitoral dos empresários do CIC. Isto se refletiu na composição de forças políticas dos governos que formam a “Era Tasso”, nos compromissos assumidos com seus aliados e na direção política de seu projeto de poder. De fato, a despeito da possibilidade de gerar maiores desgastes ao grupo empresarial no plano eleitoral, essa reforma, como explicarei mais adiante, determinou que fossem redefinidos seus aliados eleitorais, atribuindo ao núcleo dirigente maior centralidade na condução do poder político, ao mesmo tempo em que ocasionou mudanças nas relações políticas com diferentes segmentos da sociedade. Como resultado, todo esse processo acabou por imputar ao grupo de Jereissati maior influência não apenas na política local, mas lhes conferiu projeção e força política também no cenário nacional.

No conjunto, as mudanças em termos de aliados políticos registram que o grupo de empresários desvinculou-se de seus apoiadores iniciais, em parte ligados aos movimentos sociais e partidos de esquerda, e vinculou-se às lideranças com forte tradição na política local, sobretudo no interior do Ceará. Paradoxalmente, o grupo do CIC havia chegado ao poder a partir da crítica a essas lideranças e suas formas de fazer política, com um discurso que foi decisivo na eleição de 1986, inclusive para a aproximação com os setores de esquerda. Esse discurso se manteve ao longo dos anos, mesmo com a presença no governo e nos momentos de campanha de políticos ligados aos antigos governantes. O comprometimento com a política que conserva traços tradicionais não inviabilizou o aparecimento de novas práticas na construção de sua hegemonia político-cultural, permitindo relações diversas na sociedade. Isto implicou, de um lado, na manutenção de um discurso que nega o uso instrumental do Estado por parte de grupos políticos, dos quais o clientelismo e o patrimonialismo são exemplos. De outro, provocou certo controle dos recursos públicos, o que foi em parte alcançado pela própria reforma gerencial do Estado. Como veremos ao longo desta pesquisa, o ciclo hegemônico sob o comando desse segmento da burguesia local empreendeu uma singular

experiência em que o moderno e o tradicional na política se articularam, gerando contradições e limitando o próprio caráter modernizante do seu projeto político e o alcance de sua hegemonia.

### **1.1. O Estado Capitalista e os Ciclos de Hegemonia**

Um ciclo de hegemonia se manifesta a partir das particularidades da política no âmbito de cada sociedade e decorre da dinâmica própria do Estado que a ela corresponde, quer dizer, da forma assumida pelo poder político em consonância com uma dada sociabilidade. Assim, para pensar a política e os ciclos de hegemonia devo partir, inicialmente, do desenvolvimento da idéia geral do Estado em sua relação com a sociabilidade capitalista a fim de chegar à compreensão do próprio significado dessa esfera, a política, como um dos níveis das relações sociais nesta realidade histórica, do seu próprio alcance nos marcos do capitalismo e, considerando especificamente a forma moderna do poder político, o papel da hegemonia como expressão de momentos instáveis na relação entre as classes sociais no capitalismo.

Tratando-se do Estado capitalista é preciso considerar, antes de tudo, a existência de relações sociais marcadas pelo domínio do capital, ou seja, que a política e o poder estatal decorrem de uma sociabilidade que se expressa como modo específico de produção e de distribuição de riqueza voltado para a realização do valor. A partir desta realidade, que é uma totalidade complexa, o Estado tanto incorpora a contradição gerada pelas relações mercantis no conjunto da vida social como tem sua própria existência determinada por essas relações: é guardião do contrato gerado pelo intercâmbio mercantil (entre capital e trabalho, entre capitalistas em sua dinâmica de concorrência), como também é a mediação necessária para que o indivíduo não sofra direta e abertamente a opressão do capital. Assim, tomo como pressuposto que a própria existência do Estado

capitalista, sua funcionalidade e suas formas históricas implicam o reconhecimento de que o domínio do capital nunca é absoluto<sup>14</sup>.

A partir da produção mercantil, os indivíduos passam a ser parte das grandes classes sociais e suas contradições fundamentais – determinadas pelo processo de realização do valor e, de modo particular, pela condição distinta que assumem nesse processo os proprietários de capital e de força de trabalho – são ocultadas e se expressam como conflitos entre indivíduos, encontrando resposta no igualitarismo jurídico-político do Estado. Neste caso, o próprio poder político, como síntese das relações sociais capitalistas, incorpora um fetichismo: oculta o fundamento das desigualdades sociais (o domínio do capital na vida social) e a própria existência das classes sociais, se afirmando como uma vontade geral, quer dizer, como um poder acima das classes sociais, pelo fato de não reconhecê-las, e tomando seus conflitos como conflitos entre indivíduos isolados ou, no máximo, entre grupos sociais. Amparado em seu próprio fetichismo, o Estado cumpre um importante papel para a sustentação da sociabilidade capitalista: oculta e preserva o seu caráter essencial, uma forma histórica de desigualdade entre os homens<sup>15</sup>.

O Estado na sociedade capitalista expressa condições sócio-econômicas e políticas, de caráter desigual, que envolvem tanto as classes sociais e seus diversos estratos quanto os próprios indivíduos em suas singularidades. A desigualdade fundamental no capitalismo, que ocorre no nível das classes sociais – ainda que oculta na forma estatal (jurídico-política e ideológico-cultural) – gera, de fato, uma dominação entre elas, quer dizer, a dominação dos beneficiários diretos do poder do capital (os capitalistas) sobre o trabalho. Em consequência, desenvolve-se entre capital e trabalho uma luta social permanente em torno da exploração do trabalho, das condições objetivas de sua realização e mesmo em torno das possibilidades de se constituir outra sociabilidade. A partir desta desigualdade e dominação entre as

---

<sup>14</sup> “... porque o capital é, antes de tudo, uma relação social, seu automatismo nunca é absoluto; sua pretensão de dominação total sobre a sociedade é constantemente questionada. Este questionamento exige a mediação das instituições políticas para arbitrar e administrar os conflitos, principalmente entre as duas grandes classes sociais. É o que revela a luta pela determinação da jornada normal de trabalho na Inglaterra, que Marx investiga no Livro I de O Capital. Aí ele chama a atenção para o fato de que essa luta se desenvolve, necessariamente, dentro do Parlamento”. (TEIXEIRA, 2003: 172).

<sup>15</sup> “... a igualdade jurídica só se afirma negando a desigualdade entre contratantes – que é uma desigualdade de classes. Tratar igualmente indivíduos estruturalmente desiguais é, na verdade, reproduzir a desigualdade entre eles”. (IDEM: 175).

classes fundamentais, e para além desse nível, reproduzem-se outras formas de desigualdades (étnica, de gênero, sexual, etc.).

Por sua vez, também ocorrem lutas sociais diversas – por exemplo, envolvendo os defensores do capital e aqueles contrários, política e ideologicamente, ao seu poder social abrangente (no âmbito da burocracia, da intelectualidade). Tudo isto faz com que o poder político também se ressinta do nível e do alcance dessas lutas sociais, sobretudo entre as classes fundamentais, mas não limitada a elas. Isto envolve complexos processos de legitimação política e ideológica da classe dominante sobre as demais classes e segmentos sociais, sem eliminar o “poder social do capital”<sup>16</sup>, ou seja, sem “... resolver as contradições sociais que obrigam os indivíduos a submeterem-se ao mercado e ao capital” (OLIVER COSTILLA, 2004: 08), mas pondo a luta social em um patamar de complexidade que exige a mediação do poder político. Essas relações entre as classes, de domínio e legitimação, operam-se através de práticas coercitivas e do exercício do consenso e, como veremos mais adiante, o grau em que elementos se combinam particulariza um ciclo de hegemonia.

Portanto, o Estado capitalista propaga o “poder social do capital” mediado pela luta de interesses coletivos diversos e contrários das classes sociais no marco histórico-institucional construído pela igualdade dos indivíduos e da propriedade. Isto ocorre na forma de um projeto “coletivo”, organizado pelas forças dirigentes como vontade geral de toda a sociedade e, no sentido gramsciano, como “vontade coletiva nacional-popular”, o que possibilitou a fundação dos Estados modernos (GRAMSCI, Caderno 13, Nota 1, 2002a: 17). Enquanto tal, o Estado capitalista não deixa de incorporar interesses de outras classes sociais, ainda que condicionado à relação de dominação entre as classes e, antes de tudo, à lógica de acumulação do capital. A forma como os interesses de distintos setores sociais são incorporados, e o nível em que são atendidos, resulta da própria dinâmica da luta política e de como, a partir dela, a classe dominante constrói sua hegemonia política, o que implica assumir um

---

<sup>16</sup> Deve-se entender por “poder social do capital” o nível histórico de desenvolvimento, de abrangência e de expansão da acumulação de capital no conjunto da vida social, ou seja, “... a forma moderna que surge a acumulação de capital, formada pelo conjunto amplo, variável, diverso e competitivo de capitais individuais que se chocam entre si, mas cujo interesse comum é propiciar e garantir a acumulação expandindo a relação social de capital e apropriando-se do trabalho social (passagem da subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital”. (OLIVER COSTILLA, 2007: 04).

caráter progressista e ser capaz de, ao universalizar os seus próprios interesses, também conformar os de outros setores sociais<sup>17</sup>.

Assim, o Estado capitalista se realiza como dominação de uma classe sobre as demais e como um processo que busca a adesão de outras classes e segmentos de classe em torno das idéias da classe dominante economicamente. Isto implica a incorporação de interesses dos grupos subordinados, conquanto não prejudique os interesses essenciais daquela classe social. Trata-se, portanto, de um poder que, além de manter o domínio classista, também constitui e consolida a hegemonia de uma classe sobre as outras, o que pressupõe:

(...) sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, Caderno 13, Nota 17, 2002a: 48. Grifos meus).

Ao considerar a necessidade da hegemonia para o exercício do poder político pelas classes dominantes, Gramsci indica que apenas a coerção não possibilita o pleno êxito dos objetivos de dominação, é preciso realizar a direção sobre a sociedade. Isto se faz pela organização e desenvolvimento do consenso social, implicando, por sua vez, que sejam atendidos interesses sociais diversos aos dos setores hegemônicos. Dessa forma, o autor italiano chama atenção para a complexidade e amplitude do Estado (força e consenso), as diferentes funções que desenvolve na sociedade (coercitivas, mas também educativas, no sentido de formação do consenso), além de expressá-lo como um campo de disputa entre as

---

<sup>17</sup> É extremamente pertinente o pensamento de Gramsci sobre o Estado, um poder que deve ser concebido: (...) como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, Caderno 13, Nota 17, 2002a: 41-42. Grifos meus).

classes sociais, em que se confrontam e se conformam interesses distintos, ainda que os das classes hegemônicas se sobreponham e sejam universalizados<sup>18</sup>.

O conceito de hegemonia, nos termos propostos por Gramsci, portanto, não cancela o caráter de dominação de classe como uma das determinações do Estado. Como já mencionei, esse caráter é dado pela situação econômica da sociedade, pelo processo de realização do valor e, com isto, o predomínio dos interesses dos beneficiários desse processo: o capitalista porque é proprietário do capital. Isto significa que, tal como em Marx<sup>19</sup>, Gramsci reconhece o nexo dialético entre economia e política, daí afirmar:

Para as classes produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção. Conquista de poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis: a propaganda por uma também é propaganda pela outra: na realidade, somente nesta coincidência é que reside a origem unitária da classe dominante, a qual é econômica e política ao mesmo tempo. (GRAMSCI, Caderno 1, Nota 150, 2002b: 347-348).

---

<sup>18</sup> A universalização de interesses não significa que o grupo social que aspira a hegemonia imponha pela força os seus. É um complexo processo onde se trata de amalgamar os interesses dos distintos grupos sociais que se consideram afins ou aliados, e em que os do grupo pro-hegemônico não se perderam, mas lograram converter-se na via ordenadora dos interesses de todos (...) implica a deliberada construção de compromissos (...) tanto no terreno das idéias como no da prática (...) seus limites estão dados pelos interesses essenciais do agrupamento que quer a hegemonia (...) tais compromissos necessariamente se articulam com um relativo equilíbrio, com base em qual se edifica o sistema de alianças políticas (...) (SABIDO MÉNDEZ, 2004: 46). Tradução minha, assim como as demais citações desse texto.

<sup>19</sup> A relação de Gramsci e Marx é apresentada, de forma pertinente, por Guido Liguori: "Gramsci se situa firmemente em terreno marxista. Não substitui a economia pela política, simplesmente reafirma com vigor o nexo dialético e de ação recíproca entre os dois níveis da realidade, pesquisando em profundidade o nível 'superestrutural', mas a partir da lição de fundamental de Marx". (Op. cit.: 14). Esta relação entre o pensador italiano e Marx também aparece em Coutinho: "O grande descobrimento de Marx no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal, mostrando assim que a aparente autonomia e 'superioridade' do Estado tem sua *gênese* e explicação nas contradições imanentes da sociedade como um todo. Para Marx o Estado é visto a partir da sociedade e não (como Hegel) ao revés. A *gênese* do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão pela qual existe *quando* e *enquanto* exista esta divisão (que provém por sua vez das relações sociais de produção); e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses particulares de uma classe se imponha como interesse geral da sociedade." (COUTINHO, 2000: 20-21). Tradução minha, assim como as demais citações do referido texto. Para Sabido Méndez a concepção gramsciana de Estado também inova as proposições de alguns marxistas que consideram unicamente sua dimensão coercitiva: "Na concepção de Estado como organicidade da sociedade política e sociedade civil se encontra uma das mais elaboradas expressões da hegemonia política ou político-cultural, na medida em que ambas sociedades expressam o movimento articulado e relativamente equilibrado da força e consenso (...) inova a concepção marxista tradicional do Estado como instrumento repressivo ou coercitivo (...) e também supera a estendida idéia weberiana do Estado como 'monopólio da violência legítima' (...) Com base na hegemonia o Estado é visto em sua dupla natureza: com suas funções coercitivas e de consensos". (Op. cit.: 127).

Assim, Gramsci preserva a tradição marxista ao reconhecer o domínio de classes no plano econômico e, ao mesmo tempo, revela que a dominação é também de ordem ideológica e político-cultural, ou seja, que o domínio de uma classe sobre outras classes se viabiliza não apenas pela força (coerção), mas também pelo consenso<sup>20</sup>. O próprio consenso em torna das idéias mais diretamente vinculadas à classe majoritária só tem sentido caso se projete no mundo das leis e da coerção<sup>21</sup>. Como nos adverte o autor italiano, o Estado participa ativamente da construção desse consenso e o faz como “Estado orgânico”<sup>22</sup>.

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. (Caderno 1, Nota 47, 2002a: 119. Grifos meus).

A construção da “Teoria da hegemonia”, como nova determinação do Estado capitalista, deveu-se às condições históricas que Gramsci acompanhou: do próprio desenvolvimento do Estado enquanto sociedade política (onde se constitui mais claramente o poder coercitivo de classe) e sociedade civil (espaço em que se constitui e se desenvolve o poder hegemônico da classe dominante). Estas duas dimensões do Estado (sociedade política + sociedade civil) só podem ser tomadas como distinção metodológica, pois na realidade formam uma totalidade orgânica, articulada, contraditória e em movimento. Da mesma forma, a própria hegemonia

---

<sup>20</sup> “No pensamento gramsciano, a hegemonia é vista em relação às sociedades de classe como um processo que se efetiva no interior da luta de classes. O conceito de hegemonia é elaborado para estudar as relações dentro das classes e entre as classes (...) Assim, em Gramsci, a categoria de hegemonia dá conta das relações de classe, aplicando-as às classes fundamentais (...) Nessa perspectiva, concebe hegemonia como direção e domínio de classe, na relação dialética consenso/força”. (CARVALHO, 1983: 43).

<sup>21</sup> “Se todo Estado tende a criar e manter um certo tipo de civilização e cidadão (e, portanto de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos. A concepção do direito deverá ser libertada de todo o resíduo de transcendência e absoluto (...) O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade de educação cívica desenvolvida pelo Estado”. (Caderno 13, Nota 11, 2002a: 28. Grifos meus).

<sup>22</sup> Se esta relação orgânica e dialética do Estado aparece mais desenvolvida no Caderno 13, redigido entre 1932 e 1934, também já estava expressa no Caderno 1, cuja elaboração se dá entre 1929 e 1930.

deve ser concebida como direção e domínio, quer dizer, não podem ser pensados como processos desconectados e que se produzem de forma independentes<sup>23</sup>.

Com já exposto, o “Estado orgânico” representa também a relação dialética da sociedade civil e sociedade política. Estas categorias precisam ser ainda desenvolvidas, o que faço resgatando duas passagens importantes do Caderno 6. No parágrafo 137, Gramsci adverte: “... por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (2002a: 254-255). Por sua vez, no parágrafo 87, ele é mais preciso em relação aos dois termos do “Estado orgânico”:

(...) identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (Idem: 244).

Ainda nesse mesmo caderno, Gramsci apresenta novas pistas para se pensar a sociedade civil e sua função de hegemonia:

Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo). Naturalmente, os três poderes são também órgãos da hegemonia política, mas em medida diversa: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3) Governo (...). (Nota 81, Idem: 235-236).

A partir de Gramsci, pode-se considerar a sociedade civil como “organismos privados”<sup>24</sup> (escolas, igrejas, empresas, etc.) onde são elaborados ideologias, valores e projetos que buscam imprimir uma direção na sociedade como um todo e representam, portanto, formas de disputas entre as classes sociais, em suas

<sup>23</sup> “... sustento uma tese: em Gramsci, hegemonia é concebida como direção e domínio de classe na relação dialética consenso/força. Em verdade, hegemonia exige a adesão em torno de uma classe, seja por suas frações de classe, seja por outra classe, implicando dois processos a se complementarem: coesão por oposição no interior da própria classe; domínio na relação entre classes”. (CARVALHO: 2004: 35). Esta autora informa que sua tese encontra oposição entre outros teóricos: “Esta visão de hegemonia em Gramsci como direção e domínio é contestada por Carlos Nelson Coutinho, em seu livro Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político, publicado em 1989. Nesta obra, Coutinho reafirma sua interpretação gramsciana da hegemonia como direção política, consenso, na busca de aliados.” (Idem: 35)

<sup>24</sup> Guido Liguori adverte que, embora Gramsci utilize, em várias passagens dos *Cadernos do cárcere*, a expressão ‘organismos privados’, o faz com aspas e seu objetivo é “... diferenciá-las da esfera ‘pública’ do Estado. Mas (...) o marxismo dialético de Gramsci impede tal distinção nítida...” (Op. cit.: 22).



perspectivas de se tornarem dirigentes do conjunto da sociedade, processo instável que se realiza na história. Enquanto espaços e práticas que revelam as disputas sociais, na sociedade civil também se expressam os interesses dominantes de uma dada classe social, tal como Gramsci indica ainda no Caderno 6:

(...) numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo. (Nota 136, 2002a: 253. Grifo meu).

Do ponto de vista das classes subalternas, a sociedade civil se constitui também nos espaços em que essas classes precisam construir uma hegemonia político-ideológica e cultural, o que deve ocorrer antes mesmo de se unificarem como classes e serem capaz de se tornarem dirigentes na sociedade<sup>25</sup>. Finalmente, a sociedade civil deve ser compreendida como a dimensão organizada da sociedade global, mas não se confunde com esta, como também não expressa necessariamente toda a sua heterogeneidade e caráter multiclassista (SABIDO MÉNDEZ, op. cit: 140). Além dessa dimensão organizada, institucional, a sociedade civil revela também a constituição de determinadas práticas que se refletem nos modos de pensar e agir dos indivíduos<sup>26</sup>.

A sociedade política, por sua vez, indica as instituições com caráter mais públicas e que constituem a esfera burocratizada e institucionalizada do Estado<sup>27</sup>, o que lhe permite exercer, de forma mais aberta, a coerção sobre o conjunto da sociedade em geral. Esta dimensão coercitiva do Estado – que é predominante na

<sup>25</sup> “A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados (...) a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil”. (Caderno 25, Nota 5, 2002b: 139. Grifos meus).

<sup>26</sup> “(...) atua sem ‘sanções’ e sem ‘obrigações’ taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração de costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.” (GRAMSCI, Caderno 13, Nota 7, 2002a: 23).

<sup>27</sup> “...o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público, etc. – se caracteriza pelo conjunto de aparelhos que concentram o monopólio legal da violência e visa a ‘dominação’.” (SEMERARO, op. cit.: 74)

sociedade política, mas também é exercido pela sociedade civil<sup>28</sup> – ocorre em função do caráter classista da sociedade e sua situação permanente de luta social<sup>29</sup>.

O Estado assume essa forma (sociedade política + sociedade civil) na medida em que é tanto a expressão de força da classe capitalista, como também a sua constituição como classe dirigente, pois cria um consenso em torno de seus interesses e idéias, ainda que isto não signifique a totalidade da aceitação de seu projeto de classe e, tampouco, implique a sua absorção e adesão por parte de todos os setores sociais. Como já exposto, esse processo de construção do consenso da classe dominante ocorre no plano interior da luta de classes, quando as ideologias

(...) entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social (...) criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, Caderno 13, Nota 17, 2002a: 41).

Esta é uma fase da consciência coletiva que Gramsci chama de “mais estritamente política”, porque se produziu a “...consciência de que os próprios interesses corporativos (...) superam o círculo corporativo (...) e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.” (Idem: 41).

Em outros termos, a classe dominante também se torna dirigente porque consegue superar o seu próprio corporativismo, agregando interesses de outras classes sociais, e assume o processo de organização desses interesses como um projeto coletivo, sem que para tanto tenha renunciado às suas questões essenciais. Por conseguinte, a sociedade civil não pode ser tomada como homogênea, pois, de fato, é o espaço onde se realiza, com mais nitidez, a disputa de interesses sociais<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> “... a sociedade civil assume funções coercitivas (...) quando a opinião pública exerce uma coação moral sobre amplos grupos sociais. Também (...) atos que se desenvolvem ao interior das organizações da sociedade civil nos que se exerce a força para ascender à direção de seus organismos (...) Outro exemplo (...) aparecimento de organizações sindicais e políticas, da expansão do parlamento, do surgimento de formações burocráticas estatais e privadas de maior magnitude, nas quais o governo delega funções de ‘polícia política, de caráter investigativo e preventivo’.” (SABIDO MÉNDEZ, op. cit.: 146)

<sup>29</sup> “... o fato de que à sociedade política corresponde a função governativa-coercitiva manifesta o caráter classista da sociedade global capitalista, que contém os interesses diversos e inclusive contraditórios de seus componentes coletivos e individuais, os quais se encontram em perpétuo movimento de lutas econômicas, ideológicas, sociais e políticas”. (IDEM: 135).

<sup>30</sup> “... a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’ (...) domina os grupos adversários (...) e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e

Desde a perspectiva e os objetivos da classe capitalista dominante, a hegemonia agrega ao caráter coercitivo do Estado classista (condição essencial para que a classe dominante em termos econômicos exerça o poder político sobre as demais) sua função de dirigente do conjunto da sociedade, quer dizer, sua capacidade para obter o consentimento dos outros setores sociais a fim de que seus próprios interesses econômicos, sociais e culturais possam predominar.

Esse consenso é construído através de processos complexos e de grande amplitude na sociedade em geral, através do convencimento, da persuasão e do consentimento.

Sobre o exercício do consenso, é preciso atentar ainda para as diferentes expressões que este assume nas sociedades, em decorrência de condições específicas para o desenvolvimento da hegemonia por uma determinada classe social nas suas relações com as demais classes e os indivíduos, do nível e do alcance das lutas sociais nas diversas esferas da vida social, bem como das capacidades organizativas e políticas das distintas classes sociais em seus enfrentamentos políticos e ideológicos, o que não se realiza alheio ao uso da força pelas classes dominantes, que efetivamente têm o controle do Estado. Portanto, o exercício do poder pela classe burguesa na sociedade capitalista implica tanto o uso da força como do consenso, quer dizer, de sua capacidade de dominar e dirigir as demais classes sociais. Isto ocorre de diversas formas, às vezes com o predomínio da força, em outras situações com um maior exercício do consenso ou com um relativo equilíbrio entre força e consenso.

O desenvolvimento desse conceito síntese do Estado (coerção/consenso) deveu-se ao reconhecimento, por parte de Gramsci, das diferenças entre as sociedades – suas formações históricas, bem como suas organizações econômicas e político-culturais<sup>31</sup>. Portanto, Gramsci conheceu uma realidade distinta de outros pensadores críticos (Marx, Engels e Lênin), exatamente o período em que há a socialização da participação política e a conquista de direitos múltiplos em

---

mesmo se o mantém fortemente nas mãos, deve continuar a ser também 'dirigente'." (GRAMSCI, Caderno 19, 2002b: 62. Grifos meus).

<sup>31</sup> "No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas ..." (GRAMSCI, caderno 7, Nota 16, 2002a: 262).

sociedades com mais desenvolvimento econômico, político e cultural. Isto também lhe permitiu propor formas de lutas diversas, quer dizer, novas estratégias para a luta política dos trabalhadores considerando as situações distintas das que foram conhecidas por aqueles pensadores e as organizações proletárias dos períodos correspondentes às suas teorias políticas.

Assim, referindo-se ao conceito marxista de “revolução permanente”, que seria apropriado para a luta revolucionária antes de 1848, Gramsci destaca as condições políticas pertinentes àquele período que teria propiciado o desenvolvimento de tal conceito:

(...) não existiam grandes partidos de massa e os grandes sindicatos econômicos. A sociedade estava em estado de fluidez (atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades), aparelho estatal pouco desenvolvido (...). (GRAMSCI, caderno 13, Nota 7, 2002a: 24).

Depois da expansão colonial e da obtenção da mais-valia extraordinária, bem como das políticas preventivas das classes dominantes diante dos processos revolucionários de fins do século XIX e início do século XX, a ação político-revolucionária da classe trabalhadora teria que considerar outra situação social, em que as “... relações de organização internas e internacionais do Estado tornaram-se mais complexas e robustas”. (Idem). Nessas novas condições políticas, a fórmula de “revolução permanente” deveria ser substituída por “hegemonia civil”, exatamente porque o Estado não pode ser pensado apenas como expressão do poder coercitivo das classes dominantes, é preciso atribuir-lhe novas determinações:

Gramsci, deste modo, elabora sua teoria sobre o Estado considerando as novas condições históricas que vivenciou, sobretudo do desenvolvimento do Estado democrático, que surge a partir das lutas sociais do século XIX e foi inspirado pela revolução francesa de 1789. Nesta nova forma estatal, quando a burguesia assume não apenas o controle da sociedade política, mas também estendeu sua hegemonia ao conjunto da sociedade, o consenso assume a forma normal de governo, apoiada no sufrágio universal, na divisão de poderes e no sistema de governo parlamentar. Nestes termos, o Estado democrático realiza funções diversas, não só o uso ostensivo da força, buscando construir, pelo consenso, um projeto civilizatório à sua própria imagem:

Com a análise do desenvolvimento histórico social, tal como a realizada por Gramsci, é possível compreender melhor o Estado capitalista em sua dupla dimensão: a) seu “caráter” capitalista, que implica reconhecer sua relação com a reprodução econômico-social capitalista, quer dizer, com a dinâmica do mercado e da acumulação de capital que se realiza a partir de relações determinadas entre as classes sociais e os indivíduos em condições sociais concretas e históricas; e b) sua expressão político-cultural: a realização do Estado capitalista enquanto uma “vontade geral”, ou seja, representação dos interesses gerais dos indivíduos e dos interesses coletivos, ou ainda, como construção geral e comunitária de interesses particulares de classe.

O Estado capitalista é, dessa forma, uma instituição de poder que preserva as relações de igualdade entre os indivíduos, apoiando-se em amplo aparato institucional e de organização do poder (no âmbito da sociedade política e da sociedade civil), para que as relações desiguais entre as classes sociais se realizem. É, portanto, a concretização ideológica e política do poder social do capital, mas que não pode aparecer como tal, senão como poder político separado do processo produtivo. É essa separação que cria a ilusão da autonomia do Estado, como poder acima das classes sociais. Tudo isto ocorre porque a realização do poder classista do Estado implica que ele possua legitimidade: que seja assumido como representação geral da comunidade e que suas ações sejam aceitas como necessárias e adequadas a toda a sociedade (NOBRE, 2003). Esse, por conseguinte, não é um desenvolvimento natural do Estado, mas decorre dos processos de luta entre as classes sociais, quer dizer, da capacidade das classes sociais elaborarem projetos coletivos e lutarem pela concretização de seus interesses, ao mesmo tempo em que exige, por parte da classe dominante, a incorporação de outros interesses a fim de preservar sua condição predominante como força social, cultural e política, além de econômica.

O Estado expressa, predominante, os interesses de classe da burguesia, sobretudo no tocante à realização de condições para a acumulação capitalista, mas o faz incorporando as relações contraditórias entre as classes, nos diversos campos das disputas políticas, culturais e econômicas. Assim, para ser dirigente, além de dominante na sociedade capitalista, a burguesia precisa assumir um caráter progressista, realizar certas demandas dos outros setores sociais. O nível em que

isto ocorre, quer dizer o grau de absorção das demandas dos setores subalternos, será sempre determinado pela dinâmica das disputas sociais. Esta dinâmica, por sua vez, está conformada pelo nível de consciência e organização político-ideológica das classes sociais: a solidez e habilidade das classes dominantes exercerem sua liderança e domínio, bem como a capacidade dos setores subalternos organizarem suas demandas e lutarem pela sua realização. Em um plano maior de sua organização político-ideológica, os setores subalternos podem chegar a elaborar seus próprios projetos de poder social e político e reunir forças na sociedade para torná-lo hegemônico, dando-lhes condições para ascender ao poder estatal.

Da forma como se estabelece a relação entre as classes sociais, de modo mais estável ou não, se constituem os ciclos de hegemonia, expressando, de fato, uma dada relação de forças entre as classes sociais (GRAMSCI, caderno 13, Nota 17, 2002a: 36-46). Assim, para qualificá-los é necessário atentar para as formas particulares de lutas sociais desenvolvidas a partir da organização e das capacidades delas em seu processo de enfrentamento; os compromissos construídos com outras classes ou frações de classes em torno de interesses específicos; determinadas conquistas alcançadas pelos setores subalternos e sintetizadas na forma estatal; e, o mais importante, os tipos de hegemonia constituídos em contextos históricos específicos.<sup>32</sup>

### **1.1.1. A Política no Capitalismo, os Processos Eleitorais e os Ciclos de Hegemonia**

Em momentos diferentes da luta social, a capacidade do domínio hegemônico da classe dos capitalistas pode ser maior ou menor. Em períodos normais da supremacia da classe capitalista, ou seja, do:

(...) exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que

---

<sup>32</sup> Como poderemos ver nos próximos capítulos, sobretudo com o resgate da história recente da sociedade cearense, a substituição no poder de frações da classe capitalista e a própria disputa político-eleitoral entre elas exprimem a realização de ciclos de hegemonia diferentes, quer dizer, o encerramento do ciclo dos "coronéis" e o início do ciclo dos empresários do CIC.

se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, caderno 13, Nota 37, 2002a: 95).

Nesses momentos de normalidade democrática, o Estado capitalista sofre mais tensão dos interesses da classe dos trabalhadores, bem como expressa as divergências internas da própria classe dominante. Nos dois casos, revela-se que o Estado incorpora a dinâmica da luta social, porém, conservando o “poder social global do capital”, ainda que sua própria ganância de acumulação possa ser regulada pelo Estado, como expressão dessa luta social.

Se a hegemonia é fundamental para a dominação classista, não pode ser compreendida como uma forma absoluta e intransponível dos interesses dominantes. Por isso mesmo, por seu limite e instabilidade, a hegemonia burguesa se pauta em um complexo processo de criação de valores e crenças, de organização de alianças e de compromissos em torno do poder político das classes dominantes e de seus interesses fundamentais, bem como de sua capacidade de submeter e dirigir os demais agrupamentos sociais, o que ocorre sempre a partir de condições históricas concretas.

Portanto, se a sociabilidade capitalista impõe o desenvolvimento de um projeto hegemônico – expressão de interesses particulares, mas que incorpora outros interesses sociais – este só pode ser interpretado como resultado da própria luta política. Isto ocorre através de negociações, interferências de pressões sociais diretas e indiretas, bem como inúmeras ações mediadas pelos partidos políticos e organizações de classe. A partir dessa situação histórica – que é a do próprio desenvolvimento do Estado democrático – a luta pela hegemonia é estabelecida, comumente num campo político mais participativo, possibilitado pelas formas institucionais do sufrágio universal e do parlamento.

Os direitos políticos na sociedade capitalista, deste modo, não são uma decorrência natural dessa forma de organização social, mas resultam da expressão histórica dos conflitos entre as classes sociais. Na realidade, o que move a luta pelos direitos políticos – o reconhecimento de liberdades políticas pelo Estado – é o fato dos trabalhadores procurarem obter, por meio da conquista de novos direitos, aquilo que lhe foi prometido: a realização da igualdade entre os homens. Em outros

termos, a realização dos interesses dominantes do capital e das classes proprietárias sempre sofre resistência por parte dos trabalhadores, sobretudo no tocante à disputa pela riqueza social, como também expressa demandas diversas da sociedade. O conjunto dessas resistências e demandas encontra ressonância nas decisões governamentais, criando maior capacidade de controle das classes sociais sobre o Estado, podendo torná-lo mais democrático, como também impõe a necessidade de que os interesses gerais do capital, portanto, não sejam absolutos.

Assim, a política, no tocante à disputa de interesses sociais na esfera governamental, é sempre limitada pelo caráter capitalista do Estado, mas implica sempre uma relação de forças que conduz a incorporação de outros interesses que não só o do capital, exatamente porque a “... imprevisibilidade torna a política interessante, porque ela significa mudança, transformação. Em suma, ação prática”. (MAAR,1994:46). E essa atividade encontra na esfera governamental, ainda que não se restrinja a ela, um espaço significativo porque se traduz em decisões e ações concretas. Por sua vez, em decorrência da necessidade de construção hegemônica dos interesses do capital, sobretudo nas sociedades democráticas, o próprio governo precisa permanentemente se legitimar e criar consenso em torno daqueles interesses.

Essa leitura da política e, no seu interior, da realização de processos eleitorais só pode ser feita quando consideramos as sociedades, tais como as identificadas por Gramsci como do tipo Ocidental, onde as relações entre as classes se realizam tanto como coerção quanto como consenso e as lutas sociais se espalham por todo o conjunto da vida social. Nessas sociedades – em função das pretensões e de efetivas realizações do trabalho para obter espaços – o capital precisa, permanentemente, resistir, se organizar, se legitimar, se reestruturar a fim de não perder sua condição de poder. Em outras palavras, o poder do capital precisa tanto conter o “impulso à liberdade”, quanto “... realizar a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em ‘liberdade’ a necessidade e a coerção...” (GRAMSCI, caderno 13, Nota 7, 2002a:23). E isto ocorre tanto via sociedade política, que inclui o governo, quanto via sociedade civil – onde se concentram as principais formas e práticas educativas voltadas para a obtenção do consenso. Assim, tanto sociedade política quanto sociedade civil são objeto da política, como uma relação permanente entre as classes sociais e os



indivíduos em sociedade, ainda que conformada por condições diversas e relações de forças distintas.

Se a política é sempre a disputa de interesses e projetos sociais, isto coloca as relações entre as classes sociais em um nível de complexidade que não permite qualificar o Estado apenas como a expressão dos interesses das classes dominantes e, tampouco, que esses possam ser plenamente respondidos pelo poder político sem gerar problemas. Há, portanto, sempre uma disputa entre as classes sociais, permitindo avanços na participação política dos trabalhadores e, conseqüentemente, na possibilidade de se criar e se desenvolver uma alternativa hegemônica ou também de controle dos níveis da exploração capitalista. Isto porque a dominação de classe precisa expandir-se e impor-se, através de práticas e instituições que viabilizam sua hegemonia, implicando sempre a incorporação de interesses dos grupos subordinados, como já exposto.

Nesse sentido, não se trata aqui de qualificar a participação política como “mera ilusão”, mas de reconhecê-la como um campo real em que as classes sociais se enfrentam. Neste campo, se inscreve de forma essencial, é claro, o poder social global do capital. Os termos dessa disputa são constantemente criados e recriados no processo histórico das relações entre as classes sociais. Se essas relações têm determinações de caráter materiais e sociais – o que limita os resultados da disputa política cotidiana – não podem ser tomadas como o processo definitivo e exclusivo da ação histórica dos homens.

É a política, como condição geral do confronto entre as classes, que torna possível também aos dominados a capacidade de constituir-se como a expressão de um novo poder e construir interesses gerais, ou seja, convencer as outras classes dos seus interesses e buscar legitimar-se como uma nova classe dirigente. Isto ocorre especialmente em determinados momentos históricos e a partir de condições especiais, mas requer a acumulação de forças a partir daquela luta cotidiana, quando novos valores e novos interesses sociais vão se sobressaindo. Assim, política é sempre a capacidade dos grupos de intervir nas relações de força entre as classes e construir novas realidades históricas. As classes trabalhadoras estão obrigadas a distinguir entre as possibilidades objetivas e sua opção subjetiva. Essa análise implica distinguir:

(...) os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjunturas (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais) (...) Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção. Tem lugar uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Esses esforços incessantes e perseverantes (...) formam o terreno do 'ocasional', no qual se organizam as forças antagonistas que tendem a demonstrar (...) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente (...). (GRAMSCI, caderno 13, Nota 17, 2002a: 37).

Portanto, como ação transformadora dos homens, a política é sempre a capacidade das classes sociais se enfrentarem de forma mais direta na disputa pelo poder, como condição para a manutenção da sociabilidade existente ou para a constituição de uma nova sociabilidade. Isto só ocorre a partir de realidades históricas concretas, ou seja, quando uma sociedade apresenta contradições que já não permitem soluções como as anteriores, bem como, já tenham sido desenvolvidas novas formas de vida e de pensar, portanto, novas condições para as relações entre os homens.

Na disputa política realizada entre as classes sociais no capitalismo se constituiu, claramente, a hegemonia burguesa, quer dizer, a identidade de amplos setores sociais com a civilização construída por essa classe social. Significa, portanto, que há um consentimento ativo ou passivo aos seus modos de vida, formas de comportamento e aos seus valores éticos, políticos e culturais. E o mais importante, construiu-se uma identificação do indivíduo com o Estado capitalista e com os valores de acumulação e expansão do capital que este sanciona. Isto não ocorre de modo absoluto e extensivo a toda a sociedade global, mas apóia-se em amplos setores que lhe permitem o pleno exercício do poder, a partir da articulação da sociedade política com a sociedade civil:

Com base em sua hegemonia cultural, foi possível à classe burguesa, além de seu papel dominante pela centralidade que exerce no processo produtivo, tornar-se classe dirigente estatal, constituindo um "bloco histórico"<sup>33</sup>, quer dizer, levou à condução do poder político estatal o bloco social que organizou a partir de sua

---

<sup>33</sup> "A estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico' (...) conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção" (GRAMSCI, caderno 8, Nota 182, 2002c: 250).

direção intelectual, cultural e política: Como já exposto, a hegemonia cultural se pauta na capacidade de uma classe social universalizar seu projeto político-cultural, ao mesmo tempo em que absorve determinadas demandas de outros grupos sociais, sem sacrificar os fundamentos de tal projeto.

Em seu processo de constituição como bloco histórico, agregando diferentes segmentos sociais sob sua direção e dominando outros setores subalternos e contrários ao seu projeto de classe, a burguesia desenvolveu formas variadas de exercício do poder social e político, apoiando-se, em especial, na capacidade educativa do Estado, quer dizer, em sua função de reproduzir a própria hegemonia burguesa: Assim, o Estado opera um conjunto de mudanças sociais que se universalizam "... com base na pedagogia desprendida mediante o complexo aparato de hegemonia política e espiritual (...) nos que se destacam a escola e o direito." (SABIDO MÉNDEZ, op. cit.: 148-149)<sup>34</sup>.

No âmbito do direito, além das normatizações necessárias à reprodução do mundo produtivo e político-cultural burguês, também se estabelecem parâmetros para o desenvolvimento das relações entre as classes sociais em diversas esferas da vida social, o que inclui a própria participação política dos indivíduos, que é assegurada, em especial, pelas formas desenvolvidas do sufrágio universal e do parlamento. Como já exposto, numa situação de normalidade hegemônica essa participação tem seus limites, notadamente quanto à pauta de discussões e de decisões que cabe aos cidadãos de uma forma em geral. Ainda assim, a possibilidade de participação política de diversos setores sociais, até determinado nível, requer da própria burguesia um aprimorado desempenho de sua capacidade de convencimento em torno de suas idéias e propostas, bem como da defesa de suas instituições do Estado democrático, destacando-se o parlamento.

Contraditoriamente, esses espaços de participação social e política (em que se destacam os processos eleitorais, quando funcionam dentro de regras

---

<sup>34</sup> Exemplificando esse papel normativo e educativo do Estado, Sabido Méndez apresenta o processo que permitiu a realização do fordismo: "... se desenvolveu contra a resistência intelectual e prática dos assalariados, enfrentada mediante uma permanente mescla de coerção e persuasão destinadas a adaptar ou submeter os chamados 'institutos' primitivos às novas condições culturais exigidas pelo progresso tecnológico. Entre as ações coercitivas os industriais e o Estado impusera o 'proibicionismo' com o fim de limitar o consumo de álcool, os 'abusos' na sexualidade, e a organização sindical dos trabalhadores. Mas também introduziram eficazes medidas persuasivas entre as quais se destacam os altos salários, programas de bem-estar social, e um discurso político centrado na felicidade individual e a grandeza, liberdade e prosperidade norte-americanas." (Op. cit.: 150).

democráticas), pelas possibilidades que abrem aos setores subalternos de realizar a crítica à própria dominação burguesa, são combinados com outros mecanismos que garantem a continuidade do controle sobre o poder político. Destacam-se, neste caso, a manipulação da opinião pública e as interferências nos processos eleitorais a partir da “... manipulação das eleições e as práticas para corromper o eleitorado, corrompendo ao mesmo tempo o princípio eletivo de sufrágio universal”. (Idem: 166).

De qualquer forma, os processos de participação política, o que inclui o eleitoral, revelam que a burguesia não pode se sustentar apenas na sua capacidade de mando, precisa também exercer o seu papel de dirigente e, com isto, obter a aprovação de amplos setores sociais para o desenvolvimento de seus programas e projetos na esfera governamental. A relação, dirigente-dirigido, transcende os processos eleitorais, mas encontra nesse espaço uma significativa forma de legitimação dos dirigentes, sobretudo pela “ilusão” criada de que todos são iguais e possuem as mesmas chances de ascender ao poder. Ainda assim, os processos eleitorais são definidos por uma série de conjunções históricas: como os agrupamentos sociais se organizam em cada sociedade, com partidos e outras instituições políticas que podem representar seus interesses; os termos em que foram definidos os sistemas eleitorais em cada país, com maior ou menor participação dos diferentes segmentos sociais; o nível de consciência dos distintos setores sociais e a correlação de forças entre eles. Ao mesmo tempo, são processos em que se sobressaem algumas parcelas sociais, pelas suas condições de liderança e de força político-econômica capaz de neles interferir. Assim,

Em momentos de intensa luta social ou, melhor, de crise da dominação, a resposta da classe capitalista é exercer um poder direto com o predomínio da força, ou nos termos gramscianos uma maior coerção. Nesses momentos o que ocorre é a separação entre sociedade política e sociedade civil, abrindo-se possibilidades para formas extremas de sociedade política. A forma autoritária do Estado expressa, de fato, uma crise de hegemonia, com significativa perda da capacidade diretiva da burguesia e de seu caráter progressista.

(...) ‘crise de autoridade’. Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer (...). (GRAMSCI, Caderno 3, Nota 34, 2002a: 184).

O avanço da alternativa hegemônica das classes trabalhadoras pode provocar uma crise no Estado capitalista, pois este estruturalmente é o “poder social do capital” e não pode suportar uma supremacia político-cultural duma classe oposta ao capital, por muito tempo. Assim, os momentos de crise hegemônica são reveladores do caráter histórico (portanto, transitório) do próprio poder burguês e como a classe capitalista reage, através da forma estatal, podendo torná-la até ‘totalitária’.

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas formas de autonomia e se esforçam para incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna ‘totalitária’. (GRAMSCI, Caderno 25, Nota 4, 2002b: 139).

Na crise de hegemonia, a condução do poder político por determinado grupo social também pode ser questionada por outros segmentos da mesma classe social, abrindo-se um campo de disputa no interior das classes dominantes. Nesses casos, o que entra em discussão é a capacidade do segmento dirigente estatal em preservar as condições de dominação e de hegemonia das classes proprietárias.

Em suma, nesse âmbito das disputas de projetos políticos entre as classes sociais, e da própria constituição de processos de hegemonia e dominação é que se pode falar de ciclos de hegemonia no Estado capitalista, guardando sempre as determinações gerais do poder social global do capital. Essas disputas podem passar pelos momentos eleitorais, ganhando maior visibilidade, mas a esses não se reduzem. Assim, os ciclos hegemônicos representam, exatamente, as condições diversas de desenvolvimento desses projetos, suas peculiaridades, as alterações no interior da própria classe dirigente, suas estratégias de hegemonia e dominação, bem como as condições gerais da luta entre as classes sociais em períodos históricos particulares, quer dizer, as relações de forças entre as classes sociais.

## 1.2. Elementos de Definição da “Era Tasso” como um Ciclo de Hegemonia

As alterações na política do Ceará nos últimos tempos, com a troca de governantes em meados dos anos 80, envolvem um conjunto de mudanças na própria condução dos interesses do capital, bem como novas condições da luta política entre as classes sociais. Com o novo ciclo de poder hegemônico, põem-se na esfera estatal necessidades que refletem os processos vinculados à acumulação capitalista em sua fase de mundialização<sup>35</sup>. Dentre essas necessidades, destacam-se:

(...) ajuste estrutural, aplicação de um modelo de especialização produtiva industrial exportadora (...) rebaixamento do preço da mão-de-obra (...) transnacionalização fragmentada de áreas locais, reforma do Estado, privatizações, redemocratização, etc.. (OLIVER COSTILLA, 1997: 07).

Ao mesmo tempo, as variações na política deste Estado federativo implicaram, também, nova dinâmica nas relações entre as classes sociais, com o predomínio do neoliberalismo como projeto político assumido pela elite empresarial do CIC e que sintetiza os interesses do capital transnacionalizado<sup>36</sup>. Isto ocorre, portanto, em um momento de maior poder de dominação do capital, especialmente em sua forma financeira, e que se depara com uma classe trabalhadora débil em consequência dos níveis atuais da exploração capitalista – com a combinação e ampliação, de modo particular, das duas formas de obtenção de mais-valia, a relativa e absoluta, a partir da reestruturação produtiva do capital (HARVEY, 1989: 174-175) – e, também, pelo abandono de compromissos do Estado com políticas sociais amplas.

Tudo isto se dá, paradoxalmente, com o retorno da democracia para os países da América Latina, depois de longos anos de ditaduras militares em várias partes do Continente (Brasil, Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai), e de intensas lutas

---

<sup>35</sup> “A maioria dos estudiosos concordam com a idéia segundo a qual dois fenômenos possibilitaram a mundialização do capital: primeiro, a reestruturação produtiva, organizativa, trabalhista e de gestão do capitalismo contemporâneo (...) O segundo fator foi a reestruturação dos Estados, feita através de mecanismos de ajuste estrutural e reforma do Estado...”. (OLIVER COSTILLA, 1997: 10). Conferir também, dentre os autores que estudam os fenômenos contemporâneos da dinâmica de acumulação capitalista e sua relação com o Estado, especialmente: Harvey, 1996; Chesnais, 1996; Hirsch, 1996 e Mészáros, 2002.

<sup>36</sup> O neoliberalismo implica tanto uma ideologia, que estabelece o mercado como o elemento socializador central, como um conjunto articulado de políticas e ações que são conduzidas pelos governantes afinados a esse projeto político.

sociais para recuperar direitos políticos, de organização, sociais e econômicos nos anos 80. Uma nova realidade, portanto, em que as liberdades conquistadas – inclusive da possibilidade de escolha de representantes políticos através de amplos processos eleitorais – estão limitadas por aquelas condições estruturais da nova forma de organização da acumulação de capital em sua fase de mundialização e de reestruturação produtiva, bem como pela própria fragilização das instituições políticas e de artificialização dos processos políticos e de participação social no Continente latino-americano<sup>37</sup>. Nesta nova realidade, há que se considerar que:

Na América Latina os atuais estados têm uma legitimidade que provém do retorno a repúblicas civis com democracia, porém suas instituições são precárias e seus poderes estão diminuídos; no externo, estão limitados em sua capacidade de manter autonomia e soberania, apesar de que no seu interior apliquem uma dose grande de domínio, manipulação e autoritarismo. (OLIVER COSTILLA, 2005: 50).

Considerando essa tendência geral do capitalismo contemporâneo, o que será prontamente encarnado na experiência do Ceará, são postos, por conseguinte, sérios limites ao processo democrático. De fato, no âmbito do Estado brasileiro, que passa a viver na década de 90 o consenso neoliberal, predomina:

(...) uma concepção minimalista de democracia, restrita ao campo representativo. Em verdade, a Democracia, submetida ao mercado, transforma-se numa 'democracia de eleitores' em oposição a uma 'democracia de cidadãos'. Esta democracia de eleitores, sob a égide neoliberal, articula-se com os marcos culturais da tradição sócio-política brasileira. (CARVALHO, 2004: 18-19).

Nessas condições, ainda que garantido o direito de escolha das representações parlamentares e dirigentes estatais, a participação política está restringida pela força do poder econômico e midiático nos processos eleitorais, bem como por escassos e limitados momentos de participação política.

Por sua vez, a partir do predomínio das políticas neoliberais, que no Brasil ocorre a partir dos anos 90, o próprio poder estatal também tem suas funções redefinidas e restringidas quanto à relação com o processo acumulação de capital e de regulação dos mercados. De fato, no contexto de hegemonia neoliberal, o Estado perde, em grande parte, sua capacidade de regulação dos processos de acumulação do capital, cada vez mais flexibilizados e liberalizados, bem como sua

---

<sup>37</sup> Uma chave analítica para compreender essa singularidade da América Latina nestes últimos anos é considerar que as políticas de ajuste (...) ocorrem em confluência com os processos de democratização. (CARVALHO: 2006: 120).

perspectiva de desenvolvimento de projetos nacionais de desenvolvimento econômico e político próprio. Tudo isto porque a contra-reforma do Estado afastou o poder regulatório do Estado e sua autonomia, e permitiu o poder econômico e político efetivo das grandes corporações transnacionais e das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio).

(...) o Estado atual não tem caráter nacional nem caráter público, no triplo sentido de que carece de projeto de acumulação e de desenvolvimento nacional que impulsionar e defender, não tem soberania nem autonomia para decidir e sustentar políticas econômicas e instituições nacionais e está cada vez mais regulado, privatizado, penetrado e dominado por oligopólios, firmas e grupos de capitalistas transnacionais. (OLIVER COSTILLA, op. cit.: 56).

Ainda para avançarmos na compreensão da relação entre a economia contemporânea e as alterações políticas que se refletiram na realidade cearense, é preciso considerar o processo de hegemonia via a “modernização conservadora”. Este é um conceito que parece melhor expressar a particularidade do Ceará nas últimas décadas em termos de impulso ao desenvolvimento econômico que incorpora as novas tendências do mercado combinada à sua histórica realidade de uma região limitada em termos econômicos, sociais e político-culturais.

Por sua vez, é preciso analisar as condições políticas diversas da “Era Tasso” desde o seu surgimento com a nova realidade posta pela redemocratização no Brasil, o que viabilizou a alteração de setores da burguesia local no comando do poder político. Da mesma forma, é necessário pensar também a plena realização desses governos em sintonia com o contexto de predomínio do consenso neoliberal. Isto ocorre a partir da derrota dos setores de esquerda na eleição de 1989 e de suas propostas nacionalistas, permitindo um longo período de governos neoliberais desde Fernando Collor, Itamar Franco e, em especial, Fernando Henrique Cardoso<sup>38</sup>, ao mesmo tempo em que essas propostas neoliberais se encontram vigentes mesmo

---

<sup>38</sup> Considerando em seu conjunto a realidade da América Latina, Oliver Costilla adverte: “A transformação dos estados e a adesão acrítica ao modelo neoliberal não haveria sido possível se na luta pela direção do Estado não houvesse ascendido ao poder elites financeiras e políticas representativas dos interesses transnacionais e da ideologia neoliberal, junto a tecnocratas formados nos Estados Unidos – os chamados no Chile coloquialmente ‘Chigagos boys’ e no México, os egressos de Harvard e do Banco Mundial (...), quem cobriram os postos de primeiro nível dos ministérios de economia – dispostos a assumir rapidamente as políticas de internacionalização do capital. Por isso, a reforma do Estado é, em primeiro lugar, um processo de mudança de elites no poder e assim tem sido no Chile, na Argentina, México, Equador e Brasil, inclusive em vários países da América Central e Caribe”. (Op. cit.: 65)



no governo com um novo quadro político-ideológico, de Luís Inácio Lula da Silva. O conjunto desses governos, de fato, sintetiza não apenas as novas relações de forças entre capital e trabalho, com a evidente fragilização política e de organização deste último, mas também um novo bloco hegemônico de poder que é encabeçado pelo grande capital industrial do país em associação com os interesses dos investidores externos, sobretudo o capital financeiro, e conta com o apoio de setores oligárquicos de proprietários de terra. Os interesses desse bloco de poder, que conta com a evidente adesão das elites locais, serão plenamente contemplados no período da realização dos governos que compõem a “Era Tasso”, tanto no plano político interno como no apoio àqueles governos em âmbito nacional.

Neste capítulo, avançamos na discussão desse processo de hegemonia via “modernização conservadora” empreendido pelos governos da “Era Tasso”. A análise tem como pressuposto que esse ciclo de hegemonia resulta do movimento mais amplo determinado pelo poder social global do capital, quer dizer, de sua necessidade de expansão e de seu controle do movimento mais geral da sociedade, o que impõe limites às demandas sociais dos trabalhadores. Por sua vez, em virtude da redemocratização brasileira, quando se configura uma nova dinâmica política entre as classes sociais e também emergem importantes demandas dos trabalhadores e de outros setores sociais populares, aquela expansão do capital precisa estar combinada com maiores doses de consenso político. Este pode se dar principalmente a partir dos processos eleitorais, com limites reais de participação política, mas são necessários para legitimar as ações de contra-reforma do Estado. Assim, a dinâmica eleitoral do Ceará nas últimas décadas, com o predomínio dos candidatos pertencentes ao grupo do CIC e seus aliados – cuja leitura será iniciada neste capítulo, embora não possa aqui ser esgotada – é uma das determinações desse ciclo de hegemonia. Na análise específica desse período histórico, resgato a categoria “transformismo”, de Gramsci, para entender as alianças político-eleitorais que foram construídas como base de sustentação dos “governos das mudanças”<sup>39</sup>.

Em termos gerais, portanto, compreender a “Era Tasso” exige que se esteja atento tanto à dinâmica mais estrutural do capital e de seu movimento de expansão nas condições contemporâneas, quanto a uma leitura da dinâmica política que

---

<sup>39</sup> Como já exposto, esse é um termo utilizado para designar as administrações desse ciclo de hegemonia

envolve as classes sociais no Brasil nos últimos anos, quando a contra-reforma do Estado se realiza, contraditoriamente, a partir de um momento político em que os trabalhadores e suas representações de classe pareciam avançar na conquista de históricas demandas sociais. É esse contexto que também impõe limites a plena realização da “Era Tasso” como proposto no projeto político da elite empresarial do CIC, exigindo dos novos dirigentes a necessidade de combinar práticas políticas diversas em sua relação com os diferentes segmentos da sociedade, inclusive no que se refere a setores da burguesia local.

### **1.2.1. O Papel da Mudança Econômica no Projeto Hegemônico da “Era Tasso”**

O reconhecimento de que no Ceará se inicia um novo ciclo hegemônico a partir da disputa eleitoral de 1986 se fundamenta na percepção de que, com os “governos das mudanças”, tem se operado, nas últimas décadas, um processo de “modernização conservadora”. Além de novos elementos políticos, e conservando estruturas históricas tradicionais, esse processo ocorre em consonância com as novas necessidades da acumulação capitalista do grande capital transnacionalizado (desregulamentação do Estado, abertura plena das fronteiras, valorização do capital financeiro, novo padrão neo-exportador transnacional) e da hegemonia do pensamento neoliberal, além de traduzir os interesses imediatos desse segmento da elite empresarial que foi alçado ao poder. Trata-se, de modo sintético, de uma:

(...) proposta de ‘modernização’ conservadora, na medida em que, em contraposição ao Estado dos ‘coronéis’, e ao capitalismo das lideranças políticas tradicionais, o novo capitalismo e o novo Estado são ‘modernos’, estimulam o desenvolvimento do capitalismo transnacionalizado, resolvem alguns problemas sociais de corrupção e clientelismo e criam a nova miséria neoliberal. É conservador, no entanto, porque abandona compromissos com a sociedade, enfraquece a sociedade civil, deixa tudo nas mãos do mercado, rejeita a participação política independente de movimentos populares, e fecha os olhos às consequências sociais desse projeto: o crescimento inédito da pobreza e da desigualdade social, sobretudo nas áreas urbanas. (NOBRE e OLIVER COSTILLA, 2006: 24).

Para atender às necessidades postas pela nova dinâmica capitalista em sua fase de mundialização, esses governantes realizaram um conjunto de modificações político-burocráticas que foram orientadas pelo pensamento neoliberal. Portanto,

suas ações seguiram um curso determinado, ao mesmo tempo em que se consolidaram em bases político-ideológicas bem definidas. O teor neoliberal dos “governos das mudanças” é tão acentuado que estes aparecem para o Brasil como uma das mais significativas experiências político-administrativas com esse caráter, um verdadeiro “laboratório experimental”. De fato, os empresários do CIC antecipam medidas de ajuste fiscal e reforma administrativa do Estado, ainda no final da década de 80 (NOBRE, 1999), bem como direcionam seus esforços para uma política industrial voltada à inserção da economia do Ceará no mercado mundial, inclusive disputando espaço com outros estados federativos do Brasil. Com esse desempenho, a nova elite dirigente mostrou grande capacidade de influir, sobretudo através de suas lideranças no Senado (Beni Veras e Sérgio Machado), nas reformas e políticas iniciadas com o presidente Fernando Collor de Mello e consolidadas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

Essas modificações de caráter político-burocrático realizadas no âmbito local, e com ressonâncias na experiência política mais geral que corresponde às administrações do período neoliberal no Brasil, foram construídas como um projeto coletivo de toda a sociedade cearense. Isto ocorre, sobretudo, ao se afirmar a modernização econômica, nos termos de uma inserção no mercado mundial, como a única forma de se superar a pobreza desta região, e também de que essa modernização implicava erradicar os tradicionais padrões de intervenção política que aí predominavam. Tudo isto significa que as necessidades do capital são apresentadas e legitimadas por esses governos neoliberais como uma demanda e uma conquista de toda a sociedade, sobretudo a modernização da política que foi requerida para impulsionar o desenvolvimento capitalista local. Nos termos de Tasso, o esforço do seu projeto consistia:

(...) em mudar as relações políticas e econômicas, em nossa sociedade. Os componentes básicos desse projeto incluem a eleição dos objetivos da sociedade acima dos interesses grupais e pessoais; a eliminação do clientelismo e empreguismo do setor público; da má aplicação dos recursos do governo e da falta de transparência das ações governamentais<sup>40</sup>.

Um aspecto que chama atenção na construção hegemônica desse projeto é que, de fato, nas últimas décadas, alterou-se a dinâmica política do Ceará. Isto se

---

<sup>40</sup> PALESTRA do Exmo. Governador Tasso Jereissati na FIEC, sobre o 2º ano de governo, 14 mar. 1989. Digitado.

revela no fato da “modernização conservadora” se apoiar na extraordinária capacidade eleitoral demonstrada, ao longo desses últimos vinte anos, por Tasso Jereissati e seu grupo político, o que lhes permitiu longevidade no poder estadual, como evidenciam os dados que serão expostos mais adiante. Diferente de uma tradição histórica de competitividade na política local, quando se revezavam no poder os grupos políticos distintos e suas correspondentes agremiações partidárias (Cf. PARENTE, 2000), esses governantes não apenas conseguiram vencer repetidas eleições, mas também obtiveram amplo apoio no âmbito do parlamento e, seguidamente, tiveram bons resultados nas eleições para os poderes executivos municipais, exceto quando se trata da capital cearense. Como decorrência da força política adquirida com esse triunfo eleitoral, o grupo empresarial conseguiu impor significativas medidas que reduziram a capacidade de outras lideranças também poderem influir no curso da vida política local durante largo período de tempo.

O ‘vendaval político’ que atingiu o Ceará a partir de meados dos anos 80 arrastou sólidas lideranças e desestruturou os agrupamentos organizados em torno delas. Desde então, os obstáculos encontrados pelos derrotados para reassumirem o poder e a sucessiva ampliação do domínio dos que os sucederam são indicativos de que esse tempo assinala o fechamento de um ciclo de poder e a inauguração de outro. (LEMENHE, 1995: 181).

Por sua vez, o grupo “tassista” também se credenciou a participar mais ativamente na política nacional, sobretudo devido ao controle de importante “fatia” eleitoral nas disputas para a presidência da República, bem como na articulação e coordenação política das campanhas do PSDB<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Em 1989, na primeira eleição direta para presidente da República pós-ditadura militar, Tasso e seu grupo estiveram propensos a apoiar o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, não sendo, entretanto, viabilizado um acordo nesse sentido. O apoio foi, então, para o candidato do PSDB, Mário Covas, ao mesmo tempo em que passaram a organizar esse partido no Ceará. Nas duas eleições seguintes, a partir do apoio do grupo tassista, o candidato Fernando Henrique Cardoso obteve expressiva votação no Estado: 48,57% em 1994 e 30,31% em 1998. Neste último caso, o candidato tucano dividiu a preferência do eleitorado cearense com o ex-governador Ciro Gomes (34,24%) e Luís Inácio Lula da Silva (32,84%). Ressalte-se que em 1998 a posição de Tasso Jereissati, e de seu grupo, foi de ambigüidade na disputa presidencial, com apoio implícito a Ciro Gomes. Por fim, sobre as eleições presidenciais, destaco que o próprio Tasso foi um forte nome na disputa pela vaga à sucessão de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, sendo preterido por José Serra. Em consequência da escolha do paulista Serra, a elite empresarial do Ceará acabou reforçando, mais uma vez, a candidatura de Ciro Gomes. O resultado dessa ação está expressa no número de votos obtidos, no primeiro turno, por Ciro Gomes (39,63%) e José Serra (7,60%). No segundo turno, a capacidade de influência do grupo tassista nas eleições presidenciais não podia superar a “onda Lula”. Assim, o resultado foi avassalador para Lula (67,50%), enquanto Serra obteve apenas 26,54%. Em 2006, Tasso Jereissati, como presidente nacional do PSDB, assume a coordenação da campanha de Geraldo Alckmin, uma demonstração do prestígio nacional desse político no cenário político brasileiro.

Essa hegemonia eleitoral das lideranças do CIC, que faz parte da construção da hegemonia política, ocorreu a partir da conjuntura que encerra o ciclo dos militares – e de muitos de seus aliados regionais, como os “coronéis” do Ceará. As condições da luta política, portanto, foram modificadas pelo retorno dos processos eleitorais em um quadro democrático, quer dizer, estiveram tencionadas pelo clima de liberdades político-ideológicas (civis), de maior participação política e de liberdade de expressão, postos os limites da democracia burguesa e da própria luta social no capitalismo. Nesse quadro mais democrático, se estabeleceu tanto a necessidade de que os projetos políticos fossem aceitos e legitimados pelos eleitores, quanto se exigiu uma maior habilidade, da parte dos governantes, de apresentar suas idéias e interesses como a expressão de “projetos coletivos”. Isto porque, nessas situações de intensa organização e confrontação política e social:

O que as eleições encerram é uma disputa em termos de legitimidade de projetos sociais, de forças partidárias e de lideranças que sejam capazes de responder à capacidade de mobilização e organização social das classes no cotidiano e de atender a um nível de expectativa dos indivíduos que é manifestada pelo voto. (NOBRE, 2004: 22).

Dessa forma, as repetidas vitórias eleitorais do grupo “tassista” expõem a sua capacidade de se referendar publicamente e se manter à frente do poder político, ou seja, de realizar esse convencimento dos eleitores. Essas conquistas nas eleições também são indicativas da ressonância de seu projeto, nitidamente neoliberal, na sociedade cearense, o que não é singular à realidade local. Na verdade, como aponta Oliver Costilla ao observar as experiências de países do Cone Sul, as burocracias estatais que têm administrado esses Estados a partir dos parâmetros do neoliberalismo, com programas tomados do Banco Mundial, ascenderam ao poder:

(...) por meio duma propaganda política eleitoral que pega as aspirações conservadoras do próprio povo trabalhador: políticos carismáticos, maior democracia representativa formal, estabilização monetária (à custa do aumento da dívida pública interna), modernização de indústrias (via investimentos de transnacionais dos países desenvolvidos), renovação dos contratos trabalhistas (via flexibilização de trabalho e novas leis do emprego, etc. (OLIVER COSTILLA, 1997: 21. Grifo meu).

Nesse sentido, é compreensível que uma série de medidas tomadas pelos “governos das mudanças” encontrasse amplo respaldo na sociedade, por exemplo, as que permitiram o enxugamento da máquina administrativa do Estado e tinham também o caráter moralizador do uso dos recursos públicos, ainda que, no primeiro

caso, gerassem descontentamento entre o funcionalismo público. E, sobretudo, a crescente industrialização que provocou, em certo nível, mais empregos e dinamismos em determinadas regiões do Ceará, em especial, naquelas que não contavam, até então, com o desenvolvimento desse setor, como muitas cidades do interior do Estado. Tudo isto foi amplamente potencializado pela propaganda oficial, com grande exagero dos resultados alcançados, o que se constituiu em importante instrumento para o alcance da hegemonia da elite empresarial do CIC.

Da mesma forma, não é singular à sociedade cearense que as reformas neoliberais coincidam com a retomada da democracia representativa. De fato, desse mesmo estudo de Oliver Costilla é possível captar a semelhança da experiência local, em termos políticos, com outras realidades:

O que houve nos países da América do Sul foi uma retomada democrática, dominada ideológica e politicamente pela procura conservadora de estabilização econômica com governabilidade (...) que parou e postergou as demandas de melhoramento social e muitos dos processos de participação popular. (Op. cit: 20).

Esse processo na América Latina tem ampliado as desigualdades sociais ao concentrar renda e fragilizado, ainda mais, as débeis instituições democráticas. O mais significativo é o triunfo ideológico e cultural gerado por tais políticas, o que se refletiu na própria adesão, sem limites, das elites locais a esse novo projeto de classe, bem como sua aceitação por amplos setores sociais, o que também foi expresso nas urnas. Com isto, romperam-se os pactos reformistas voltados para um desenvolvimento autônomo da região e assentados no fortalecimento dos mercados internos a partir da distribuição de renda.

Na medida em que o capital se impõe com novas condições de domínio sobre o trabalho, e se apóia na adesão das elites locais ao neoliberalismo, não se pode dispensar a construção do consenso interno a esse projeto. Assim, é preciso observar as bases em que tal consenso se realiza e ainda, a dinâmica que organiza e viabiliza interesses que limitam a participação da sociedade e redefinem o próprio espaço da política, bem como confere perdas econômicas e sociais aos trabalhadores. Uma pista para essa investigação encontra-se em Oliver Costilla

quando afirma que, em sociedades como as da América Latina, predominam um fetichismo do Estado<sup>42</sup> bastante peculiar:

Historicamente, aparece como um fenômeno que faz culto às elites como encarnação do interesse geral e considera as massas como sustentação pré-política do poder. A concentração de renda e poder e uma ampla exclusão social e política mantêm um patrimonialismo e um clientelismo permanentes, nos quais o 'cidadão' plebe ou massa é usado pelas elites para fins eleitorais e de legitimação. Nesse fetichismo peculiar o poder das elites também produz a separação entre política e economia: a política real faz parte das elites e não das massas; estas são excluídas da vida política e só são convocadas para rituais eleitorais. (OLIVER COSTILLA, 1997: 16-17).

Abre-se, aqui, uma pergunta instigante para pesquisa: por que a elite empresarial que substituiu os “coronéis” fê-lo pela construção da idéia de ruptura com as práticas patrimonialistas e clientelistas, que, entretanto, continuaram a permear a estrutura burocrática do Estado e foram mesmo necessárias à manutenção do poder desses novos governantes? E ainda, como veremos adiante, tal elite ascendeu ao poder fortalecendo o princípio de participação da sociedade, embora tenha se pautado em posturas autoritárias na relação com os movimentos sociais de resistência ao projeto neoliberal.

A construção dessas idéias ocorre, é claro, em um momento muito peculiar, quando as burocracias estatais se apóiam no controle social midiático, dominando a consciência por meio das imagens e convencendo de que a vida social se desenvolve no mercado (OLIVER COSTILLA, 2004: 03). Essa força se projeta tanto nos momentos eleitorais, que tem permitido, no caso do Ceará, o prolongado ciclo de hegemonia como a afirmação de outra realidade política, quanto na própria sustentação do processo de “modernização conservadora”.

Portanto, não se trata, aqui, apenas de considerar a peculiaridade de um grupo que tem conseguido se manter no poder pelo bom desempenho eleitoral e pela capacidade de se firmar hegemonicamente frente a outros grupos e segmentos de classe, mas da própria realização de um ciclo hegemônico. Reconheço, portanto, que se vive, no Ceará, particularidades em termos da dinâmica política local; que se tem consolidado, política e ideologicamente, um determinado projeto; que se

---

<sup>42</sup> Por fetichismo do Estado deve-se entender a “... separação que prevalece ainda hoje entre política e economia. Muitas questões políticas básicas não são colocadas pela sociedade civil na mesa da discussão pública pelo fato de que ela acha que pertencem a uma outra esfera de decisões, à esfera da relação entre os indivíduos e o mercado”. (OLIVER COSTILLA, op. cit.: 16).

projetam dirigentes governamentais cujas práticas e interesses estão afinados ao momento atual de domínio do capital sobre o trabalho em novas bases políticas. Todo esse processo, por estar amparado no conservadorismo neoliberal, poderia ter provocado fortes reações ao “grupo das mudanças” porque significou a ampliação das desigualdades sociais. Entretanto, o caráter de “modernização conservadora” desse projeto – quer dizer, a modernização político-econômica gerada a partir das ações desses governos – parece ter sido fundamental para a própria consolidação do ciclo de poder hegemônico sob a liderança de Tasso Jereissati.

Assim, estamos diante de uma nova realidade que, entretanto, conserva fortes elementos da formação e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da própria sociedade brasileira, qual seja, que os elementos econômicos, políticos e sociais necessários à realização desse modo de produção se impuseram e se constituíram sem superar por completo as formas tradicionais, acabando por configurar uma sociedade dual (FERNANDES, 2006)<sup>43</sup>. Em novos contextos, mantém-se atual a perspectiva de processos de modernização que continuam dependendo do Estado como uma via ordenadora e que se expressam como limitações do próprio papel dirigente das classes dominantes. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque não conseguem superar o caráter econômico-corporativo de seu projeto de poder e incorporar amplos setores sociais aos resultados da modernização econômica e, segundo, porque não podem deixar de se realizar como forma elitista de poder, apoiando-se em acordos políticos “pelo alto” e sem a participação efetiva do elemento popular.

É a partir desse reconhecimento da particularidade da sociedade brasileira que podemos pensar a “Era Tasso” apoiando-se nas categorias gramsciana de “revolução passiva” e “transformismo”. A primeira expressa determinadas respostas que as classes dominantes conseguem dar às lutas políticas e sociais dos setores subalternos, que não puderam se organizar de forma unitária e, por isso, provocar

---

<sup>43</sup> Florestan Fernandes elaborou uma verdadeira síntese, no sentido dialético, da formação do capitalismo brasileiro, o que não poderei apresentar aqui. Entretanto, cabe indicar uma das passagens mais brilhantes dessa síntese, quando ele aponta essa relação entre o novo e o velho: “... estamos diante de uma evolução histórica em que o ‘setor velho’ da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o ‘setor novo’. Daí se originou um paralelismo econômico estrutural, tão orgânico e profundo quanto persistente. Mesmo quando o elemento senhorial se envolvia no ‘setor novo’, ele não o fazia em nome de sua qualidade de empresário rural (destino histórico que foi repellido), mas em sua condição estamental (como senhor agrário) (...) Doutro lado, o ‘setor novo’ (...) para afirmar-se e expandir-se, ele teria de negar e de superar, a longo prazo, as estruturas econômicas, sociais e políticas a que se acomodaram inicialmente.” (Fernandes, 2006: 104).



profundas mudanças<sup>44</sup>. Ainda assim, a força dessas demandas e da própria luta social implicam um processo de:

(...) restauração do equilíbrio preexistente, com o 'velho' sendo incorporado e certas exigências do 'novo' sendo acolhidas. Modera-se assim a mudança, que não consegue se radicalizar (em outros termos: a mudança econômica capitalista não rompe com a dependência nem se combina com formas democráticas de controle). Mas não se trata de pura conservação, já que por detrás do aparente imobilismo político ocorre na realidade uma transformação molecular da estrutura material e das relações sociais fundamentais. (NOGUEIRA, 1998: 270-271).

“Revolução passiva” implica, portanto, um restabelecimento do equilíbrio de forças que as classes dominantes conseguem engendrar a fim de neutralizar o impulso renovador gerado pelas lutas sociais dos subalternos, e o faz como uma transição “pelo alto”.

E, já que em todo acontecimento histórico se verificam quase sempre situações semelhantes, deve-se ver se é possível extrair daí alguns princípios gerais de ciência e de arte política. Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo as modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (GRAMSCI, Caderno 15, Nota 15, 2002b: 317).

A segunda categoria gramsciana que estou tratando, o “transformismo”, indica a modalidade em que ocorre essa transição “pelo alto”: pela incorporação ao bloco do poder de outras frações das classes dominantes, que estavam em disputa com os setores hegemônicos, ou mesmo segmentos das classes subalternas. Com isto, as classes hegemônicas constroem o mínimo de consenso necessário para implementar e desenvolver (ou mesmo manter) seus projetos político-econômicos<sup>45</sup>. Ao analisar a experiência italiana, Gramsci indica em que consiste esse processo:

---

<sup>44</sup> Na nota 57 do caderno 4, Gramsci explica o sentido que deu a categoria “revolução passiva” que ele tomou emprestado do italiano Vincenzo Cuoco que “... chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobina”. (2002b: 209).

<sup>45</sup> Ao analisar a experiência brasileira, Coutinho (2003) identifica momentos históricos em que as duas modalidades de transformismo se expressaram: “Ambos os tipos de transformismo podem ser apontados também na história brasileira. A modalidade ‘molecular’ foi certamente a mais freqüente, manifestando-se como incorporação pelo bloco de poder de alguns políticos da oposição, processo que teve lugar desde a época do Império até o atual Governo Fernando Henrique. E o transformismo ‘molecular’ desempenhou um papel decisivo, talvez ainda mais negativo, em nossa vida cultural, através da assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas. Esses intelectuais eram freqüentemente

Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela habilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ por uma ‘hegemonia’); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (...) Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário – 1890/1900 –, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos. (Caderno 8, Nota 36, 2002b: 286).

Essas categorias gramscianas foram construídas para dar conta de épocas de grandes transformações sociais, e, aqui, podemos resgatá-las como “critério interpretativo” para pensar a particularidade histórica do ciclo de hegemonia dos empresários do CIC em dois sentidos. Primeiro, pelo reconhecimento do impulso renovador da “Era Tasso” no sentido econômico, quer dizer, gerando na realidade local as condições necessárias à ampliação do desenvolvimento capitalista em sintonia com as transformações contemporâneas desse modo de produção. O impulso renovador também está identificado na pretensão do projeto de modernização político-administrativo do Estado, limitado pela necessidade de alianças com os setores tradicionais da política local, como veremos ao longo deste estudo. Segundo, pelo fato de que esse ciclo de hegemonia representa o restabelecimento do equilíbrio das forças sociais dominantes diante das possibilidades de mudanças sinalizadas pela redemocratização brasileira, o que ocorreu pela incorporação de algumas demandas da sociedade e pela própria aliança inicial com setores da esquerda. Estamos tratando, portanto, de transformações moleculares que têm afetado a política e a sociedade cearense, ao mesmo tempo em que a realização dessa experiência local influenciou na realidade brasileira: pelo seu protagonismo enquanto concretização do projeto neoliberal e pelo papel das lideranças empresarias no contexto nacional.

Para avançar na compreensão da particularidade da experiência realizada no Ceará na “Era Tasso”, sobretudo o seu significado político-histórico, é preciso apresentar alguns elementos discursivos que sintetizam o “projeto das mudanças”.

---

cooptados para a burocracia estatal (...) houve também tentativas de assimilação de inteiros grupos ou classes sociais de oposição. Sob muitos aspectos, o ‘populismo’ (...) pode ser interpretado como uma tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores assalariados urbanos (...) não teve pleno êxito, não só em virtude da resistência dos setores mais combativos da classe operária, mas também por causa da impossibilidade de garantir ao conjunto dos trabalhadores (...) as bases materiais mínimas exigidas para o funcionamento do pacto populista.” (2003: 205-207).

Por sua vez, também serão expostas as principais políticas que marcaram o conjunto desses governos, concretizando uma dada direção àquele projeto. A partir dessa exposição, é possível perceber, de forma mais clara, o duplo caráter de todo esse processo: modernizante e conservador.

De forma geral, o “projeto das mudanças” se propõe a construção de um novo desenho da estrutura burocrática estatal. Esta deveria assumir uma forma eficiente, enxuta e flexível. Seria, portanto, a efetivação de outra racionalidade na condução dos recursos e políticas públicas, superando as tradicionais formas de instrumentalização do Estado por grupos políticos, o que inviabilizava a ação estratégica do poder público. Para alcançar essa atuação mais eficiente do Estado, seria preciso superar alguns mecanismos que estavam incrustados nas práticas políticas dos governos anteriores, o que era condizente com o processo histórico brasileiro. Neste caso, o discurso dos empresários do CIC, desde o princípio, ataca frontalmente as experiências dos seus oponentes mais imediatos, os “coronéis”, políticos que haviam conduzido o governo do Ceará nas últimas décadas. Estes se utilizavam de intermediações políticas como forma de sustentação do poder, quer dizer, a perspectiva de eficiência estava sempre condicionada pela necessidade de buscar apoio político em troca de cargos públicos, mesmo em posições estratégicas da administração estatal. Assim, durante a primeira campanha, o candidato Tasso já indicava os princípios que seus governos deveriam seguir, rompendo com essa lógica e o tipo de compromisso que gerava:

(...) de que toda a equipe de governo será montada obedecendo o critério da competência. Os homens mais competentes e comprometidos e nos lugares corretos. Este é o primeiro princípio que não posso abrir mão a nenhum tipo de barganha. Dentro desse quadro, isto não quer dizer que o partido não terá participação. Terá participação porque o partido tem condições de indicar nomes competentes e comprometidos para mudar esta realidade.<sup>46</sup>

De fato, ao longo de todas essas administrações que marcaram a “Era Tasso”, identifica-se uma maior presença de secretários com perfil técnico ante aqueles mais vinculados aos partidos políticos. Refiro-me às lideranças políticas, sobretudo as que têm experiência de mandatos eletivos. Ainda que em outros governos (no de Adauto Bezerra e, com mais intensidade no de Virgílio Távora), se identificasse a presença de técnicos em importantes secretarias, isto não

---

<sup>46</sup> TASSO quer municipalização do Governo, O Povo, 11 de maio de 1986. Os grifos são meus.

representava o grande peso da administração. Mesmo no governo de Virgílio Távora, que tinha a preocupação de preservar certos mecanismos de planejamento administrativo e isolar as áreas do desenvolvimento econômico de influências políticas, a maioria do secretariado era resultado das negociações políticas com seus aliados (BONFIM, 2002). Ressalte-se, entretanto, que nenhum dos “governos das mudanças” pôde dispensar a participação de partidos políticos através de cotas na administração, uma prática que decorre da própria necessidade de alianças políticas para sustentação dos governantes. Assim, não se pode deixar de levar em conta o esforço de modernização político-administrativa como uma marca da “Era Tasso”, mas é preciso considerá-la enquanto a expressão de condições históricas que já estavam se configurando na realidade cearense.

Nessa perspectiva, de atribuir maior racionalidade à máquina burocrática estatal, também ocorreu redução do número de funcionários públicos que compunham a administração estadual, bem como a diminuição de seus custos. No primeiro caso, as lideranças dos “governos das mudanças” associam seus atos ao esforço de combater o clientelismo, justificando o crescimento da burocracia estatal à necessidade que os antigos dirigentes tinham de manter esse tipo de relação em troca de apoio político. Para tanto, era preciso excluir a influência política na contratação do pessoal da administração pública.

(...) não é verdade que se excluiu, intencionalmente, os políticos. O que se fez foi, dentro do possível, no nosso juízo, naturalmente sujeito a críticas, excluir a má política da gestão do Estado (...) ela existiu em larga escala e era representada pelo clientelismo, pelo deputado que era dono de um órgão público, pelo órgão fazendo política partidária estreita, no cartão de compadrio. Tudo isso é o cupim que se alimenta de nossa miséria e torna a miséria cada vez mais farta.<sup>47</sup>

O combate ao empreguismo, enquanto estratégia da política tradicional, alia-se a uma visão de desenvolvimento que enfatiza o setor privado na geração de empregos:

Não sou contra o Estado dar emprego, embora defenda que atualmente, pelas condições conjunturais, é a iniciativa privada que deve gerar emprego (...). O emprego eficiente, produtivo, que gera o desenvolvimento, deve ser dado. E só tornando a máquina administrativa eficiente poderemos dar nova feição ao Estado do Ceará<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> BENI Veras: em jogo o poder de surpreender, *O Povo*, 24 abr. 1990. Grifo meu.

<sup>48</sup> TASSO: coronéis não acabam com miséria, *O Povo*, 27 jun. 1986.

Essa idéia, já apresentada na campanha de 1986, é reiterada por Tasso no discurso de posse de seu primeiro governo, indicando que o “projeto das mudanças” estava claramente assentado em nítidas bases ideológicas.

(...) ao contrário do empreguismo – que mascara a solução do problema ao preço de comprometer criminosamente a eficiência da administração pública – a saída que vislumbramos é a criação de oportunidades de trabalho produtivo para todos os cearenses adultos. Cabe à iniciativa privada liderar este processo com o estímulo, o apoio e a ação suplementar do setor público.<sup>49</sup>

Está aqui, portanto, a defesa de um dos mais caros princípios do neoliberalismo: a idéia de Estado mínimo. Isto se refere tanto à necessidade de ter reduzidas as ações do poder público, redefinindo seu âmbito de atuação, como a de criar uma forma burocrática diminuta. Assim, ao longo dos anos, os “governos das mudanças” empreenderam um imenso esforço para reduzir os custos da máquina burocrática e lhe dar novo formato, mais condizente com aquela idéia de Estado mínimo. Para tanto, foram utilizados diversos mecanismos: privatização de empresas estatais, terceirização de serviços, descentralização e transferências de setores para os municípios, extinção e fusão de órgãos administrativos, estímulo ao afastamento e demissão voluntários de funcionários, contenção salarial, diminuição de gratificações e outras vantagens que o funcionalismo público dispunha.

(...) o ajuste fiscal realizado pelo setor público do Ceará no lado das despesas de pessoal pode ser considerado de enormes proporções, visto que no período como um todo (1987-91), referidas despesas registraram decréscimo real de -23,00%, tendo para tal contribuído o corte no número de servidores (-11,36%) e o declínio nos salários reais médios de -18,45%, determinado pela desindexação da política de correção da remuneração dos servidores com relação à inflação passada, em sintonia com as efetivas disponibilidades do Tesouro. (IPLANCE, 1993: 17).

Empreendeu-se, portanto, significativa redução de gastos com o funcionalismo público que implicou sérios prejuízos a esse setor social. Isto ocorreu não apenas do ponto de vista econômico (grande queda do nível salarial em todos os níveis da administração, precarização das condições de trabalho, etc.), como também gerou conseqüências políticas porque foi um setor social que, ao empreender forte reação aos “governos das mudanças”, foi duramente perseguido, como veremos no quarto capítulo.

<sup>49</sup> JEREISSATI garante o governo para população. O Povo, 16 mar. 1987. Os grifos são meus.

As ações voltadas para a redução do custeio da máquina burocrática estavam vinculadas à promessa de moralização do serviço público, que levaria a eliminação do excedente de gastos que resultavam das práticas clientelistas. Nesse âmbito, alguns resultados foram sentidos logo nos primeiros momentos, ainda no governo Tasso I, quando este cancelou 40 mil contratos de funcionários em situação irregular (trata-se de casos de funcionários que não existiam, ou outros casos que acumulavam funções ou não trabalhavam). Isto representava quase 30% do total de funcionários da administração estadual no período, de um total de 146 mil. Esta ação teve grande ressonância na sociedade por indicar a disposição do novo governo de dar seriedade ao uso de recursos públicos. Ainda mais que, em pouco tempo, foi superado o problema de atraso no pagamento de salários, uma prática constante no governo anterior, de Gonzaga Mota. Entretanto, essas medidas moralizadoras também provocaram desgastes para esse primeiro governo de Tasso entre políticos do PMDB, partido pelo qual foi eleito, por terem suas bases eleitorais também afetadas por essas medidas administrativas. A redução do custo com o funcionalismo se refletiu de forma significativa no conjunto das despesas do Estado, sendo, portanto, um dos primeiros resultados do ajuste fiscal realizado pelos “governos das mudanças”.

As finanças do Estado encontram-se, agora, saneadas. Só gastamos o que arrecadamos. Em março de 1987, nosso custeio com a folha de pessoal representava 140% de todas as receitas. Em 1990, conseguimos alterar radicalmente essa situação, reduzindo tal índice para aquém da média de 65%, abaixo, portanto, dos limites impostos pela nossa Constituição.<sup>50</sup>

Nesse esforço concentrado de redução dos custos da burocracia estatal, também se insere, com grande centralidade, a reforma previdenciária aprovada em maio de 1999, momento em que o processo de contra-reforma neoliberal no Brasil já havia proporcionado as bases legislativas para isto. Como medida principal gerada, encontra-se a criação de um único sistema para todo o funcionalismo, o que permitiu um controle sobre os valores pagos, não podendo exceder o salário do funcionário quando estava na ativa. A partir dessa reforma, e outros ajustes realizados posteriormente, também foram reduzidos os gastos públicos com a previdência do funcionalismo por meio de dois mecanismos: 1) passou-se a contar com a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas; 2) foram limitados os

---

<sup>50</sup> ESTADO DO CEARÁ. Mensagem à Assembléia Legislativa 1991.

gastos estaduais com a previdência, o que ocorreu com Mensagem No. 6.408, de abril de 1999. Esta determina que “... a despesa líquida com pessoal inativo e pensionista do SUPSEC não poderá exceder, em cada exercício financeiro, a 12% (Doze por cento) da receita corrente líquida do Estado...”<sup>51</sup>.

A reforma previdenciária, tal como prevista inicialmente pelos “governos das mudanças”, teve uma modificação quanto à perspectiva de se ter um único sistema para o conjunto do funcionalismo estatal dos três poderes (executivo, judiciário e legislativo). De fato, devido às pressões sofridas no âmbito da Assembléia Legislativa, o projeto encaminhado em fins de 1998, foi alterado em abril do ano seguinte e um mês antes de sua aprovação. A mudança implicou a manutenção de um sistema diferenciado para os deputados estaduais: “Os Deputados Estaduais não serão contribuintes do Sistema Único de que trata o ‘caput’ deste artigo e poderão ter sistema próprio de previdência social, mantido por contribuição dos segurados e pensionistas e por recursos do Estado ...”<sup>52</sup>. Esta proposta – ressaltou, mais uma vez, que não estava no projeto inicial – deveu-se provavelmente às dificuldades decorrentes de sua negociação no âmbito legislativo.

A redução dos gastos públicos com o quadro de pessoal, que envolveu prolongado e amplo processo, consiste em um dos pilares da reforma fiscal e administrativa do Estado conduzida na “Era Tasso”. Outro pilar pautou-se na recuperação da capacidade do poder público estadual em arrecadar impostos e negociar suas dívidas. Em linhas gerais, isto ocorreu através das seguintes medidas:

(...) implantação do Sistema Integrado de Contabilidade (...) reforma na Fazenda Pública, incluindo informatização, reestruturação organizacional e funcional (...) e a adoção de preços ‘realistas’ pelas companhias estatais responsáveis pelos serviços públicos... (GONDIM, 1994: 201).

Por último, outro componente central dessa reforma estatal, diz respeito ao amplo processo de privatização de empresas estatais iniciada por esses governos e que seguiu em outros momentos. Além do já mencionado resultado na redução do quadro de pessoal (representando uma estratégia importante, do ponto de vista desse projeto, no redesenho da burocracia estatal), essas privatizações refletem o

---

<sup>51</sup> ESTADO DO CEARÁ. Mensagem No. 6.408, de 05 abr. 1999.

<sup>52</sup> ESTADO DO CEARÁ. Mensagem No. 6.404, de emenda à mensagem no. 6.389, de 30 nov. 1998. Fortaleza, 05 abr. 1999.

posicionamento do Estado na contemporaneidade em sua relação com o mercado. De fato, a ideologia neoliberal, com seus reflexos nas políticas públicas, tem apostado em uma crescente retirada da função estatal de setores que são importantes para a acumulação de capital. Assim, como no Brasil de forma mais ampla, as privatizações no Ceará ocorreram em setores estratégicos e lucrativos, sendo os exemplos mais importantes o de energia elétrica (Coelce) e de telecomunicações (Teleceará).

Na medida em que os “governos das mudanças” faziam a transferência desses setores estratégicos como fonte de acumulação de capital, também realizavam esforços para atrair grandes investimentos, tanto no setor industrial como na agroindústria, revelando o tipo de desenvolvimento por eles pretendido. Nesse sentido, promoveram ofensiva campanha publicitária ressaltando suas conquistas em termos de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas. E, principalmente, ofereceram imensos incentivos fiscais para atrair os novos investidores. Isto só pôde ocorrer em função do equilíbrio fiscal alcançado pelos novos governantes cearenses, viabilizando condições competitivas frente a outros estados da federação brasileira, como:

(...) financiamento de 75% do ICMS devido, com carência de três anos, sem correção, durante dez anos. Durante a carência, o empresário pode utilizar a verba não recolhida como capital de giro. Além disso, as empresas gozam de isenção do Imposto de Renda durante dez anos, por se tratar de área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para completar as benesses, o estado fornece a infra-estrutura e geralmente os municípios concedem o terreno à empresa disposta a investir. (FURTADO E MARCHAND, 1997: 10)

Com o mesmo sentido, de ampliar as condições para o desenvolvimento capitalista no âmbito local, esses governos criaram, ao longo desses anos, uma melhor infra-estrutura para dar suporte a tal desenvolvimento. Isto ocorreu, especialmente, quanto às condições de escoamento da produção através da construção do Sistema Portuário do Pecém. Da mesma forma encontrava-se a ampliação do Aeroporto Internacional de Fortaleza, cujo objetivo foi também o de intensificar o turismo, uma das áreas eleitas como primordial para o desenvolvimento econômico local.

Por sua vez, outro investimento importante, com grande aporte governamental, diz respeito à melhoria das condições hídricas do Ceará, já



contando com muitos anos de serviço e ainda não concluído. Neste caso, as grandes obras que se destacam são o Açude Castanhão e os canais de irrigação (o do Trabalhador e o da Integração, ainda em fase de construção), todas essas fazendo parte de um grande projeto estrutural de interligação das bacias hidrográficas deste Estado Federativo. Com este propósito, encontrava-se também o esforço dessa elite dirigente de incentivar, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, a aprovação das obras de transposição das águas do Rio São Francisco. Este projeto – aprovado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva sob os auspícios do seu então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes – encontra-se em fase de implantação, ainda que esteja gerando muitas polêmicas entre ambientalistas e diversos setores dos movimentos sociais. Todos esses investimentos, buscando superar a condição estrutural de ser uma região em que a maior parte do território está no semi-árido, conduzem a um objetivo muito determinado: transformar o Ceará em “... um poderoso pólo de agroindústria tropical ...” (TASSO, 1998: 29).

O projeto modernizante dessa elite burguesa esteve voltado, portanto, para um desenvolvimento mais intenso de setores da indústria local (metalmecânico, têxtil e de confecções, calçadista e eletroeletrônico), da agricultura (fruticultura, em especial, mas também com estímulos à floricultura) e, no caso do setor de serviços, do turismo (FURTADO E MARCHAND, op. cit.). Isto foi feito se coadunando com as tendências da mundialização que permite a inserção de forma diferenciada de regiões e de alguns segmentos produtivos e, especialmente, pautando-se em capital concentrado. Da mesma forma que em outras regiões pobres, o capital busca aqui também se apropriar de mão-de-obra a baixos custos e sem organização sindical, situação reconhecida pelas próprias lideranças do governo como uma vantagem competitiva do Ceará:

(...) queremos trazer empresas que ofereçam muitas vagas, mesmo na faixa salarial de 120 a 140 dólares (...) Uma das preocupações do governo cearense é evitar a concentração de indústrias do mesmo ramo numa mesma cidade, para inibir o surgimento de sindicatos operários fortes. (RAIMUNDO MARQUES VIANA, ex-secretário da Indústria e Comércio do Ceará e ex-secretário de Desenvolvimento Econômico. In: Furtado e Marchand, op. cit.: 09).

Observa-se aqui a nítida dimensão conservadora do desenvolvimento econômico que é buscado a partir do “projeto das mudanças”: os mecanismos utilizados para gerar crescimento econômico implicam em manter ou ampliar a

desigualdade de renda que existe historicamente nesta região<sup>53</sup>. Essa acaba sendo uma consequência desse modelo de desenvolvimento, cuja centralidade está no Estado criar condições de infra-estrutura e dar incentivos fiscais para atrair os grandes investidores capitalistas. Nesse sentido, o Estado no Ceará segue a tendência contemporânea de cada Estado particular, qual seja, buscar criar as condições melhores para a acumulação capitalista. Trata-se, de fato, de Estados que competem entre si para atrair os melhores investimentos (Hirsh, 1999), quer dizer, criar vantagens econômicas e políticas no âmbito local que sejam comparativamente melhores que outros espaços geográficos. Isto ocorre principalmente considerando-se o conjunto de estados federativos do Brasil, como fica demonstrado no caso da indústria Paquetá.

(...) o início das atividades da Paquetá no Ceará deve-se mais aos incentivos fiscais, concedidos pelo governo do estado, e menos à redução com custos de mão-de-obra. O consultor de mercado Luiz José Coelho, com projetos de instalação de indústrias em vários estados do Nordeste, concorda com Schein. 'Nenhum empresário calçadista teria saído do Rio Grande do Sul apenas em razão de salários menores', afirma. Coelho estima que a diferença de salários entre o Ceará e o Rio Grande do Sul, no segmento calçadista, chega a 40%. Mas o impacto do custo da mão-de-obra no preço final do produto fica entre 10 e 20% e isso, segundo ele, seria insuficiente para uma empresa trocar o núcleo da sua operação. (FURTADO E MARCHAND, op. cit.: 10).

Outra situação que evidencia o caráter conservador desse modelo de desenvolvimento é quando se concentram os incentivos na agroindústria, inviabilizando os pequenos e médios proprietários rurais de usufruírem dos grandes investimentos estatais para dotar o Ceará de capacidade de irrigação. Chama a atenção, neste caso, a permanente concentração fundiária no Ceará, aliada a outras expressões da desigualdade social desta região, o que não foi alterada ao longo desses governos.

Ao lançarem todos esses programas – que tanto levaram a reformulação das funções estatais como de seu desenho institucional – os governos da “Era Tasso” enfrentaram significativas resistências na sociedade, em especial do funcionalismo público e de suas representações sindicais. Como já exposto, este aspecto será discutido no quarto capítulo, pois sua importância na presente pesquisa está

---

<sup>53</sup> Em relatório divulgado em abril de 2003, o Banco Mundial adverte: “O Ceará, bem como o restante do Nordeste, apresenta uma desigualdade ligeiramente mais alta que a média do Brasil. Nos últimos 15 anos, não têm-se observado nenhuma mudança significativa no Ceará ou no País”. (BANCO MUNDIAL, 2003: 23).

relacionada, sobretudo, à aliança que foi estabelecida, inicialmente, entre a elite empresarial e setores sociais de esquerda, bem como aos mecanismos e estratégias geradas por essa elite para obter a hegemonia na sociedade, ao mesmo tempo em que realiza o seu domínio. Posteriormente, essa aliança com os setores de esquerda foi rompida, na medida em que o “projeto das mudanças” vai se realizando e assumindo o seu caráter conservador do ponto de vista das relações de classe.

Agora, importa destacar que, no processo de construção do “projeto das mudanças” como um projeto coletivo, a participação política foi apresentada como um elemento central, o que é decorrência mesmo do clima vivenciado pela redemocratização, em meados dos anos 80. Isto também tinha o significado de ruptura com as anteriores experiências governamentais, identificadas com a Ditadura Militar. Assim, em um balanço realizado após dez anos da primeira eleição de Tasso Jereissati, este envia uma mensagem ao Legislativo, concluindo que:

A implementação do Projeto das Mudanças (...) representou uma ruptura com estruturas político-institucionais arcaicas, em que os programas eram elaborados e executados pela elite dirigente à revelia dos demais atores políticos e sociais e, o que é mais grave, da própria opinião pública. Hoje, porém, a situação mudou e toda a sociedade se manifesta e influencia, direta e objetivamente, na definição do próprio destino.<sup>54</sup>

Na concepção desses governantes, a participação implicava alguns espaços em que se podia compartilhar o planejamento de ações administrativas, mas não as grandes linhas das políticas pertinentes a esses governos, cuja responsabilidade seria do seu núcleo central. Em consonância com esse pensamento, a participação ocorreu, num primeiro momento, através de uma relação direta com as entidades comunitárias, discutindo suas demandas e até mesmo compartilhando a gestão de alguns equipamentos sociais (o caso do Projeto ABC do Governo Ciro Gomes). Numa segunda fase, a participação social, compatível ao caráter conservador dos “governos das mudanças”, se fez notar por meio dos chamados “conselhos da sociedade civil”, que foram criados pela proposta de descentralização política e administrativa do governo Tasso II<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> ESTADO DO CEARÁ. Mensagem à Assembléia Legislativa 1996. P. 1.

<sup>55</sup> Essa proposta é apresentada no programa de governo de Tasso para essa segunda gestão: Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará – 1995/1998.

Em todas essas situações, o fundamental para esses governos era criar estratégias que viabilizassem sua hegemonia política, fragilizando a força política tanto dos partidos e movimentos sociais de esquerda quanto de lideranças políticas tradicionais dos setores dominantes. No primeiro caso, a hegemonia se fez apoiada na assimilação de práticas políticas desses movimentos, como também a partir de cooptação das lideranças populares vinculadas a esses movimentos sociais de esquerda. No segundo caso, buscou-se substituir a intermediação das demandas sociais dos setores populares, que as lideranças políticas tradicionais estavam acostumadas a realizar, por uma relação direta entre associações comunitárias e demais organizações de classe e o próprio governo. Aqui é exemplar o caso do Projeto São José, que prevê recursos para pequenos investimentos produtivos e de infra-estrutura em regiões precárias do Ceará, mas cujos projetos só têm os recursos liberados caso sejam demandados por aquelas associações e aprovados nos conselhos de desenvolvimento municipal. Este projeto, de fato, foi pensado como forma de controle da política local, embora fosse apresentado como mecanismo de combate ao clientelismo e de efetiva participação social.

A análise desses mecanismos de participação social dos “governos das mudanças”, como formas de viabilizar sua hegemonia política, será retomada no último capítulo. Aqui importa demarcar sua dimensão limitada, dado o seu caráter muitas vezes formal (como nos conselhos de desenvolvimento municipal) e também autoritário, no sentido de buscar interferir na própria dinâmica dos movimentos sociais e tentar substituir suas autênticas lideranças políticas. Por sua vez, sua limitação é também de ordem prática, haja vista a permanência de formas de controle de comunidades carentes e outros segmentos sociais por políticos com práticas tradicionais, sobretudo no interior do Ceará.

Associado a esse caráter limitado de participação social, encontram-se seguidas demonstrações de força realizada por esses governos ao longo de todos esses anos que estiveram à frente do poder estadual, reprimindo manifestações públicas de descontentamento com os rumos que seguiam, e, até mesmo, isolando alguns integrantes do projeto inicial dessa elite empresarial, na medida em que também apresentavam divergências, como será exposto no próximo capítulo.

Em um balanço dos “governos das mudanças”, contabilizando 04 administrações em um prazo de 16 anos, identifico-os como governos que

conseguiram empreender o propósito de criar novas condições para o investimento capitalista no Ceará, e também potencializar a capacidade de investimento do Estado. Com isto, alcançaram certo êxito para fazer avançar o crescimento econômico nesta região, superando, em muitos momentos, o dinamismo da economia brasileira nas últimas décadas. Por sua vez, foram governos que atuaram numa perspectiva de concentração de capital e, com isto, mantiveram a histórica desigualdade social deste Estado federativo.

Para o propósito deste estudo, devemos buscar as bases políticas que permitiram a realização dessa “modernização conservadora”, quer dizer, entender como se combinaram processos de modernização do aparelho burocrático do Estado com os antigos mecanismos de sustentação política dos governantes no Ceará, ou em que sentido essas práticas políticas foram superadas e quais outras foram desenvolvidas. Portanto, é preciso compreender como se deu a hegemonia política desses governos, o que passa pela percepção de sua força eleitoral, ainda que não se restrinja a este fator, como um dos mecanismos para conquistar aliados entre setores das elites e criar a idéia de sua aceitação por diferentes setores sociais.

O aspecto eleitoral é fundamental por tratar-se de um ciclo de hegemonia que se inicia com o processo de redemocratização brasileira e o retorno das eleições diretas para o poder executivo. Isto ocorre combinado com outros mecanismos que provocaram significativas mudanças na política. Trata-se aqui, por um lado, da fragilização do poder de reivindicação dos trabalhadores e setores populares quanto aos seus direitos sociais e trabalhistas, ao mesmo tempo em que têm uma maior participação nos processos eleitorais. Por outro, da própria modificação desses processos, com uma maior influência da mídia e do poder financeiro, mas gerando também situações interessantes como a ampliação da presença de partidos de esquerda no parlamento, à frente dos executivos estaduais e culminando com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Nesse sentido, os processos eleitorais não deixam de se expressar como momentos importantes para a hegemonia política de determinados agrupamentos político-partidários, de modo que em nenhum instante a elite empresarial pôde dispensar o controle sobre tais processos a fim de se manter a frente do Governo do Ceará, e também teve que buscar daí parte importante de seu apoio político.

### 1.2.2. “Transformismo”: elemento determinante da “Era Tasso” como ciclo de hegemonia político-cultural

Em sua primeira eleição, Tasso Jereissati derrotou o vice-governador Aduino Bezerra com um desempenho surpreendente: obteve 52,32% do total da votação estadual. Isto representou quase 600.000 votos de diferença em relação ao tradicional político cearense, o adversário que esteve mais bem colocado. Considerando-se apenas os dados relativos aos votos válidos, excluídos os nulos e brancos, o percentual do candidato vitorioso alcançou 61,46% dos votantes. A partir daí, os “coronéis” foram substituídos no comando da máquina burocrática estatal pelas lideranças empresariais formadas na militância do CIC, como também foram modificadas, nos anos seguintes, as relações de força político-eleitoral entre os diferentes setores das elites. Com aquela eleição, o novo segmento da burguesia local passou a ter o controle da máquina governamental por prolongados 16 anos de poder, ainda que mantivesse o apoio de setores que tinham feito parte do ciclo político dos “coronéis”.

Nas demais eleições, esse segmento da elite empresarial e seus aliados políticos se impuseram hegemonicamente sobre outras forças partidárias, tanto aquelas que estiveram sob o controle dos antigos dirigentes como as forças emergentes com inspiração de esquerda. Isto ocorreu, a partir da segunda eleição (1990), em um sistema eleitoral com 02 turnos, sendo que tanto Ciro Gomes como Tasso Jereissati venceram seus adversários sempre no primeiro turno, com mais de 40% da preferência do eleitorado (vide **TABELA 01**).

**TABELA 01**  
**GOVERNADOR ELEITO E MELHOR COLOCADO NAS ELEIÇÕES DO CEARÁ – 1990 A 1998**  
Fortaleza/Ceará  
Agosto de 2007

ANO DA ELEIÇÃO	CANDIDATO ELEITO	CANDIDATO DERROTADO E MELHOR POSICIONADO	DIFERENÇA DE VOTOS	% DE VOTOS DO ELEITO NO ESTADO
1990	CIRO GOMES	PAULO LUSTOSA	408.445	44,18
1994	TASSO	JURACI MAGALHÃES	438.350	43,80
1998	TASSO	GONZAGA MOTA	1.020.110	47,54

FONTES: TRE-CE

Nos dois primeiros pleitos depois de iniciado o ciclo de hegemonia, em 1990 e 1994, as diferenças para os outros candidatos em melhor posição (Paulo Lustosa, do PDS, em 1990 e Juraci Magalhães, do PMDB, em 1994) foram superiores a 400.000 votos e representaram mais de 50% dos votos válidos (54,32% e 55,32%, respectivamente). Em 1998, Tasso Jereissati conseguiu sua reeleição com mais de 01 milhão de votos, representando praticamente um terço do total de votantes naquele pleito. Este fato é mais significativo quando se considera o número de votos válidos dessa última eleição: 62,72%<sup>56</sup>. Esses dados traduzem tanto o nível de aceitação alcançado por esses governos quanto suas capacidades de mobilizar recursos políticos que lhes permitiram seguidas vitórias eleitorais.

Mesmo em sua terceira eleição, e atentando-se para o fato de que, àquela altura, já havia ocorrido inúmeras dissidências no grupo que o acompanhou no início do ciclo de hegemonia, Tasso Jereissati se apresentou como insuperável numa disputa por votos. Isto foi corroborado em 2002, ao final do seu governo, quando se elegeu para o Senado Federal com 1.915.781, além de contribuir para a eleição de Patrícia Sabóia Gomes<sup>57</sup> para a outra vaga naquela casa. O desempenho de Tasso nos processos eleitorais nas últimas décadas, em especial para o Governo Estadual, vai de encontro à tradição política cearense. Isto porque, antes da Ditadura Militar e da escolha indireta para o cargo executivo, era comum o governante no Ceará não conseguir eleger seu sucessor, alternando-se no poder os partidos representativos das frações das elites locais. Essa condição atribui ao novo ciclo de poder uma característica especial quanto a sua dinâmica política, sobretudo na relação com os aliados eleitorais.

O poderio eleitoral do grupo que ascendeu ao poder em 1987 sob o comando de Jereissati é mais evidente quando se percebem os resultados da representação parlamentar no poder legislativo do Ceará e em âmbito nacional. De fato, em todas

---

<sup>56</sup> Em 1998, ao se excluir os votos nulos e brancos de um total de 3.300.869 votantes, os votos válidos de Tasso representaram 2.501.833, elevando sobremaneira o seu percentual perante os demais competidores.

<sup>57</sup> Ex-mulher de Ciro Gomes e, como ele, pertencente a famílias tradicionais na política de Sobral. Em Fortaleza, Patrícia Gomes fez uma meteórica carreira política, amparada no prestígio de Primeira-dama da Capital e do Estado, elegendose vereadora em 1996 com extraordinária votação: 21.839 votos, o dobro do segundo mais votado. Depois, elegeu-se deputada estadual em 1998, como a segunda mais votada no Ceará, com 79.739 votos. Em 2002, Patrícia Gomes tentou assumir a Prefeitura de Fortaleza, mas perdeu a chance de disputar o segundo turno para Inácio Arruda, do PC do B. Isto ocorreu após iniciar a campanha em primeiro lugar, de acordo com as pesquisas de opinião, encerrando a eleição em 4ª posição. Em todas essas eleições, não há dúvida sobre a transferência de votos para a candidata por parte de Ciro Gomes e Tasso Jereissati.

as eleições do ciclo de hegemonia, os partidos que abrigaram Tasso e Ciro – inicialmente o PMDB e, depois, o PSDB – conseguiram eleger as maiores bancadas de deputados estaduais e federais (vide **TABELA 02**)<sup>58</sup>. Na eleição de 1986, o PMDB conseguiu sozinho mais de 50% de cada bancada, federal e estadual, ainda que a coligação contasse com mais três partidos: PDC, PCB e PC do B.

**TABELA 02**  
**NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS NO CEARÁ PELO PMDB EM 1986 E PELO PSDB DE 1990 A 1998**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>ANO DA ELEIÇÃO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS</b>	<b>DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS</b>
1986	PMDB	12 - 54,5%	24 – 52,2%
1990	PSDB	07 - 31,8%	18 – 39,1%
1994	PSDB	11 - 50,0%	20 – 43,5%
1998	PSDB	12 - 54,6%	21 – 45,7%

FONTE: TRE-CE

Essa eleição de 1986, especificamente, assume uma particularidade. Representou, por um lado, a força do candidato Tasso frente ao seu concorrente, o que fica evidenciado nos inúmeros apoios que o empresário foi recebendo durante sua primeira campanha, como será exposto no terceiro capítulo. Por outro lado, a eleição de parlamentares naquele pleito produziu também uma bancada eclética que resultou tanto da força da política tradicional, assentada em práticas clientelistas que predominaram durante décadas no Ceará e no Brasil, quanto da nova realidade produzida pela redemocratização e o sucesso inicial da Nova República, fato a ser explorado no segundo capítulo. Portanto, as bancadas federal e estadual governistas eleitas nesse período não têm como única determinação a força do grupo que inicia seu comando na política cearense, ainda que tenha sido beneficiada pela receptividade ao candidato majoritário e sua influência na campanha dos demais candidatos. De fato, a escolha das representações parlamentares naquele momento indica a realidade de transição política que se estava vivendo, quando os antigos dirigentes sofreram constrangimentos no cenário de redemocratização e novos sujeitos despontaram e concorreram para ocupar espaço na política cearense.

<sup>58</sup> O número total de deputados federais do Ceará, desde esse período, corresponde a uma bancada de 22 parlamentares, enquanto a Assembléia Legislativa dispõe de 46 cadeiras.



Na eleição posterior para o Governo do Estado, em 1990 (período em que o grupo abandona o PMDB e constrói o PSDB no Ceará), ocorre uma redução significativa do número de deputados do partido governista. Todavia, tanto na Câmara Federal como na Assembléia Legislativa, os “tucanos” cearenses mantêm a maior bancada. Nas eleições seguintes, 1994 e 1998, o número de deputados eleitos do partido governista volta a subir e se mantém estável, evidência da hegemonia política conquistada pela elite empresarial, como também reflexo do reagrupamento dos diversos setores da elite cearense. Aqui, mais do que nunca, se evidencia a força do “transformismo” na “Era Tasso”, o que não pode ser deslocado da realidade brasileira como um todo, tal como observa Marco Aurélio Nogueira ao destacar as conseqüências da centralidade do Estado como condutor do desenvolvimento capitalista no plano político:

Por um lado, dificultou a constituição de uma tradição democrática expressiva e inibiu a formação de organizações políticas e sindicais representativas, autônomas e vigorosas. Por outro lado, destilou uma cultura política condicionada pelo golpismo e pelo autoritarismo e acabou por erigir o ‘transformismo’ (Gramsci) em regra da política, isto é, permitiu que os sucessivos blocos de poder encontrassem sempre condições de assimilar tanto as frações rivais das classes dominantes como diversos setores das classes subalternas. (Op. cit.: 273).

Quando se observa na **TABELA 03** o conjunto das coligações das quais o PMDB e, depois, o PSDB fizeram parte, a representação parlamentar nas duas casas legislativas ficou ampliada em mais de 50%, excetuando-se a de 1990 que teve percentual entre 45% e 47%. Por sua vez, ganham destaque as eleições de 1998, cujo número de deputados “tucanos” na Câmara Federal se aproximou de 60% e na Assembléia Legislativa chegou a ultrapassar esse percentual (63,0%). Se a análise desses resultados não deixa dúvidas sobre a hegemonia eleitoral do grupo governista, deve-se lembrar que, evidentemente, esta foi acrescida de outros apoios durante os processos de votação na Câmara e, em especial, no legislativo cearense. Tem-se como ressalva o período difícil do primeiro governo Tasso (1987-1990), quando parte do PMDB rompeu com o governador e passou a lhe fazer oposição. De forma geral, esses resultados apontam para a tendência histórica da política brasileira que indica a tendência governista das bancadas legislativas.

**TABELA 03**  
**NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS EM COLIGAÇÕES COM O PMDB EM 1986 E COM O**  
**PSDB DE 1990 A 1998**  
**Agosto de 2007**

<b>ANO DA ELEIÇÃO</b>	<b>COLIGAÇÃO</b>	<b>DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS</b>	<b>DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS</b>
1986	PMDB/PDC/PCB/PC do B	12 - 54,5%	24 - 52,2%
1990	PSDB/PDT/PDC	10 - 45,5%	22 - 47,5%
1994	PSDB/PDT/PTB	11 - 50,0%	24 - 54,4%
1998	PSDB/PPB/PPS/PSD/PTB	13 - 59,1%	29 - 63,0%

FONTE: TRE-CE

A força eleitoral do grupo tassista também é visível quanto às eleições para o Senado Federal. De 1986 a 2002 os partidos do candidato majoritário elegeram os senadores com maior votação, além de suas coligações ocuparem todas as vagas em disputa. Em 1994, a segunda vaga foi compartilhada na coligação com o PDT, elegendo Lúcio Alcântara. Posteriormente, esse político se transfere para o PSDB, partido a que pertenceu durante a maior parte do mandato de senador e pelo qual foi eleito governador em 2002. Nesse mesmo ano, como já relatado, a segunda vaga do senado foi assumida por Patrícia Gomes, do PPS, em coligação com o PSDB que elegeu Tasso em maior votação.

No caso dessa representação parlamentar, chama também a atenção o esforço de outras lideranças do CIC em ocupar esse espaço político. Assim, além de Tasso Jereissati (2002-...), foram também eleitos para o Senado: Beni Veras (1990-1998) e Sérgio Machado (1994-2002), todos pelo PSDB. Este é também um aspecto essencial na construção da hegemonia do grupo, sobretudo tendo em vista a consecução de seu projeto de “modernização conservadora”, que dependia de uma articulação com o processo de contra-reforma que estava ocorrendo no País. Assim, os senadores cearenses da bancada “tucana” durante os vários momentos desse processo (conduzido especialmente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso) assumiram posição de liderança, contribuindo nas votações naquela casa que foram favoráveis ao governo.

Para a viabilidade do ciclo de hegemonia, além do poder adquirido com a maioria das representações parlamentares, sobretudo na Assembléia Legislativa, era preciso conquistar o apoio de lideranças dos diversos municípios cearenses, além daquelas que compartilharam da aliança política desde o momento inicial. Nesse sentido, as primeiras eleições para prefeitos e vereadores durante o Governo Tasso I, em 1988, foram decisivas para a conquista da hegemonia do grupo. Isto

porque, como sugerido anteriormente, naquele momento as primeiras dissensões de aliados já haviam ocorrido, em especial dentro do PMDB. Este partido, por sua vez, enfrentou dificuldades para eleger seus representantes em âmbito nacional, sobretudo nas capitais, haja vista a insatisfação popular com a suspensão do Plano Cruzado logo após as eleições de 1986 e outras medidas que desgastaram o governo Sarney. Da mesma forma, os antigos dirigentes da política cearense que tinham sido derrotados nas eleições de 1986, ainda possuíam grande peso político no interior do Ceará e buscaram naquelas eleições recuperar o controle da política local.

A despeito das dificuldades que o grupo tassista enfrentava na política local e outras que decorriam da política nacional, ainda assim a elite empresarial do CIC conseguiu obter vitória significativa. Em primeiro lugar, ao eleger o prefeito de Fortaleza: Ciro Gomes, mesmo em acirrada disputa (uma diferença pouco maior de 5.000 votos), enfrentando inclusive a força de antigos aliados (Amarílio Macêdo) e dos seus tradicionais adversários. Uma análise mais detalhada dessa eleição será realizada posteriormente, por enquanto, é satisfatório apresentar a síntese realizada por Parente:

A vitória de Ciro Gomes, pela Coligação das Mudanças (PMDB-PMB), aproveitou-se da divisão dos grupos tradicionais como trunfo. O mesmo aconteceu também aos partidos de esquerda. A Frente Democrática (PDT-PC do B), com Edson Silva, perdera por menos de um por cento. A Frente Progressista, com Mário Mamede, recebeu cinco por cento. O PH, com Dalton Rosado, ficou com dois por cento do eleitorado. A divisão tanto dos grupos tradicionais como os de esquerda fizeram com que não se radicalizasse a campanha eleitoral. (1992: 17).<sup>59</sup>

A vitória do grupo empresarial foi representada, em segundo lugar, pelos resultados no restante do Estado: o PMDB conseguiu eleger 37% dos prefeitos municipais, com apoio das coligações. “Perdeu apenas para o PFL que perpez 45

---

<sup>59</sup> O apoio de Amarílio Macêdo foi decisivo para a votação de Edson Silva, do PDT. Esse empresário, um ex-presidente do CIC (1980-1981), havia se afastado de Tasso ainda nos primeiros momentos do governo por discordâncias quanto à condução autoritária dessa administração, como veremos no segundo capítulo. Após a ruptura, Macêdo seguiu à frente do “Movimento Pró-Mudanças”, que reunia setores intelectuais e políticos que tiveram participação importante na primeira eleição de Tasso e na formulação do Plano de Governo. No caso dos partidos de esquerda, havia uma acirrada disputa que fora agravada pela administração de Maria Luiza Fontenele. Naquela altura dos acontecimentos, a prefeita de Fortaleza havia saído do PT e lançado um dos seus colaboradores mais diretos para concorrer às eleições: Dalton Rosado, pelo inexpressivo PH. O PT, embora tenha tentado uma aliança com o PDT e o PC do B, acabou apresentando para a disputa o médico Mário Mamede, antigo militante daquele partido e também um dos colaboradores da administração de Maria Luiza na direção do maior hospital da cidade, o Instituto José Frota. Os motivos dessas divergências serão também discutidos no segundo capítulo.

por cento das prefeituras (...) O PDS veio em terceiro lugar com 32 por cento das prefeituras” (Idem: 21). Ainda levando em conta o levantamento feito por Parente, vale lembrar o desempenho do Partido Municipalista Brasileiro – PMB, cujo resultado alcançou 15,42% dos municípios. Esse partido, articulado em nível nacional pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia do PMDB, contava com o respaldo do governo Tasso. A utilização de um partido de apoio ao governo, além daquele em que se encontra o próprio governador, consiste em uma necessidade para satisfazer as divergências dos diferentes grupos governistas em âmbito municipal. Mesmo não sendo uma novidade da “Era Tasso”, foi uma importante tática utilizada na construção de sua hegemonia político-eleitoral.

Passado esse primeiro momento de dificuldade nas eleições municipais de 1988, a fração da burguesia cearense que estava no comando da administração estadual, consolidou seu espaço com o crescente apoio de lideranças municipais conservadoras, além de outras que surgiram estimuladas pelo grupo tassista. Como se pode observar na **TABELA 04**, o partido governista liderou, de forma isolada, as demais eleições para prefeitos no Ceará, enquanto perdurou a “Era Tasso”. Quando se acrescentam as coligações, com base nos dados apresentados pelo TRE-Ce para 1996 e 2000, o número de prefeitos eleitos pelo PSDB, ou com apoio deste partido, ultrapassa a mais da metade do total de prefeituras: 51,01% em 1996 e 55,44% em 2000.

**TABELA 04**  
**NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS PELA LEGENDA DO PSDB NO CEARÁ – 1992 A 2000**  
Fortaleza/Ceará  
Agosto de 2007

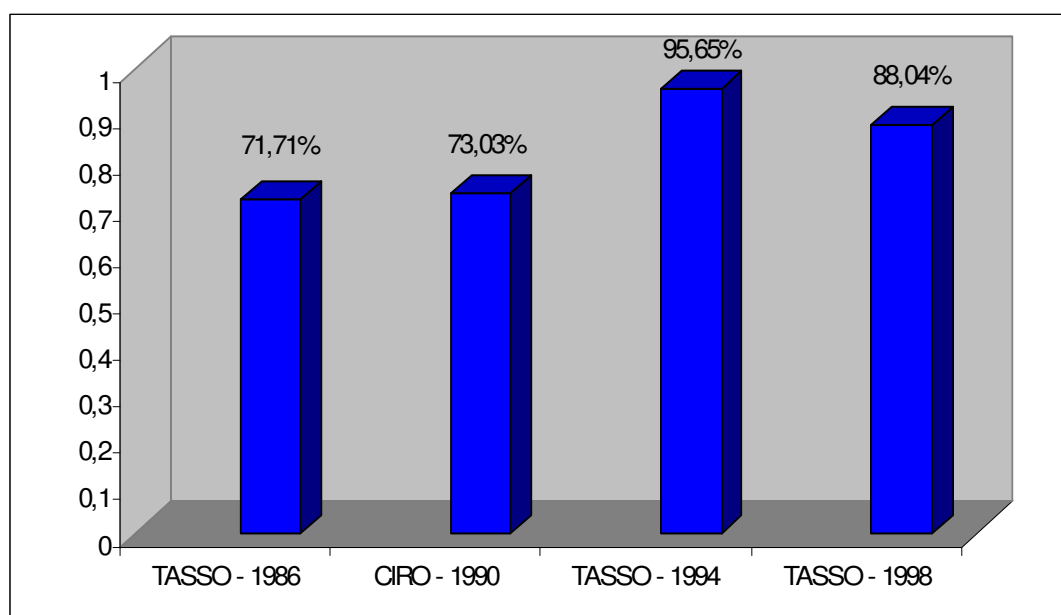
<b>ANO DA ELEIÇÃO</b>	<b>No. PREFEITOS ELEITOS PELA LEGENDA DO PSDB</b>	<b>% NO ESTADO</b>
1992	91	49,7%
1996	79	42,9%
2000	83	45,1%

FONTE: LISTAGENS DE PREFEITOS ELEITOS/TRE-CE

Na análise das eleições municipais, no sentido de mensurar a força eleitoral do grupo governista, deve-se fazer algumas ponderações. Isto porque a fragilidade dos municípios em relação ao repasse de recursos tende a criar uma dependência ao partido que está à frente da administração estadual. Da mesma forma, o reduzido apego ideológico de muitas lideranças políticas as leva a se deslocarem de partidos

de acordo com a conveniência do poder, quer dizer, expressam o tipo “molecular” de transformismo. Além desse deslocamento, outro fator é determinante do quadro partidário no interior do Estado: os grupos locais, que mantêm rivalidade entre si, disputam a legenda governista e, quando derrotados, precisam se acomodar em outros partidos sem romper com o apoio ao governador. Nesse sentido, se os números apresentados logo acima são significativos para se perceber a inserção do grupo tassista no conjunto do Estado, deve-se considerar que o apoio político efetivo é bem maior do que o traduzido nos números.

**GRÁFICO 01**  
**PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM VITÓRIA DOS CANDIDATOS DA “ERA TASSO”**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**



F

ONTE: TRE-CE

Após o longo período de hegemonia, o grupo político empresarial enfrentou as primeiras dificuldades na eleição de 2002. Nesse momento, o candidato escolhido para disputar o governo do Ceará é Lúcio Alcântara, que não tem forte identidade com o grupo<sup>60</sup>, mas foi uma alternativa diante das disputas no interior do

<sup>60</sup> De fato, em vários momentos da “Era Tasso”, Lúcio Alcântara esteve em oposição aos segmentos oriundos do CIC, sobretudo em 1986 quando esteve ao lado dos “coronéis” na disputa com Jereissati. A trajetória desse político pode ser assim resumida: “Com cerca de 30 anos de vida pública, Lúcio Alcântara tem no currículo cinco filiações partidárias. Começou na Arena, em 1971. Com o fim do bipartidarismo, em 1979, Lúcio foi para o PDS. Em 1985, disputou a Prefeitura de Fortaleza, filiado ao

bloco tassista e por se apresentar como uma das lideranças com capacidade para vencer aquele processo eleitoral<sup>61</sup>. Neste último caso, contou para a preferência de Lúcio Alcântara, possivelmente, a possibilidade de ampliar as bases eleitorais do PSDB, já que este é conhecido como um político que tem a habilidade de manter boas relações políticas entre lideranças de partidos a que pertenceu antes da filiação ao PSDB, como o PFL e o PDT.

Assim, a escolha de Lúcio Alcântara para a disputa eleitoral de 2002 pode ser considerada um indicativo de esgotamento do ciclo de poder hegemônico dos empresários que se aglutinaram no CIC. Esta hipótese se sustenta na percepção de que se dispunha, naquele momento, de outros candidatos capazes de representar com mais identidade aquele grupo (Cid Gomes ou Luís Pontes). Entretanto, ao apoiar um nome não inteiramente afinado ao projeto do CIC, o ex-governador Tasso Jereissati teria buscado intervir no processo eleitoral de 2002, resguardando a si mesmo e ao seu grupo de uma possível derrota eleitoral ou de ter seu nome vinculado a esse processo desgastante. A idéia de que Tasso manteve certo controle sobre o processo eleitoral de 2002, a despeito do possível encerramento de seu ciclo político, também é sugerida por Carvalho:

Lúcio Alcântara, embora apoiado por Tasso, decididamente não tinha a sua 'marca'. Filho de um antigo chefe político do PSD (Waldemar Alcântara), ex-prefeito 'biônico' de Fortaleza na década de 70, com passagem pelo PFL (...) e PDT, alia-se ao 'tassismo', a partir da campanha de 1990, compondo, como candidato a vice-governador, a chapa encabeçada por Ciro Gomes. A dessemelhança em relação a Tasso tinha a virtude de possibilitar que o desfecho da 'Era Tasso' aparecesse como escrito e decidido pelo próprio autor, e não à sua revelia. (2004: 78).

---

PFL. Quatro anos depois, estava no PDT, partido pelo qual seria derrotado mais uma vez na disputa pela Prefeitura da Capital, em 1992. Em 1994, foi eleito senador, também pelo PDT. Poucos meses depois, entrou no PSDB". (Erivaldo Carvalho, O POVO, 09/09/2006). Mais recentemente, após as divergências com Jereissati, Lúcio Alcântara e seu grupo político saíram do PSDB e foram para o PR, partido do vice-presidente José Alencar, mantendo-se, portanto, na base de apoio do governo federal e em oposição ao PSDB de Tasso Jereissati.

<sup>61</sup> O jornal O POVO, em um balanço sobre as eleições de 2002, também registra a expressividade eleitoral de Lúcio Alcântara naquele momento como ponto decisivo para sua escolha como candidato do PSDB. "Fiel ao estilo centralizador, o então governador, que estava concluindo o terceiro mandato, teve de se render à viabilidade eleitoral de Lúcio, em detrimento da afinidade política. A oficialização da candidatura de Lúcio para o primeiro mandato aconteceu nas convenções partidárias de junho. Em janeiro, no entanto, o nome do tucano já era dado como certo, por causa do potencial eleitoral. Em dezembro de 2001, o Datafolha apontava Lúcio Alcântara como o tucano melhor posicionado nas intenções de voto, com 27%. Ele ficou tecnicamente empatado com o então aliado e prefeito de Sobral, Cid Gomes, à época no PPS, que aparecia com 25%. O terceiro nome de peso era o do senador Luiz Pontes, com 21%. Cid não fez força para sair candidato, e Luiz Pontes abdicou da posição". (09 de setembro de 2006).

Na análise dessa possibilidade de derrota do PSDB em 2002 é preciso considerar não apenas o enfraquecimento desse ciclo hegemônico no Ceará, mas também o cenário nacional de fortalecimento dos partidos do campo das esquerdas, com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Assim, durante o pleito de 2002, quando acontece o retorno da competitividade nas eleições para o governo do Ceará (Carvalho, op. cit.), Lúcio Alcântara disputou o 2º turno com o candidato das esquerdas, José Airton (PT), obtendo êxito com uma diferença muito pequena: 1,08% (vide **TABELA 05**). Para esse resultado, foi decisiva a vinculação da candidatura de José Airton à de Lula, levando-o para a disputa de 2º turno, como também, nesse segundo momento, foi visível o esforço da campanha de Lúcio Alcântara de construir uma imagem de afinidade com o candidato petista que disputava a Presidência com o PSDB, haja vista sua expressão eleitoral. Situação que se repetiu na disputa de 2006, quando o candidato do PSB (Cid Gomes) tinha o apoio ostensivo do presidente Lula.

**TABELA 05**  
**ELEIÇÕES GOVERNO DO CEARÁ - 2002 – 2º TURNO**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PARTIDO/COLIGAÇÃO</b>	<b>VOTOS</b>	<b>% NO ESTADO</b>
LÚCIO ALCÂNTARA VICE: MAIA JÚNIOR	PSDB-PPB-PSD-PV	1.765.726	47,73%
JOSÉ AIRTON CIRILO VICE: MARIANO FREITAS	PT-PC do B-PL-PMN-PCB	1.762.679	47,65%
VOTOS BRANCOS		46.880	1,27%
VOTOS NULOS		123.948	3,35%
TOTAL		3.699.233	100,00%

FONTES: TRE-CE

Quando demarco a eleição de Lúcio Alcântara como indicativa do esgotamento desse ciclo hegemônico, centrado na liderança de Tasso Jereissati, estou tratando, evidentemente, de uma realidade que ainda merece ponderações, haja vista a proximidade dos fatos. Entretanto, esta possibilidade se tornou mais pertinente durante as eleições de 2006, quando o ex-governador Tasso Jereissati assumiu publicamente sua insatisfação com o governo de Lúcio Alcântara e com sua candidatura a reeleição<sup>62</sup>, procurando distanciar sua imagem política do governador

<sup>62</sup> O sinal mais evidente da ruptura de Tasso Jereissati com o governador Lúcio Alcântara é o fato do atual presidente nacional do PSDB, na campanha eleitoral televisiva de 2006, pedir votos apenas

no período. Em outros termos, é o próprio Jereissati quem procurou estabelecer um marco temporal, o fim do seu último governo, para o encerramento do ciclo político que o teve como principal protagonista.

A despeito do encerramento desse ciclo hegemônico, a eleição de Lúcio Alcântara significou um pouco mais de fôlego para o projeto político-administrativo iniciado em 1986. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque o ex-governador Tasso conservou importante influência no governo de Alcântara através de nomes de seu grupo político no secretariado<sup>63</sup>. Em segundo lugar, nesse governo foram mantidas as mesmas políticas econômicas de sustentabilidade ao grande capital através de incentivos fiscais para atração de investimentos industriais e turísticos, bem como se buscou realizar projetos estruturantes desses investimentos (como exemplo, o Canal da Integração vinculado à construção da Siderúrgica Cearense e ao Complexo Portuário do Pecém).

---

para os deputados desse partido e Geraldo Alckmin, candidato à Presidência da República, omitindo-se de qualquer menção à candidatura de Lúcio à reeleição. No caso do candidato ao Senado, Moroni Torgan, que foi vice-governador em uma de suas gestões (1995-1998), Tasso não fez referências na televisão, mas manteve com ele intensa agenda de campanha no interior do Ceará, ao mesmo tempo em que pedia votos para o candidato do PSDB à Presidência da República.

<sup>63</sup> Um excelente balanço da influência de Jereissati no governo Lúcio Alcântara foi apresentado pelo jornalista Erivaldo Carvalho: "Eleito senador na mesma disputa em que Lúcio Alcântara chegou ao governo do Estado, Tasso Jereissati passou a participar mais ativamente da política nacional, distanciando-se das questões locais. Um afastamento calculado, segundo os próprios membros do partido. Em abril último, quando veio à tona o primeiro grande abalo político entre os dois, o senador disse que não tinha nomeado 'nem um porteiro' na gestão Lúcio. Mas não foi por isso que aliados do senador ocuparam cargos de destaque no governo. A começar pela formação da chapa, em 2002, quando o hoje escudeiro do senador Maia Júnior foi emplacado na condição de candidato a vice-governador. Na gestão Lúcio, Maia passou a acumular a função com o comando da poderosa Secretaria do Planejamento e Coordenação (Seplan). Entre outras atribuições, a pasta é responsável pela formatação do Orçamento do Estado, a peça que orienta receitas e despesas dos governos. Da Seplan, Maia estendeu sua influência para outras áreas, como a de Infra-estrutura do Estado. A partir de 2005, o naco de poder do secretário foi ampliado para a área do Esporte e Juventude, com a substituição do lucista André Figueiredo (PDT) por Lúcio Bomfim, este ligado a Maia. "Sempre foi uma liberdade vigiada", diz um membro da equipe de Lúcio. Maia Júnior deixou o governo no primeiro semestre de 2006, para ser, mais tarde, suplente na chapa ao Senado, encabeçada por Moroni Torgan (PFL). A chapa ao Senado, que também inclui Chiquinho Feitosa, ligado a Beto Studart - candidato a vice de Lúcio -, como segundo suplente, foi costurada por Tasso Jereissati. O tassista Maia Junior também foi escalado para ser um dos responsáveis, no Nordeste, pelo programa de governo do presidenciável Geraldo Alckmin (PSDB). A segunda grande influência do tassismo aconteceu na área política do governo. Ex-coordenador da campanha de Lúcio, o senador Luiz Pontes foi alçado à condição de secretário do Governo. Além de fazer o meio de campo político entre o Palácio Iracema e as bases eleitorais - deputados, prefeitos e lideranças locais, na Capital e no Interior -, Pontes foi interlocutor da gestão Lúcio com a base aliada na Assembléia Legislativa. Um dos frutos de sua passagem pela Segov foi a nomeação dos tassistas João Jaime para a liderança do PSDB na Casa e de Adahil Barreto para a liderança do governo. Jaime foi chefe de gabinete no segundo governo Tasso (1998-2002), e Adahil ocupou a subsecretaria do Governo, quando o titular era o tassista Assis Machado Neto. Com pouco espaço dentro do próprio governo, Lúcio atuou mais fortemente na área social e na geração de emprego e renda, a partir de quatro pastas de secretários mais ligados a ele: Inclusão Social, Trabalho e Empreendedorismo, Desenvolvimento Local e Regional e Desenvolvimento Econômico". (O POVO, 09/09/2006).



Esse projeto, por sua vez, não parece ameaçado com os mais recentes governantes. De fato, a eleição de Cid Gomes em 2006, inviabilizando a reeleição de Lúcio Alcântara e desfalcando o PSDB cearense<sup>64</sup>, indica a continuidade desse projeto, cujo objetivo é reforçar alguns setores voltados para o mercado internacional, bem como conserva o apreço pelo forte controle das contas públicas. O novo governo, sem dúvida, traz diferenças significativas em relação a “Era Tasso”, sobretudo as alianças com os partidos de esquerda (PT e PC do B) e o próprio ingresso do grupo cirista em um partido com tradição de esquerda, o PSB. No plano nacional, os dois grupos, o de Tasso Jereissati e o de Ciro Gomes, já vinham percorrendo caminhos diversos a partir da saída deste último do PSDB e a aproximação com o governo Lula. Portanto, é do ponto de vista estritamente político que podemos falar do encerramento do ciclo de hegemonia do grupo do CIC.

É interessante observar, na **TABELA 06**, como o grupo vinculado a Ciro Gomes vinha ganhando espaço na política local, chegando a derrotar, nas últimas eleições para prefeitos (2004), muitos candidatos do PSDB em vários municípios. Considerando-se as duas últimas eleições municipais, verifica-se um decréscimo de número de prefeitos do PSDB, enquanto o PPS mais do que dobrou o número de sua representação no interior do Estado. De fato, em 2000 o PSDB elegeu 45,1% dos prefeitos cearenses, caindo para 36,6% na eleição seguinte. O grupo cirista, por sua vez, reunido no PPS naquelas duas últimas eleições para o executivo municipal, passou de 8,7% do total de prefeitos em 2000 para 20,22% em 2004. Obviamente que contou para esse resultado o fato de que, a partir de 2002, Gomes e seu grupo político passaram a compor a base de apoio o presidente Luís Inácio Lula da Silva, refletindo positivamente na política dos municípios, haja vista a dependência das prefeituras aos recursos federais. Da mesma forma, Ciro Gomes ganhou mais notoriedade tanto no Ceará como no Brasil a partir de suas duas participações em campanhas eleitorais para a Presidência da República (1998 e 2002), como também pelo fato de ter ficado à frente do Ministério da Integração Nacional durante a maior parte do primeiro mandato do presidente Lula. Essa projeção se refletiu, mais recentemente, na votação Ciro Gomes para deputado federal: 667.830 votos,

---

<sup>64</sup> O termo desfalcar está sendo usado para indicar que o PSDB perdeu o controle do Executivo, mas manteve significativa influência com a presença de dois importantes secretários no governo Cid Gomes: Marcos Cals na Secretaria de Justiça e Bismarck Maia na pasta de Turismo.

representando 16,19% dos votos válidos. Isto lhe rendeu o feito de ser o candidato mais votado no Brasil em termos proporcionais.

**TABELA 06**  
**PREFEITOS ELEITOS PELA LEGENDA DO PSDB E PSB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO**  
**CEARÁ – 2000 e 2004**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>ANO DA ELEIÇÃO</b>	<b>PREFEITOS ELEITOS PELA LEGENDA DO PSDB</b>	<b>PREFEITOS ELEITOS PELA LEGENDA DO PSB</b>
2000	83 – 45,1%	16 – 8,7%
2004	67 – 36,6%	37 – 20,2%

FONTES: LISTAGENS DE PREFEITOS ELEITOS/TRE-CE

Este último aspecto sobre as eleições para prefeitos do interior do Estado não poderá ser amplamente explorado neste estudo, mas é indicativo de como as lideranças políticas dessas regiões são suscetíveis às mudanças eleitorais, seja no âmbito nacional, seja no âmbito estadual, quer dizer, buscam acompanhar os partidos com mais expressão no governo estadual ou na Presidência da República. Isto evidencia certa fragilidade na dinâmica política brasileira, o que fortalece práticas clientelistas e patrimonialistas para a obtenção de apoio político ao governante de plantão.

Considerando todo esse panorama eleitoral da “Era Tasso” é possível afirmar que essa condição foi fundamental para que se iniciasse um novo ciclo de hegemonia política no Ceará. Isto possibilitou a substituição de forças políticas da burguesia local no comando da máquina administrativa, ao mesmo tempo em que negou a tradição histórica cearense do governador não conseguir eleger seu sucessor, o que tornava os momentos eleitorais como expressão parcial de força dos diferentes agrupamentos partidários das elites locais. Esta investigação deve prosseguir no sentido de captar os demais mecanismos que permitiram a realização da hegemonia político-cultural da elite empresarial do CIC e, o mais importante, como tal hegemonia foi construída ante os antigos setores político-partidários das classes dominantes deste Estado federativo, bem como seu alcance perante esses setores. Nesse sentido, é preciso analisar se tal hegemonia resultou da introdução de novas práticas políticas que permitiram o consenso na sociedade em geral, como também em que medida tais inovações foram articuladas com outras práticas políticas tradicionais, isto tanto no âmbito da sociedade civil quanto da sociedade política. Neste último caso, devo considerar se há uma fragilidade política

por parte dos grupos opositores à elite empresarial do CIC (de setores subalternos e frações das classes dominantes), como também quais elementos contribuíram para a adesão de outros setores da elite política cearense ao projeto de modernização política empreendida pelos novos dirigentes estatais.

De fato, na análise a ser realizada, é preciso considerar que ascendeu ao poder político neste Estado federativo uma nova fração da burguesia local que está intimamente vinculada aos processos nacionais de contra-reforma do Estado que foram realizados a partir dos governos Collor e Cardoso, como expressão do bloco histórico que assumiu o encargo de viabilizar aqueles processos necessários à fase atual de mundialização da acumulação de capital. Nesse sentido, a própria composição do bloco de poder local reflete essa relação de forças nacionais, em que se vêem fragilizados os setores de esquerda e fortalecidos os partidos e atores políticos relacionados ao poder do capital transnacional, com o beneplácito de setores oligárquicos que mantêm seus interesses imediatos atendidos pelos novos dirigentes estatais em consonância com a modernização política do Estado.

Depois dessa configuração da “Era Tasso”, em especial do quadro eleitoral que lhes garantiu o predomínio na condução política dos governos cearenses nas últimas décadas, o momento seguinte desta investigação é a recuperação do processo histórico que fomentou o surgimento desse ciclo de hegemonia, o que será feito no próximo capítulo. Assim, buscarei perceber, sobretudo, as diferenciações que ocorreram na elite cearense, provocando as disputas em torno do poder político, como também as novas condições históricas decorrentes da redemocratização no Brasil e que favoreceram um candidato com o perfil de Tasso Jereissati frente aos seus adversários, conhecidos apoiadores da Ditadura Militar. É da análise desse quadro histórico que surgem os indicativos da dinâmica política vivenciada no Ceará nas últimas décadas e que gerou uma nova hegemonia burguesa, agora conduzida por um setor preocupado com a modernização política e econômica.

## **CAPÍTULO II**

### **A VITÓRIA ELEITORAL DE 1986 E SEU SIGNIFICADO NA HISTÓRIA POLÍTICA CEARENSE**

A primeira eleição de Tasso Jereissati para o Governo do Estado do Ceará, em 1986, não pode ser avaliada como um fenômeno circunstancial. Ao contrário, trata-se de importante fato político cuja elucidação propicia compreender a política cearense nas três últimas décadas. Isto porque, a partir daquele momento, foi inaugurado um novo ciclo de hegemonia, processo mais complexo do que a simples substituição de dirigentes estatais, como explicitarei no capítulo anterior. Em outros termos, aquela eleição evidenciou as alterações que estavam ocorrendo nas elites cearenses, em termos de diferenciação no interior da classe dominante, e na dinâmica política local com o aparecimento de divergências no bloco de poder, o que será intensificado com a redemocratização brasileira. Estes foram requisitos fundamentais para o fim do ciclo dos “coronéis” e o início de um novo com hegemonia de novos segmentos da burguesia, a partir do apoio inicial de setores sociais que, com a redemocratização brasileira, puderam expressar suas demandas e interesses.

Nesse sentido, na análise suscitada pela eleição de 1986 deve-se considerar que a disputa travada entre os empresários do CIC e os antigos dirigentes da política no Ceará aponta para contornos diferenciados em termos de articulações entre as forças político-partidárias neste Estado federativo. De um lado, inviabilizou-

se uma única candidatura dos segmentos da classe dominante, em parte, como decorrência da conjuntura nacional de redemocratização que estabeleceu diferenças nas posições políticas desses segmentos perante a crise da Ditadura Militar e o arranjo político da “Nova República”. Entretanto, o fator principal que provocou as duas candidaturas das elites cearenses está relacionada à oportunidade histórica que os empresários do CIC perceberam, e puderam aproveitar, naquele momento para viabilizar o seu projeto de modernização, assumindo eles mesmos os rumos do poder político no Ceará. De outro lado, novas forças sociais ganharam visibilidade política no cenário eleitoral daquela década e buscaram se contrapor ao poder político-administrativo das antigas elites. Algumas dessas forças sociais – representadas pelo PC do B, PCB, MR-8<sup>65</sup>, parte do PDT<sup>66</sup> e alguns setores da Igreja Católica<sup>67</sup> – foram incorporadas no leque de alianças políticas do candidato Tasso Jereissati, fortalecendo, especialmente, a perspectiva de modernização do Estado. Outra parte se apresentou como alternativa própria de voto, como foi o caso do PT. Assim, considero que estava ocorrendo uma nova relação de forças entre as representações político-partidárias das diferentes classes sociais, o que se refletiu tanto nas duas candidaturas da burguesia cearense como nos caminhos distintos que tomaram os partidos de esquerda.

Tudo isto se configurou em um contexto político mais democrático, e por este foi provocado. De fato, com a redemocratização, criou-se a possibilidade do aparecimento de novos sujeitos políticos e suas lutas específicas, bem como a expressão de interesses diversos na sociedade, inclusive das divergências das próprias classes dominantes. Nesse contexto, houve maior pressão por mudanças sociais, o que foi refletido diretamente nos primeiros processos eleitorais da década de 80. Ao mesmo tempo, a crise do regime militar e sua derrocada provocaram desgastes entre setores das elites locais identificados com o projeto autoritário

---

<sup>65</sup> O MR-8, que surgiu em fins dos anos 60 como dissidência do PCB e aderiu à luta arrumada contra a Ditadura Militar, representava, naquele momento, um pequeno agrupamento de esquerda que se manteve vinculado ao MDB/PMDB, ao contrário dos outros dois partidos que assumiram suas legendas com o fim das restrições políticas que foram impostas pelo regime dos militares.

<sup>66</sup> A posição do PDT foi de liberação dos filiados, uma prática tradicional desse partido por sua composição social ampla e heterogênea.

<sup>67</sup> Outro setor social heterogêneo e que teve participação política importante naquela eleição é a Igreja Católica, um partido amplo no sentido gramsciano. Neste caso, parte de seus setores progressistas participaram intensamente da campanha de Tasso e influíram na composição do primeiro secretariado, em especial na Secretaria de Ação Social. Outros setores progressistas assumiram a posição do PT, de candidatura própria, tendo a frente um padre dos movimentos pastorais e professor universitário: Padre Haroldo Coelho.

implantado em 1964, enquanto outros, como os empresários do CIC que tinham se alinhado à luta pela redemocratização, ganharam reconhecimento da sociedade por suas posições democráticas. Na esteira desse processo político mais amplo, produziram-se, nas eleições de 1986, as duas candidaturas das elites, que se distinguiram tanto na sua composição como em suas referências programáticas.

Enquanto os empresários do CIC, por seu engajamento no processo de redemocratização, conseguiram aglutinar forças políticas ligadas aos movimentos sociais, aos setores intelectuais com aspirações de esquerda e de centro-esquerda e às elites das classes médias urbanas, sem descartar os segmentos políticos mais tradicionais, os “coronéis” encarnaram a expressão mais pura destes últimos grupos. Nestes termos, as forças político-partidárias refletidas na candidatura de Tasso Jereissati possuíam um caráter mais diversificado e, ao incluir os movimentos que despontaram com o processo de redemocratização do Brasil, incorporaram também demandas por mudanças sociais significativas, sem perder, evidentemente, o seu caráter de classe. Na candidatura do “coronel” Aduino Bezerra, por sua vez, encontravam-se os segmentos essencialmente identificados com a tradição política brasileira conservadora, bem como os antigos aliados do regime político dos militares. Portanto, nessa candidatura estavam presentes forças sociais pouco propensas a romper o *status quo*, ou mesmo assimilar as demandas postas pela redemocratização. No caso da candidatura dos empresários do CIC tem-se refletido um duplo “transformismo”: de inteiros grupos político-partidários identificados com demandas e lutas dos setores subalternos; de personalidades políticas representativas dos setores dominantes. Tudo isto foi fundamental para o restabelecimento do bloco de poder das elites dominantes diante de um quadro histórico de intensa mobilização e luta social.

Assim, o estudo da eleição de 1986 deve se pautar no reconhecimento de sua importância para a história política do Ceará por reproduzir, de modo particular, as mudanças gerais nos processos eleitorais pós-ditadura militar que, com o retorno das eleições diretas para as diversas instâncias do executivo e com mais liberdade política, passam a se apresentar como uma das formas de manifestação mais importantes para os diversos segmentos sociais. As eleições, a partir desse novo

quadro político, foram marcadas pela expansão do contingente eleitoral<sup>68</sup>, sobretudo com a incorporação do voto dos analfabetos permitido pela Constituição de 1988, e forte predomínio dos setores urbanos, haja vista a nova reconfiguração espacial da população brasileira<sup>69</sup>; aparecimento de novas estratégias nas campanhas políticas com a intensificação do uso do *marketing* e do predomínio do poder econômico; reorganização partidária com o fim do bipartidarismo, tendo implicações tanto na política nacional quanto na local, o que permitiu a expressão de diferenciações entre os diversos setores sociais; e ainda, como fator conjuntural naquela eleição, a forte influência eleitoral do Plano Cruzado do Governo Sarney.

O contexto dessas mudanças foi decisivo para o êxito dos novos segmentos da elite empresarial cearense, sem inserção partidária até aquele momento e que tampouco haviam disputado eleições. Neste caso, além de representarem grande novidade em um cenário ávido por mudanças políticas, mostraram-se sintonizados com os processos eleitorais voltados para as grandes massas urbanas. Assim, com o predomínio do voto urbano nas eleições, as lideranças com bases políticas nos espaços rurais fragilizaram-se ainda mais e, em conseqüência, perderam o controle do eleitorado que, até pouco tempo, mantinha-se cativo por relações pessoais e de lealdade. Tornaram-se necessárias, a partir dessa nova realidade, outras estratégias políticas para se obter o apoio eleitoral das grandes massas, o que a elite empresarial do CIC soube aproveitar muito bem. Neste caso, destaca-se o uso do *marketing* político que foi decisivo para esse segmento da elite cearense, sobretudo, nas primeiras campanhas eleitorais e para a construção de sua hegemonia político-cultural, como poderemos ver no último capítulo.

A demarcação de forças da candidatura de Tasso Jereissati em Fortaleza naquele ano (73,5% dos votos válidos<sup>70</sup>) estava em consonância com essa perspectiva de mudanças nos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo, essa vitória na Capital indicava também o peso do apoio recebido pelos partidos de

---

<sup>68</sup> Em 1982, o contingente de eleitores chegou a 58 milhões, quase a totalidade da população adulta alfabetizada do Brasil.

<sup>69</sup> Enquanto a população rural representava 55% do total dos brasileiros em 1960, e a urbana 44%, esse segmento baixou para 32% nos anos 80. A população urbana, por sua vez, alcançou o percentual de 67 em 1980. Em termos econômicos, essa inversão refletia a queda do setor agrário em relação ao PIB brasileiro, quando caiu de 22% em 1960 para 13% em 1980. Esses dados, de fato, apontam para as profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais registradas no Brasil entre essas décadas (NOGUEIRA, 2005).

<sup>70</sup> Dados do Tribunal Regional Eleitoral – Ceará.

esquerda, com histórica presença nesse espaço (principalmente o PC do B, por sua inserção nos movimentos de bairro da capital cearense). Esta realidade já estava sendo sentida desde o início dos anos 80: em 1982, o candidato do PMDB ao governo do Estado, Mauro Benevides, havia obtido a maioria dos votos na Capital, ainda que não tenha vencido as eleições. Para tanto, contou com o apoio de vários setores de oposição ao regime militar.

O PMDB marcou presença na primeira disputa eleitoral – 1982 – sob a égide da nova formação partidária que se desenvolvia no país, logrando expressiva maioria dos votos na Capital, maioria, no entanto, incapaz de contrabalançar a hegemonia do partido situacionista no Interior do Estado. Por sua vez, o PT já fora criado no Estado e disputou também os cargos de governador e de senador, mas os resultados eleitorais demonstraram que a sua participação no pleito tinha caráter apenas simbólico”. (MORAES, 2006: 290).

Na eleição seguinte, em 1985, o PT obteve sucesso eleitoral em Fortaleza, elegendo Maria Luiza Fontenele para a Prefeitura. Essa eleição marca o início da ascensão eleitoral desse partido na capital cearense, onde sempre tem tido significativa votação. De fato, o PT passou a ter presença na representação parlamentar na Assembléia Legislativa, elegendo 02 deputados em 1986, o que representa 4,34% do total. Em 1990, o PT reduziu sua bancada na Assembléia (01 deputado), mas voltou a crescer em 1994 e 1998 (03 deputados em cada legislatura) e chegou a eleger 05 deputados em 2002 (10,9% do total). De novo, em 2006, perdeu um representante de sua bancada estadual, mas ampliou a representação para a Câmara Federal, elegendo a maior bancada até então, com 04 deputados. Em todos esses momentos, o maior peso da votação do Partido dos Trabalhadores sempre foi a Capital do Ceará<sup>71</sup>. Este apoio do fortalezense ao PT foi confirmado, mais recentemente, com a eleição de Luizianne Lins para a Prefeitura em 2004.

Esses dados, indicativos da força político-eleitoral do PT em Fortaleza, ajudam a entender as dificuldades que Tasso Jereissati e seu grupo passaram a ter, a partir de determinado momento, na capital cearense, haja vista aquele partido se constituir na principal oposição de esquerda à hegemonia desse grupo. A última expressão de força do grupo do CIC em Fortaleza foi a eleição de Ciro Gomes para a Prefeitura, em 1988, numa acirrada disputa com o candidato do PDT, Edson Silva,

---

<sup>71</sup> Os dados das bancadas estaduais do Ceará de 1986 a 2002, por partidos, foram sistematizados por Moraes (Op. cit.).



como já relatado no primeiro capítulo<sup>72</sup>. Com o tempo, o grupo oriundo do CIC perdeu espaço na Capital e passou a depender mais dos votos do interior do Estado, articulando estratégias políticas que reconfiguram antigas práticas de captação de voto, como também desenvolveram novos recursos para obter o apoio popular no conjunto do Estado. Essa outra realidade política, a partir da qual se consolida a hegemonia político-eleitoral do grupo, será discutida no Capítulo IV.

O grande êxito do candidato Tasso Jereissati em 1986, além do contexto político de redemocratização, portanto, deve também ser creditado à capacidade que o seu grupo político teve em se utilizar do *marketing* político como estratégia fundamental para captar os votos das grandes massas urbanas. Esta é uma das tendências da política contemporânea e já havia também se expressado na campanha eleitoral da petista Maria Luiza Fontenele. No caso de Jereissati, conseguiu-se reunir um conjunto de elementos simbólicos, cuidadosamente trabalhados na mídia, que foram fundamentais para expressar uma diferença de sua candidatura com toda a tradição política do Ceará, sintetizada no candidato dos “coronéis” (CARVALHO, 1999 e 2001; DIÓGENES, 2002). Da mesma forma, a racionalidade administrativa característica do grupo do CIC potencializou outras ferramentas do *marketing* político, como as pesquisas eleitorais, propiciando um cuidadoso planejamento de toda a campanha. Estes também são aspectos a serem desenvolvidos no último capítulo.

Os empresários do CIC usufruíram, por sua vez, da euforia provocada pelos primeiros momentos da “Nova República”, em contraposição aos seus adversários eleitorais. Isto se dá porque, com o sucesso econômico inicial do Governo Sarney, ocorreu o favorecimento do PMDB nas primeiras eleições pós-ditadura militar<sup>73</sup>. Este

---

<sup>72</sup> Cabe destacar, neste caso, que a eleição de Ciro Gomes provocou intensos debates nos setores político-partidários cearenses sobre a lisura daquele pleito e também sobre a irregularidade da transferência de título eleitoral de Sobral para Fortaleza, que ocorreu fora do prazo legal, e tornou possível sua candidatura.

<sup>73</sup> Arturi apresenta uma excelente síntese do processo eleitoral de 1986 em todo o Brasil, especialmente influenciado pela política econômica do Governo Sarney: “A manutenção do congelamento de preços até as eleições gerais de 1986, sob pressão da Aliança Democrática e contra a opinião dos ministros da área econômica, garantiu ao PMDB sua maior vitória eleitoral – o partido conquistou 22 dos 23 governos estaduais e a maioria dos Deputados (53,5%) e no Senado (77,5%) –, mas, simultaneamente, esta medida selou o fracasso do plano de estabilização econômica. Com efeito, o fim do congelamento dos preços e o retorno da inflação alta, poucos dias após o anúncio daqueles resultados, foram responsáveis pelo sentimento de que o governo e o PMDB haviam praticado uma espécie de ‘estelionato eleitoral’, provocando uma rápida deslegitimação do presidente da República, das principais lideranças partidárias da Aliança Democrática e, mais grave, das instituições políticas como um todo”. (1995: 25). A única derrota do

partido – legenda que incorporou Tasso Jereissati e seu grupo até 1989 – conseguiu uma junção de setores democráticos com aliados do antigo regime que, descontentes, se organizaram no PFL, resultando daí a “Aliança Democrática”, outra expressão histórica das saídas “pelo alto” que marcam a política brasileira. Da mesma forma, naquela conjuntura mais democrática no país, se expressou uma tendência de renovação das elites políticas do Nordeste, com Valdir Pires na Bahia e Miguel Arraes em Pernambuco, além do próprio Tasso Jereissati. Assim, a candidatura do empresário do CIC é característica desse novo momento de reordenamento das forças político-partidárias no Brasil, embora neste Estado federativo não tenha se viabilizado a articulação com o PFL, do “coronel” Aduino Bezerra. A aliança com esses setores mais conservadores ocorreriam depois, completando o processo de “transformismo” na política cearense naquele momento.

Em linhas gerais a candidatura vitoriosa de Tasso Jereissati para o governo do Ceará, em 1986, reflete, de um lado, o contexto de crise política das elites nacionais com a mudança de regime político e o retorno das eleições diretas em um quadro político mais democrático. De outro, indica as mudanças nas representações político-partidárias das classes sociais no Ceará, como expressão de interesses diversos nas relações entre essas classes e no interior delas. Essas relações se expressaram, de forma mais nítida, naquele instante, mas resultam das transformações sociais, econômicas e políticas que vinham ocorrendo desde os anos 60 no Ceará. Essas transformações foram intensificadas com a crise econômica brasileira dos fins dos anos 70, bem como os seus desdobramentos políticos, provocando, inclusive, o fim da Ditadura Militar e um novo realinhamento das classes dominantes. Isto explicita que os interesses da elite política e empresarial cearense – mais precisamente, de um segmento homogêneo e com aspirações modernizantes – não podiam mais ser satisfeitas pelas antigas lideranças políticas, o que inviabilizou uma candidatura única em 1986. Da mesma forma, essas diferenciações na elite local também foram determinantes do tipo de aliança eleitoral produzida naquele momento com o quadro político-partidário nacional gerado a partir da redemocratização. Neste caso, as elites locais não conseguiram reproduzir a “Aliança Democrática” no Ceará, ao mesmo tempo em que

---

PMDB para governador em 1986 ocorreu em Alagoas, em um pleito que o vitorioso foi Fernando Collor de Mello que, posteriormente, venceria também a primeira eleição para Presidente do Brasil depois do retorno das eleições diretas.

os empresários do CIC se articularam com setores mais à esquerda, como consequência da aproximação ocorrida durante o processo de redemocratização.

Cabe ainda lembrar que esteve em jogo naquela disputa eleitoral, por conseguinte, visões diferenciadas tanto sobre o papel do poder político no processo de desenvolvimento econômico, quanto sobre o modelo gerencial do Estado e sua forma de relação com os interesses privados e com a sociedade. Enquanto a nova elite empresarial demandava um processo de modernização do aparelho estatal, o que incluía novos parâmetros nas relações com o mercado e com a sociedade, os antigos dirigentes políticos não se propunham a fazer tais mudanças, pondo em risco as próprias finanças públicas. Neste caso, as antigas elites cearenses não estavam em condições de responder ao processo de mudança na esfera estatal que a nova dinâmica de acumulação capitalista requiritava. Por fim, o aparecimento dessas divergências traduzia, também, o momento de transição política do país e as fissuras que a redemocratização causou nas classes dominantes tanto em âmbito nacional como local.

Interessa neste capítulo elucidar os processos históricos que foram determinantes tanto dessas divergências no seio da elite política do Ceará, como da dinâmica política que estabeleceu a necessidade da disputa pelo poder político entre esses setores da sociedade a partir da década de 1980, dando condições de vitória eleitoral ao grupo que se organizou no CIC. Da mesma forma, cabe demarcar o contexto histórico que possibilitou a aproximação de parte da elite cearense com segmentos político-partidários da esquerda e também com outros setores intelectuais e políticos das classes médias com forte inspiração democrática e que estiveram reunidos no Movimento Pró-Mudanças. Nessa análise é importante também balizar as relações políticas, que antecederam a disputa eleitoral daquele ano, entre os diferentes sujeitos envolvidos no referido pleito e as condições históricas que inviabilizaram uma única candidatura das elites para o governo estadual naquele ano. Para tanto, serão resgatados os fatos significativos, inclusive os apresentados por esses sujeitos, e as análises já desenvolvidas sobre a temática, buscando decifrar os elementos fundamentais dessa história e dos discursos construídos.

## **2.1. As Diferenciações na Elite Cearense e a Organização Política do Grupo Empresarial do CIC**

Para compreender os processos políticos ocorridos no Ceará nas décadas de 80 e 90, marcados pela ascensão de uma nova elite política e a realização de seu projeto de “modernização conservadora”, devemos avançar no estudo desse segmento da burguesia local, distinguindo-o de outros setores desta classe social, especialmente, dos antigos dirigentes do poder político. Isto é necessário, exatamente, para se entender o significado do papel que foi cumprido por essa elite naquele contexto de mudanças políticas e econômicas. Nessa análise, é preciso ter como pressuposto o caráter daquele projeto viabilizado ao longo do novo ciclo de hegemonia, o que tornará legível as diferenciações em termos de projetos no interior da classe burguesa que a disputa de 1986 encerrava.

O ponto de partida, portanto, é o reconhecimento de que, com o grupo que ascende ao poder na eleição de Tasso Jereissati, realizou-se um esforço concentrado para criar novas condições para a economia cearense, no sentido de inseri-la de forma competitiva no mercado internacional. Buscava-se, desse modo, ampliar o processo de modernização da indústria, que ocorreu nos anos 1970 com o apoio estatal, bem como abrir outros campos para o investimento de capitais, como já relatado no primeiro capítulo. Assim, as mudanças políticas que ocorriam no Ceará, em meados dos anos 1980, expressavam um dado tempo histórico, com predomínio de nova dinâmica da acumulação capitalista, e revelavam também o protagonismo e a sensibilidade de setores locais das elites política e empresarial de estarem sintonizadas com as mudanças contemporâneas. Da mesma forma, essas elites se mostraram capazes de elaborar projeto político próprio que, embora mantendo um caráter econômico-corporativo, lhes permitiu contar com o apoio de vários segmentos sociais. Com o tempo, o “projeto das mudanças” sofreu modificações importantes, adquirindo uma base de apoio diversa dos primeiros momentos do governo, e seus aliados eleitorais apresentaram novos contornos, desfazendo-se dos partidos de esquerda e de outros segmentos sociais progressistas. Com isto, os “governos das mudanças” foram assumindo um caráter mais conservador, tanto em suas ações como em sua base de apoio parlamentar e política, considerada em âmbito mais geral.

As condições de realização de todo esse processo – o protagonismo do grupo do CIC em fazer prevalecer um novo projeto de classe, e o quadro histórico que permitiu sua ascensão ao poder – encontram suas raízes na passagem dos anos 70 para os anos 80, exatamente no momento de crise do regime militar e de seu modelo centralizador de desenvolvimento empresarial. De fato, naquele momento, as elites locais acabaram por se inserirem no debate nacional sobre as perspectivas de continuidade daquele modelo, que fora articulado durante a Ditadura militar e era fundado no tripé: “... empresas monopolistas nacionais, multinacionais e empresas estatais” (ABU-EL-HAJ, 2003: 12).

Amparada em seu poder coercitivo, a elite político-militar, que passou a controlar o Estado brasileiro a partir de 1964, aprofundou o:

(...) processo de expansão econômica do Estado na economia, particularmente, através da fundação de empresas estatais e de centralização das finanças públicas concomitante ao aumento do grau de monopólio da economia privada (...) reforçaram e até incrementaram as tendências de concentração e centralização do capital na economia brasileira, tornando ainda mais excludente e desigual a dinâmica do desenvolvimento, de natureza urbano-industrial e dependente internacionalmente. (FERREIRA, 2005: 69).

Dado esse caráter, o modelo adotado pelos militares sofreu restrições de vários setores da sociedade, especialmente a partir da crise inflacionária no fim dos anos 1970.

No âmbito específico da organização social dos empresários cearenses, as insatisfações com a condução da política econômica do governo federal foram explicitadas em duas entidades da classe empresarial: a Federação das Indústrias do Ceará – FIEC e o Centro Industrial do Ceará – CIC. A primeira, com fundação desde 1950 e congregando também segmentos do setor agroexportador, passa a assumir uma posição mais corporativa em defesa dos interesses dos industriais a partir do final da década de 70, conseqüência da própria expansão industrial na economia cearense. Isto se refletiu no conteúdo dos discursos com denúncias sobre o abandono da região Nordeste, “... combatendo o privilegiamento ao setor financeiro privado, o poder da tecnoburocracia e o estatismo”. (LEMENHE, 1995: 115). Entretanto, essas lideranças empresariais aglutinadas na FIEC não faziam “... verbalizações a favor das liberdades políticas. Muito ao contrário, a entidade recomenda ao presidente da República cautela na condução da chamada

liberalização do regime”. (Idem: 115). Nesse sentido, não há por parte desse segmento perspectivas de rompimento, ou mesmo tencionamento, dos governos constituídos, tanto o central como os de seus aliados no Ceará.

As lideranças empresariais envolvidas com o CIC, ao contrário, expressavam, abertamente, as insatisfações com o regime militar e demandavam o retorno da democracia. Essa entidade, que existia formalmente desde 1919, só começa a ter papel ativo em 1978 quando passou a ser coordenada pela nova elite de empresários. O CIC se notabilizou como espaço de discussão sobre temas de interesse da sociedade em geral, e não apenas em torno daqueles específicos dos industriais. Neste caso, essas lideranças se definiram “... desde o momento de sua reorganização, como portadores da missão de conscientizar os industriais do Ceará sobre problemáticas locais, regionais e nacionais, de modo a habilitá-los para a atuação política” (LEMENHE, op. cit: 191). Em outros termos, é a partir do CIC que os novos segmentos empresariais constituem as bases teóricas de uma crítica, no âmbito local, aos setores oligárquicos que há décadas mantinham o poder estadual. E, numa dimensão maior, uma crítica à centralização política e econômica do Governo Federal: “... 1978 a 1986, o CIC vive a sua fase de maior efervescência, atuando como um grande fórum de debates acompanhados não apenas pela imprensa local mas pela nacional.” (CARVALHO, 1991: 344). Em seus discursos, permeados de forte conteúdo moral, os empresários do CIC apontam para a necessidade de uma modernização econômica, uma efetivação da justiça social pautada em melhor distribuição de renda e uma postura mais independente frente ao Governo Federal, e já naquele momento expressavam críticas à intervenção estatal na economia.

Nesses grandes momentos de debates, o desagrado com o regime militar se explicitava na escolha dos temas, dos palestrantes e do próprio público que participava, envolvendo outros setores da sociedade além dos empresários. Em entrevista, Amarílio Macêdo destaca a heterogeneidade do público que participava dos eventos organizados pelo CIC, como também as polêmicas geradas naqueles momentos, sobretudo por terem trazido a “vanguarda brasileira ou nacional” que tinha sua base em São Paulo:

Nós trouxemos esse povo todo para vir falar aqui. Veio Mindlin, Cláudio Bardella, Antônio Ermírio de Moraes e Abílio Diniz. Vieram vários desses

vanguardistas empresárias (sic!), entre outros: Oliveira Ferreira, Carlos Castelo, o Castelinho, Maria da Conceição Tavares – foi uma polêmica monstruosa: ela quase agrediu os empresários da velha guarda. Antônio Ermírio de Moraes, por pouco, não segurou no colarinho do Zé Afonso Sancho, porque o Antônio Ermírio de Moraes tinha ódio a banqueiro. E o nosso banqueiro maior [riso] sentado na primeira fila se levantou de dedo em riste, Antônio Ermírio se destemperou, depois pediu desculpas, mas foi uma coisa curiosa. Então, nesses episódios do CIC, mudou-se a agenda do Ceará. A um evento do CIC como dizia o Tarcísio Leitão, ia de avestruz à vaca: tinha empresários mais conservadores, lideranças mais à esquerda e questionadoras, empresários ou não. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 118-119. Grifos meus).

Com essas posições, o CIC e suas lideranças vão se distanciando da FIEC, como fica demonstrado por ex-dirigentes da entidade: “A Fiec era governista (...) e o CIC era questionamento total. Então, o que deu notoriedade ao CIC a partir de 1978 foi a freqüência grande de reuniões com pessoas de grande influência na formação da opinião nacional e questionadores dos governos militares”. (Idem: 118). As razões do distanciamento com a FIEC também aparecem em Beni Veras:

Discutíamos questões da democracia no País, a questão da distribuição de renda, o Nordeste em relação ao País, a ética na política, a ética na empresa, questões desse tipo, relevantes. E essas questões não interessavam muito ao pessoal da Federação a essa altura. Com o tempo, foi havendo uma certa tendência ao conflito, tanto que a Federação assinou um documento ao Figueiredo, dizendo que ele deveria ter cuidado com a abertura política (...) para ser cuidadoso com a democracia. Essas coisas deram uma revolta em nós todos que éramos contrários a isso. Éramos a favor da democracia. (Idem: 90).

De fato, o primordial da crítica do CIC ao regime militar é quanto ao modo como o país estava sendo governado: sem transparência e impermeável a questionamentos. Neste ponto, acompanham o posicionamento dos industriais das regiões mais desenvolvidas que, àquela altura, estavam descontentes com os rumos da economia e com a centralização do poder levada ao extremo no período militar. Esse descontentamento foi expresso no “Documento dos Oito” que fora originado “... no ‘Fórum da *Gazeta Mercantil*’ de 1978 (...) e tem, como signatários, participantes do evento na condição de escolhidos (por enquête realizada pelo jornal *Gazeta Mercantil*) como lideranças mais expressivas do empresariado brasileiro”. (LEMENHE, op. cit.: 195). Uma interessante síntese desse movimento é explicitada por:

Meses depois de criado o Fórum *Gazeta Mercantil* – em junho de 1978 – vinha à luz o ‘Documento dos Oito’, em cuja elaboração participaram alguns dos mais representativos ‘economistas críticos’. Esse memorial, subscrito por oito dos dez líderes mais votados, alcançou enorme repercussão.

Fugindo aos lugares comuns da retórica antiestatizante e desfechando uma crítica cerrada à 'ciranda financeira', o documento dos empresários advogava uma alternativa para o desenvolvimento centrada na consolidação e diversificação da base produtiva existente, com ênfase na indústria de base; enaltecia a democracia liberal e se apresentava como uma contribuição de 'cidadãos conscientes' dirigidas aos 'vários setores da sociedade'. (CRUZ, 1997: 58).

Como explicitou Macêdo, algumas dessas lideranças empresariais participaram dos debates organizados pelo CIC, como Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, José Mindlin e Abílio Diniz. Por sua vez, Bolívar Lamounier apresenta interessante análise que nos ajuda a perceber o papel dos empresários, alguns anos antes, no processo que leva a uma distensão do regime militar:

(...) foi de grande importância a chamada 'campanha de desestatização', primeira intervenção ostensivamente crítica dos empresários no debate público. Na época o termo 'desestatização' não se referia à privatização, tema que só iria entrar de fato em discussão dez anos mais tarde, e sim ao exagero e aos riscos da política de crescimento perseguida pelo governo Geisel. O clamor contra o estatismo teve início na escolha de Eugênio Gudin como Homem do Ano pela revista Visão, em 1974. Houve quem visse nessa ação da imprensa uma das alavancas fundamentais do processo de abertura. Bresser Pereira, interpretou-a como indício do colapso do tripé formado por empresas estatais, empresas privadas nacionais e multinacionais, na medida em que se configurava a inevitável redução do ritmo de crescimento. Outras análises salientaram a cautela e as limitações das manifestações políticas dos empresários, até final do governo Geisel, evidenciando não tanto a impossibilidade de acomodar os interesses dos vários setores, mas antes o aproveitamento do avanço já ocorrido no processo de abertura para protestar contra sua falta de acesso aos centros decisórios. A campanha também refletia um estudado distanciamento do empresariado em relação à incômoda posição de 'suporte da ditadura' em que se deixara colocar desde 1964. (LAMOUNIER, 2005: 166).

Com a crescente crise econômica, e o desgaste para o regime militar que isto representou, bem como a vitória das oposições em 1982 – quando o PMDB elegeu o governador de São Paulo e de vários outros estados, além da vitória de Leonel Brizola do PDT, no Rio de Janeiro – ampliam-se os discursos de descontentamento dos empresários, subsidiados por análises realizadas por grupos de economistas de renome.

Referindo-se ao processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira – a partir da consolidação do desenvolvimento capitalista durante a Ditadura Militar, da crescente complexificação de sua estrutura social e o aparecimento de diferentes organismos sociais com interesses diversos – Coutinho chama a atenção para o fato de que, naquele momento histórico, as classes dominantes se deram conta que já



não podiam contar apenas com a coerção e passaram a buscar o consenso e a legitimidade para seu projeto de classe:

(...) talvez, pela primeira vez na história brasileira, a burguesia vem tentando conquistar hegemonia, ou seja, obter o consenso da maioria da população para seu projeto específico de sociedade, o que lhe permitiria ser não só classe dominante, como já é há muito tempo, mas também classe dirigente. Apesar das múltiplas dificuldades a burguesia brasileira experimenta para operar sua conversão em classe hegemônica e dirigente (...) não se pode negar que ela obteve importantes êxitos parciais não apenas com a vitória de Fernando Collor na eleição presidencial de 1989, mas, sobretudo com a efetiva implementação do projeto neoliberal (já defendido por Collor) no governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1994. (COUTINHO, 2000: 39-40).

É nesse contexto, de ampliação de organismos da sociedade civil, o que inclui as organizações empresarias, e de crescente fragilidade do regime militar, que se pode entender o protagonismo desses setores empresariais e suas organizações políticas, interferindo no debate sobre os rumos econômicos do Brasil naquele período de crise, mas também buscando ampliar suas perspectivas de domínio a partir da hegemonia do pensamento neoliberal, o que ocorreria pouco tempo depois.

Nesse quadro, dois discursos claramente distintos, dotados de diagnóstico próprio da crise e recomendações sobre o que fazer para conduzir a economia na direção certa, confrontam-se, contando ambos com suportes no empresariado: o discurso neoliberal, que pregava a austeridade financeira, o saneamento do déficit público, maior abertura para o capital estrangeiro, aumento das exportações, privatização das empresas e redução acentuada do papel econômico do estado; e o discurso desenvolvimentista, fruto da união entre parcelas da elite empresarial e economistas críticos... (CRUZ, op. cit.: 59).

Essas duas perspectivas distintas, sobre a condução do processo econômico brasileiro, estiveram presentes na cena política dos anos 80 e foram refletidas na elaboração da política econômica do governo Sarney, numa convivência conturbada e com propostas díspares sobre o rumo a ser seguido. Com o fracasso do Plano Cruzado, de modo mais específico, e o processo de reestruturação capitalista que avançava mundialmente, os economistas com pensamento desenvolvimentista perdem espaço no debate brasileiro, abrindo uma longa época de predomínio do pensamento neoliberal<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> "... manifestação exacerbada de pretensão estatista, o Plano Cruzado teve, paradoxalmente, o efeito de desmoralizar o Estado e acreditar os arautos do liberalismo: *junto aos grandes empresários dos setores oligopolistas*, desde o final do ano em guerra declarada contra o congelamento na qual fizeram ameaças de lock-out e desobediência civil, a tal ponto que um deles mereceria do presidente da República a acusação surpreendente de anarquista..." (CRUZ, op. cit.: 131. Grifo do autor). Em

De modo geral, a postura dos segmentos do empresariado local – corroborando com o segmento nacional que demandava novas políticas econômicas, e outros parâmetros na relação com a sociedade – tem um caráter pragmático e se sobrepõe a qualquer crítica à Ditadura Militar pelo autoritarismo em si e pela violação aos direitos humanos por parte desses governos. Ainda assim, não se pode deixar de reconhecer que o próprio perfil dessas novas lideranças, como também suas experiências de vida (vide nota 02 da Introdução), os distanciava do regime instalado em 1964. Este é um aspecto importante no conceito dessas lideranças para certos setores da esquerda que com eles estabeleceram aliança eleitoral, bem como ajudou a criar uma grande expectativa da sociedade em relação à modernização política que essas lideranças poderiam construir.

Por sua vez, no contexto de crise econômica e com retração de recursos públicos para incentivar o desenvolvimento econômico, os empresários do CIC, tal como aqueles que estavam aglutinados na FIEC, também destacavam a “Questão Nordeste” (COSTA, op. cit.) em suas críticas ao governo central. Em outros termos, todos eles clamam por políticas diferenciadas para a região em virtude de sua secular desigualdade econômica e social em relação ao Centro-Sul do país. Isto ocorria independente de suas diferenças quanto ao tipo de regime político que deveria vigorar no país. Tal postura, evidenciando o caráter econômico-corporativo de seu projeto de poder, aparece no depoimento de uma das lideranças do CIC:

(...) nos angustiava muito a nossa fragilização política, a nossa força política naquele ‘Brasil Revolucionário’ o que preponderava era o PIB. E éramos 11% do Brasil com 30% da população. Então, no regime fechado, nós não teríamos a menor chance (...) era o fisiologismo que estava embutido na política. (Sérgio Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 181. Grifo meu)<sup>75</sup>.

---

outra passagem de seu livro, Cruz demarca os efeitos do fracasso desse plano econômico no debate entre as vertentes econômicas: “Derrota de vastas conseqüências, derrota estratégica, o desmoronar do Plano Cruzado imobiliza, em todas as demais frentes, os partidários de posições a ele associadas, que se dispersam, pura e simplesmente, ou quedam desnoroados, combatendo malgré tout como franco atiradores, incapazes, porém, de intervir articuladamente no debate. E o campo fica aberto, então, de todo desimpedido para o discurso adversário, que o penetra profundamente, mesmo em suas expressões mais demagógicas (...) Em junho de 1987, a virada na orientação geral da política econômica estava consumada. A partir daí, ‘abertura’, ‘desregulamentação’, ‘privatização’, ‘mecanismos eficazes de atração de investimentos externos’ converteram-se em palavras-chave no discurso oficial.” (Idem: 136-137).

<sup>75</sup> Considerando as posições dos dois setores do empresariado representados no CIC e na FIEC, Lemenhe aponta mais identidade do que diferenças: “As especificidades nas formas de atuação e no conteúdo discursivo, demarcadas pelos empresários aglutinados no CIC com respeito aos da Fiec, embora efetivas, mal encobrem as identidades de interesses partilhados como burguesia industrial e, além disso, tem na condição de burguesia regional uma segunda instância de afinidades. É nesta

O mais importante na percepção do papel a ser desempenhado pelos novos segmentos empresariais aparece na crítica quanto à forma como os recursos públicos eram geridos pelos chefes políticos do Ceará, aspecto pouco relevante para a FIEC. De fato, essa crítica foi muito importante na construção de projeto próprio das novas lideranças empresariais que iriam disputar, mais tarde, espaço no processo eleitoral, como também representava parte das demandas sociais manifestadas na redemocratização. O protesto dos empresários do CIC é porque os recursos públicos eram direcionados a uma política clientelista para dar suporte aos governantes, com sérios prejuízos às finanças de um Estado já em crise. Uma síntese do pensamento do grupo é relatada por Amarílio Macêdo:

Eu destaco Virgílio Távora, assim, numa diferença gigantesca em relação aos outros dois. Na minha cabeça, Virgílio era um estadista, um homem de visão pública por excelência, um homem que acabou com o patrimônio da esposa fazendo política (...) nesse pragmatismo dele, de humildade diante dos fatos, acho que ele fazia pouco esforço para lutar contra os costumes (...) Não tinha muita preocupação de criar mecanismos que inibissem a apropriação do que é público. Então, muita gente o cercou, apropriou-se do era público (...) Aduauto, eu acho que ele nunca foi estadista, nunca teve visão de priorização do coletivo (...) ele via política mais como negócio (...) César (...) foi um visionário (...) teve aquelas alucinações de 'floresta de cajueiro' (...) descuidava da parte técnica (...) A outra coisa que ele fez – que para mim foi um assassinato da natureza – foi a erradicação do café sombreado, no maciço de Baturité, para plantar café a céu aberto (...) Então, dos três coronéis, a história do Ceará tem uma dívida com Virgílio Távora. Ele tem o crédito, o mérito, mas dos outros dois eu não tenho registro que possa merecer. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 114-115).

Por sua vez, também na política tradicional predominava uma posição de defesa individual dos interesses do próprio empresariado, o que será contestado pela nova elite empresarial. Esta buscará construir uma visão mais prospectiva em relação às políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico do Ceará, considerando que esse processo seria inviável se mantida aquela prática de apadrinhamento de alguns empresários por parte do Estado.

(...) a gente sentiu um pouco essas perturbações porque o empresariado mais conservador, mas tradicional, ele preferia os outros caminhos porque ele sempre teve nas lideranças políticas (...) o avalista dos seus negócios (...) o Tasso (...) trata das diretrizes de um setor do Estado (...) Virgílio (...)

---

perspectiva que se pode entender por que os empresários 'modernos' e os 'atrasados' falam a mesma linguagem regionalista e estarão dividindo entre si os espaços secundários de poder numa e noutra entidade". (LEMENHE, op. cit: 192).

pegava o empresário e ia na Sudene, ele praticamente aprovava o projeto. (Assis Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 212. Grifos meus).

O comum no Ceará e no Nordeste, em um quadro de expansão da indústria via fundos públicos, era a necessidade de intermediação dos governos locais para aprovar projetos econômicos, alimentando, também neste campo, uma política clientelista (LEMENHE, 1997: 66). Portanto, é esta prática que os empresários do CIC vão questionar, tanto pela escassez dos recursos em fins dos anos 70, como pela dificuldade de uma ação mais ampla de desenvolvimento. Isto porque, para tais lideranças, "... o Ceará precisava ser bem dirigido, como eram as nossas empresas, com racionalidade (...) evitando desperdício (...) do contrário, não havia futuro para o Estado". (Beni Veras. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 88-89). Esta mesma posição já havia sido destacada por outro expoente do grupo do CIC, Sérgio Machado:

Se havia uma reivindicação na sua empresa recorria-se ao Governo. Foi essa troca de favores que manteve a estrutura dominante até então, que manteve o Estado forte (...) Nós buscávamos um novo modelo de ação coletiva que foi a base do Governo Tasso, onde todas as ações visavam sempre ao interesse geral e não mais o particular. (In: MARTIN, 1993: 107. Grifos meu).

Assim, para os empresários do CIC foi decisivo apostar em novos rumos para o desenvolvimento capitalista, com mais liberalização e crescente abertura do mercado, apoiado na recuperação fiscal do Estado, tal como anuncia o pensamento neoliberal. A matriz desse pensamento foi articulada, pelo grupo que ascende ao poder em 1987, com a defesa de que o Estado, em situações de pobreza como a do Ceará e do Nordeste, deve manter sua importância como agente apoiador do processo econômico (NOBRE, 1999; COSTA, 2005). Observe-se que os empresários do CIC, ao reivindicarem atuação diferente do Estado para o Nordeste, rechaçam as posições e os discursos da velha elite, ao mesmo tempo em que investem em uma nova imagem pública. Na ação dos novos governantes, destacam-se outros meios empregados na gestão da máquina administrativa e a construção de um mito fundador de que são dissidências da velha burguesia (COSTA, op. cit.).

O pragmatismo do projeto da nova elite dirigente no Ceará – exemplificado na defesa de maior intervenção do Estado no Nordeste, em aparente discordância com o pensamento neoliberal – vai se expressando ao longo dos anos, e em consonância também com as condições políticas de sua realização. No seu

momento inicial, quando da elaboração do primeiro plano de governo, ainda mantém certo teor desenvolvimentista aliado à perspectiva de contra-reforma do Estado no sentido mais de racionalização do gerenciamento público. Estes primeiros elementos do projeto que, posteriormente, sofreram fissuras, foram claramente influenciados por setores ligados às classes médias urbanas.

As dificuldades enfrentadas na 'Administração Popular de Fortaleza'<sup>76</sup> resultou na migração das classes médias urbanas cearenses ao novo arranjo político nascido no CIC (...) Sob a liderança empresarial duas facções ingressaram no 'Governo das Mudanças': a primeira, a nacional desenvolvimentista, localizada no setor econômico do Estado e a outra, aglutinava setores tecno-burocráticos associados às experiências das agências de fomento ao desenvolvimento econômico regional e principalmente ao BNB (...) Naturalmente, o segundo grupo teria uma afinidade ideológica maior com o ascendente grupo empresarial. As duas facções das classes médias urbanas convergiram com o grupo do CIC no Movimento Pró-Mudanças. Criado em 1986 por uma iniciativa suprapartidária (PC do B, PCB e PMDB), elaborou o programa do governo Tasso cuja base era a reforma do Estado, a adoção de políticas sociais mais ativas e promoção de investimentos desenvolvimentistas de grande impacto sobre a renda *per capita*. (ABU-EL-HAJ, 2003: 17).

Com o tempo, e a consolidação da contra-reforma neoliberal nos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, bem como a maior abertura do mercado aos investimentos estrangeiros, o projeto local foi perdendo o caráter mais desenvolvimentista que marcou os seus primeiros momentos e vai assumindo mais identidade com aqueles processos de contra-reforma do Estado. Na mesma tendência conservadora, o "projeto das mudanças" se distancia da demanda por mais participação, uma importante bandeira dos setores de esquerda que apoiaram a campanha de 1986. Esta e outras divergências entre o grupo do CIC, o núcleo central do Governo Tasso, e outros aliados políticos, serão abordadas no próximo capítulo. Neste ponto da análise, cabe refletir sobre as condições que sustentaram esse pensamento mais contemporâneo da elite empresarial que se articulou a partir do CIC, conectado ao processo de internacionalização do capital e suas exigências de liberalização econômica. Isto implica que sejam retomados os aspectos significativos do processo de industrialização do Ceará.

É no quadro de mudanças econômicas que vinham sucedendo desde os anos 60 neste Estado federativo que se encontram também os determinantes dos limites postos aos antigos governantes e, em consequência, as condições que permitiram a

---

<sup>76</sup> Como fica conhecida a administração de Maria Luiza Fontenele, do PT.

transferência do poder para a nova elite com pensamento modernizante. Trata-se aqui do deslocamento de uma base agropecuária para outra assentada na crescente industrialização<sup>77</sup> estimulada por recursos públicos, bem como da introdução de relações capitalistas no próprio campo. Essa troca de dirigentes estatais ocorreu, evidentemente, em um cenário diverso da luta política, que se expressará com a retomada dos processos eleitorais em todos os níveis.

A industrialização do Nordeste, especialmente no Ceará, ganhou força somente a partir dos estímulos fiscais e de créditos oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em associação aos programas de financiamento com incentivos do Banco do Nordeste do Brasil – BNB. A partir desses apoios institucionais houve um movimento de transferência de empresas sulistas para a Região Nordeste, contando ainda com os evidentes atrativos locais: mão-de-obra barata e extenso mercado de consumo. A estrutura agrária em moldes latifundiários, por sua vez, oferecia as garantias de crédito necessárias para os investimentos industriais. No caso do Ceará, a expansão econômica ocorre não apenas através de incentivos fiscais para as empresas privadas, mas também com a instalação de empresas estatais no Nordeste (OLIVEIRA, 1998: 79-120). Esse processo já demonstra, portanto, desde cedo, a centralidade do Estado na dinâmica de acumulação de capital e, como veremos, será determinante do tipo de prática política que será predominante durante muito tempo.

Com as políticas de desenvolvimento para o Nordeste, o Ceará passou a ter, nos anos 80, o triplo do número de estabelecimentos industriais e a empregar quatro vezes mais. Por sua vez, houve uma desconcentração dos ramos industriais e crescimento proporcionalmente maior de grandes e médias empresas. Com isto, ocorre a “... consolidação de um segmento industrial no espaço cearense. Composto quase exclusivamente por capitais locais...” (LEMENHE, 1995:185). A autora identifica cinco desses grupos: Jereissati, J. Macêdo, Queiroz, Empresa Industrial Técnica S.A. e Master. Ao mesmo tempo, Lemenhe informa da ocorrência de associações de grupos empresariais cearenses com capitais nacionais e internacionais, como as realizadas por Jereissati, Macêdo e Master. Não por acaso,

---

<sup>77</sup> O setor agrícola, em 1950, representava 43% de toda a renda gerada no Ceará e absorvia 74% da população economicamente ativa (PEA). Nos anos 80, esse setor econômico passa a representar apenas 17% da renda cearense e a ocupar 44,38% da PEA (TEIXEIRA, 1995: 09).

desses grupos emergem novas lideranças empresariais e políticas como Tasso Jereissati e Amarílio Macedo, os dois mais importantes presidentes do CIC no período em estudo. Portanto, na base da expansão industrial do Ceará – com distinções no segmento industrial em função dos ramos diferentes e do tamanho do capital – consolida-se uma expressão regional da burguesia.

Em Parente, também encontramos dados importantes para identificar o tipo de desenvolvimento industrial que aqui ocorria: fortemente amparado em incentivos fiscais e com predominância do empresariado local. Ao citar pesquisa realizada pela SUDENE, esse autor esclarece:

As 910 indústrias que surgiram no Nordeste através de incentivos fiscais até a década de 1980, 63,6% estão em três estados: Bahia (19,5%), Pernambuco (24,3%) e Ceará (19,8%). Esses estados, então, se constituem como os principais pólos econômicos regionais e juntos possuem mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste nas décadas de 1970-80 (...) no Ceará o fator que mais contribuiu para a localização industrial foi de o empresário ser radicado no próprio estado (53,1%), enquanto que a proximidade da matéria prima só influenciou para 17,7% das indústrias instaladas. (PARENTE, 2000: 163).

Por sua vez, Abu-El-Haj estabelece uma relação direta entre o nascimento da burguesia local e o tipo de desenvolvimento econômico adotado a partir de 1964, sobretudo com a criação do incentivo do FINOR. Esse modelo de desenvolvimento teve como prioridade a indústria tradicional de médio porte, moderna e altamente competitiva. Assim, no Ceará, forma-se uma elite empresarial dirigente que se diferencia da burguesia nordestina, com contraditória aliança com o latifúndio. A elite cearense, ao contrário, sem depender daquela base social, terá um comportamento mais autônomo e, ao mesmo tempo, pragmático:

De um lado, os empresários do CIC priorizam os mercados internos sobre os externos, refletindo sua base de acumulação e, de outro, o reduzido mercado interno exige a busca de parceiros internacionais para garantir a continuidade da acumulação de capital. Isso explica os esforços incessantes de contrair empréstimos externos das agências de desenvolvimento internacional e a busca de parceiros para os investimentos de grandes projetos industriais que modificassem o perfil do PIB cearense. (ABU-EL-HAJ, 2002: 85).

Na medida em que essa elite empresarial tem seus negócios em consonância com o movimento mais global da acumulação capitalista, torna-se um segmento mais autônomo também, no sentido político e cultural, de um tipo de desenvolvimento exclusivamente dependente do Estado. Por sua vez, esses

mesmos segmentos do empresariado, dada essa condição, puderam estabelecer duras críticas ao tipo de administração do Estado, com base clientelista e patrimonialista, um traço histórico da cultura política brasileira e que se fortaleceu durante a Ditadura Militar. No Ceará, a exacerbação dessa forma de fazer política coincide com os governos dos “coronéis”.

Assim, identifica-se no grupo da base do CIC uma formação peculiar: eles são mais competitivos, do ponto de vista capitalista, e possuem um pensamento modernizante quanto a estrutura burocrática do Estado. Isto foi refletido, posteriormente, quando da condução do governo e da realização do processo de “modernização conservadora”. Apesar do esforço do grupo na viabilização desse processo, não significa afirmar que tenham sido erradicadas, no Ceará, aquelas formas clientelistas e patrimonialistas da política, como poderemos ver no quarto capítulo. Na formação do pensamento desse grupo, também teve grande influência a capacitação intelectual e técnica da elite política cearense, bem como de segmentos da classe média, realizada pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, tese amplamente defendida por Parente.

Sendo o Ceará um estado marginal no contexto do federalismo brasileiro, o seu mergulho na ideologia da modernidade se deve ao processo de treinamento e socialização de uma elite técnica e preparada para uma administração racional do estado. O BNB foi mais do que um banco de desenvolvimento, sendo a força de irradiação da ideologia de modernidade, no sentido weberiano de ênfase na racionalidade, para outros setores da sociedade, destacando-se as universidades e as próprias empresas. É nesse ambiente que surge uma elite moderna, formada por uma nova geração de empresários, todos com curso de pós-graduação, conhecedora do que é o capitalismo e o que devem fazer capitalistas na sociedade moderna. Eles se organizaram no CIC, uma vez que a FIEC estava ocupada com os empresários mais adaptados ao corporativismo e ao patrimonialismo, duas características já tradicionais na política nordestina e inscrita na ideologia do conservadorismo ainda não questionados na época. (PARENTE, 2000: 152).

Esta influência, como também de intelectuais da UFC, é lembrada por Amarílio Macêdo, ao relatar a importância dos ciclos de debates realizados pelo CIC no início dos anos 80:

Nós tínhamos, no CIC, um grupo de grandes técnicos do Banco do Nordeste e de outras entidades governamentais que nos orientavam; Osmundo Rebouças – que desde aquele tempo era o guru dessa geração – Chico Augusto, Pedro Jorge, que é do Banco do Nordeste também, ou era, André Haguette, Petrola e muita gente mais (...) Cláudio Ferreira Lima. Era um grupo grande e não ganhavam nada. Essas pessoas davam orientação



e assistência por puro idealismo; nunca pagamos um centavo a quem quer que fosse. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op.cit.: 119).<sup>78</sup>

Portanto, órgãos públicos como o BNB e a SUDENE e, posteriormente, a UFC, foram decisivos para fomentar nesse segmento das elites cearenses uma consciência “... de que a modernidade era uma estratégia de sobrevivência política...” (PARENTE, 2000: 135). É preciso reconhecer, dessa forma, que o Estado desempenhou importante papel não apenas por introduzir novo padrão de intervenção nos anos 60, determinante para o desenvolvimento econômico do Nordeste e do Ceará, mas também por estimular uma cultura modernizante no seio da própria elite local. No caso específico do BNB, sua atuação:

(...) melhorou o perfil técnico e gerencial das empresas da região, sobretudo as associativas, através de um intensivo processo de formação de dirigentes, e possibilitou uma homogeneidade ideológica das elites, um instrumento eficiente no processo de modernização conservadora (...) O resultado desta marca do banco se reflete diretamente na modernização do Estado do Ceará, o estado mais beneficiado por esse processo (PARENTE, op. cit.: 141).

Não por acaso, o efeito dessa formação da elite dirigente estimulada pelo BNB se refletiu, diretamente, nos quadros político-administrativos “... requisitados pelos governos cearenses a partir do ano de 1976, quando a gestão do *coronel* Aduino Bezerra nomeia Paulo Lustosa da Costa como secretário de Planejamento”. (Idem: 147)<sup>79</sup>.

Posteriormente, esses quadros técnicos formados no BNB serão também requisitados por Virgílio Távora (Gonzaga Mota, para secretário de Planejamento, e Firmo de Castro, para secretário da Fazenda e, depois, para Indústria e Comércio), Gonzaga Mota (Wladimir Spenelli Chagas, para a Fazenda), Tasso Jereissati (José Lima Matos, para a Fazenda, João Castro Silva, para subsecretário, e João Batista Ramos e Antônio de Pádua F. Ramos, para a administração do BEC) e Ciro Gomes (João de Castro Silva, para secretário da Fazenda e, após sua morte, convoca outro técnico do BNB, Francisco José P. Carvalho, e para dirigir o BEC, assume Pedro

<sup>78</sup> Dos nomes citados por Amarílio Macêdo, não eram quadros do BNB apenas André Haguette, professor da UFC, e Paulo de Melo Jorge Petrola, da UECE. Este último chegou a ocupar o cargo de Reitor da Universidade Estadual do Ceará, no período que corresponde ao Governo Ciro Gomes.

<sup>79</sup> Paulo Lustosa da Costa sempre manteve fortes vínculos com os “coronéis”, chegando a assumir o Ministério da Desburocratização no Governo Figueiredo, por indicação das lideranças cearenses, bem como disputou com Ciro Gomes a eleição para o governo estadual em 1990, momento decisivo de afirmação do grupo do CIC perante os antigos dirigentes cearenses.

Brito, também economista do BNB). No segundo governo de Tasso Jereissati, os técnicos oriundos do BNB têm sua participação ampliada:

(...) além da Secretaria do Planejamento, Antônio Cláudio Ferreira Lima, e o seu chefe de gabinete, Aldro Luiz de Oliveira, é nomeado um técnico aposentado do BNB e professor da UFC como secretário de Agricultura: Pedro Sisnando Leite. São indicados também técnicos do BNB para o Serviço de Processamento de Dados, Danúsio Cordeiro Studart Gurgel, Aristhophanes de Melo, na Ematerce, José Luciano Romero – e na Epace – Aroldo Aguiar Holanda. (PARENTE, op. cit.: 149).

Ainda que a presença de técnicos do BNB tenha sido mais efetiva nas administrações da “Era Tasso”, é preciso lembrar que existia em Virgílio Távora grande preocupação em assegurar, nas secretárias técnicas, quadros com competência reconhecida e sem vínculos com os esquemas políticos do Estado, como já exposto no capítulo I.

Era uma escolha pessoal de Virgílio Távora: a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Indústria e Comércio, a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Educação, a Secretaria do Planejamento e, até mesmo, a Secretaria de Obras, para a qual nomeou um técnico ligado a outro grupo político, o engenheiro e professor da Universidade Federal do Ceará, dr. Luís Marques. (PARENTE, op. cit.: 160).

Por sua vez, em seus governos (1962-1966 e 1979-1982), o “coronel” Távora empreende uma forte política de planejamento, com apoio da SUDENE, bem como de incentivos financeiros<sup>80</sup> para atração de indústrias. Tudo isto resultou no deslocamento, naqueles dois períodos, de mais de trinta empresas para o Ceará (COSTA, 2005). Dentre essas se destacam algumas de significativo capital, como o Grupo Gerdau e a Vicunha (LEMENHE, 1995). De fato, as medidas para expansão da indústria local (infra-estrutura e condições para financiamento) foram iniciadas, ainda, no governo de Virgílio Távora (TEIXEIRA, 1995).

Esse papel desempenhando por Távora, uma transição ao processo de “modernização conservadora” que se realizará nos governos da “Era Tasso”, é

<sup>80</sup> “Em dezembro de 1979, o governador Virgílio Távora criou, através da lei 10.367, o Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI. Este previa concessão de empréstimos a médio e longo prazos, garantias e subsídios de encargos financeiros, concessão de subsídios de tarifas de água e esgoto às empresas, e ainda, permitia ao ‘... governo do estado tomar parte como sócio de empreendimentos industriais, já que os recursos do FDI poderiam ser utilizados para aquisição de ações de empresas’. (PONTES E ALMEIDA, 2003). O FDI esteve parado no período de setembro de 1982 e setembro de 1983, por não haver aplicação de recursos, e de 1986 a 1988, por determinação do governo estadual”.( NOBRE E OLIVER COSTILLA, 2006:?). Este recurso retorna modificado em maio de 1989 a partir das possibilidades abertas pela constituição de 1988, que passou a conceder maior autonomia aos estados da federação para desenvolverem políticas próprias de atração de investimentos.

amplamente reconhecido pelas lideranças do CIC, ainda que esse governante também seja alvo de críticas do grupo quanto à forma como a máquina administrativa era gerida, dando margem ao clientelismo político. Embora essa relação já tenha sido lembrada, merecem destaque outras análises de lideranças do CIC:

O primeiro governo Virgílio (...) pelo que a gente lê, vê e ouve falar (...) foi um governo muito bom (...) inovador em termos administrativos e políticos. Acho que esses governos começaram a cair numa política (...) clientelismo foi a principal característica desses governos.... (Tasso Jereissati. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit.:158).

Amarílio Macêdo, por sua vez, mostra a forte identidade do grupo do CIC com o ex-governador, o que não ocorria em relação às outras duas lideranças políticas tradicionais, Adauto Bezerra e César Cals:

(...) o CIC, em grande parte, foi mais filho do Virgílio Távora do que do José Flávio Costa Lima, porque o Virgílio já era governador na época. Ele chamava a meninada do CIC, como ele dizia, 'de meus dentes de leite'. Ele não perdia uma promoção do CIC. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 114-115)<sup>81</sup>.

Se até determinado momento os interesses dessa nova fração da burguesia não eram incompatíveis com a política industrial que vinha sendo conduzida por Virgílio Távora, em articulação com os governos militares, tudo muda com a conjuntura de crise de fins dos anos 70. Nos termos de Lemenhe essa crise:

(...) virá expor as fragilidades dos processos individualizados, clientelísticos, de intermediação dos interesses econômicos. Da parte do empresariado, agora mais diversificado, as demandas são maiores e mais diversificadas. No que diz respeito aos tradicionais porta-vozes daqueles, o poder de pressão junto às instâncias federais esbarra nos limites da contração de recursos públicos gerais para todo o país e, como tal, disputados por vários setores de atividades e das diversas regiões. (1995:187).

A hipótese de Lemenhe é que, nesse momento de crise, os "... interesses dos industriais cearenses estiveram mais ameaçados com a retração dos recursos do Finor do que, por exemplo, os da Bahia". (op. cit: 186)<sup>82</sup>. Dessa forma, a crise

<sup>81</sup> Ex-dirigente da FIEC que, em 1978, durante sua gestão nessa entidade, transferiu o CIC para os "jovens empresários". Antes desse período, o CIC era uma instância vinculada à FIEC, ganhando autonomia a partir desse ato de José Flávio Costa Lima.

<sup>82</sup> Em outra passagem, a autora complementa em que sentido esses interesses foram contrariados: "No Ceará, nos anos 1975 e 1977 recursos do Finor para a agropecuária prevaleceram sobre os destinados para a indústria. Entre 1975 e 1989 o número de beneficiários variou entre 2 e 5". (LEMENHE, op. cit: 187).

econômica afetou mais intensamente os industriais locais, de um lado, por não haver empresas estatais que conseguissem contrabalançar, pela sua dinâmica, o período recessivo. E de outro lado, porque aqui os investimentos públicos prevaleceram sobre os privados no processo de industrialização, atribuindo uma grande dependência da economia local aos investimentos estatais.

Em síntese, o ponto central das divergências entre os segmentos da antiga burguesia e os empresários do CIC reside, precisamente, na forma de gerenciamento do Estado, atrelada a interesses particulares de empresários com forte inserção política, bem como direcionada ao atendimento de pleitos pessoais de políticos com inserção regional. Era preciso atribuir outra racionalidade às ações políticas voltadas para o desenvolvimento econômico da região. Assim, numa realidade de globalização dos mercados mundiais, o Ceará precisaria encontrar outro rumo para sua economia recém-industrializada, atraindo os interesses do capital internacional em setores que lhe caberia ocupar espaço. Isto ocorre porque a competição capitalista passou a exigir novos padrões de produção e comercialização, ao mesmo tempo em que se redefiniram os espaços de concorrência dos Estados nacionais numa articulada rede hierarquizada, cabendo aos países periféricos papéis secundários.

Para avançar no processo de “modernização conservadora” era necessário conferir outro caráter ao poder público, que não poderia ficar a mercê daqueles interesses pontuais e predatórios de suas finanças. Dessa forma, ao longo de toda a “Era Tasso”, procurar-se-á construir um Estado com formato flexível, enxuto e eficiente, o que significava reformas profundas na administração e gestão da máquina burocrática. A contra-reforma do Estado, funcional as demandas contemporâneas do capital, não poderia ser realizada pelas antigas elites, cujas bases estavam fortemente fincadas em relações políticas clientelistas e patrimonialistas com os setores tradicionais da política cearense. Como veremos a seguir, o contexto da redemocratização criou as condições para a aliança política desses novos setores da burguesia com segmentos sociais diversos que também exigiam mudanças no Estado e em sua relação com a sociedade.

## 2.2. A Redemocratização, a Crise dos “Coronéis” e a Produção da Candidatura Tasso

Na medida em que o grupo de empresários ligados a Tasso Jereissati passou a militar no CIC, foi construindo-se uma consciência da necessidade de novo padrão de intervenção do Estado nos processos econômicos. Da mesma forma, adotou-se também uma posição crítica em defesa do retorno à democracia e da construção de nova forma de governar, mais afinada à racionalidade empresarial. Com essa crítica e com a capacidade organizativa que foram adquirindo na entidade, esses empresários acabaram tendo significativa importância no quadro da política local. Isto ocorreu, inicialmente, no contexto da luta pela retomada da democracia (LEMENHE, op. cit.: 194).

Segundo depoimentos de representantes do grupo do CIC, foi a partir dessa entidade empresarial que se formaram os primeiros comitês de apoio à luta das eleições diretas e à candidatura de Tancredo Neves para a Presidência da República, pelo PMDB, em oposição a Paulo Maluf, candidato do regime militar. O CIC passou a ser mais ativo politicamente nesse momento a partir dos:

(...) movimentos Pró-Tancredo e Pró-Diretas (...) houve uma consciência clara de que não podíamos ficar apenas como espectadores (...) o movimento Pró-Diretas aqui no Ceará não tinha nenhuma liderança (...) Houve uma consciência nítida de que nós devíamos assumir aquele papel (...) O Colégio Eleitoral do Ceará era muito grande, então nós partimos para o corpo-a-corpo na pressão eleitoral, (...) do movimento Pró-Tancredo<sup>83</sup>. (Tasso Jereissati. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 159).

O mesmo raciocínio é também assumido por Beni Veras, outro ex-presidente da entidade e um dos seus mais importantes líderes.

Eu reuni o grupo, não era mais nem presidente (...) Vou formar um grupo empresarial para se portar contra o Maluf (...) fizemos o primeiro comitê Pró-Tancredo (...) Aí, o CIC já era uma entidade política (...) A essa altura (...) ficávamos senhores da política do Ceará (...) (Idem: 91-92. Grifo meu).

Em outra entrevista, Beni Veras chega a apontar o protagonismo do grupo político local em lançar, em âmbito nacional, a candidatura de Tancredo Neves: “Beni Veras

<sup>83</sup> Tasso refere-se à pressão sobre os deputados federais do Ceará que iriam participar, no Colégio Eleitoral, da escolha do Presidente da República. Esse sistema indireto de votação fora mantido com a não aprovação da emenda de Dante de Oliveira que objetivava o restabelecimento de eleições diretas em todas as instâncias executivas.

conta que os jovens empresários foram os precursores nas sugestões da candidatura de Tancredo Neves, quando ela ainda não tinha sido lançada nem mesmo em Minas Gerais, onde era Governador, eleito em 1982” (MARTIN, op. cit.: 50). Essa visão, sobre o protagonismo do CIC na luta pelo retorno da democracia, também é apresentada por Amarílio Macedo, outro ex-presidente da entidade:

A Fiec era governista (...) e o CIC era questionamento total. Então, o que deu notoriedade ao CIC a partir de 1978, foi a freqüência grande de reuniões com pessoas de grande influência na formação da opinião nacional e questionadores dos governos militares (...) Um projeto político maior começou com o ‘Movimento das Diretas Já’ (...) Houve uma mobilização grande de empresários aqui no Ceará. (Idem: 118 e 122).

Esses episódios, as duas importantes campanhas no processo de redemocratização do Brasil, significaram também os primeiros conflitos com os setores mais conservadores da elite dirigente local. Isto aparece em depoimento de Sérgio Machado, registrado por Isabela Martin:

O período das manifestações pró-diretas e pró-Tancredo foi caracterizado pela pressão do Governo Federal com o objetivo de conter os movimentos (...) segundo Sérgio Machado, havia ameaças de não liberação de recursos via Caixa Econômica Federal (...) motivo (...) que neutralizou Amarílio Macedo durante a campanha pela eleição de Tancredo Neves. (Op. cit: 51).

Também em entrevista, Beni Veras sintetiza as divergências que o grupo tinha com os militares e seu regime de governo, já apontando elementos sobre a concepção de Estado que perpassa o pensamento dessa elite empresarial: “Achávamos que a Revolução de 64 era um movimento velho (...) contestávamos o Governo Federal àquela altura ... (In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 88-89).

Quando as lideranças do CIC passaram a assumir uma maior presença na política local, já tinham alcançado certa relevância no cenário nacional, como também o grupo havia se credenciado junto a importantes setores da sociedade local, condições fundamentais para a consolidação de um projeto de poder. Assim, as ações desenvolvidas no CIC, como os debates e seminários, tanto foram importantes para a construção de seu projeto de poder, do ponto de vista das idéias, como lhes deram credibilidade junto à sociedade pelo próprio papel que estavam desempenhando. Da mesma forma, o impacto dessas ações também despertou reações contrárias.

José Flávio L. C. Lima, ex-presidente da FIEC e também o responsável pela reorganização do CIC em meados dos anos 70, ao conceder entrevista sobre os diversos momentos dessa entidade, sintetiza as reações que o grupo provocou na sociedade cearense: “Eles foram para o CIC (...) lutaram pela abertura democrática, e se credenciaram diante da opinião pública e foi fácil”. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 33). Em outro trecho da entrevista, a liderança da FIEC esclarece como as posturas desses militantes também geraram conflitos com os empresários mais antigos e, depois, em relação aos antigos governantes:

Eles chegavam no Sul se apresentando como um grupo que tinha vencido as bases anacrônicas das entidades de classes do Ceará (...) O sujeito não podia dizer isso daquele que o convocou para vir trabalhar (...) Foi a mesma audácia com que começaram no CIC, agredindo todo mundo, que os levou a conquistar o governo do Estado do Ceará (...) dizendo que os ‘coronéis’ estavam ultrapassados (...). (Idem: 65).

É interessante observar que, nesses momentos iniciais da militância no CIC, na passagem da década de 70 para a seguinte, essas lideranças ainda não explicitavam, claramente, um projeto de poder, a despeito da forte presença na política local.

(...) nunca foi assim uma coisa delineada, uma coisa decidida – precisamos ter um projeto de poder (...) na cabeça de alguns, sim, mas não era uma coisa assim votada (...) o poder chega como uma consequência de uma ação (...) Tasso nunca se colocou (...) como candidato (...) As coisas vieram para ele (...) tinha alguns, principalmente o Sérgio mais chegado a isso, o próprio Amarílio (...) teve muito dessas conversas, mas nunca foi assim uma estratégia concebida, consensual, aprovada (...) (Assis Machado Neto. Idem: 211. Grifos meus).

Igualmente, essa geração de empresários não apresentava pretensões de vínculos mais orgânicos com a política: “Tancredo (...) a primeira pessoa que falou para a gente o que nunca nos passara pela cabeça: entrar na política”. (Sérgio Machado. Idem: 184). Por sua vez, em Tasso Jereissati, encontramos uma visão mais pragmática sobre os partidos e a militância partidária: “... não deveríamos nos vincular a nenhum partido (...) para não perdermos a independência (...) vinculação foi em função dos próprios acontecimentos (...) uma simpatia e uma aproximação maior com o MDB...”. (Idem: 159). Em outra ocasião, Tasso havia esclarecido que tal aproximação se deveu ao processo de redemocratização, que se constitui no ponto de encontro com esse partido e outros setores da sociedade:

(...) a nossa afinidade com o partido de oposição, que era o MDB, começou pelas próprias coincidências de posições. Nós começamos, em certos pontos, a nos encontrarmos em algum movimento e isso teve o ápice no momento das eleições diretas porque quem promovia as eleições diretas no Ceará era o MDB e o CIC. Nós entramos nos movimentos juntos e passamos já a subir em palanque (...) a candidatura ao Governo foi uma coincidência. (In: MARTINS, op. cit.: 101).

Ainda assim, os empresários do CIC, desde cedo, procuraram influir nos rumos da política cearense, embora não se apresentassem como candidatos a cargos políticos. Inicialmente, buscaram manter uma relação de apoio mútuo com os dirigentes políticos da época. Nesse caso, é exemplar o aval por eles dado à indicação de Virgílio Távora para o governo, em 1979, haja vista as boas relações que existiam com esse “coronel”, como já destacadas neste texto. Em seguida, logo após as eleições de 1982, buscam interferir mais diretamente na condução da política cearense. Naquele momento, Gonzaga Mota (o Totó), secretário no governo de Virgílio Távora, fora definido como candidato para resolver o impasse entre os três “coronéis”, cada um querendo apresentar um nome de seu próprio grupo, sem que os outros concordassem. É preciso lembrar que, com o retorno do pluripartidarismo e o fim da Arena, cada um dos três coronéis articulou suas bases em partidos próprios<sup>84</sup> e buscou obter o domínio da política local. Para este objetivo foi fundamental o controle do Governo Estadual. Diante dessa crise das elites cearenses, o presidente João Batista Figueiredo teve que intervir, o que resultou no “Acordo de Brasília”, afirmando a candidatura de Mota, enquanto os três “coronéis” teriam participação equivalente no governo.

Logo que se instaurou o pluripartidarismo, os coronéis dividiram-se. A sucessão de 1982, a primeira direta para o governo desde 64, seria o momento crucial para o Acordo. Para vencer o impasse, o presidente Figueiredo reuniu o trio e fechou um acordo. O virgilista Gonzaga Mota foi lançado ao governo, Adauto ficou com a vice, Virgílio com o Senado e César Cals indicava o prefeito de Fortaleza. Os cargos do Estado seriam divididos igualmente entre os três. Era o início do fim. (O POVO, 16 de março de 2002).

Todo esse episódio das eleições de 1982 revela a fragilidade das relações entre os três “coronéis”, difícil de ser mantida em um contexto democrático em que outras forças políticas passaram a se projetar e disputar espaço eleitoral<sup>85</sup>. De fato,

<sup>84</sup> “Virgílio Távora assumiu a legenda do PDS (...) Adauto Bezerra liderou o PFL (...) e César Cals permaneceu inicialmente no PDS, mas posteriormente liderou o PSD (Partido Social Democrático)”. (PARENTE, 2000: 130).

<sup>85</sup> “A introdução do multipartidarismo e a eleição direta para governador e prefeitos da capital não encontraram estrutura na política eminentemente clientelista para sustentar a liderança dos ‘coronéis’



durante o período em que se revezaram no poder, essas lideranças políticas se mantiveram unidas por acordos de cúpula, referendados pelos militares que dirigiam o país. O período é conhecido como o acordo dos coronéis: “conflitos nas bases eleitorais protegiam os coronéis na cúpula que, unidos, não permitiam a entrada de forasteiros. A primeira crise desse acordo, típico da política partidária cearense, surge na transição do governo Adauto Bezerra para o de Virgílio Távora” (PARENTE, 2000: 128). Segundo este autor, a crise decorreu do receio de Adauto Bezerra, o candidato natural ao Senado, de que o grupo virgilista votasse no candidato do PMDB, como já ocorrera na eleição anterior. “Esta crise era apenas um sinal de que o acordo só duraria dentro das regras da eleição indireta” (Idem: 08).

Assim, a escolha de Mota, um funcionário de carreira no BNB<sup>86</sup>, para disputar a primeira eleição direta para os governos estaduais, em 1982, ganhou uma conotação mais “técnica” que política, satisfazendo cada um dos coronéis. Oliveira argumenta que a decisão em torno do nome de Gonzaga Mota já é um indício do enfraquecimento dos “coronéis” do Ceará e a demonstração da incompatibilidade dessa elite com os novos tempos:

(...) a relativa incapacidade dos ‘coronéis’ articularem as novas demandas e o novo discurso: o discurso da racionalidade. Totó é escolhido porque tinha sido secretário de planejamento, da fazenda ou das finanças de Távora, e porque os ‘tempos exigiam um governo capaz de conduzir os negócios do Estado racionalmente’. (As aspas não significam nenhuma citação, mas querem recuperar o que já era o ambiente formador do jereissatismo). (OLIVEIRA, 1998: 14).

Ao assumir o governo, Gonzaga Mota é estimulado pelas lideranças do CIC a romper o referido acordo e realizar uma administração autônoma – superando as práticas clientelistas que sustentaram os “coronéis” – e voltada para a defesa geral da sociedade. A demanda era, de fato, de uma nova racionalidade para gerir a máquina burocrática do Estado, o que, mais tarde, esses empresários expressaram como intencionalidade político-administrativa.

---

cearenses. O ‘acordo de Brasília’, que coloca em cena o economista Gonzaga Mota (BNB), é sintomático dessa realidade e desta característica das elites cearenses”. (PARENTE, 2000b: 408).

<sup>86</sup> Sobre esse evento, é interessante uma versão apresentada por Amarílio Macêdo: “... Gonzaga Mota não foi uma escolha dos coronéis. Foi uma escolha da dona Luíza Távora”. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 115). Refere-se à esposa de Virgílio Távora, figura de grande influência entre os setores populares, haja vista o trabalho que realizava como Primeira-dama, e que, posteriormente, foi candidata a vice-governadora na chapa com Paulo Lustosa, em disputa com Ciro Gomes (1990).

(...) houve um jantar, no Náutico. Eu acho que, na época, o Presidente era o Tasso. Ele fez um discurso colocando toda a nossa ideologia (...) Deu uma briga com os líderes que saíram de lá, todos chateados (...) fomos muito duros na crítica ao modelo (...) Estimulando Gonzaga a entrar nessa linha libertadora (...) em quatro anos, fomos para o governo e aplicamos tudo que estava dito naquele discurso. (Sérgio Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 183).

A administração de Mota, entretanto, ficou muito distante da concepção de poder que essas lideranças empresariais estavam ensaiando.

Totó foi um 'terra de ninguém' que Virgílio encontrou (...) parecia ser capaz de gerar alguma coisa nova (...), mas, infelizmente, ele se revelou medíocre (...) Há uma estrutura de poder que ele tem que respeitar e ele respeitou (...) respeitando estava preso a ela (...) tinha que romper com ela, como Tasso fez (...) quando ele fez o acordo com o governador para nomear um terço para cada 'coronél', (...) começou a nos decepcionar(...) (Beni Veras. Idem: 87-88. Grifos meus).

Em outra oportunidade, Beni Veras chega a atribuir ao próprio grupo do CIC certa contribuição no processo que levou à eleição de Gonzaga Mota em 1982, o que teria gerado grandes expectativas sobre a sua gestão:

Fizemos muitas críticas porque nós ajudamos o Totó a ser eleito Governador. Propusemos ele ao Virgílio. Propusemos que ele fosse o Secretário de Planejamento do Virgílio (...) foi um homem muito contraditório, um péssimo executivo (...) tinha um governo desorganizado. Aumentou muito o número de empregos, foi pouco cuidadoso na lisura com os recursos públicos (...) parece que ele estava comprometido com aquela coisa porque não se dispôs a limpar o Estado. (In: MARTIN, op. cit.: 92. Grifos meus).

A mesma insatisfação com o governo de Gonzaga Mota é expressa por Amarílio Macêdo: "... nos desencantamos com Gonzaga Mota, já como governador por várias demonstrações (...) de embevecimento com o poder (...). Vimos que o negócio dele era brincar de ser governador, caímos fora e não gastamos mais tempo com isso" (Idem: 116. Grifo meu).

Portanto, com o desenrolar do Governo Mota e a manutenção da mesma lógica política que havia sustentado os "coronéis", não havia muitas expectativas por parte das lideranças do CIC de que ele fizesse avançar o projeto de gestão do Estado proposto a partir dos debates naquela entidade. Requeria-se uma alternativa mais autêntica e sob o controle direto daquele grupo, como a candidatura de Tasso iria representar em 1986. Curiosamente, a escolha do nome de Tasso para a sua sucessão, recaiu sobre o próprio governador Gonzaga Mota. Em março de 1986, depois de ensaiar:

(...) um apoio ao vice-governador Aduino Bezerra (PFL), o governador Gonzaga Mota (PMDB) anuncia, no dia, 5, seu apoio à candidatura Mauro Benevides. É o suficiente para que Aduino rompa com o governo. Sete dias depois, Gonzaga surpreende e lança o empresário Tasso Jereissati, um novato na política, como candidato ao governo. (O POVO, 16 de março de 2002).

José Flávio L. C. Lima não esconde a surpresa causada no meio empresarial pela escolha do nome de Tasso Jereissati para candidato ao Governo do Ceará: "... para a FIEC foi uma surpresa (...) o Gonzaga Mota lançou o Tasso usando um pouco essa movimentação audaciosa que eles tiveram na formação do movimento de opinião pública...". (In: MARTIN, op. cit.: 69).

Em sua pesquisa, Parente pôde identificar que a decisão em torno do nome de Tasso Jereissati para ser candidato do PMDB também foi influenciada pela articulação de forças no âmbito nacional. Isto ocorreu tanto por interferência do próprio presidente José Sarney como também em função do pouco respaldo de Mauro Benevides entre empresários e lideranças políticas de São Paulo.

A entrada inesperada de Tasso Jereissati para ser candidato do PMDB para o governo do estado (...) não foi (...) tão acidental (...) Segundo Aduino Mota, foi o então ministro dos Transportes, José Reynaldo, que estimulou o presidente José Sarney a interferir na sucessão cearense a favor de Jereissati. (PARENTE, 2000:186).

Apoiando-se em outro analista político, Dorian Sampaio, Parente lembra o episódio decisivo para a mudança de posição de Gonzaga Mota quanto ao candidato do PMDB. A escolha do nome de Tasso Jereissati teria ocorrido após viagem frustrada a São Paulo quando Mota foi tentar apoio financeiro do empresariado paulista, via Franco Montoro, para a candidatura de Mauro Benevides. A resposta que obtiveram foi insignificante: a promessa de uma gráfica para confecção de 500.000 cartazes. (Op. cit.:186).

Àquela altura, Mota tentava construir, ele mesmo, um comando político próprio, distanciando-se definitivamente dos "coronéis" que o levaram ao poder. Com essas pretensões, acreditava poder contar com o respaldo político dos empresários do CIC, em um possível governo sob a sua tutela. Entretanto, a situação de Mota não era assim tão confortável, como ficou demonstrado na frustrada tentativa de apoio do grupo paulista. Por sua vez, o próprio grupo do CIC

fazia análises que contestam a força política de Mota em patrocinar uma candidatura com chances reais de vitória. Para Beni Veras:

O Totó, naquela altura, se sentia um pouco bloqueado aqui. Ele não tinha espaço nem mesmo dentro do próprio PMDB. Então ele não tinha condições de lançar os tradicionais do PMDB. Partiu para a solução nova que foi a candidatura de Tasso. (In: MARTIN, op. cit.: 91).

Sérgio Machado, em consonância com essa análise, apresenta uma correlação de forças difícil para viabilizar uma vitória do presidente do PMDB, Mauro Benevides, como inicialmente pretendia o governador Gonzaga Mota: “Naquela época o pelotão de forças era o seguinte: acho que havia uns 152 prefeitos no Ceará e os coronéis tinham 130. Dos 46 deputados, tinham mais de 30 (...) o Totó ouviu esse boato que iria perder a eleição se o candidato fosse o Mauro Benevides” (In: Martin, op. cit.: 111). Essa perspectiva de uma campanha difícil para Mauro Benevides aparece nas próprias análises de Martin:

Em tese, teria sido mais fácil para Adauto Bezerra disputar com Mauro Benevides. Benevides, a rigor, não representaria uma ruptura à estrutura política que sustentava o ‘coronelismo’. Venceria, então, quem tivesse mais força dentro dos ‘currais eleitorais’. O acordo dos coronéis praticamente não deixava margem para derrota. (Idem: 56).

A despeito de todo esse esforço de Gonzaga Mota em projetar, ele mesmo, uma candidatura que disputasse espaço com os “coronéis”, também houve diversas tentativas de conciliação entre setores da elite, como atesta

O governador Gonzaga Mota não abria mão da indicação do seu sucessor e as bases do PMDB, segundo alertou EufRASINO Neto (...) não aceitavam o acordo com o PFL. Várias tentativas fracassadas foram feitas no sentido de manter no Ceará a Aliança Democrática (...) Adauto Bezerra (...) não queria romper com Gonzaga Mota e, por isso, segundo Aroldo Mota, deixou circular uma chapa com as seguintes indicações: Governador Mauro (PMDB); Vice (PFL); Senador (PFL) e Senador (PFL). Pressionado pelas bases do PFL, Adauto Bezerra recuou e afirmou que o partido teria candidato próprio. (MARTIN, op. cit.: 52-53. Grifos meus).

Por conseguinte, contrariando a tendência nacional de aliança entre o PMDB e PFL – a manutenção da “Aliança Democrática” que elegeu Tancredo Neves e José Sarney – as elites locais prepararam-se para o enfrentamento nas urnas. A partir da disputa eleitoral de 1986, as divergências existentes quanto à forma de administrar a máquina burocrática estatal são expostas com mais clareza. Esta foi também a oportunidade para o grupo formado no CIC pleitear espaço próprio na política local,

beneficiando-se das dificuldades enfrentadas pelos antigos dirigentes e pelas lideranças mais tradicionais do PMDB. Isto aparece nitidamente na consciência dos dirigentes do CIC:

(...) ninguém queria ser candidato. O candidato posto, teórico, era o Mauro Benevides, que não tinha o menor entusiasmo em ser candidato (...) como nenhum de nós era político, não fazia mal perder a eleição, não perdia nada (...) fui lembrado no momento. Poderia ter sido qualquer um. (Entrevista Tasso Jereissati. In: MARTIN, op. cit.: 102).

Beni Veras aponta a escolha de Tasso como um processo natural dentro do grupo, ainda que se tivesse o reconhecimento das dificuldades que seriam enfrentadas pelo futuro candidato.

Tasso realmente não tinha nenhuma notoriedade aqui no Ceará, apenas era filho do Carlos Jereissati (...) não era conhecido em nada, era um homem novo, uma cara nova a ser feita (...) Ele era líder natural do grupo (...) então era o candidato natural ao governo do Estado". (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit, 93).

Entretanto, Amarílio Macêdo apresenta uma posição destoante ao ressaltar que Tasso, ao ser escolhido candidato ao governo do Ceará, incorpora a valorização, naquele exato momento, de um trabalho iniciado há muito tempo pelo CIC: "... quem catalisou com mais intensidade toda a construção desse período do CIC foi Tasso, porque Beni ligou a turbina, eu decolei, Tasso já pegou em 'vão de cruzeiro', quando o CIC já tinha notoriedade nacional...". (Idem: 122). Tasso Jereissati, por sua vez, confiava no nome de Beni Veras, por sua liderança dentro do próprio grupo: "A escolha foi do Gonzaga Mota (...) dentre nós, se nós tivéssemos que escolher um candidato, a candidatura natural era o Beni...". (Tasso Jereissati. Idem: 162).

Com a eleição de Tasso Jereissati para o governo do Ceará se afirma outro projeto de poder, distinto daquele que marcara a política cearense até aquele momento. Esse projeto, com objetivos claros de modernização político-administrativa, se contrapunha não apenas aos governos dos "coronéis", mas também ao de Gonzaga Mota, com forte teor clientelista. Isto é afirmado ainda durante a campanha eleitoral.

Durante as negociações da candidatura e a campanha de Tasso Jereissati houve conflitos entre os jovens empresários e Gonzaga Mota, no que diz respeito à gestão da coisa pública. O Banco do Estado do Ceará (BEC) era o ponto nevrálgico dos desentendimentos (...) Mesmo após a renegociação

da aceitação da candidatura, continuaram os conflitos. Gonzaga Mota não ia a todos os comícios de campanha e, nos bastidores, as críticas (...) ficaram cada vez mais severas. (MARTIN, op. cit.: 56).

Depois de passada a eleição, as críticas dos empresários foram ampliadas, criando um desconforto imenso para o ex-governador e seu grupo político. Logo no momento de sua posse, Tasso, em seu discurso, expressa a pretensão de estabelecer limites ao apoio recebido de seus aliados políticos:

Convocado pelo governador Gonzaga Mota e pelas lideranças do PMDB (...) para oferecer ao povo cearense uma opção política nova, moderna e inteiramente diferente da política que vinha sendo exercida nos últimos vinte e poucos anos. (In: O POVO, 16 mar. 1987. Grifo meu).

Deve-se reconhecer, portanto, que a candidatura de Tasso Jereissati em 1986, sem dúvida, fora potencializada pelo processo democrático, com eleições mais livres, e pela projeção alcançada pelo grupo do CIC nas lutas próprias desse processo. Todavia, o nível de aceitação dessa candidatura pelos eleitores cearenses, o que foi ocorrendo gradativamente, expressava também o desgaste de determinadas práticas políticas voltadas para o processo eleitoral e para o exercício do poder. Estas práticas estavam representadas, sobretudo, nos ‘coronéis’, mas envolvia também lideranças mais tradicionais do PMDB. Assim, pode-se afirmar que essa eleição ocorreu exatamente em um quadro onde também o comportamento dos eleitores estava modificado por aquelas transformações sociais, econômicas e políticas que vinham ocorrendo desde os anos 60<sup>87</sup>.

Para esse resultado, destaco, em primeiro lugar, a deterioração da política tradicional que predominou, tanto no Ceará como na região Nordeste, durante longos anos. De fato, essa política havia sido tencionada pela perda da centralidade econômica do latifúndio e da introdução de novas relações de trabalho no campo, fragilizando os laços políticos que dele decorriam. Isto ocorreu porque a forma tradicional de política se assentava no “poder de mando” de lideranças políticas ligadas ao latifúndio e implicava:

---

<sup>87</sup> Lemenhe relaciona as mudanças no comportamento eleitoral da população rural do Ceará ao abalo do sistema de lealdades políticas de base agrária. Isto resulta de “... modernização da economia no sentido da expansão das relações capitalistas; persistência transformada das relações de trabalho não-capitalistas (a parceria) e desarticulação da economia algodoeira” (1995: 212). Esse cenário produz o *voto solto* “... que pode ser capturado pela compra – intermediada pelos cabos eleitorais – ou pela mobilização de recursos técnicos e discursivos eficazes como produtores de adesões” (Idem: 217).

(...) vínculos de lealdade e obrigação que se estabelecem através da relação de moradia que permitem aos proprietários rurais o controle não apenas da força de trabalho dos seus moradores, mas de todos os aspectos de suas vidas, inclusive o político. (BESERRA, 1994: 09).

Portanto, diante de uma nova realidade sócio-econômica, abre-se espaço para outros tipos de lideranças políticas e outras práticas na conquista do voto, ainda que não signifique a superação da política tradicional e da intermediação dos chefes políticos locais.

Esse desgaste da prática política tradicional já havia se manifestado na eleição de Maria Luiza Fontenele para a prefeitura de Fortaleza, em 1985<sup>88</sup>, o que é amplamente reconhecido pelo grupo do CIC e outras lideranças empresariais. De fato, o que a eleição de Maria Luiza antecipa é tanto a importância do *marketing* político no processo eleitoral<sup>89</sup> como a força dos movimentos sociais também nesses momentos do voto, fatores que influíram amplamente nessa primeira eleição de Tasso Jereissati. A percepção de que o quadro político local estava modificado aparece também no pensamento do empresário, e líder da FIEC, José Flávio Costa Lima. Isto ocorre, sobretudo, em relação à importância do *marketing* político:

Por que o povão derrotou o candidato Adauto que surgiu depois, e elegeu Tasso Jereissati? Porque não estava satisfeito. Nem o Tasso teria se metido se houvesse democracia autêntica, de bons líderes e tudo. Era, de uma certa maneira, uma aventura, mas ele aceitou porque estava enfrentando um organismo contaminado, doente e seria fácil agitar com a boa campanha promocional que ele, de fato, fez. (Idem: 52. Grifo meu).

Nesse sentido, a vitória eleitoral de Tasso em 1986, como as demais que se seguiram, deve ser atribuída também à própria aptidão do grupo do CIC em

---

<sup>88</sup> A eleição de Maria Luiza, mesmo expressando essa tendência de enfraquecimento da política tradicional, não indica o rompimento, no âmbito dos setores de esquerda, com a necessidade de acordos “pelo alto”, característica da política brasileira. Esta afirmação está pautada no fato de que a candidata petista contou com o apoio do “coronel” Virgílio Távora para ser eleita. Tal situação, que, na época, gerou grande polêmica na militância de esquerda e expulsões de alguns quadros do PT mais ligados à Maria Luiza, ainda hoje não está totalmente esclarecida, quer dizer, não se sabe ao certo em que termos foi feito o referido. A despeito disso, o episódio já está registrado na história política cearense e em estudos realizados sobre aquele período particular: “A eleição de 1982 foi o canto do cisne dos velhos caciques. Três anos depois, Fortaleza elegeu seu primeiro prefeito desde o começo do regime militar. O Partido da Frente Liberal (PFL), dissidência do antigo PDS, indicou Lúcio Alcântara, deputado federal de imagem moderna. O PMDB lançou o nome de um deputado veterano e o PT indicou uma socióloga radical, Maria Luísa Fontenele. Com a ajuda de Virgílio Távora (que era parente de Maria Luísa), a candidata do PT saiu vencedora. Apesar de não ter feito um bom governo, ficou claro que a direita, mesmo numa eleição de muitos candidatos, já não comandava um número significativo de votos na maior cidade do estado.” (AMES, 1999: 167).

<sup>89</sup> A despeito da afirmação do grupo tassista de terem inaugurado o uso do *marketing* na política, esse recurso surtiu grande efeito na eleição de Maria Luiza Fontenele, em 1985.

organizar essa candidatura nos parâmetros da racionalidade empresarial, contando, sobretudo, com os recursos do *marketing* político. Na primeira eleição, o uso dessa ferramenta política teve grande impacto, reconhecido pelas próprias lideranças daquela entidade.

(...) chegou um grupo que, de uma certa maneira, trouxe uma organização, trouxe uma noção de marketing político, de discurso de massa (...) trouxemos várias pessoas, especialistas em comunicação de massa, em pesquisa; nós fomos pioneiros em fazer pesquisa (...) nós é que levamos esse grupo para o PSDB nacional (...) trouxemos uma linguagem inteiramente nova. Os políticos tradicionais viam aquilo com um misto de admiração e de desprezo (...) boa parte não acreditava no discurso da campanha, até se horrorizava, mas levava na brincadeira. (Tasso Jereissati. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 162-163).

Em outro depoimento fica claro esse esforço de direcionar a experiência de administradores, atinados a recursos modernos como o *marketing* político, a uma candidatura que incorpora atributos de empresários em disputa com outras lideranças presas às tradições da política. Isto é apresentado pelo empresário Lauro Fiúza Júnior, amigo de Tasso, que participou da coordenação da campanha e também dirigiu o CIC (1989-1991).

(...) pela primeira vez, na política do Ceará, se criou o deslocamento do candidato em helicóptero (...) tínhamos uma visão diferente (...) como usar os bens materiais ou a infra-estrutura material que o empresário sabe mobilizar, para colocar o nosso candidato, pelo menos, no mesmo pé de igualdade (...) se trouxe profissionais de mídia do Sul (...) se criou estúdios próprios, ilhas de programação (...) a participação de muitos amigos (...) todo mundo desprovido de qualquer interesse pessoal, material e empresarial (...) vários de nós pararam de trabalhar e se dedicaram de corpo e alma àquilo (...). (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit.: 288-289).

No conjunto dessas transformações situam-se, portanto, as inflexões no processo eleitoral que decorrem do peso do *marketing* político, alterando e/ ou subjugando antigos ritos e práticas tradicionais nesses momentos específicos da política. Assim, essa eleição aprofunda a “política da imagem” (CARVALHO: 2003), que fora inaugurada na eleição de Maria Luiza Fontenele (BARREIRA: 1992), e sustenta uma longa fase de “campanhas não competitivas”. Nesse caso, o:

(...) conceito de imagem marca no âmbito da política de imagem reporta-se ao processo intencional, planejado, de construção do perfil de personagens a serem postos em circulação na esfera pública midiática, e que pretendem distinguir-se na conquista de afetos positivos dos destinatários conduzindo-os a uma ‘escolha’ ou adesão face às ofertas simbólicas dos concorrentes. (CARVALHO, op. cit: 93).



Dessa forma, a elite empresarial que ascendeu ao poder no Ceará em 1986 – sendo oriunda dos mesmos segmentos de classe dos antigos dirigentes estatais e tendo compartilhado com eles apoio político por longos anos – conseguiu construir o perfil de Tasso Jereissati como da única liderança capaz de derrotar as forças políticas tradicionais que estariam representadas nos “coronéis” e, mais especificamente, na candidatura de Adauto Bezerra. Portanto, a “marca Tasso”, que acompanhará as campanhas eleitorais durante todo o ciclo de poder, se afirma como uma ruptura na política do Ceará, construindo e fortalecendo mitos, o que só foi possível pelo grande êxito do *marketing* político. Como veremos nos próximos capítulos, há um limite na “mudança” anunciada e alimentada, ao longo desses anos, na política cearense pelo *marketing* político e, de fato, na hegemonia político-cultural que a “Era Tasso” erigiu. Em outros termos, se houve modificações na política neste Estado federativo, isto não significou o fim da política tradicional: nas práticas político-administrativas adotadas e no conjunto das forças políticas que circundam os novos dirigentes. A política que incorpora elementos da tradição política ainda se mantém, embora modificada por novas práticas e pela predominância de um perfil mais técnico do secretariado dos “governos das mudanças”, quer dizer, isolando-se aqueles agentes de visão política estreita, bem como por uma ação mais racionalizadora na administração pública.

Em segundo lugar, a vitória eleitoral em 1986, de Tasso e seu grupo político, está relacionada também à retomada da democracia. Esta havia criado um ambiente diverso do que vigorara no regime militar, viabilizando uma maior participação social, um clima de mobilização política e condições de mais liberdade de expressão. Isto se refletiu no reaparecimento de movimentos sociais tanto no campo, de luta pela reforma agrária, como nas cidades, em torno de melhores condições de moradia e infra-estrutura nos bairros populares. Retomam-se, a partir desses movimentos, antigas demandas que haviam sido caladas no período de repressão política, como a reforma agrária, da mesma forma como emergem novas reivindicações que surgem dessa outra realidade sócio-econômica. Esse quadro da luta social se expressou não apenas na capacidade dos movimentos sociais de direcionar suas demandas por mais e melhores políticas públicas, mas também em se apresentar nos momentos de eleição como significativos contingentes eleitorais, ou mesmo

como alternativa de voto com candidaturas próprias, como foi o caso de Maria Luiza Fontenele, que tinha grande inserção nos movimentos de bairros.

A candidatura de Tasso Jereissati se deparou, portanto, com essa realidade em que, de um lado, a política tradicional estava fragilizada e, de outro, a ação política estava tencionada por movimentos sociais com maior projeção devido ao quadro mais democrático. E o seu êxito no processo eleitoral deve-se, sobretudo, à percepção desse novo tempo. Isto se expressa na capacidade de mobilizar recursos que se contrapunham às práticas políticas tradicionais, inclusive com um discurso que atacava diretamente o clientelismo político, e canalizar apoio entre setores importantes vinculados àqueles movimentos sociais. Devo lembrar que a campanha de Tasso Jereissati teve significativa inserção em setores dos movimentos de bairro, sob influência de seus aliados eleitorais, o PC do B e o PCB, bem como de movimentos no setor rural, como é o caso da FETRAECE. Neste caso, é elucidativo o apoio recebido: 80% dos sindicatos rurais, segundo o presidente da FETRAECE, José Amadeu (BESERRA,1994: 19). A importância desse apoio de movimentos sociais na campanha de Tasso e as divergências entre os setores de esquerda em relação ao pleito de 1986 constituem a temática a ser esmiuçada no próximo item deste capítulo<sup>90</sup>.

### **2.3. As Forças Sociais de Esquerda no Quadro Político da Redemocratização no Ceará: divergências que se refletiram na candidatura Tasso**

As mudanças que ocorreram na política cearense refletiam também as peculiaridades, no Ceará, do processo político de retomada da democracia representativa com a emergência de novas forças políticas, bem como de modificações nos discursos e nas estratégias das elites políticas para se manterem

---

<sup>90</sup> Parente sintetiza, de forma brilhante, o processo que encerra o ciclo dos “coronéis”: “Termina então de forma melancólica mais um ciclo de lideranças no Ceará. O grande articulador dessa fase de transição, *coronel* Virgílio Távora, morre em 1988 sem deixar um *herdeiro político* com sua capacidade de articulação. Três anos após, o *coronel* César Cals de Oliveira Filho falece também (...) O único remanescente, *coronel* Adauto Bezerra, abandona temporariamente a política (...) as elites tradicionais não estavam preparadas para uma política numa sociedade de massa. O contraditório desse processo é que os coronéis prepararam o cenário da modernidade, mas não eram os atores principais da cena política”. (PARENTE, 2000: 130-131).

no poder, exatamente em função das pressões sociais que se faziam sentir naquele período. Deve-se destacar que a partir de movimentos como a Campanha pela Anistia, em fins dos anos 1970, as campanhas pelas Diretas (1984) e pela defesa da candidatura de Tancredo Neves que resultou em sua eleição no Colégio Eleitoral (1985), setores de esquerda, que tiveram sua participação reprimida durante os longos anos da Ditadura Militar, puderam se apresentar de forma mais livre na sociedade brasileira como um todo e explicitar suas diferenças e divergências, o que ocorreu também no Ceará.

Da mesma forma, nesse contexto de redemocratização crescem os movimentos sociais, também articulados por setores políticos da esquerda e da Igreja Católica, especialmente, pelas CEB's. Isto se dá tanto nos espaços rurais, com as lutas pela reforma agrária, quanto nos urbanos, sinalizado pelas reivindicações em torno de saneamento e do direito de permanência em áreas antigas de ocupação, bem como por um maior poder de pressão dos setores populares com a ampliação do número de associações de moradores e a criação, em 1982, da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF. A importância dessas forças sociais naquele contexto pode ser percebida pelos episódios envolvendo as Favelas da Zé Bastos, do Lagamar e do Pirambu. Nessas três áreas de Fortaleza, ocupadas ainda nos anos 50, estão registradas lutas significativas, na passagem dos anos 70 para 80, pela posse e permanência dos moradores no local. Por sua vez, essas lutas demarcam a resistência dos setores populares contra a violência do Estado e, ainda, são indicativas do processo de organização dos movimentos urbanos, expressando as próprias divergências dos setores da esquerda e o papel de atores sociais e institucionais importantes como as Ong's e a Igreja<sup>91</sup>.

Pirambu, Zé Bastos e Lagamar entram na história dos movimentos sociais urbanos de Fortaleza, não apenas no que se refere aos conflitos diretamente com o Estado, mas por representarem as múltiplas faces das organizações dos bairros periféricos. (AZEVEDO, 2002: 25).

De modo geral, a mobilização política, entre fins dos anos 70 e início dos anos 80, demarca também fortes dissidências entre os setores políticos identificados com um pensamento democrático e de esquerda. Assim, enquanto o recém-criado

---

<sup>91</sup> Sobre essas lutas e outras relativas aos movimentos sociais urbanos do período, consultar Braga e Barreira (orgs.), 1991.

Partido dos Trabalhadores busca percorrer caminho próprio nas disputas eleitorais, fortalecendo-se como alternativa partidária, outros partidos – PC do B, PDT e PCB – apostam numa articulação com setores da elite que haviam participado da luta pela redemocratização, como aliança estratégica para as mudanças no país. Isto será perfeitamente visível nas primeiras eleições no Ceará nos anos 80. Por sua vez, nas manifestações dos movimentos sociais nesse período também são evidentes as fissuras no campo da esquerda, envolvendo especialmente o PC do B, de um lado, e o PT e setores da Igreja do outro, como já sugerido em relação às lutas dos movimentos sociais urbanos, no caso das ocupações da Zé Bastos, Pirambu e Lagamar.

Em parte, as divergências da esquerda brasileira, manifestadas nesse período da redemocratização e que foram refletidas no Ceará, estão relacionadas às fissuras político-ideológicas que ocorreram em meados dos anos 1950, que dizem respeito às divergências gerais sobre as estratégias para o socialismo, a posição em relação às experiências de revolução já realizadas, o tipo de partido proletário mais condizente com as respectivas propostas de revolução, etc. Essas divergências são agravadas, e mesmo ampliadas, com os desdobramentos do golpe militar no Brasil, quando ocorreram novas fissuras partidárias (em especial, no PCB) e são produzidas diferentes linhas de ação adotadas para combater a Ditadura, definindo novas estruturas partidárias e organizativas das esquerdas.

Depois, com o processo de abertura política e o fim do bipartidarismo, o retorno de milhares de militantes que ficaram anos exilados e outros que foram liberados das prisões provocaram novas articulações políticas, sendo a mais importante, a criação do PT. Neste caso, antigos militantes políticos de diversas correntes da esquerda se uniram ao novo sindicalismo que surgiu das greves do ABC paulista, a setores políticos que emergiram dos movimentos de bairros e com outros da Igreja Católica, formando uma agremiação político-partidária bem diversa da tradição brasileira. Faço referência aqui, não apenas a sua forma de organização com várias instâncias de decisão política, mas também a sua íntima relação com as lutas sindicais e sociais, inclusive incorporando novos setores e suas demandas específicas, como as lutas contra os preconceitos de gênero, raça e sexual. No campo político-eleitoral, desde o início o PT buscou se firmar como uma legenda alternativa ao voto popular, ainda que significasse a disputa com outros setores da

esquerda que poderiam ter mais condições de voto em determinados momentos, como o PDT.

No Ceará, as divergências entre diversos setores da esquerda já se manifestavam desde a campanha da anistia e a da imprensa alternativa, como o jornal “O Mutirão”, que ocupava o espaço de denúncia contra as arbitrariedades dos governos militares e enfocava as lutas dos movimentos sociais. Aqui se destacavam as disputas envolvendo o grupo político vinculado a Maria Luiza Fontenele (PRC) e o PC do B, do qual Maria Luiza e seus simpatizantes haviam feito parte, inclusive no momento em que a futura prefeita de Fortaleza fora eleita deputada estadual pela legenda do MDB. Além da disputa de espaço nos movimentos sociais, essas duas organizações político-partidárias apresentavam análises distintas quanto ao episódio da Guerrilha do Araguaia que fora protagonizada por militantes do PC do B em meados dos anos 1970.

A difícil convivência entre os dois setores é agravada durante a disputa para a Prefeitura de Fortaleza, quando o PC do B opta pela candidatura de Paes de Andrade do PMDB, em aberta disputa não apenas com Maria Luiza, mas também com o PT. Durante a “Administração Popular”, as diferenças entre esses grupos assumem, em determinado momento, o caráter de confronto aberto, em manifestações de rua que envolveram setores do movimento estudantil. Como é amplamente conhecido, a condução administrativa da gestão de Maria Luiza Fontenele provocou outras dissidências no campo das esquerdas, o que foi refletido inclusive na sua expulsão do PT<sup>92</sup>, juntamente com seu grupo político.

Essa experiência de administração de esquerda em Fortaleza assume importância em nosso estudo, em primeiro lugar, porque indica as dificuldades de aliança entre os diversos segmentos desse campo político, com desdobramentos na eleição seguinte para o governo estadual, em 1986, e novamente para a Prefeitura de Fortaleza, em 1988. Neste último caso, as organizações de esquerda saíram

---

<sup>92</sup> Maria Luiza Fontenele, após a expulsão do PT ao final de seu mandato, ingressou no PSB e se elegeu deputada federal, em 1990. Em seguida, mudou-se para o PSTU, não conseguindo se reeleger em função do coeficiente eleitoral. Após esse período, e sem mandato, cria o PART e busca seu reconhecimento perante o Tribunal Superior Eleitoral, sem êxito. A partir daí, essa liderança e seu grupo político assume a defesa do voto nulo e das idéias do grupo Crítica Radical, sob influência do pensador alemão Robert Kurz.

totalmente divididas, com três candidatos<sup>93</sup>, o que acabou por viabilizar a eleição de Ciro Gomes com uma votação insignificante em relação a Edson Silva, do PDT (com menos de 1% dos votos), como já referido em outros momentos, e fortalecer a hegemonia da elite empresarial. Em segundo lugar, a dificuldade de convivência entre o PC do B, o grupo de Maria Luiza e outros setores do PT, numa clara disputa de hegemonia, explica os caminhos seguidos por aquele partido nos diversos episódios eleitorais da década de 80, em especial, o apoio dado a Tasso Jereissati. As esquerdas só voltariam a se coligar na eleição para o governo estadual em 1990, quando o PT lançou o então deputado estadual João Alfredo para a disputa eleitoral, com o apoio do PC do B, PCB e PSB. Em terceiro lugar, essa experiência administrativa (uma das primeiras do PT no Brasil e a primeira em uma capital), e as dificuldades que daí decorreram, acabariam fragilizando esse setor perante o conjunto da sociedade e gerando dividendos para a candidatura de Tasso Jereissati (GONDIM, 2000), como ele mesmo avalia:

Maria Luiza nos deu esse espaço, porque ela ganhou e desperdiçou. A vitória da Maria Luiza significava que a população cearense estava muito adiante das suas elites (...) não era mais voto de cabresto, voto de curral, que não seguia aquela lógica de número de prefeitos, número de vereadores (...). (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit.: 162).

Na medida em que as esquerdas encontraram dificuldades de convivência: seja no campo das lutas sociais (são incontáveis as disputas nas entidades nacionais, como a UNE, e o CONCLAT, que terminou com a criação da CUT em meados da década de 1980, vinculada ao PT, convivendo com a CGT, que aglutinava o PC do B e outros segmentos de esquerda), seja no campo eleitoral, cada partido traçou seu próprio caminho, sem, entretanto, consolidar um projeto mais abrangente para a sociedade brasileira. Um exemplo disso foi refletido na primeira campanha para a Presidência da República (1989), após o longo período em que o povo brasileiro teve seu governante escolhido por via direta. Naquele pleito eleitoral, as esquerdas disputaram espaço com duas candidaturas que sintetizam os desejos de mudança social numa perspectiva progressista: Brizola, pelo PDT, e Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT. Ao dividirem suas forças políticas, as esquerdas acabaram suplantadas pela candidatura conservadora de Fernando

---

<sup>93</sup> Dalton Rosado, o candidato de Maria Luiza, foi lançado pelo PH e obteve 2% dos votos. Mário Mamede, pelo PT e com o apoio do PSB, teve como resultado 5% do total dos votos. Por fim, o PDT, juntamente com o PC do B, apresentou para a disputa o radialista Édson Silva.

Collor de Mello e tiveram que conviver com longo período de construção da hegemonia neoliberal, o que significou uma época de retrocesso em termos de direitos sociais e trabalhistas. Isto ocorreu a despeito do clima favorável às mudanças sociais que se delineavam logo após o fim da Ditadura Militar e o processo de mobilização popular refletido na Constituinte de 1988<sup>94</sup>.

É a partir dessa análise que podemos perceber as escolhas realizadas por alguns partidos de esquerda (PC do B, PCB e MR-8), em 1986, que se coligaram formalmente com o PMDB e apoiaram a candidatura de Tasso Jereissati. Isto indicava não apenas a opção por suposto melhor candidato e um projeto que pudesse representar alguma mudança para aquele delicado período, mas refletia também a disputa de hegemonia no próprio seio das forças de esquerda. No caso mais específico do PC do B, pelo seu espaço nos movimentos sociais, este partido acabou tendo importante papel para a consolidação da nova hegemonia burguesa, como veremos no próximo capítulo. Depois de mais de um ano da primeira administração Tasso, o PC do B se afastou dos “governos das mudanças”, em 1988, durante a campanha para a Prefeitura de Fortaleza, quando apoiou o candidato Edson Silva, do PDT. Nesta ocasião, o PC do B acompanhou a posição do Movimento Pró-Mudanças – MpM.

#### **2.4. Os Segmentos Intelectuais e Políticos das Classes Médias e o Movimento Pró-Mudança: o importante apoio à candidatura Tasso**

O Movimento Pró-Mudanças se constituiu como um movimento suprapartidário que foi articulado pelo ex-dirigente do CIC, Amarílio Macêdo, e o sociólogo Pedro Albuquerque<sup>95</sup>, dentro outros intelectuais e lideranças políticas das

---

<sup>94</sup> “... as eleições foram o fator de organização da vida política e cultural brasileira durante 1989. Os tempos, ritmos e aspirações, assim como os processos e expectativas da sociedade civil, acabaram por ser redimensionados pela disputa eleitoral, na qual foram depositadas quase todas as esperanças societais. Nelas se espelharam, acima de tudo, a força e a fraqueza do sistema político brasileiro, o talento e as deformações de suas elites políticas, os diversos matizes ideológicos da sociedade, que puderam se expressar sem qualquer constrangimento.” (NOGUEIRA, op. cit.: 125-126).

<sup>95</sup> Pedro Albuquerque foi uma das lideranças estudantis dos anos 1960 e que teve forte representação local e nacional, sendo vinculado à Ação Popular-AP e, depois, ao PC do B. Em seguida, participou da resistência à Ditadura Militar, sendo preso várias vezes e, em seguida, se

classes médias. Isto ocorreu, inicialmente, como um comitê da sociedade civil que apoiava o candidato Tasso Jereissati: o “Pró-Mudanças”, também conhecido como o “braço civil” daquela campanha. Antes de se constituir como um movimento organizado e independente dos empresários do CIC e seu governo, o MpM expressou, de fato, a influência dos segmentos médios da sociedade cearense na primeira candidatura de Tasso, juntamente com outros setores vinculados aos movimentos sociais, o que inclui não apenas o PC do B, mas também alguns da Igreja Católica e outros ligados ao PDT. O apoio desses setores justifica-se, sobretudo, pela perspectiva de participação social que era defendida, até aquele momento, pelo candidato Tasso e a elite empresarial do CIC. Uma síntese dos segmentos aglutinados nesta candidatura é apresentada pelo jornalista Flávio Paiva, ele mesmo um dos importantes articuladores daquele movimento.

Durante a campanha eleitoral de 1986 a convivência diária levou as pessoas, comprometidas com o discurso de palanque do então candidato Tasso Jereissati, a despertarem para a possibilidade real de construção de um governo participativo. Profissionais liberais, líderes sindicais, líderes de movimentos de bairros, líderes estudantis, empresários e artistas se aproximaram e experimentaram o gosto da mobilização construtiva. Passada a eleição, com os coronéis já derrotados, formaram-se, espontaneamente grupos de trabalhos por área de especialização e conhecimento, com a intenção de desenvolver propostas a serem examinadas pela equipe formal de montagem do Plano de Governo. ‘Através da participação da sociedade civil teremos o grande mecanismo que vai possibilitar o futuro governador enfrentar todas as dificuldades que serão inevitáveis no processo de negociação com as oligarquias’, sintetizou o empresário Amarílio Macêdo, coordenador do ‘braço civil’ da campanha, na abertura do amplo seminário realizado, em 16 de janeiro de 1987, no auditório do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (...) A questão colocada naquele encontro tinha como ponto de partida a forma que deveria mover a participação da sociedade no funcionamento da máquina administrativa. E isso envolvia diretamente o papel dos políticos tradicionais, cujo mandato era comumente limitado a ações de assistência social. O deputado Ciro Gomes (PMDB), convidado como representante da classe política, avalia a suposta possibilidade do Pró-Mudanças se tornar um empecilho à influência dos políticos no Ceará. (PAIVA, 2002: 38-39).

A importância do “Pró-Mudanças” e, mais tarde, o MpM, se expressou não apenas na capacidade de aglutinação desses segmentos diversos da sociedade – desde intelectuais, profissionais liberais, artistas e lideranças de movimentos sociais – mas também no processo de discussão gerado durante a campanha e no período posterior a eleição de Tasso Jereissati. De fato, esses dois movimentos congêneres

---

exilando no Canadá. Com a Anistia, retornou ao Brasil e se vinculou ao PDT, liderando a ala mais a esquerda daquele partido no Ceará. Na eleição de 1986 concorreu a uma vaga de deputado estadual.



se notabilizaram pela realização de eventos com expressiva participação daqueles diversos setores, como aquele citado logo acima por Paiva, além de reuniões plenárias todas às semanas no auditório José Albano, da UFC, almoço político no Country Clube e Encontros Culturais, não sistemáticos, no auditório Castelo Branco, também da UFC, quando já oficializado como MpM (PAIVA, op. cit.). Por sua vez, essa organização dos setores médios que participaram da campanha de Tasso tem importância pelos produtos que foram gerados a partir daqueles encontros sistemáticos e que influíram no primeiro programa de governo do candidato eleito, como também pelo fato de alguns dos participantes desses movimentos terem chegado a integrar a primeira equipe de governo em posições estratégicas, como é o caso do sociólogo Pedro Albuquerque (Sub-secretário de Ação Social).

O ímpeto desses setores políticos e intelectuais da sociedade, que fizeram parte da primeira campanha de Tasso, estava exatamente em integrar uma nova experiência de participação social. Assim, para realizar a entrega de propostas ao novo governo, foi organizado um evento revestido de simbologias, como relata Paiva:

(...) participantes do 'braço civil' da campanha de Tasso realizaram em 14 de fevereiro de 1987 na Faculdade de Direito da UFC, um mês antes da criação formal do Pró-Mudanças, quando mais de 400 pessoas (...) entregaram ao então governador eleito, na presença do cardeal Dom Aloísio Lorscheider, um elenco de propostas organizado de maneira inédita na história do Ceará. (Op. cit.: 51).

Isto ocorreu alguns meses depois das elites empresariais já terem sinalizado o limite que o "governo das mudanças" comportaria em termos de participação social, como ficou ilustrado no seguinte episódio amplamente relatado por Amarílio Macedo:

Quando terminou a apuração, o Beni chamou a mim e ao João de Paula e disse: 'olha, manda a moçada para casa que a gente agora precisa trabalhar'. Eu disse: como é? Trabalhar sem a moçada, mas não é participativo? E hoje eu até compreendo esse fechamento do primeiro governo, mas foi um prejuízo monstruoso esse distanciamento da base social que (...) seguiu mobilizada depois, preparando, à revelia da estruturada equipe que iria governar, propostas para as diferentes áreas de interesse do Estado. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit.: 121. Grifos meus).

Para a elite empresarial, a participação da sociedade civil deveria estar limitada ao primeiro momento, o da campanha, mas a realidade de governo impunha nova dinâmica que não poderia ocorrer pautada naquela visão de participação

social. Dessa forma, evidenciavam-se, claramente, concepções distintas de participação social, como demonstram as várias falas de lideranças do grupo do CIC ao avaliarem a experiência daquele movimento:

Uma visão muito romântica de governo (...) de que só se podia fazer o governo com a participação muito forte da sociedade (...) Fizemos um plano de governo, com muita participação, e tentávamos por isto em execução, mas não houve condição de levar muito longe o processo (...) Amarílio ficou contrariado, (...) é um homem impetuoso (...) queria funcionar como co-governador e não havia espaço para isso. Então, ele se contrariou e partiu para outra. (Beni Veras. In: MATOS E OUTROS (orgs.). Op. cit.: 97-98. Grifos meus).

(...) Amarílio (...) alimentou um certo governo paralelo (...) essas coisas não funcionam (...) então houve rompimento (...) muitas das pessoas do Pró-Mudanças vieram para dentro do governo, não tinha sentido manter uma coisa fora... ora, nós tínhamos o CIC (...) realmente o governo foi fechado nesse momento e teve essa divergência com o Pró-Mudanças porque ele queria se institucionalizar como uma coisa acima do governo, questionadora do governo (...) (Assis Machado. Idem: 218-219. Grifos meus).

Mexeu muito com a elite do pensamento do Ceará (...) com a eleição do Tasso (...) tinha que ter terminado, acabava aí a sua função (...) Amarílio, no seu entusiasmo continuo trabalhando (...) fazendo um programa de governo para levar ao Tasso (...) o Tasso recebeu e arquivou porque não era função do Pró-Mudanças fazer isso e sim pessoas que compunham o Pró-Mudanças, como compunham todos os outros comitês, pessoas escolhidas pelo Tasso para pensar o seu governo e formar o seu gabinete. (Lauro Fiúza Lima. Idem: 294. Grifos meus).

Em todos esses depoimentos fica clara a percepção dessas lideranças empresariais de que o governo se distingue da sociedade civil, enquanto um poder outorgado pelo voto: são instâncias que não interagem diretamente, a não ser enquanto momentos que antecedem a própria organização do governo como direção burocrática. E isto ocorre não como momentos institucionalizados, mas pela participação dos indivíduos no processo de campanha. Neste espaço, a participação em termos de idéias e de esforços de campanha é plenamente aceita, o que de fato ocorreu na campanha de Tasso em 1986, mas devem ser filtradas no sentido político e absorvidas como contribuições técnicas, o que ocorreu no caso do MpM e em outros momentos dos governos como veremos no último capítulo. Para esses empresários, entretanto, uma organização da sociedade civil como o CIC, por constituir-se seu espaço de organização por natureza, poderia interagir mais diretamente com o governo, como demonstrou a experiência da “Era Tasso”. Por sua vez, essas posições revelam, de fato, a divergência de projetos políticos e a disputa de hegemonia nesses momentos iniciais de organização do governo e a

postura fechada por parte da elite empresarial do CIC, reconhecida até mesmo por outras lideranças empresariais: “Tem um grupo que está participando mais diretamente. Está lá com o grupo do Tasso (...) O poder lá em cima nos dá notícia de quem é o candidato, e nos chama para votar”.( José Flávio L. C. Lima. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit.: 52).

A partir do momento em que o novo governo se fechava para a participação da sociedade – na forma como era concebida por aqueles setores das classes médias, dos segmentos intelectuais e artísticos, bem como dos partidos e dos movimentos sociais de inspiração de esquerda – o MpM segue seu curso e se institucionaliza, passando a atuar em diversas frentes, à revelia dos “governos das mudanças”. Isto ocorreu até o momento que as divergências políticas foram ficando mais explícitas e se traduzindo em forte oposição, até a ruptura em meados de 1988. De fato, durante o processo da Constituinte de 1988, em fevereiro daquele ano, “... o MpM lançou na Volta da Jurema um painel com a posição dos parlamentares cearenses nas principais votações. Ao mesmo tempo, o CIC assina nota das entidades empresariais em favor do Centrão”. (PAIVA, op. cit.: 43-44). Assim, as análises e posições em relação à política geral do país apontavam para os caminhos distintos que seguiam os dois setores sociais, aqueles segmentos médios da sociedade e a elite empresarial, que viabilizaram a candidatura vitoriosa de Tasso Jereissati em 1986.

Na medida em que essas divergências se aprofundavam, alguns intelectuais que integravam o referido movimento declararam, através da imprensa, seu descontentamento com o fechamento tanto do governo Tasso como o de Maria Luiza Fontenele. A resposta do governo veio rápida e agressiva: o assessor de imprensa do governo, Chico Lima, contesta os artigos publicados nos jornais e lembra que o governo havia lançado uma cartilha “O Direito de Participar”, exatamente para afirmar seu compromisso com a participação da sociedade (PAIVA, op. cit.). Em outro momento, quando se discutia no país a possibilidade de ampliação do mandato do presidente José Sarney para cinco anos e o adiamento das eleições presidenciais, o então sub-secretário de Ação Social, Pedro Albuquerque, apresentou sua posição contrária à do governo Tasso, e buscou influir na bancada cearense através de envio de telegrama explicitando as razões de sua posição política. Naquele momento, o governador estava fazendo a defesa da

prorrogação do mandato de Sarney. O resultado foi a imediata exoneração de Albuquerque em julho de 1988, como estopim de um processo longo de disputas e divergências dentro do governo<sup>96</sup>. Depois do episódio, Albuquerque passou a coordenar o MpM.

Naquele mesmo ano, quando se iniciou a campanha para a Prefeitura de Fortaleza e o candidato governista Ciro Gomes já estava anunciado pela imprensa, o MpM volta a ter intensa participação no processo eleitoral, tentando aglutinar os setores descontentes com o governo Tasso em uma única candidatura, tendo como conseqüência uma violenta resposta do governador. Àquela altura dos acontecimentos, o diálogo parecia improvável.

(...) o Conselho do Pró-Mudanças decidiu apoiar a formação de uma Frente Ampla unindo a Frente Progressista (PCB/PSB/PT/PV), cujo candidato era o médico Mário Mamede, e a Frente Democrática (PC do B/PDT), que tinha o radialista Édson Silva. 'Se essa Frente Ampla está sendo articulada para combater o nosso candidato que é mudancista, então ela é reacionária', declarou à imprensa o governador Tasso Jereissati (...) No dia seguinte (...) Edson Silva responde que a Frente Ampla 'se constitui numa reação a uma nova oligarquia que está formada, a oligarquia urbana, com novos coronéis sem farda e sem estrelas, mas com os mesmos métodos do coronelismo que foi substituído, ou seja, autoritarismo, clientelismo e assistencialismo. (PAIVA, op. cit.: 57).

A despeito dos esforços realizados pelas lideranças do MpM, a candidatura única dos dois segmentos partidários da esquerda não se concretizou, ainda que tenha gerado uma expectativa quando o PT ensaiou um acordo, o que foi inviabilizado por divergências internas nesse partido. Com as duas candidaturas de esquerda em disputa naquele pleito eleitoral, o candidato governista Ciro Gomes acabou por vencer a eleição, numa aliança com os setores do PMDB que ainda apoiavam o governo Tasso I, como já referido. Depois, com a saída de Ciro da Prefeitura de Fortaleza para disputar o governo estadual, assume o seu vice, o médico Juraci Magalhães, que conseguiu manter uma hegemonia político-eleitoral durante vasto período de tempo, ele mesmo conduzindo a administração da capital cearense por 10 anos, além de ter feito o seu sucessor, Antônio Cambraia, logo após o fim desse primeiro mandato.

---

<sup>96</sup> Em depoimento durante a minha fase de pesquisa, Pedro Albuquerque me informou que sua indicação para o governo partiu de setores progressistas da Igreja Católica através da irmã Maria Montenegro, que sugeriu o seu nome para a Secretaria de Ação Social. A indicação não foi aceita por Tasso que acabou nomeando José Rosa Abreu Vale. Este, por sua vez, quis manter Albuquerque na sua equipe de governo, encontrando, mais uma vez, resistência do governador e a nomeação só ocorreu 08 meses depois.

A análise do Movimento Pró-Mudanças, em suas diversas fases, é importante por indicar o momento preciso em que a hegemonia da elite empresarial do CIC vai se afirmando, em contraposição a outros setores da sociedade que apostaram na candidatura Tasso Jereissati naquele momento. Revela também que, mesmo apoiada por aquele leque diverso de forças sociais, a elite empresarial tinha muito claro qual era o seu projeto de governo, e o que isso implicava em termos de participação dos demais setores. Esses limites foram estabelecidos ainda nos primeiros momentos, no calor das festividades diante da vitória eleitoral e dos primeiros meses de governo, como já relatado. Não havia perspectiva de que o poder fosse compartilhado, e as formas de participação da sociedade estariam sob o estreito controle dessa elite, como veremos, no último capítulo, no caso dos conselhos municipais de desenvolvimento.

Assim, o núcleo central do grupo do CIC não teve receio de afirmar, desde cedo, os parâmetros da relação com a sociedade que o novo governo teria: um caminho de direção única. Isto é plenamente reconhecido pelo ex-presidente do CIC, Amarílio Macedo, e a principal liderança do MpM, ao reconhecer porque, após nove meses de intensos trabalhos, esse movimento se exauriu: “Dissolveu-se, porque tudo aquilo ali era uma crença do diálogo e não tem diálogo de um só ...”. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit.: 121). Como também será apresentado no último capítulo, os “governos das mudanças”, a partir dessa concepção estreita de participação social, criaram vários mecanismos para viabilizar a sua hegemonia, se utilizando, inclusive, de forma instrumental, de alguns mecanismos de participação que foram herdados da experiência dos movimentos sociais. Isto ocorreu numa afirmação de poder não apenas sobre os antigos aliados progressistas, mas também perante os demais setores sociais, inclusive as lideranças políticas tradicionais.

Dessa análise do MpM, e também da forte presença das lideranças do PC do B na campanha de Tasso Jereissati em 1986, pode-se perceber que tal candidatura só se fez vitoriosa pela capacidade de aglutinar os diversos setores sociais que apostavam em mudanças na sociedade após o fim da Ditadura Militar em um sentido progressista. Assim, o engajamento político do grupo do CIC, no início da década de 80, no processo de redemocratização teve como efeito mais expressivo a sua legitimação perante aqueles setores, ocupando o lugar que seus oponentes eleitorais não poderiam estar. De fato, ao estarem associados ao regime militar, os

“coronéis” vão enfrentar um grande desgaste político, enquanto a nova elite empresarial toma para si a responsabilidade de assumir, aqui no Ceará, o vazio político que o fim do regime militar acabou gerando para seus aliados políticos.

Ao mesmo tempo, o espaço para a liderança das novas elites políticas também deve ser atribuído ao fato de os setores de esquerda, ainda que tivessem enorme respaldo político nos grandes centros urbanos, não conseguiram se colocar como protagonistas desse processo. Isto ocorre não apenas porque esses setores se apresentaram de forma fragmentada nessas primeiras eleições da década de 80, mas pela acirrada disputa que travavam em torno da hegemonia nos movimentos sociais como também da incapacidade de elaborar um projeto que, naquele momento, atendesse às aspirações de maiores liberdades políticas, e pudesse responder às demandas de reforma do Estado em outro sentido do que o demandado pelo grande capital transnacional. Assim, parte dos setores da esquerda, ao se articular ao projeto dos empresários do CIC, o faz de forma subordinada, apoiando a reforma do Estado no sentido restrito, gerencial e, só depois, conseguem perceber o processo conservador que estava em curso a partir da hegemonia daquela elite empresarial.

Por sua vez, outros setores presentes naqueles primeiros momentos de campanha e de governo, como é o caso de Amarílio Macêdo e Edson Silva, voltaram a se alinhar aos “governos das mudanças”. O primeiro, como importante articulador de outro movimento (o Pacto de Cooperação), que ajudou Ciro Gomes a ter mais espaço político junto aos desconfiados setores do empresariado local perante a sua polêmica figura<sup>97</sup>. O segundo, que após a derrota em 1988, se elegeu

---

<sup>97</sup> Antes do Pacto de Cooperação, Amarílio Macêdo e Pedro Albuquerque buscaram influir na política local através da organização de outra instância de debate que manteve estreita articulação com os intelectuais e outras lideranças que haviam participado desses dois momentos da “Era Tasso”, a campanha e a crítica mais direta ao seu programa de governo. Trata-se do Instituto Equatorial de Pesquisa Contemporânea, uma das primeiras ong’s criadas no Ceará e que realizou vários estudos e outras atividades, inclusive em parceria com a CNBB, buscando provocar o debate na sociedade. Referindo-se a um desses momentos, o seminário “Ceará – Os Indicadores do Futuro - Pulsão de Vida ou Morte que foi realizado em novembro de 1990, Flávio Paiva apresenta mais elementos para se perceber as divergências entre aqueles segmentos empresariais e o grupo que esteve vinculado à primeira campanha de Tasso. Tratou-se, de fato, da apresentação pública daquela ong através de atividade que provocou uma articulação ampla, envolvendo as cinco universidades cearenses, com debates em várias cidades do interior, além da própria capital, e fora subsidiada pela pesquisa “Ceará Ano 2000”. “Ainda que se tratasse de um trabalho de investigação científica com o objetivo de aflorar o sentimento interpretativo da gente cearense, sobre a sua própria realidade nos últimos cinco anos e sua visão para a década seguinte, o clima de medo de participar era visível em todas as regiões. As pessoas tinham receio de contrariar os governantes. Ter acesso à informação era quase um pecado. Participar do debate, então, cheirava a heresia (...) O incômodo do Governo do Estado com a

deputado federal pelo PDT, mas depois perdeu expressividade política – não conseguiu se reeleger, mesmo em coligação com o PSDB – e acabou por se engajar neste partido governista, assumindo uma postura secundária no governo.

Concluía-se, dessa forma, o breve período de aproximação de setores mais avançados da sociedade – do ponto de vista de defesa dos interesses dos segmentos subordinados e de governos com processos participativos e democráticos – e a elite empresarial do CIC. A partir de então, essa elite teria, cada vez mais, que buscar caminhos próprios de legitimação política perante o conjunto da sociedade a fim de realizar a “modernização conservadora”. Para tanto, foi preciso também se apoiar nos setores mais tradicionais da sociedade, mantendo, da mesma forma, a firme condução desse processo, tal como fizera com os setores democráticos. Nesse sentido, a análise dos aliados do grupo do CIC, ao longo de suas campanhas políticas, é bastante reveladora do próprio limite que as relações sociais impuseram às aspirações modernizantes dessa elite, quer dizer, a perspectiva de reformulação da própria dinâmica política local, como prevista no “projeto das mudanças”, encontrou seus limites na tradição histórica dessa sociedade, pautada na predominância de seculares relações clientelistas e patrimonialistas na política.

---

discussão dos indicadores anunciados pela pesquisa ‘Ceará Ano 2000’ aparecia através da desqualificação dos dados e enfoques, ao mesmo tempo em que, ‘casualmente’ eram reforçados pela mídia os elevados índices de aceitação da administração pública estadual desvelados pelas pesquisas tradicionais. Ao comentar, por exemplo, o resultado da pesquisa do Ibope que brindava o seu governo com 85% de aprovação, Tasso Jereissati aproveitava para dar o seu recado, dizendo que todo aquele reconhecimento era muito gratificante porque o povo, acima de tudo, entendia a sua luta”. (PAIVA, op. cit.: 92-93).

## CAPÍTULO III

### OS ALIADOS ELEITORAIS DA “ERA TASSO”

Como já amplamente discutido ao longo deste texto, o grupo de empresários do CIC ascendeu ao poder construindo a imagem de ruptura com os antigos dirigentes políticos do Ceará: “os coronéis” e sua histórica base de sustentação. Isto seria representado, em primeiro lugar, por uma nova forma de governar, com maior controle sobre a estrutura burocrática do Estado, o que evitaria o predomínio das práticas políticas tradicionais, como a intermediação de favores e cargos públicos entre dirigentes e seus apoiadores. Em segundo lugar, a ação dos novos governantes voltava-se para também destituir de poder aquelas lideranças políticas que estariam identificadas com tais práticas e haviam dado sustentação aos governos dos “coronéis” durante vasto período. Na construção dessa imagem, Tasso e seu grupo souberam muito bem potencializar os recursos do *marketing* político, como também realizaram inovações na dinâmica política local, buscando fragilizar o poder de mando de lideranças locais que se apresentassem de forma autônoma perante os novos governantes. Isto ocorreu não apenas em relação aos diferentes elementos da elite política, mas essa prática voltou-se também para os movimentos sociais, como uma necessidade de eliminar qualquer forma de oposição da sociedade civil. Com isto, a partir da construção daquela imagem e das práticas utilizadas, estabeleceu-se, no cotidiano político cearense, a certeza de que uma



nova realidade estava em curso, contrastando com os períodos administrativos anteriores.

Decerto que contribuiu para a afirmação dessa realidade não apenas a força da ideologia projetada pelos recursos do *marketing*, mas também aquelas alterações realizadas na estrutura burocrática estatal, com maior controle dos gastos e de racionalização das políticas públicas, sugerindo mesmo o fim do clientelismo e de influências políticas na administração pública cearense. E ainda, a idéia de que predominava uma nova cultura política no Ceará foi também provocada por ações político-administrativas de caráter descentralizantes, sobretudo através de conselhos municipais, que criaram algumas formas de participação e controle social, bem como pelo uso de mecanismos de comunicação direta com a população, o que será exposto no próximo capítulo. Tudo isto gerou amplo reconhecimento da sociedade e foi determinante da hegemonia político-cultural da elite empresarial do CIC.

Entretanto, os novos dirigentes nunca puderam prescindir nem das articulações com os partidos e forças políticas predominantemente conservadoras, o que incluía oligarquias e clãs políticos familiares com capacidade de arregimentar votos no interior do Ceará, nem, tampouco, das práticas político-eleitorais por eles utilizadas. Portanto, mesmo se iniciando com a eleição de 1986 um novo ciclo de hegemonia, este não levou a uma ruptura com as forças sociais que deram sustentação aos antigos “coronéis”. Essas forças se mantiveram presentes ao longo do novo ciclo político, mesmo que isso implicasse em novas formas de relacionamento e menor poder de influência nos “governos das mudanças”. Isto fica evidente quando se procede a uma análise das alianças eleitorais construídas por esses novos governantes durante toda a “Era Tasso”, quer dizer, quando se identifica o conjunto político que fazia parte das coligações partidárias que elegeram Tasso Jereissati e Ciro Gomes ao longo das quatro campanhas eleitorais, bem como quando se atenta para os rituais de campanha, momentos de grande atenção aos políticos com base no interior do Estado. Esta análise está respaldada por pesquisa realizada em jornais locais e outras publicações que destacam o perfil dos políticos cearenses, como também por dados do TRE-CE.

Parto do pressuposto de que as alianças eleitorais que foram articuladas ao longo da “Era Tasso” resultam, em primeiro lugar, da pretensão dos empresários que se aglutinaram no CIC de conduzirem um projeto político de modernização do

Estado e que teve ressonância na sociedade – tanto em função do movimento que resulta da própria dinâmica da acumulação capitalista em sua fase de mundialização, quanto das demandas postas pelos processos de redemocratização da sociedade. Assim, a capacidade de articular esse projeto de modernização, conciliando demandas que também expressavam interesses contrários da sociedade, projeta politicamente o grupo do CIC na sociedade cearense daquele período, e o identificando tanto com forças sociais e partidárias heterogêneas, que tinham em comum a ânsia por mudanças, como também com outros segmentos que apenas buscavam se manter aliados às novas lideranças que se projetavam naquele momento, independente do projeto político em construção. Isto ocorre, em especial, na primeira campanha de 1986.

Em segundo lugar, o conjunto das alianças eleitorais desse ciclo hegemônico vai sendo conformado pela dinâmica política local e nacional, não resultando apenas de escolhas pessoais dos sujeitos envolvidos, mas de opções que decorrem das relações de forças presentes em cada conjuntura eleitoral e das condições políticas produzidas pela própria realização do ciclo de poder. Nesse caso, as alianças eleitorais expressam não apenas interesses sociais articulados com aquele projeto de modernização, mas sinalizam as demandas de grupos ou lideranças políticas que puderam ser atendidas e conciliadas pelas candidaturas do ciclo de hegemonia em estudo – por exemplo, como se manter no espaço partidário governista, mesmo sem um retorno imediato. Da mesma forma, as alianças estabelecidas durante o ciclo de hegemonia são sempre o resultado de uma relação de forças entre os grupos dentro dos partidos e/ou entre os diversos partidos aliados, o que também incidiu no quadro de aliados eleitorais da “Era Tasso”.

Nos dois casos, portanto, põem-se elementos extremamente problemáticos que, se não observados, podem levar a uma leitura simplista dessas alianças produzidas nos momentos de campanha eleitoral. Nesse sentido, os processos eleitorais devem ser compreendidos como um dos momentos, jamais o único, para a viabilização de determinados interesses sociais, que se sobressaem e se afirmam através dessa forma de disputa política. Isto ocorre por ser este um momento inserido no complexo quadro das relações entre as classes sociais, em cenários marcados por mais liberdade política, quando se manifesta o esforço da construção ideológica para realizar o convencimento dos eleitores e, ao mesmo tempo, se

revela como uma das formas pelas quais as classes (e segmentos de classes) disputam o poder institucional: o governo (MAAR, 1994), o que não significa a realização profunda de mudanças sociais. As eleições expressam também as polêmicas dentro dos espaços partidários, entre grupos e lideranças políticas, tudo sempre a partir de específicas condições históricas, sociais e político-ideológicas.

A elite empresarial do CIC, ao longo de desempenho no campo eleitoral, conseguiu operar uma dinâmica em que, de um lado, modelaram-se discursos e selecionaram-se imagens e símbolos afinados à intencionalidade de sua política de “modernização conservadora”. De outro lado, as eleições em que se saíram vitoriosos, sobretudo de 1986 a 1998, demarcam, de forma imediata, a direção e os limites de sua política, já que decorreram de negociações e acordos em torno dos apoios que os sustentaram nesse longo ciclo de hegemonia e, portanto, não foram simples momentos por eles orquestrados, mas resultaram de relações entre diversas forças sociais e sujeitos políticos heterogêneas e, as vezes, com interesses antagônicos, bem como foram conformadas pelas condições específicas de cada conjuntura eleitoral.

A análise das alianças eleitorais da “Era Tasso” será realizada neste capítulo a partir de dois momentos. No primeiro, exponho a dinâmica de cada uma das campanhas eleitorais (1986, 1990, 1994 e 1998), ressaltando as forças político-partidárias presentes nessas ocasiões como apoios importantes à construção e consolidação desse ciclo hegemônico. Para essa análise, foram importantes os depoimentos de lideranças da elite empresarial do CIC, registrados em farta bibliografia, como também a cobertura dessas campanhas realizada pela imprensa local (jornais O POVO e Diário do Nordeste). No segundo momento, procedo à exposição do perfil desses aliados políticos, concentrando-me na figura dos deputados estaduais eleitos ao longo desse período, em composição partidária com aqueles governantes. Estou aqui realizando um recorte do objeto de investigação, considerando, para tanto, que os deputados estaduais são os grandes “puxadores de voto” nas campanhas para o governo estadual, na medida em que eles mesmos se apóiam em uma vasta rede de lideranças municipais (prefeitos e vereadores), reproduzindo, em cadeia, o apoio recebido. Esse perfil será construído tendo como base os dados do TRE-CE, publicações da Assembléia Legislativa e informações dispersas que aparecem nos jornais.

### **3.1. As Campanhas e a Formação das Alianças Eleitorais**

#### **3.1.1. A Campanha de 1986: as elites empresariais do CIC se alinham aos setores democráticos e frações das oligarquias**

As primeiras alianças eleitorais da “Era Tasso”, construídas durante o processo eleitoral de 1986, consistem numa ampla articulação de setores que vinham das lutas democráticas – forças políticas que se mantinham no PMDB, sobretudo representantes de uma elite empresarial e de estratos médios da sociedade, mas incluindo também partidos de esquerda (PC do B, PCB e MR-8)<sup>98</sup> enquanto representações de segmentos dos trabalhadores – com grupos oligárquicos e de clãs políticos familiares, também presentes no PMDB, em especial pela sua condição governista. O PDC, liderado pelo pastor Gidel Dantas, agregou-se a essa ampla aliança, já apontando a influência dos evangélicos nas eleições do Ceará desde aquele período. Portanto, de forma geral, esse leque de alianças na primeira eleição de Tasso Jereissati se constituiu no mais eclético de todos, expressando, exatamente, o momento inicial da “Era Tasso” e suas particularidades históricas, tal como relatado no capítulo anterior.

Esse heterogêneo conjunto de alianças indica, de um lado, as divergências das elites locais. Estas não conseguiram manter a Aliança Democrática no Ceará (aliança nacional do PMDB e do PFL que foi amplamente vitoriosa nessas eleições de 1986), mas conserva a mesma opção de transição “pelo alto”, tal como ocorreu no processo nacional na passagem do regime militar para a “Nova República”. Quer dizer, as divergências entre as elites se expressaram nessas eleições, sobretudo quanto à forma de administrar a máquina burocrática estatal e quanto à intensidade do processo de desenvolvimento que decorreria de um maior controle sobre os recursos públicos, além das disputas por espaços de poder que são próprios dos grupos políticos. Entretanto, como já sugerido nos demais capítulos deste texto,

---

<sup>98</sup> Com a Abertura Política e a possibilidade de legalização dos partidos de esquerda, militantes do PC do B e PCB, que haviam se abrigado durante muito tempo no MDB, puderam finalmente se organizar em seus partidos com legendas reconhecidas. Como já referido, o MR-8, entretanto, optou em permanecer no PMDB até que desapareceu como militância política organizada. A maior liderança desse agrupamento de esquerda era Fausto Arruda que chegou a ser o Assessor Sindical do Governo Tasso I.

essas divergências não significaram uma ruptura política, mantendo-se, portanto, o controle da política local por segmentos da mesma classe social.

**TABELA 07**  
**ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO CEARÁ – 1986**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PARTIDO/COLIGAÇÃO</b>	<b>VOTOS</b>	<b>% NO ESTADO</b>
TASSO JEREISSATI	PMDB-PDC-PCB- PC do B	1.407.693	52,32%
ADAUTO BEZERRA	PFL-PDS-PTB	807.315	30,01%
JOSÉ HAROLDO	PT-PSB	68.044	2,53%
AIRES QUINTELA	PSC-PL	7.304	0,27%
VOTOS BRANCOS		293.271	10,90%
VOTOS NULOS		106.687	3,97%
<b>TOTAL</b>		<b>2.690.314</b>	<b>100,00%</b>

FONTES: TRE-CE

É exemplar do caráter das disputas que envolviam as elites cearenses, nessa eleição de 1986, o fato do próprio nome de Tasso Jereissati ter sido articulado, inicialmente, numa candidatura do PMDB com o PFL e, portanto, com a pretensão de manter a aliança nacional desses dois partidos. Este fato, e suas conseqüências, foram amplamente noticiados em jornais.

(...) o nome de Tasso Jereissati estaria sendo trabalhado como ponto de reatamento da Aliança Democrática no Ceará. A 'solução paulista', a exemplo de Antônio Ermírio de Moraes (...) serviria, no Ceará, para reatar os entendimentos do PMDB com o PFL, com ambos apoiando a candidatura do empresário (...) e disputando, cada um, uma vaga no Senado (...) Com isso, o PDS seria afastado do acordo estadual, voltando a sua posição de opositorista e evitando uma aliança que não agrada ao governo federal (...) Tasso Jereissati poderia ser candidato por qualquer um dos dois partidos (...). (O POVO. 04 de abril de 1986).

Assim, o segmento empresarial das elites cearenses, que tinha tentado uma maior influência nos rumos do governo de Gonzaga Mota, e que havia se frustrado pela condução dada por ele, poderia, a partir daquele momento, estabelecer um controle mais direto do Estado, dando-lhes melhores condições de viabilizar seu projeto de modernização. O partido que viabilizaria esse projeto de poder, o PMDB do governador Gonzaga Mota ou o PFL do vice-governador Adauto Bezerra, não era o elemento determinante, apenas um instrumento na construção de uma nova hegemonia política.

De outro lado, a participação dos dois partidos comunistas na composição de forças em torno de Tasso Jereissati, e, portanto, numa aliança com as elites empresariais, os estratos médios e alguns dos segmentos oligárquicos – e não na

chapa PT/PSB, com a candidatura de José Haroldo, mais identificada com as demandas dos trabalhadores – revela antigas discordâncias no campo partidário das esquerdas, como já relatado no capítulo anterior. De modo geral, essas posições políticas diversas das esquerdas estavam relacionadas às pretensões de cada partido, após o longo período de supressão das liberdades políticas, de se afirmar como espaço singular para expressar seus projetos político-ideológicos ou mesmo se apresentar de forma competitiva no campo eleitoral.

Por sua vez, a presença do PC do B e do PCB na aliança com o PMDB também indica um maior espaço que os setores sociais identificados com os processos democráticos e com as demandas por mais e melhores políticas públicas haviam alcançado até aquele momento, ressonância mesmo da participação no processo de redemocratização e do nível das lutas sociais no Brasil e no Ceará. Nesse sentido, se compreende que o próprio PMDB, naquele período eleitoral, procurasse ampliar sua aliança partidária com as esquerdas, reunindo-se também com os demais partidos desse campo. De fato, em abril daquele ano, o jornal O POVO publicou notícia sobre uma reunião do PMDB com o PT, PDT, PSB e MR-8, além dos dois partidos comunistas, numa tentativa de busca de apoio para as eleições daquele ano. Entretanto, as pretensões do PMDB não se concretizaram em seu conjunto.

Ainda em relação à possibilidade de uma articulação maior do grupo do CIC com setores do campo partidário mais à esquerda é sugerida também por notícia daquele mesmo jornal a perspectiva de uma aliança em torno do nome de Beni Veras, quando Jereissati ainda não estava definido como candidato:

O nome de Tasso Jereissati foi recentemente apontado como uma alternativa para sanar a crise de dissolução da Aliança Democrática e ontem os partidos de esquerda, PDT e PSB, sugeriram o nome de Beni Veras como a opção bem aceita para concorrer ao Governo numa coligação dos pequenos partidos” (O POVO, 10 de abril de 1986).

Possivelmente, essa sugestão dos dois partidos de esquerda se pautava na própria biografia daquela liderança empresarial, com militância no PCB durante a juventude e o primeiro daquele grupo a buscar organizar o apoio a Tancredo Neves no Ceará. Ademais, a liderança de Beni Veras já o havia credenciado a postular cargos eleitorais, o que não foi aceito, como ele mesmo relata: “Eu já tinha sido convidado

na eleição anterior a candidato a senador pelo Virgílio”. (In: MATOS E OUTROS (orgs.). Op. cit.: 91-92).

Assim, na eleição de 1986, além dos setores mais conservadores da sociedade cearense, incluem-se no leque de alianças eleitorais de Tasso Jereissati, lideranças vinculadas a partidos de esquerda e aos movimentos sociais, compondo, inclusive, o quadro do secretariado no primeiro governo. Depois, em um segundo momento, a elite empresarial soube se apropriar de estratégias desses setores em sua relação com a sociedade e dispensar o vínculo direto estabelecido naquele primeiro momento. Esta foi uma das estratégias utilizadas na construção de sua hegemonia política, como mostrarei no próximo capítulo. No caso do apoio de setores ligados aos movimentos sociais, é o próprio Tasso que esclarece sua importância, ainda que busque relativizar a influência daqueles partidos de esquerda, bem como mostrar uma composição heterogênea dos setores da sociedade civil que lhe deram apoio.

(...) não era bem dos partidos de esquerda, era uma organização da sociedade civil; nós tínhamos comitê de todos os setores dessa sociedade (...) deu uma velocidade de penetração fundamental à campanha (...) Das associações comunitárias, nós participamos; não eram bem ligadas a esse mesmo grupo (...) O grande arquiteto dessas (...) CEB's, tinha sido D. Aloísio, que de uma maneira assim, bastante discreta, mas clara, entrou na campanha (...) pegamos, na campanha, uma discussão nas Comunidades de Base, nas federações de agricultura – a Fetraece. Tinha uma em cada município; tinha a estadual que participava desse grupo da sociedade civil, até empresários, até a organização dos empresários. (Tasso Jereissati. In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 163-164. Grifo meu).

A forte relação que a primeira candidatura Tasso teve com alguns partidos de esquerda, ao contrário do modo como é apresentada pelo candidato, aparece explicitamente em outros depoimentos de importantes expoentes do grupo. Primeiro, é o próprio coordenador do comitê da sociedade civil, Amarílio Macêdo, que reconhece a estreita aproximação com um dos partidos de esquerda. “Tinha uma coligação fortíssima com o PC do B. Todo o trabalho que eu fiz foi mais bem-sucedido do que poderia ter sido, porque o PC do B nos orientou em tudo por tudo”. (Idem: 123. Grifos meus). Em outra entrevista, Macêdo relata, com mais precisão, o apoio daquele partido à campanha de Tasso: “Durante 6 meses, nós tínhamos pelo menos 3 reuniões semanais aqui para tratar de política. Acho que 60% dos presentes eram do PC do B. A militância mais pesada que o Tasso teve foi o pessoal do PC do B”. (In: MARTIN, op. cit.: 80. Grifo meu). Depois, é Assis

Machado, outro coordenador da campanha de 86, que também afirma essa importância: “... nós tivemos na época coligações que foram muito importantes, eram os partidos de esquerda (...) que tiraram um pouco dessa característica do empresário”. (Idem: 213. Grifo meu). E ainda, Lauro Fiúza Júnior justifica em que importava o apoio desses setores vinculados aos partidos de esquerda:

O que nós tentamos foi levar para o comitê todas essas lideranças sindicais, estudantis e de pensamento, a imprensa, para começar a discutir esse viés de mudança (...) e fazer uma discussão bem-aberta com as alas de esquerda (...) começamos a mostrar que o nosso pensamento não era muito diferente do deles (...) daí nasceu, vamos dizer, uma discussão ampla (...) uma identidade muito profunda com a nossa (...) que nós tínhamos pensamentos iguais e tínhamos objetivos iguais (...) Isso deu ao Tasso uma comunhão de forças, de idéias, que foi importantíssima para a consolidação da campanha dele (...) o descontentamento de todos nós era idêntico (...) todos esses comitês tiveram uma importância na transmissão das idéias, do pensamento, daquilo que é considerado o pensamento do CIC, liderados pelo Tasso, para chegar ao poder. (Idem: 290-291. Grifo meu).

A aproximação com partidos de esquerda e outros setores importantes da sociedade civil já vinha ocorrendo desde os momentos em que o CIC realizava os seus ciclos de debates, bem como durante as campanhas pelas eleições diretas e pela candidatura de Tancredo Neves<sup>99</sup>. De fato, nesses momentos começa a se definir uma identidade em torno de um projeto de modernização política que poderia se contrapor às tradicionais forças políticas locais que sempre apoiaram o regime militar. Aqui também se inclui a participação, desde esses primeiros momentos, de lideranças intelectuais e profissionais que depois iriam compor os comitês da sociedade civil. Esses segmentos também têm certa aproximação com o pensamento das esquerdas, mesmo sem filiação partidária mais direta, e estiveram presentes no Movimento Pró-Mudanças.

Sobre a relação desses segmentos médios da sociedade com a elite empresarial do CIC, encontra-se uma instigante pista em Jawdat Abu-El-Haj (2003). Este autor identifica a matriz dessa aliança política de Tasso, em 1986, entre a vanguarda ideológica do empresariado e a elite das classes médias urbanas (tecnoburocracia estatal). Essa convergência tem suas raízes na industrialização

---

<sup>99</sup> Um depoimento é muito importante para reforçar essa idéia de que a aproximação com os setores de esquerda estava ocorrendo desde esses momentos: “Tinha uma grande manifestação no Teatro José de Alencar: teatro repleto de gente, ‘jorrando pelo ladrão’, os grupos de esquerda todos lá”..(Beni Veras. In: MATOS E OUTROS (orgs). Op.cit: 91). Veras se refere, provavelmente, ao Comício das Diretas em 1984 que ocorreu na Praça José de Alencar, sendo que o Teatro serviu de palanque para as lideranças políticas e os partidos que compunham o Comitê Pró-Diretas.



brasileira (associação entre Estado e mercado) e suas duas fases desenvolvimentistas (Vargas/JK e pós-64). Assim, segundo esse mesmo autor, no Ceará – cuja industrialização é fruto da segunda fase do desenvolvimentismo e guardando característica nacional – a articulação do empresariado no CIC, com a participação dos setores médios (parte formada nas instituições estatais), se reflete no “Pró-mudanças”. Nesse momento, produzem o 1º programa de Tasso tendo como eixo a reforma do Estado, numa perspectiva da racionalização do gerenciamento público. Depois, ocorreram conciliações e rompimentos sobre o papel do Estado em relação ao desenvolvimento econômico (o setor com visão nacional desenvolvimentista se afasta do governo em 1989). No Governo Ciro Gomes, por sua vez, a visão desenvolvimentista se apóia no Pacto de Cooperação, mas com “... uma política de cooperação entre um Estado flexível, ágil e enxuto e empresas tecnologicamente atualizadas e produtivas” (ABU-EL-HAJ, op. cit.:17). Com as políticas neoliberais, consolidadas com FHC, ocorre uma ruptura desse pacto político-desenvolvimentista. Isto se dá pela crescente abertura do mercado aos investimentos estrangeiros, sobretudo o financeiro.

Esse mapeamento da participação de setores progressistas no conjunto das alianças eleitorais da “Era Tasso” é importante por evidenciar a identidade inicial do projeto de modernização das elites empresariais com as demandas por mudanças sociais, sobretudo na forma de intervenção do Estado na economia e na sociedade como um todo. Neste sentido, aqueles setores formados pelas próprias agências estatais apontadas por Parente (2000), como evidenciado no primeiro capítulo, tiveram importante papel nessa proposta inicial do governo Tasso I. Entretanto, a aliança com as forças de esquerdas – o que poderia ter ocorrido em uma aliança mais ampla com esse campo partidário específico, além do apoio dos partidos comunistas – implicava em outras demandas que não se resumiam ao projeto de modernização do Estado e de intervenção mais efetiva na economia. De fato, o desejo de participação social foi o grande objetivo daquelas forças de esquerda, como também a perspectiva de realização de uma reforma agrária, haja vista a desigual estrutura fundiária cearense, como, de resto, do Brasil. Como é sabido, a continuidade daquele processo de modernização e suas conseqüências para certos setores sociais redefiniram, nas eleições seguintes, as forças sociais envolvidas com o “projeto mudancista” e a própria direção que a política comandada pela elite

empresarial seguiria, abandonando compromissos como a reforma agrária e a participação social mais efetiva.

Não por acaso, as alianças eleitorais, a partir dali, tendem a se apoiar, cada vez mais, em lideranças locais da tradição política cearense, cujas demandas estão muito mais vinculadas a projetos individuais e políticos imediatos que podem ser viabilizados pelo poder estatal. Nesse campo de apoio dos segmentos oligárquicos, onde se sobressai a força dessas lideranças locais, a candidatura de Tasso Jereissati enfrentou, inicialmente, resistências. Isto ocorre ainda que o cenário político fosse propício para a articulação com esses setores, haja vista o apoio do governador Gonzaga Mota à referida candidatura. Assim, a busca de aliados entre essas lideranças locais, nesse primeiro momento, foi apresentada pelos militantes do CIC como extremamente difícil. Uma boa síntese dessas dificuldades, mais precisamente do esforço de conquistar a adesão de lideranças com peso político-eleitoral, é apresentada por Sérgio Machado:

(...) o outro lado tinha, naquela época, cento e cinqüenta e dois prefeitos, do nosso lado, só tinha dez. De um lado tinha vinte e dois deputados (...) Nós tínhamos três. Enquanto, tinha quarenta deputados estaduais do outro lado, nós tínhamos seis (...) no início da campanha (...) objetivo (...) fazer uma campanha revolucionária, no sentido ideológico. Vamos levar as nossas propostas (...) quando começou essa campanha (...) não arranjávamos nem assessor que quisesse enfrentar o desafio (...) reação começou primeiro no interior e não em Fortaleza (...) primeira viagem (...) ao Cariri e os líderes eram Mauro Sampaio, do Juazeiro; e Macário<sup>100</sup>, que era do Crato. Eles olharam dois meninos chegando: 'Esses meninos não têm nenhuma experiência. Eles não vão agüentar o interior. Não sabem o que é trabalhar com as pessoas do interior' (...) E o Mauro nos propôs que visitássemos todos os municípios do lado dele naquele dia (...) foi difícil esse início de campanha. Você passa, ninguém vê, você reúne, fala para meia dúzia de pessoas (...) quando a candidatura ainda não está consolidada, as lideranças locais brigam, por tudo se briga (...) E sem partidos consolidados, com tendências A, B, e C, com partidos cartoriais, com donos de partidos (...) Eles começaram a se surpreender com a capacidade, com a resistência, disposição, com a vontade que estávamos no processo (...) A pressão era forte, ninguém tinha a coragem de botar o cartaz do Tasso na parede, porque tinha a pressão da liderança local que não estava com a gente. Então, as pessoas botavam na porta o retrato do Adauto e dentro do quarto botavam o retrato do Tasso. (In: MATOS E OUTROS (orgs.). Op. cit.: 188-190. Grifos meus).

Isto tudo ocorria, para os empresários do CIC, por se tratar, naquele momento, do enfrentamento de práticas políticas que se contrapunham, exigindo mesmo uma mudança cultural profunda. Dessa forma, na identidade que o grupo

<sup>100</sup> Refere-se a Macário de Brito, ex-deputado estadual e ex-prefeito do município do Crato.

constrói sobre si, o significado da vitória eleitoral conquistada estaria nessa mudança cultural porque eles teriam contribuído para romper com os recursos e práticas políticas tradicionais. No depoimento a seguir, de Lauro Fiúza Júnior, fica demarcada a pretensão de afirmar outra postura na conquista de votos.

(...) o aprendizado do dia-a-dia foi nos dando experiência (...) Tasso sempre foi muito pragmático em não fazer concessões (...) eu estava no comitê central, na sala; ele, Sérgio Machado e eu, quando uma pessoa do interior, um chefe político, pediu para ser recebido (...) solicitação: ‘Doutor Tasso, lá na minha região existe um trator da Codagro que está sendo utilizado pelos correligionários do outro lado. Eu queria que, por favor, o senhor intercedesse junto ao governador Gonzaga Mota, tirasse esse trator da mão deles e trouxesse para o nosso lado (...) e com isso a gente ganhar voto para o senhor’ (...) Tasso disse: ‘... eu não vou fazer (...) nem vou pedir ao governo (...) nem vai acontecer isso no dia em que eu chegar a governador. Trator da Codagro tem que trabalhar para o município, fazendo obras comunitárias...’ (...) O cidadão olha para o Tasso com certo sarcasmo e diz: ‘Ah, Doutor! É desse jeito que o senhor quer ser governador?’ Aí o Tasso disse: ‘Pois é desse jeito. Se eu não me eleger, você volta para a sua farmácia e eu volto para as minhas empresas...’ (...) dois meses depois (...) o mesmo chefe político pede uma audiência (...) já vem todo entusiasmado falando (...) de como mobilizar mais o povo sem pedir nada, nem trator, nem dentadura, nem óculos e sem tocar no assunto. Por quê? O Tasso já estava na liderança da opinião pública. (In: MATOS E OUTROS (orgs.). Op. cit. 289-290. Grifos meus).

Outros depoimentos apontam para a identificação de uma mudança no eleitorado, com um forte desejo de romper com os antigos chefes políticos locais, mas que ainda se encontravam constrangidos pela força que eles carregam.

(...) o que existia no Ceará, forte, no interior, era pavor, era medo. As pessoas se diziam a favor dos ‘coronéis’, mas a coisa que mais sonhavam, na vida, era com a virada e a virada aconteceu: Tasso ganhou na capital e ganhou no interior. (Amarílio Macêdo. Idem: 123).

Se as lideranças do CIC percebiam sinais de mudança na sociedade quanto à forma de votar, reconheciam também a necessidade de viabilizar os recursos que canalizavam esses votos, como o prestígio dos chefes políticos locais, o que foi claramente expresso por Sérgio Machado:

(...) nós sabíamos que precisávamos conquistar alguns dos ‘caciques’ da política. Então, se você conquistar, lembro na época bem, o Abelardo Costa Filho aqui em Aracati, o Mauro Sampaio em Juazeiro, foram momentos assim importantes de adesão. Mas aquela eleição, ela aconteceu muito mais como uma pressão da sociedade do que mesmo sob a liderança dos políticos do interior, dos cabos eleitorais do interior. Eles foram a reboque da própria opinião pública (...) essa mentalidade mudou bastante já, mas ainda está em muitas coisas do passado, ainda hoje acontece. (Idem: 214. Grifos meus).

Assim, ao longo da campanha de 1986, e das demais que a seguiram com predomínio dos candidatos da “Era Tasso”, foi realizado um intenso trabalho de busca de apoio dessas lideranças locais. A cada conquista, sobretudo daqueles vinculados aos partidos do outro campo da disputa eleitoral, se realizavam verdadeiros rituais para apresentar os novos aliados eleitorais ao público. Isto era noticiado amplamente na imprensa, seja por iniciativa dos próprios jornais, seja por meio de matérias pagas que a coordenação da campanha viabilizava.

Por parte das lideranças que aderiam à candidatura de Tasso, em contraposição à de Adauto Bezerra, alguns sinalizavam o próprio desgaste dos antigos governantes com suas bases devido ao não atendimento de seus pleitos e, portanto, a fragilidade de uma política unicamente apoiada nessas relações de troca. Isto é evidente quando o Deputado Chagas Vasconcelos, em disputa para reeleição, informa que iria liberar suas bases quanto à chapa majoritária “... porque não tinha condições de pedir (...) estando elas desprestigiadas” (O POVO, maio de 1986). Este mesmo argumento, de não atendimento de pleitos de lideranças municipais, o que equivalia a atestar a falta de repasse de recursos públicos para sua base eleitoral, aparece na fala do então prefeito de Jaguaratama:

(...) declarou que deixava o PFL porque passara dois anos tendo como chefes os dirigentes regionais daquele partido e ‘eles não me deram qualquer condição de trabalho em favor da comunidade que administro, de forma que, se fiz alguma coisa em Jaguaratama, não foi com apoio do pessoal do PFL’ (...) Disse mais o Prefeito, que Tasso Jereissati está surgindo como a grande esperança de mudança para o Ceará ‘e é exatamente por isso que ficarei do seu lado’. (O POVO, julho de 1986. Grifo meu).

A adesão à candidatura de Tasso, em alguns casos, podia ser também motivada por disputas em torno de bases eleitorais ou rompimento de acordos políticos. Nesse caso, é exemplar a justificativa de importante liderança de Aracati, Abelardo Costa Lima Filho:

Estávamos pedindo aos nossos conterrâneos e correligionários a votação para o deputado federal Carlos Virgílio, filho do Senador. Em troca, queríamos uma votação de deputado estadual, fora do nosso município, para que Aracati tivesse garantida a eleição de um conterrâneo. Infelizmente, o Senador disse não ter esse compromisso. Mas está fugindo à verdade. Existiu o compromisso, por que é que ele nega? (...) Deixo então essas perguntas no ar: quanto o Sr. Adauto Bezerra recebeu para deixar o candidato do PDS e apoiar o candidato do PMDB, Dr. Tancredo Neves? Quanto o prefeito de Canindé recebeu para apoiar os coronéis agora?

Quanto o prefeito de Potengi recebeu? Se eles usam esses métodos, estão completamente enganados comigo. (O POVO, agosto de 1986).

O reconhecimento da necessidade de apoio de lideranças locais à candidatura Tasso Jereissati, por parte de seus principais articuladores, reflete o próprio limite da nova realidade política que os militantes do CIC haviam identificado. Esta, segundo a elite empresarial, anunciava a superação das formas de controle dos eleitores por aquelas lideranças. Em outros termos, se a política tradicional estivesse definitivamente superada, não seria preciso canalizar o apoio das lideranças locais, porque, de fato, o eleitor estaria totalmente livre das influências pessoais e políticas que têm marcado a cultura política brasileira. Essa contradição posta na busca desses aliados eleitorais é camuflada e apresentada como um apoio que deve ser desprovido de interesses, portanto, nega-se a prática de uso de recursos públicos como forma de conquistar apoio de lideranças municipais, como exposto em depoimento do próprio Tasso Jereissati.

(...) primeira reunião com alguns políticos da região do Cariri, nós sentamos num hotel com trinta ou quarenta chefes políticos, e um deles disse assim para mim: - 'Oh, menino, é o seguinte: você não tem a menor chance de ganhar essa eleição, mas se você quiser pelo menos disputar, só tem uma maneira, vai lá ao Gonzaga Mota pede trinta mil contratos em brancos, distribui entre nós aqui, que a gente pelo menos condição de entrar nessa campanha (...) Eu disse que eu estava naquela campanha contra aquilo (...) todo mundo ficou assustado (...) E eu dizia no palanque: 'Se vocês vierem aqui me pedir uma carteira de identidade, um par de óculos, uma dentadura, uma coisa, não venham, que eu não dou. Se vocês vierem associados comunitariamente discutir problemas, aquilo que nós podemos fazer, eu estou pronto a entender. Mas se depois do comício, vierem pedir alguma coisa, eu não dou'. Depois, eles caíam na gargalhada (...) achavam que a cada comício daquele, eu estava perdendo voto... (In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999:162-163. Grifos meus).

Tal como apresentada pelas lideranças empresariais, a candidatura Tasso, portanto, não poderia estar vinculada diretamente ao governo Mota e, tampouco, ao uso da máquina estatal no seu fortalecimento. Assim, em seus discursos, Jereissati busca se qualificar como uma proposta diferente não apenas em relação aos "coronéis", mas também incluindo o governador Mota, pertencente a seu partido e, como já relatado, quem o indicou para a disputa eleitoral de 1986. Como informa o jornal O POVO, ainda em julho daquele ano, em plena campanha, o candidato Tasso enfrenta os primeiros problemas com o governador Mota, em função de denúncias que existiam sobre o uso da máquina estatal em benefício de sua família, fato amplamente explorado pelos "coronéis". Naquele momento, como em outros,

Tasso procura afastar-se da imagem do próprio governador, fazendo duras críticas a todas as administrações cearenses até ali:

(...) fala em acabar a miséria no Estado, atribuindo-a a 'anos de governos dos coronéis'. Diz ainda que o Estado nunca esteve a serviço do povo e que é preciso mudar. O discurso duro contra a miséria deixa o governador numa situação delicada. Em entrevista ao Jornal do Brasil, Gonzaga declara: 'Estão dizendo por aí que eu sou um fardo pesado. Então, se pensam assim, por que vou me oferecer? Caso não queiram a minha participação, ficarei afastado da campanha'. Os coronéis (...) centram seu discurso na desordem administrativa do governo Gonzaga. Denunciam o 'clã dos Mota' empregado no governo e contratações irregulares. (O POVO, 18 de março de 2002. Grifos meus).

Essa estratégia de distanciamento com o governador Mota, condição essencial para consolidar a idéia que se construía outra cultura política no Ceará, é também reforçada por lideranças políticas importantes como Carlos Cruz, de Juazeiro do Norte:

Carlos Cruz não vincula muito a candidatura de Tasso Jereissati ao governador Gonzaga Mota. Justifica dizendo que o candidato do PMDB 'nada tem a ver com os erros ou os acertos dos governantes atuais ou anteriores. Eu encaro a candidatura do Tasso Jereissati como voltada para as mudanças que o Estado deseja e anseia, e pela renovação política que o candidato prega nas suas declarações'. (O POVO, julho de 1986).

Diante dessa situação, os conflitos com Gonzaga Mota seriam inevitáveis. Isto ocorreu também em relação a seus métodos de governar, o que chegou mesmo a tencionar seriamente a candidatura do empresário do CIC. Isto é informado por Sérgio Machado:

Tasso quase desiste da candidatura, quando houve uma confusão por causa do método que Gonzaga estava querendo aplicar ao BEC (...) Passamos, ainda, uns três dias pensando se íamos continuar (...) decidimos continuar, ao largo do governo, íamos fazer a nossa campanha. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 190).

Após assumir o governo, o grupo do CIC procurou se livrar de qualquer relação com os desmandos administrativos de Mota, e com a possibilidade de que essas ações tenham ajudado a eleger Tasso:

(...) fala-se muito que a máquina do Estado foi usada para eleger o Tasso. Negativo (...) Se ele usou para eleger deputado dele, aí eu fico calado, mas para voto majoritário de jeito nenhum (...) ele não teve a menor ingerência na campanha (...) a gente não tinha nem a quem dar obra. (Assis Machado. Idem: 223).

Porém, mesmo negando os vínculos com o Governo de Mota, os novos dirigentes não podem omitir que chegaram ao poder estadual, com significativo apoio das bases interioranas, a partir da condição carregada pelo próprio fato de pertencerem ao partido do governo.

Possivelmente, o grande mérito do grupo do CIC, além desse apoio de políticos locais alcançados por sua condição governista, foi conseguir canalizar o poder do *marketing* político, que se refletiu em crescente aumento da expectativa de voto em Tasso<sup>101</sup>, para romper as resistências de adesão a uma candidatura desconhecida do grande eleitorado, mesmo sendo apoiada pelo governador Mota. De fato, esse *marketing* ajudou a construir uma imagem de Tasso Jereissati como uma nova e ousada liderança política, capaz de introduzir mudanças significativas na política local, revertendo o longo período de “atraso político e econômico”, como eles gostavam de afirmar, e, assim, derrotar os “coronéis” que personificavam essa condição de atraso do Ceará. Nesse sentido, é bastante revelador o depoimento de Assis Machado, apontando a resistência encontrada pela candidatura Tasso em seus primeiros momentos, o que, provavelmente, foi alterada em função da ousada campanha que a elite empresarial conduziu:

(...) maioria desses cabos eleitorais do interior (...) prefere o sistema de antes (...) essa convivência com essa liderança, ela tem momentos de atrito (...) o Tasso tem é uma força junto à população e é essa população é que força (...) eles não vão contra a base (...) na primeira eleição, os cabos eleitorais não, não se dobraram a essa realidade e até para não descumprir os seus compromissos com os coronéis, ficava aquela coisa meio implícita, mas eles já não conseguiram liderar a movimentação da opinião pública (...) se nós dependêssemos só das lideranças políticas (...) hoje mesmo não seria talvez o Tasso o governador (...) os prefeitos de hoje, tem muitos que foram prefeitos há quinze anos e retornam. Então, eles apreciam, aplaudem essa maneira de governar, de você pegar uma escola pública e fazer eleição (...) ou preferia que ele trouxesse o nome que ele quisesse para o governador nomear e ele ser o dono, o chefe político da escola, ele e tudo isso? Quer dizer, essa aceitação na minha cabeça ela não é tácita não, ela não é uma coisa clara”. (Assis Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 215. Grifos meus).

A campanha Tasso, além de se apoiar no *marketing* e na força da mídia – explorando os momentos de crescimento das intenções de voto na sua candidatura e de adesões das lideranças do interior, inclusive de outros partidos – também

<sup>101</sup> “Nós só tínhamos o espaço porque [riso] não havia possibilidade de ganhar (...) na primeira pesquisa dava 2, 3% (...) quando saiu a pesquisa nos dando na frente, nós ficamos absolutamente perplexos”. (Tasso Jereissati. In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 162).

contou com a criatividade e a disposição da militância. Assim, na campanha de Tasso:

A sátira corrosiva (...) foi um dos artifícios de visibilidade da contaminação da população contra os chamados coronéis. Pelas ruas de Fortaleza e em algumas cidades do interior, circulava um grupo de militantes vestido com uniforme de brim cáqui, puxando um burro – que representava o eleitor dos coronéis – e aplicando nas pessoas a ‘vacina anticoronel’. Era o Movimento ‘Sim Senhor Coronel’, que surgiu com a edição do livro do mesmo nome, de Wilson Roriz. (PAIVA, op. cit.: 34).

O apoio da militância, sobretudo a do PC do B, é amplamente reconhecido por diversas lideranças do CIC, inclusive no sentido de enfrentar as resistências de adesão no interior do Ceará. Além de vários depoimentos já expostos neste texto, Isabela Martin sintetiza outros que confirmam tal análise:

Beni Veras classifica a campanha de Jereissati de revolucionária por ter sido feita à revelia dos prefeitos que representavam os ‘coronéis’ no comando de suas bases tradicionais. As idéias defendidas e divulgadas pelos jovens empresários quando de suas gestões no CIC canalizaram forças aliadas que ajudaram na eleição de Jereissati. Partidos políticos rotulados de progressistas mobilizaram os mais atuantes militantes da campanha eleitoral, notadamente o PC do B, segundo Amarílio, que agiram no interior do Estado violentado (sic!) as fronteiras dos currais eleitorais. (Op. cit.: 56-57).

Portanto, a campanha vitoriosa de 1986 se reveste de singularidades. De fato, esta foi marcada por um leque heterogêneo de apoios, que se refletiu de modo especial na campanha com intensa participação de militância de esquerda, do empenho e da organização alcançados pelos comitês da sociedade civil – que incluía diversos setores intelectuais, políticos e culturais da classe média – e ainda, impôs uma visibilidade ao candidato Tasso que se refletiu, não apenas no seu crescimento eleitoral, mas também influenciou na adesão de lideranças municipais do interior. Por sua vez, o fato de pertencer ao partido governista, mesmo buscando dissociar-se dessa imagem, também produziu novos apoios à candidatura do empresário do CIC, como também a realidade do PMDB ser um partido que contava com grande suporte no interior cearense, inclusive de segmentos oligárquicos. Da mesma forma, o uso intensivo dos recursos do *marketing* ajudou a projetar a imagem de que estava ocorrendo uma ruptura política no Ceará a partir daquela candidatura, um símbolo que será diversas vezes reiterado, inclusive na construção da hegemonia política da elite empresarial do CIC.



Carvalho (2001), em seus estudos sobre as campanhas para os governos na “Era Tasso”, indica ter sido nesse momento, em 1986, o lançamento da “marca Tasso”, que será determinante para a continuidade política do grupo. Essa marca consiste no estabelecimento de uma relação temporal presente/futuro em contraposição ao passado dos “coronéis”, ressaltando as conquistas dos longos anos em que Tasso Jereissati e Ciro Gomes ficaram à frente dos governos do Ceará. Dessa forma, para a sustentação política do grupo que se originou no CIC, dentre outras estratégias, tem sido fundamental estabelecer a idéia de que a “... perspectiva de sua interrupção é sempre associada à ameaça de tirar o Ceará do *rumo certo*“. (CARVALHO, 2001: 208). De fato, a partir daquele momento, ficou estabelecida uma associação direta entre as mudanças que ocorriam na gestão do Estado e as perspectivas de desenvolvimento econômico com a liderança de Tasso Jereissati.

### **3.1.2. A Campanha de 1990: as elites empresariais buscam consolidar uma base própria de apoio.**

As eleições para o Governo do Ceará em 1990, com vitória de Ciro Gomes, foram de significativa importância para criar as condições de hegemonia da elite empresarial que se originou no CIC e ascendeu ao poder, em 1986, através do apoio partidário do PMDB, em alianças com partidos de esquerda e outros setores progressistas. E novo momento eleitoral, o grupo tassista enfrentou as urnas amparado em outra coligação partidária (ver **Tabela 08**). Isto aconteceu porque, com as divergências ocorridas durante o primeiro governo, esse grupo já havia saído do PMDB e fundado o PSDB no Ceará, partido pelo qual concorreria às eleições de 1990. Por sua vez, as alianças eleitorais deste pleito também se distinguem da primeira campanha por não mais contar com o apoio dos partidos comunistas. Ainda assim, aparece nessa coligação um dos setores da esquerda, o PDT, sob a influência de Lúcio Alcântara que havia se transferido do PFL para esse partido durante o processo da Constituinte de 1988. Entretanto, não foi uma posição unânime neste partido, como veremos mais adiante.

**TABELA 08**  
**ELEIÇÕES PARA GOVERNO DO CEARÁ – 1990**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

CANDIDATO	PART./COLIGAÇÃO	VOTOS	% NO ESTADO
CIRO GOMES VICE: LÚCIO ALCÂNTARA	PSDB-PDT-PDC	1.279.492	44,18
PAULO LUSTOSA VICE: LUIZA TÁVORA	PDS-PMDB-PFL-PTR- PSD-PT do B	871.047	30,08
JOÃO ALFREDO VICE: VASCO WEYNE	PT-PCB-PSB-PC do B	185.482	6,40
AGUIAR JÚNIOR VICE: PRADO JÚNIOR	PRN	19.508	0,67
VOTOS BRANCOS		298.216	10,30
VOTOS NULOS		242.440	8,37
TOTAL		2.896.185	100,00

FONTE: TRE-CE

Vale ressaltar que a transferência de Alcântara para o PDT não é um caso isolado. “Nas eleições 1990, já tinha ocorrido a migração de muitos políticos do PDS e PFL para o PSDB e PDT” (LEMENHE, 1995: 225). Nessas redefinições partidárias também contaram as relações que o grupo tassistista conseguiu estabelecer no cenário nacional, sobretudo quanto às eleições presidenciais de 1989, quando ocorrem novas fraturas nos quadros do governo. Naquele momento, alguns secretários manifestaram sua insatisfação com a possibilidade de Tasso Jereissati apoiar Collor de Mello, do PRN e acabaram saindo do governo. Faço referência, aqui, a Eudoro Santana, Ariosto Holanda e Nildes Alencar (Educação)<sup>102</sup>.

As divergências com o PMDB também ocorreram na medida em que Tasso e seu grupo buscavam um espaço próprio na política brasileira. A despeito da reconhecida importância conquistada em nível nacional, havia fortes limites para eles nesse espaço partidário, tanto pelos conflitos com os grupos históricos do PMDB, dificultando a liderança do “grupo das mudanças” no contexto estadual, quanto pelo fato de suas aspirações de maior destaque na política nacional terem sido refreadas

<sup>102</sup> “Eudoro diz que ainda tentou negociar, aceitando o apoio a Mário Covas. Segundo ele, o próprio governador descartou a hipótese. Pelos jornais, os três secretários davam a senha que a saída era só questão de tempo. ‘Se Tasso collorir, eu desboto’, disse Eudoro, numa manchete publicada pelo O POVO. Era a gota d’água de um processo de desgaste. O grupo acabou caindo, e Tasso apoiando Covas, com quem manteria uma forte relação ao longo dos anos”. (O POVO, 18 de março de 2002).

por Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB e candidato à Presidência do Brasil, naquele pleito<sup>103</sup>.

A perspectiva de apoio a Collor, cuja afinidade com o grupo tassista era manifestada em seus discursos com claro teor neoliberal, havia sido apresentada com caráter pragmático do ponto de vista eleitoral:

Se eu disser no meu Estado que estou com Collor, mais de 200 mil pessoas me acompanharão num comício; se disser que estou com Covas, terei de fazer grande esforço para levar alguns gatos pingados à praça; mas se apoiar Ulysses, ficarei falando sozinho. (Tasso. In: SOUZA, 1989).

Todavia, a aliança de Collor com Adauto Bezerra e o PFL no Ceará acabou inviabilizando a adesão de Tasso à essa candidatura presidencial. Para tanto, também contribuiu o pouco entusiasmo do candidato do PRN com a “questão Nordeste”<sup>104</sup>. Com a inviabilidade do apoio a Collor de Mello, o grupo local decidiu reforçar a candidatura de Mário Covas, do PSDB, passando, logo depois, a organizar esse partido no Ceará.

O vínculo com o PSDB ampliará o espaço do “grupo das mudanças” na política nacional, sobretudo quando esse partido ganhou as eleições presidenciais em 1994. Deve-se reconhecer, porém, que só alcançou essa dimensão na medida em que as suas experiências administrativas e suas posições políticas estavam em consonância com a hegemonia neoliberal no Brasil. Há uma via de mão dupla que fortaleceu a relação do grupo local com a elite nacional que se articulava em torno dessa política. No Ceará, esse partido se aproximou, inicialmente, de Moema São Tiago (eleita deputada federal pelo PDT e com forte atuação na campanha de

---

<sup>103</sup> É conhecido o episódio em que Tasso Jereissati teria sido convidado pelo presidente José Sarney para o Ministério da Fazenda. Na ocasião, seu nome fora vetado pelo presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães (PARENTE, 1998: 53).

<sup>104</sup> O episódio é relatado, na época, pelo jornal O POVO: “Tasso Jereissati e Geraldo Melo, então governador do Rio Grande do Norte, organizaram um encontro em Fortaleza a fim de que as questões do Nordeste fossem discutidas por técnicos ligados aos problemas desta região. Desse encontro foi produzido um documento (Nordeste: uma questão nacional) e apresentado ao candidato Collor que, entretanto, não demonstrou muito entusiasmo. Diante desse fato, Tasso teria recuado no apoio a Collor: ‘Tasso Jereissati confirmou que não apoiará o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, porque, como disse, esse postulante não quis aceitar as sugestões favoráveis a região’. (GOVERNADOR admite que vai apoiar candidatura Covas, O POVO, 29 ago. 1989). Em outra ocasião, Tasso chegou a afirmar que foram as alianças políticas de Collor que o levaram a se afastar do candidato do PRN: ‘... todas as vezes que eu chegava perto do seu entorno, me assustavam enormemente as pessoas que o cercavam. Eu tive oportunidade de dizer isso a ele (...) foi essa a razão pela qual eu não tive coragem de apoiá-lo para a Presidência, quando tinha até muita vontade de fazê-lo’. (COLLOR assusta para ficar intocável, diz Tasso. Entrevista a Clóvis Rossi, FOLHA DE SÃO PAULO, 26 abr. 1991)”. (NOBRE, 1999: 98).

Tasso). Essa deputada, ainda durante a Constituinte, se aliou ao referido grupo paulista e participou da formação do novo partido. Registro ainda outras duas aproximações iniciais de lideranças cearenses com os tucanos nacionais: Firmo de Castro e Amarílio Macedo. Este último teve, inicialmente, o seu ingresso no PSDB negado por conta da dissidência com Tasso<sup>105</sup> (PARENTE, 1998). Nos momentos iniciais do novo partido, o peso do grupo tassista é gigantesco:

É no Ceará onde o partido tucano tem sua maior bancada: 1 governador, 8 deputados federais, 1 senador, 18 deputados estaduais, 3 suplentes de deputado em exercício, 9 vereadores em Fortaleza e 655 vereadores de um total de 2.050. Para fechar a hegemonia tucana 104 dos 178 prefeitos municipais, remanescentes de partidos como Arena, PDS e PFL, aderiram nos últimos anos ao PSDB numa corrida continuada. (PSDB do C será “fundado” hoje, O POVO, 04 ago. 1991).

De um lado, a aliança com o PSDB era possível, e também desejável, em função do próprio pioneirismo do grupo cearense em realizar as experiências de controle financeiro e administrativo da máquina burocrática estatal. Isto traria rendimentos políticos ao PSDB, no seu próprio fortalecimento enquanto um novo partido que buscava se afirmar em âmbito nacional. De outro lado, o nível de participação conquistado pelo "grupo das mudanças" na esfera federal resultaria em maior prestígio na política local, sobretudo quando esse apoio se traduziu no acesso a verbas do governo federal e a outros recursos políticos e administrativos. Este último aspecto não restringiu a ação e os objetivos do grupo local, já que o apoio incondicional às reformas neoliberais era, também, de ordem ideológica. De fato, as mudanças político-institucionais que foram sendo conduzidas desde o governo Collor, e intensificadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, eram necessárias para que se aprofundassem aqui as condições que permitiriam uma maior acessibilidade do capital transnacional, bem como outras transformações exigidas pela nova fase de acumulação capitalista no Ceará.

Portanto, para que o novo ciclo de poder hegemônico se realizasse foi importante a projeção nacional do "grupo das mudanças" e o tipo de alianças que se formaram nesse âmbito: inicialmente no PMDB e depois, com mais relevância, no PSDB. Na política cearense, por sua vez, as redefinições em torno dos aliados

---

<sup>105</sup> “Eu continuava na luta para ver se o PSDB se organizava no Ceará. Nessa hora, eu ouvi do Fernando Henrique Cardoso que havia uma pressão forte do grupo governista do Ceará para entrar no partido e para que eu não integrasse o diretório do partido”. (Amarílio Macêdo. In: MATOS E OUTROS (orgs.). Op. cit.:134).

políticos do governo consolidaram uma base de apoio com conotação mais conservadora, agregando cada vez mais políticos de feição tradicional, ao mesmo tempo em que a elite empresarial investia em diversas estratégias políticas para construir sua hegemonia, como veremos no próximo capítulo.

No âmbito da política estadual, para alcançar êxito nesse segundo momento eleitoral, a elite empresarial, além de consolidar alianças com as lideranças políticas locais, buscou materializar apoios também em outros setores, sobretudo nos estratos urbanos. Com isto, o grupo tassista:

(...) tenta antecipar a organização da sociedade civil, criando novas lideranças ou liberando o eleitor que se tornará acessível ao 'marketing político' (...) Torna-se, portanto, menos dispendioso. A desvantagem imediata é o tempo para implementação dessa estratégia e a possibilidade desse eleitor liberado do 'cabresto' tornar-se também presa 'fácil' das esquerdas. É necessário, portanto, apresentar uma ideologia onde não só se privilegie o moderno, a competência, mas uma visão de bem-estar social, não demagógica, que se mostre realizável. (PARENTE, 1992: 28).

Para evitar a influência das esquerdas entre os eleitores e a sociedade em geral, sobretudo nas áreas urbanas, os "governos das mudanças" criaram canais de comunicação direta com a sociedade, desconsiderando o papel das lideranças e dos partidos políticos. Por sua vez, tentaram interferir na dinâmica dos movimentos sociais, em seu cotidiano. Isto ocorreu através de vários mecanismos, ao cooptar suas lideranças, redefinir suas demandas e burocratizar as entidades quando as tornaram responsáveis pela realização de políticas públicas. Nesses casos, pretendia-se que o 'voto solto' não fosse usado por lideranças políticas à revelia do grupo tassista, mesmo de sua base partidária, criando uma peculiar forma de dominação na política. Tasso anuncia de forma clara o uso dessas estratégias, quando estabeleceu o contato direto com o povo:

Era a única saída... eu vivia em palanque (...) Tiveram as famosas associações comunitárias, em que nós fazíamos aqueles programas (...) Hoje, isso continua de outra maneira, que é o São José. Era um processo de juntar as pessoas na comunidade, em associações, discutir quais eram as melhores obras e passar recurso para que eles executassem. (...) passando por cima do intermediário, que era o vereador (...) Várias e várias vezes, eu fui fazer comício, no meio do governo, em cima da necessidade de apoio; lá eu dizia o que estava acontecendo, da necessidade de apoio. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 166).

Nessa perspectiva de construção hegemônica de seu poder, a elite empresarial teve intervenção decisiva nas eleições municipais de 1988. Em um

balanço dessas eleições, Parente revela que os partidos ligados a Tasso (PMDB e PMB), conquistaram as prefeituras mais importantes do Ceará naquela eleição:

Além de eleger os prefeitos das cidades de maior importância, Fortaleza e, na zona metropolitana, Maracanaú, elegeu os prefeitos das principais cidades do Sul do Estado, como Juazeiro do Norte e Crato (Coligação PMDB-PL-PMB), também Acopiara e Tauá. A região Norte, apesar de não ocorrer no município de Sobral, fez os prefeitos de municípios circunvizinhos, como Acaraú, Cruz, Amontada, todos com o domínio 'clientelista da família dos Ferreiras Gomes, conhecidos como Filomenos'. (PARENTE, 1988: 27).

Por sua vez, o PFL, comandado por Adauto Bezerra, também conseguiu um bom desempenho, elegendo prefeitos em espaços estratégicos, embora já estivesse dividido com a saída de Lúcio Alcântara para o PDT. Este foi o partido de esquerda com melhor desempenho nessa eleição, perdendo em Fortaleza para Ciro Gomes por menos de 1% dos votos. Parente ressalta que o governo estadual reforçou "... suas investidas de campanha em pontos estratégicos, em municípios maiores que liderariam na circunvizinhança ou em outros, menores, onde as disputas fossem significativas" (PARENTE, 1988: 24).

Nessa linha estratégica a elite empresarial também procurou tirar proveito da divisão entre seus antigos opositores, "os coronéis", reforçando, na capital,

(...) um destes grupos, a coligação 'Trabalhando por Fortaleza' (PFL-PDC) ao conservar o irmão do pastor-candidato a prefeito, Gineton Dantas, em posto significativo da administração estadual (...) Era uma potencial de aliança posterior. (Idem: 16).

Esta estratégia passava, portanto, pelo amparo a outros partidos que não só o PMDB, onde ainda estava reunido o grupo do CIC. Isto foi feito também quando criaram o Partido Municipalista Brasileiro – PMB para dar suporte a políticos tradicionais que não se abrigavam no PMDB. Com esse outro partido, o grupo tassista conseguiu vitória em 16 dos 178 municípios (BONFIM, 2002: 51). Em sua análise geral, Parente (1988) também ressalta que a vitória nas eleições de 1988 não significa a consolidação da hegemonia do CIC, mas esta hegemonia foi favorecida pelas divisões entre as outras forças políticas: entre os 'coronéis', cada um liderando seu próprio grupo; entre as esquerdas que estavam, mais uma vez, divididas na disputa de Fortaleza e sem uma estratégia conjunta para os demais municípios.

Diante desse quadro – em que o grupo tassista aglutina forças, mas não detém ainda a hegemonia política – os esforços na eleição de 1990 estarão canalizados para a conquista de apoios entre aquelas forças políticas conservadoras, sobretudo, de alguns chefes políticos locais que, durante o governo Tasso I, sofreram as resistências da elite empresarial tendo em vista o objetivo de modernização da estrutura burocrática do Estado, que implicava enfrentar os excessos das práticas clientelistas e patrimonialistas. Assim também, os novos dirigentes procuraram manter uma feição mais moderna em suas alianças eleitorais a partir de um acordo com o PDT, sob a liderança de Lúcio Alcântara. No primeiro caso, em relação aos políticos com inserção nos municípios do interior, repetiu-se nessa eleição de 1990, o mesmo ritual de apresentação dos aliados, inclusive com matérias pagas nos jornais. Aqui ganha evidência a adesão de lideranças que ainda estavam articuladas em torno dos “coronéis”:

Ciro (...) recebeu (...) durante comício em Morada Nova as adesões da prefeita Auxiliadora Damasceno Girão, do PFL; Isaías Castro, irmão do ex-governador Manoel de Castro e de Xavier Andrade Girão e José Ossian Nântua – ambos disputam vagas na Assembléia (...) A prefeita (...) disse que, tradicionalmente, o grupo que apóia a Geração Ceará Melhor disputa o poder político local. ‘A minha vida toda votei nos coronéis, mas hoje estou convencido de que não dá mais para continuar com eles’, acrescentou Franciné Girão, candidato a deputado estadual (...) Para o candidato a senador, Beni Veras, o comício de Morada Nova, marcou o fim do suporte oposicionista do Município ‘Subiram no palanque velhos rivais, que descobriram os caminhos da administração do futuro’, afirmou ele mencionar os nomes de Luiza Cunha Saldanha, prefeita de Jaguaratama, e Assis Bezerra de Nunes, de Russas, bem como Dartagnan Barbosa (PDC), José Renato Torrano, Nestor Nogueira (PSDB), que disputam vagas no Legislativo estadual. O deputado federal Firmo de Castro, do PSDB, Moroni Torgan (PDC) e Zilzo Evangelista (PSDB) também se fizeram presentes. (...) ‘É urgente a união de todos para um grande projeto de mudança de mentalidade, visando mais do que tudo a dignidade do cearense do interior e da capital’, salientou José Ossian Nântua. (DIÁRIO DO NORDESTE, 28 de junho de 1990. Grifos meus)

Na citação acima, chama atenção, além da ruptura de acordos com os “coronéis”, também a presença, no mesmo palanque, de lideranças políticas que, tradicionalmente, disputavam o poder local, mas se alinharam em torno do candidato governista. Isto estava ocorrendo em vários municípios.

(...) lideranças de Tianguá vieram a Fortaleza, ontem, manifestar o apoio a Ciro (...) Gilberto Moita (...) trouxe consigo dez vereadores de Tianguá e o presidente municipal do PFL, Audir Nunes. João Nunes, por sua vez, outros sete vereadores (...) Líder político da região, João Nunes congrega as forças políticas de Américo Nunes e José Bia que, nas eleições de 1988, disputaram as eleições pelo PMDB, concorrendo com o atual prefeito

Gilberto Moita (...) O prefeito GM disse que sempre admirou CG (...) já tinha estreito relacionamento com o candidato a governador anteriormente. Admitiu ainda: 'Essa admiração estendeu-se ao governador TJ, que faz um governo sério, levando aos nossos municípios obras da maior importância (...) João Nunes, ressaltando ser pensamento da sua família, disse (...) 'CG tem a melhor proposta de governo e representa a seqüência de um trabalho que venceu velhos vícios da nossa política, garantindo competência, moralização e visão social para o Estado'. (DIÁRIO DO NORDESTE, 13 de julho de 1990).

Este acordo entre lideranças locais de Tianguá é apresentado por Byron Queiroz, coordenador político do governo, como um grande êxito dos "governos das mudanças":

uma conquista significativa porque sentaram-se à mesma mesa adversários de campanhas passadas, o que serve para solidificar o esquema político que votará em Ciro para governador e Beni para o Senado. O prefeito Gilberto Moita ao lado dos irmãos João e Tancredo Nunes, a que se deve somar mais 17 vereadores, formarão uma só força, num acordo que garantirá uma vitória tranqüila... (DIÁRIO DO NORDESTE, 13 de julho de 1990).

As adesões diziam respeito também a políticos do PMDB, partido que agora estava alinhado ao PFL e PDS na disputa pelo governo estadual, cujas lideranças eram os mesmos "coronéis" com quem o PMDB, e o antigo MDB, disputaram espaço na política cearense desde o período da Ditadura Militar. Com a saída do grupo tassista para o PSDB, o PMDB enfrentava os mesmos problemas dos outros partidos de oposição: a infidelidade de suas bases políticas:

Irauçuba hoje é um Município sem oposição. O prefeito e os 11 vereadores subiram na última segunda-feira ao palanque para anunciar apoio a Ciro, Lúcio e Beni. Ao PSDB somaram-se as lideranças até então no PFL, PMDB, PDS de tal forma que em três de outubro a chapa Geração Ceará Melhor não terá concorrente já que inexistente, desde ontem, oposição naquele município. (DIÁRIO DO NORDESTE, 30 de agosto de 1990. Grifos meus).

As dissidências entre o grupo tassista e o PMDB apareceram, para algumas lideranças do interior, muito mais como incoerências do PMDB, agora alinhado dos "coronéis", do que do grupo governista. Isto é evidente, por ocasião de um Comício em Barreiras, no Maciço de Baturité, quando o vereador do PMDB justifica sua adesão a Ciro Gomes:

Questionado sobre o fato de não temer penalidades, por parte do PMDB, o vereador Antônio Peixoto disse que a aliança Compromisso Ceará Verdade, feita pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro com outras agremiações, combatidas pelos peemedebistas, descaracterizou a história da agremiação. 'Infelizmente, hoje, o partido está aliado a outros que, durante seus governos, desvirtuaram administrações. É por isso que



continuamos mantendo nosso ideário de permanecer defendendo o processo de mudanças', disse. Segundo ele, em Barreira, se faz necessário pôr fim às oligarquias que ainda restam no Estado. (DIÁRIO DO NORDESTE, 16 de julho de 1990).

Certamente, contava para esse ritmo de adesões o fato de Ciro Gomes ser um candidato governista, o que foi reforçado, em vários momentos, quando ele acompanhava Tasso Jereissati em eventos de inauguração de obras, situações amplamente divulgadas nos jornais. A circunstância de ser governo, por sua vez, impôs a Ciro Gomes o esforço de resolver insatisfações que existiam nas bases aliadas, decorrentes do processo de modernização da máquina estatal. Como exemplo dessas insatisfações, é quando, nas convenções do PSDB, Tasso:

(...) foi cercado por um grupo de vereadores da bancada do partido em Fortaleza, que queria um maior estreitamento deles com a cúpula partidária: 'O problema é que há insatisfações e não queremos dispensar o grupo', declarou para Tasso o líder da bancada Pedro Ribeiro. (DIÁRIO DO NORDESTE, 09 de abril de 1990).

Essas insatisfações estavam também relacionadas às disputas por bases eleitorais. Algumas delas são mapeadas pelo próprio candidato Ciro:

O candidato do PSDB ao Governo do Estado afirma que não terá que administrar grandes conflitos nas bases eleitorais entre tucanos e pedetistas que detêm mandatos parlamentares. Ele reconhece que dentro do PSDB existem conflitos que terão de ser administrados, citando os casos do baixo Acaraú, com as lideranças de Domingos Fontes, e Manuel Duca, em Sobral Alexandre Figueiredo e Moésio Loyola, no Cariri Antônio Tavares, Raimundo Macedo e Manoel Salviano (...) Ele acredita que a eleição desses companheiros será possível, na medida em que for respeitado o espaço de cada um. Confessou que já dispõe de um mapa geopolítico do Estado e ficará sempre de alerta para dar um esforço àquele que num determinado momento estiver precisando da sua ajuda. (DIÁRIO DO NORDESTE, 17 de maio de 1990).

Como sugere Ciro Gomes, havia problemas também na aliança com o PDT. Esta foi apresentada, inicialmente, pelo presidente daquele partido, Hipérides Macêdo, como um reencontro de antigos aliados:

(...) os pedetistas estiveram ao lado de Beni Veras em duas campanhas. A primeira, não vitoriosa, que exigiu eleições diretas para o País e a segunda, posteriormente, que sensibilizou o Congresso Nacional a escolher, mesmo pela via indireta, o ex-governador Tancredo Neves (...). A postulação da aliança PSDB-PDT ao Senado Federal, conforme ressaltou, está à altura da coligação, das novas idéias e do povo cearense. 'Considero que ele traz uma análise da sociedade, que exige os tempos modernos, no sentido de redimensionar o papel do Estado', afirmou. (DIÁRIO DO NORDESTE, 05 de abril de 1990).

Essa aliança havia sido articulada por Lúcio Alcântara e é justificada por ele como consequência da inviabilidade de um acordo com os demais partidos de esquerda. Assim, o jornal Diário do Nordeste noticia a aliança PDT-PSDB da seguinte forma:

O deputado Lúcio Alcântara procurou mostrar as vantagens da coligação com os 'tucanos', já que não foi possível uma união com os demais partidos, notadamente os de esquerda, que não aceitavam o seu nome como cabeça de chapa. No entanto, não conseguiu convencê-los. Os vereadores disseram que suas bases não estão aceitando a coligação com o Cambéba e por isso eles não conseguiam digeri-la. (DIÁRIO DO NORDESTE, 23 de abril de 1990).

A aliança que estava sendo costurada, até aquele momento, deixara uma série de insatisfações entre os vereadores do PDT que, durante a gestão de Ciro Gomes na Prefeitura de Fortaleza, lhe fizeram oposição. Em um balanço feito pelo jornal Diário do Nordeste sobre a posição dos vereadores, é evidenciada a postura de dois vereadores do PDT quanto às eleições estaduais:

Mais da metade – 21 dos 41 vereadores – apóia a candidatura de Paulo Lustosa (...); 11 a de CG (...) cinco estão com João Alfredo (...); dois 'apóiam' Aguiar Júnior, do PRN e dois declaram que ainda não têm candidato, no caso Samuel Braga e Heitor Férrer, ambos do PDT (...) Samuel Braga, do PDT, diz que ainda está fazendo uma reflexão profunda sobre o seu apoio à coligação do seu partido (...) Isto apesar da ameaça direta feita pelo presidente pedetista, Hypérides Macedo de expulsar quem não apoiar a coligação. Declara que a sua cautela (...) se deve aos ecologistas (...) O líder Heitor Férrer diz que não está disposto a votar em CG porque sempre fez oposição a ele na Câmara Municipal e não seria coerente agora trabalhar por ele. (DIÁRIO DO NORDESTE, 08 de julho de 1990).

Como se pôde perceber neste balanço das alianças eleitorais da "Era Tasso" em 1990, quando Ciro Gomes foi eleito com 44,18% dos votos, existia uma série de problemas em torno de suas alianças eleitorais, sobretudo em relação ao PDT, a face mais progressista dessas alianças. Para compensar essas dificuldades, o candidato governista estabeleceu intensas articulações no interior do Ceará, visitando inúmeros municípios e procurando "aparar as arestas" que existiam no seu próprio partido, o PSDB. Neste momento, já aparecia como uma necessidade para a elite empresarial, a perspectiva de ampliar os laços com as lideranças no interior do Estado, não mais como mera relação de subordinação. Isto porque ao longo do primeiro governo Tasso, produziu-se uma grande insatisfação entre essas lideranças

em virtude da forma como eram tratadas, com certo descaso<sup>106</sup>. Neste sentido, a própria escolha do nome de Ciro, político moderno que vem de uma família tradicional e que viveu várias fases na política partidária, era a escolha ideal.

Se a escolha de Ciro Gomes ajudara a fortalecer as bases interioranas do PSDB no Ceará, contraditoriamente, sua saída para o Governo do Estado deixara um flanco aberto na luta política desse ciclo de poder: a Prefeitura de Fortaleza. Neste campo, a elite empresarial sofrerá seguidas derrotas, dificultando o seu pleno domínio no Ceará. Essas derrotas, em primeiro lugar, possibilitaram, com a liderança de Juraci Magalhães, o fortalecimento de setores do PMDB que foram alijados do poder pelo grupo do CIC, ainda no primeiro governo Tasso. Em segundo, as disputas na capital criaram também as condições para que lideranças do campo das esquerdas se projetassem na luta pelo poder político no Ceará, saindo de uma condição subordinada nas alianças, como é o caso de Inácio Arruda (eleito senador em 2006, ao derrotar o candidato de Tasso Jereissati, Moroni Big Torgan) e assumindo mesmo o protagonismo nas coligações. Neste caso, refiro-me a Luizianne Lins (eleita prefeita em 2004, e com bastante influência nas articulações políticas para as eleições de 2006 para o Governo do Estado, com a vitória de Cid Gomes) e mesmo, José Airton Cirilo que disputou a eleição de 2002 para o governo estadual.

De forma geral, as eleições de 1990 se caracterizaram pela necessidade de se fazer um arranjo entre as forças político-partidárias que se reuniram naquela aliança, bem como entre as diversas lideranças municipais e estaduais que disputavam o poder local em suas regiões. Neste sentido, a experiência política de Ciro Gomes foi decisiva, o que dificilmente poderia ter ocorrido em relação ao líder empresarial Sérgio Machado que pretendeu se candidatar naquele momento. Por sua vez, o ponto mais importante para aquela vitória eleitoral, além das referidas divergências internas que ocorreram entre os setores conservadores e os de esquerda, estava relacionado ao caráter governista do candidato Ciro Gomes. Naquela altura, o grupo do CIC já havia encampado diversas lideranças oriundas de outros partidos no PSDB, o que corrobora com a tradição histórica da política no Brasil.

---

<sup>106</sup> É conhecido o episódio em que, no primeiro governo de Tasso, os políticos ficavam aguardando durante horas na sala de espera do secretário de governo, Sérgio Machado, para serem atendidos. Esse fato foi amplamente explorado pela imprensa local (Cf. Parente, 1998: 49).

### **3.1.3. As Campanhas de 1994 e 1998: a hegemonia da elite empresarial se apóia cada vez mais nos segmentos oligárquicos e nos clãs políticos familiares.**

As campanhas eleitorais de 1994 e 1998 têm em comum o estabelecimento da hegemonia política da elite empresarial apoiada, cada vez mais, em segmentos oligárquicos e conservadores – reunindo mesmo os antigos adversários que estiveram com os “coronéis”, sobretudo a partir de 1998, agora plenamente identificados com os novos dirigentes. Por sua vez, essas campanhas também expressam a forte dependência do grupo ao nome de Tasso Jereissati, haja vista a dificuldade de surgimento de novas lideranças que compensassem a ampla capacidade de aglutinar votos daquela liderança, bem como as dificuldades do PSDB cearense em conciliar as disputas internas que viabilizasse outro candidato de consenso. Com isto, Tasso Jereissati se vê forçado a disputar a vaga de governador, em mais duas ocasiões (1994 e 1998), também porque não conseguiu fazer prevalecer sua liderança no âmbito nacional, sempre preterido nas disputas presidenciais por nomes do PSDB paulista. Em uma posição secundária em âmbito nacional, os “tucanos” do Ceará viveram situações ambíguas nas eleições presidenciais de 1998 e 2002. Naqueles momentos, Ciro Gomes (candidato pelo PPS) teve o apoio informal do grupo local em detrimento dos candidatos oficiais do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (1998) e José Serra (2002), o que criou problemas para a própria liderança nacional de Jereissati naquele partido.

As eleições presidenciais também trouxeram implicações para o quadro cearense de disputas, no tocante às coligações partidárias possíveis de serem construídas. De fato, em 1994, o então governador Ciro Gomes muito se esforçou para conduzir as alianças eleitorais do grupo tassista para a esquerda, em uma aliança que agregasse PT, PSB e PPS, além do próprio PDT. No caso dos petistas, além dos constrangimentos internos, como veremos, foi decisiva para a inviabilidade do referido acordo a decisão da executiva nacional em não aceitar a parceria. Isto porque já se estava estabelecendo o campo das disputas nacionais entre PSDB e o PT. Por sua vez, em 1994 e 1998, a aproximação entre o PSDB e o PFL em torno de Fernando Henrique Cardoso tencionou o grupo local a incluir esse partido em seu

leque de alianças, o que não ocorreu oficialmente, ainda que se mantivessem apoios isolados de lideranças daquele partido.

Em relação à perspectiva de aliança com o PT em 1994, cabe informar, ainda, os intensos debates gerados naquele partido durante o mês de abril, com posições diversas dentre dessa agremiação. As discussões foram provocadas a partir do momento em que o acordo passou a ser anunciado pelos jornais. Inicialmente, aparece como uma proposta de Lúcio Alcântara:

O vice-governador Lúcio Alcântara (PDT) defende coligação entre seu partido, o PSDB e o PT para a sucessão estadual (...) admite a hipótese de o PDT sair apenas com o PT na corrida sucessória. A idéia foi discutida (...) com o presidente regional do PT, José Nobre Guimarães, e secretário de Política Internacional do PT, Geraldo Acioly (...) (O POVO, 03 de abril).

Depois, é o próprio governador Ciro Gomes que se mostrou favorável a ampla aliança com aqueles partidos de esquerda, incluindo também o PSB:

Apesar das dificuldades provocadas pelo quadro nacional, diante da possível coligação entre PSDB e PFL, o governador Ciro Gomes está otimista quanto a uma coligação estadual entre o seu partido e o PT (...) Para ele, a coligação ideal seria (...) PSDB, PDT, PT, PSB, PL, PTB e PPS. (O POVO, 08 de abril).

Como as conversações entre lideranças locais do PT e Ciro Gomes avançavam, a Executiva Nacional se apressou a inviabilizar o acordo, tendo como justificativa as alianças nacionais que o PSDB estava construindo com partidos do campo da direita.

A Executiva Nacional do PT decidiu, ontem em São Paulo, vetar aliança com o PSDB no Ceará. O vice-presidente nacional, Rui Falcão, admitiu que o fato de o virtual candidato ao Governo ser o presidente do PSDB, TJ, pesou na decisão. 'A cúpula dos tucanos está tomando o caminho da direita (...)' Ele afirmou que o PT só aceitará coligação com o PSDB nos estados onde os tucanos romperem com a cúpula do seu partido (...) esta informação já foi dada a cearenses que se reuniram com ele e Luís Inácio Lula da Silva ... (O POVO, 16 de abril).

Naquele mesmo dia, o jornal O POVO informava da insatisfação que o veto da Executiva Nacional do PT havia causado entre algumas das lideranças locais, enquanto outras se posicionavam terminantemente contra a proposta de acordo que persistia:

(...) o dirigente da Executiva Estadual, José Nobre Guimarães, garante ter o aval de Lula (Presidente nacional da sigla) para defender a união com os

peessedebistas (...) Para Guimarães, houve 'precipitação' da Executiva, 'que deve recuar em sua decisão' (...) José Pimentel, dirigente do Diretório Municipal de Fortaleza, ressalta que não há a menor possibilidade de uma coligação com o PSDB no Ceará, 'centro das negociações de uma candidatura anti-Lula' (...) João Alfredo, representante da tendência Opção de Esquerda (esquerda do partido). Ele alega que se, em nível nacional, o nome de Lula estivesse sendo apoiado pelo PSDB, a questão poderia ser discutida no Estado. 'Só que o PSDB se afasta cada vez mais do PT'. (O POVO, 16 de abril de 1994).

A busca de acordo com o PT, naquela eleição de 1994, abre uma questão curiosa sobre a possível ressonância que o projeto de modernização da elite empresarial encontrava nesse partido. Este é um elemento que não pode ser investigado no âmbito dessa pesquisa, mas revela-se interessante quando se percebe a continuidade das políticas neoliberais pelo governo petista do presidente Luís Inácio Lula da Silva, sugerindo existir muito mais afinidade do que diferenças políticas entre os dois partidos em âmbito nacional (PT e PSDB). Para efeito da presente pesquisa, vale a pena apresentar a versão de Fernando Ximenes, da Secretaria de Governo na Gestão Ciro Gomes, sobre essa possível identidade, que ajudaria numa aliança local entre os dois partidos:

Encarregado pela Secretaria do Governo (...) Fernando Ximenes, 41, defende a formação de uma frente de centro-esquerda para a sucessão estadual. Essa frente, na sua opinião, deve ser liderada pelo ex-governador TJ (...)

OP – O sr. é favorável à formação de uma frente centro-esquerda aqui para a sucessão estadual, uma união dos tucanos com o PDT, PT, PSB e PC do B?

FX – Essa é a aliança ideal para o PSDB no Ceará e deve ser perseguida. Sem dúvida, trará grande salto de qualidade para o Estado. É a que melhor se coaduna com o projeto político que defendemos. (O POVO, 09 de abril de 1994).

Ainda sobre as alianças que estavam sendo costuradas, naquele momento, para a sucessão de Ciro Gomes, importa informar o caminho proposto por Tasso Jereissati. Este anunciou também a idéia de uma aliança progressista, sem indicar diretamente os partidos de esquerda:

(...) no Ceará, o desejo dos tucanos é fechar acordo político com forças progressistas (...) Descartou qualquer acordo com o PFL, PMDB, PP e PPR 'pois esses partidos estão apoiando um candidato definido', no caso o ex-Prefeito Juraci Magalhães (...) voltou a afirmar não estar certa sua candidatura ao Governo do Ceará. 'O meu desejo não é esse. Eu quero que surjam novas lideranças, que haja renovação. Sinceramente, eu não quero ser candidato' – disse Jereissati". (O POVO, 13 de abril de 1994).

Por sua vez, quando em visita ao município de Quixadá, governado pelo petista Ilário Marques, a própria assessoria do PSDB procurou divulgar as boas relações com a liderança do PT:

O prefeito de Quixadá, Ilário Marques (PT), disse, ontem, segundo a assessoria do PSDB, que a eleição de TJ ao Governo do Ceará, representa a continuidade da melhoria de vida da população (...) disse estar muito honrado pela visita de cortesia do candidato do candidato ao Governo do Ceará pelo PSDB, afirmando que foi eleito em 1992 para dirigir os destinos dos quixadaenses com o seu apoio... (DIÁRIO DO NORDESTE, 27 de julho de 1994. Grifos meus).

A despeito das inúmeras tentativas de alianças com a esquerda, que foram buscadas por Ciro Gomes e Lúcio Alcântara, a sucessão estadual no Ceará, mais uma vez, será polarizada entre a elite empresarial e os segmentos oligárquicos que foram aliados no poder e se mantinham em partidos como o PFL e o PMDB (TABELA 09).

**TABELA 09**  
**ELEIÇÕES GOVERNO DO CEARÁ – 1994**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

CANDIDATO	PARTIDO/COLIGAÇÃO	VOTOS	% NO ESTADO
TASSO JEREISSATI VICE: MORONI TORGAN	PSDB-PDT-PTB	1.368.757	43,80
JURACI MAGALHÃES VICE: ANTO. CÂMARA	PMDB-PFL-PPR-PP-PSD	930.407	29,78
JOAQUIM CARTAXO VICE: VALTON MIRANDA	PT-PPS-PSB-PC do B	5.753	2,42
ROSA FONSECA VICE: ACRÍSIO SENA	PSTU-PCB	72.395	2,32
EVALDO COSTA LINS VICE: EDLENE LINS	PRONA	26.819	0,86
VOTOS BRANCOS		86.445	15,57
VOTOS NULOS		64.209	5,26
TOTAL		3.124.785	100,00

FONTE: TRE-CE

A maioria dos partidos de esquerda, por sua vez, que já haviam se articulado nas eleições para o governo do estado em 1990, e ampliado sua aliança nos pleitos municipais de 1992, conseguem construir uma própria, dispensando aquela possibilidade de acordo que fora tentada por Ciro Gomes. O curioso é que essa aliança será viabilizada alguns anos depois, exatamente quando a “Era Tasso” já tinha cumprido seu papel histórico, no momento em que Ciro Gomes, já em aliança nacional com o PT do presidente Luís Inácio Lula da Silva, conseguiu eleger o seu

irmão, Cid Gomes, pelo PSB, numa ampla articulação com outros partidos de esquerda (PT, PC do B, PCB), além de partidos mais conservadores como PL e PMDB.

Como em outras eleições da “Era Tasso”, a campanha de 1994 foi marcada por significativas adesões de lideranças de outros partidos. Isto ocorreria também dada a crescente popularidade da candidatura de Fernando Henrique Cardoso devido ao Plano Real, tido por muitos analistas como o seu “grande eleitor”.

A aliança PMDB-PFL-PPR-PP, que vai apoiar a candidatura do ex-prefeito de Fortaleza, Juraci Magalhães (PMDB), ao Governo do Estado (...) vai ter como dissidente o deputado estadual Stênio Rios (PFL). Com a concretização da coligação nacional do PSDB e PFL, o parlamentar alega preferir ficar ao lado do PSDB. Para ele, os tucanos têm boas propostas a fim de colocar o Estado no rumo do progresso. ‘As idéias do PMDB são atrasadas’, diz (...) ‘as idéias do PSDB combinam com o que penso sobre compromisso político. (O POVO, 03 de maio de 1994).

A influência da campanha presidencial nas adesões em torno de Tasso Jereissati aparece mais claramente neste outro depoimento:

O deputado federal Ernani Viana (PP) aderiu ontem a candidatura do tucano Tasso (...) que é vice-presidente regional do Partido Progressista, declarou apoio a Jereissati, juntamente com o atual vice-prefeito de Caucaia, Jefferson Viana, e a ex-prefeita de Caucaia, Yara Guerra. O deputado prometeu a adesão de 50 vereadores filiados ao seu partido e disse que pretende ‘trabalhar’ pela adesão do deputado José Linhares (...) salientou no encontro com Tasso, que não existe divergência entre ele e o candidato peemedebista Juraci Magalhães. ‘Não é uma coisa pessoal. O Plano econômico elaborado por Fernando Henrique Cardoso é que está sendo implantado com seriedade, numa iniciativa que merece todo o nosso apoio’, comentou (...) Ernani foi eleito pelo PSDB em 90, rompeu com o partido e agora retorna ao ninho (...). (Idem, 19 de agosto).

Na campanha de 1998, quando disputaram a reeleição tanto o governador Tasso Jereissati como o presidente Fernando Henrique Cardoso, as contendas locais continuavam polarizadas entre o grupo tassista (PSDB) e o PMDB, em aliança principalmente com o PFL. Portanto, a aliança nacional entre o PSDB e o PFL pouco refletiu nas articulações políticas no Ceará. Isto sucedeu, em primeiro lugar, porque o apoio desse partido (PFL) era dispensável, haja vista a tendência sempre crescente de infidelidade partidária que garantia, em muitos municípios do interior, o apoio de lideranças tradicionais abrigadas nessa agremiação e no PMDB. De fato, quando a direção do PSDB definiu suas alianças eleitorais, as notícias de jornais



sugerem que havia esperança, por parte do PFL, de um acordo no Ceará que repetisse o quadro nacional:

A direção do PSDB já definiu os quatro aliados para a eleição estadual deste ano. Vão se juntar aos tucanos o PTB, PSD, PPS e PPB. Para um político tucano 'só não tem mais partidos porque o Cambéba rejeitou', numa alusão aos peemedebistas e pefelistas. (DIÁRIO DO NORDESTE, 15 de maio de 1998).

Um mês antes, quando ainda se discutia a formação das alianças, a direção do PSDB já indicava que não faria concessões para obter o apoio do PFL:

(...) o senador Beni Veras e o deputado Ubiratan Aguiar disseram (...) que o PSDB vai às urnas com chapa pura e, se algum partido quiser aderir, pode até fazê-lo, mas não terá direito a qualquer participação na chapa. Quando muito terá que se contentar em proclamar-se solidário ao projeto de governo do PSDB. Diante do duro recado (...) aos dirigentes do PMDB-PFL-PPB só cabe mesmo é a união das três legendas para, formando uma só chapa, enfrentarem o forte esquema tucano. (DIÁRIO DO NORDESTE, 16 de abril de 1998).

A disposição do grupo tassista, de não fazer concessões aos integrantes do PFL e PMDB, também já havia sido anunciada, no início de abril, pelo jornal O POVO: “Os tucanos não vão fazer esforços para oficializar uma nova União pelo Ceará. O PSDB sabe que, sem candidatos próprios, as bases do PMDB, PFL e PPB acabam caindo de pára-quadras no palanque dos tucanos”. (01 de abril).

**TABELA 10**  
**ELEIÇÕES GOVERNO DO CEARÁ – 1998**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PARTIDO/COLIGAÇÃO</b>	<b>VOTOS</b>	<b>% NO ESTADO</b>
TASSO JEREISSATI VICE: BENI VERAS	PSDB-PPB-PTB-PPS-PSD	1.569.110	47,54
GONZAGA MOTA VICE: JÚLIO VENTURA	PMDB-PFL-PSL-PST-PAN- PSDC-PRN	548.509	16,62
JOSÉ AIRTON CIRILO VICE: HEITOR FERRÉR	PT-PDT-PCB-PSB-PV-PC do B	347.671	10,53
REGINALDO MOREIRA VICE: PAULO MACIEL	PMN	18.304	0,55
VALDIR PEREIRA VICE: JACINTA SOUSA	PSTU	18.239	0,55
VOTOS BRANCOS		560.499	16,98
VOTOS NULOS		238.527	7,23
TOTAL		3.300.859	100,00

FONTE: TRE-CE

As promessas foram cumpridas: a chapa construída em 1998 contou, além do próprio Tasso Jereissati, com outro representante do núcleo originário do CIC, Beni

Veras como vice-governador, um claro indicativo da acumulação de forças da elite empresarial naquele momento, o que foi plenamente refletido nas urnas (**TABELA 10**).

Em segundo lugar, as alianças locais na campanha do PSDB foram construídas também considerando a antiga relação de Tasso Jereissati com Ciro Gomes, candidato à Presidência da República pelo PPS. Isto provocou reações dos tucanos no âmbito nacional e uma resposta curiosa do governador Tasso: “O governador TJ reagiu ontem às pressões de segmentos do PSDB nacional contrários à aliança estadual do partido com o PPS. ‘Isso não é problema de tucano nacional, isso é problema de tucano cearense’”. (O POVO, 19 de junho de 1998. Grifo meu). Por sua vez, o acordo com o PPS de Ciro Gomes também provocou situações curiosas nos palanques:

A vereadora Patrícia Gomes (PPS) e o prefeito de Sobral, Cid Gomes (PPS), vão estar no palanque do comício de TJ (...) No início da campanha, o presidente do PSDB no Ceará, Marco Penaforte, garantiu: ‘Subirá no palanque do PSDB somente quem pedir voto para Fernando Henrique’. Na semana passada, Tasso fez palestra na Fiec e disse que seria ‘uma injustiça FHC perder no Ceará’, devido ao número de obras do governo federal feitas no Estado. (O POVO, 29 de agosto de 1998. Grifo meu).

O Diário do Nordeste apresentou uma versão mais suave sobre a situação que envolvia a aliança local PSDB-PPS:

O comício em Sobral, reunindo ciristas e tassistas, foi marcado por uma natural preocupação tendo em vista os interesses conflitantes das duas áreas em termos de sucessão presidencial. Diante dessa expectativa nervosa é que dirigentes do PPS e do PSDB (...) limitaram o terreno em que deveriam andar, daí os tucanos respeitaram Ciro não falando em Fernando Henrique, enquanto os ciristas, em respeito a Tasso, não falaram no seu candidato (...) (03 de setembro de 1998).

De fato, toda essa situação não deixou de gerar problemas na antiga relação política que envolvia os dois governadores da “Era Tasso”:

(...) Ciro Gomes depois de afirmar que o candidato ao Senado Federal do PSDB, Luiz Pontes, e o vice Beni Veras, foram escolhidos por ele e Tasso, enfatiza que sua relação pessoal com o governador (...) não está ameaçada, ‘mas a relação política nunca mais será a mesma’. O candidato Ciro não diz, mas é fácil sentir que ele está incomodado com a coligação feita com o PSDB (...) Os seus amigos (...) sequer têm liberdade na campanha. (DIÁRIO DO NORDESTE, 15 de setembro de 1998).

Naquela ocasião, ainda assim, foi mantido, por parte de Ciro, o apoio à reeleição de Tasso: “O candidato do PPS usou o horário gratuito de ontem para pedir votos para

TJ. Reafirmou sua amizade com o governador e, principalmente, sugeriu ao eleitor que faça a dobradinha *Ciro-Tasso*". (O POVO, 30 de setembro de 1998).

Na análise da "Era Tasso", as duas eleições (1994 e 1998) sugerem o predomínio absoluto da elite empresarial do CIC na política cearense, um poder que só seria afetado ao final desta última gestão de Jereissati, quando o grupo já tinha sofrido inúmeras dissidências, bem como pelo fato das esquerdas terem adquirido força em âmbito nacional em virtude do desgaste do projeto neoliberal. Neste caso, as contradições geradas pela "modernização conservadora" no Ceará, inspirada naquele projeto, também já anunciavam seu esgotamento.

Entretanto, ao longo de seu percurso político, as elites empresariais, que haviam se organizado no CIC, mantiveram um discurso de que estavam cumprindo um importante papel para o desenvolvimento do Ceará. Isto ocorreu, especialmente, em 1998, quando Tasso disputou a eleição com o ex-governador Gonzaga Mota, naquele período lançado pelo PMDB. Os resultados eleitorais foram significativos (Tasso venceu no primeiro turno com 47,54% dos votos e, mesmo em Fortaleza, obteve 45,3% do total da votação, contra 22,4% de José Airton do PT), de que a população cearense não apostava mais nas antigas lideranças políticas do Estado e que Tasso ainda conseguia expressar a dimensão de "novo", "moderno". Nesse sentido, Tasso Jereissati parece ser a eficiente produção de uma imagem "irreal", quando se analisa que ao seu lado estão exatamente as antigas figuras que governaram este estado federativo há décadas<sup>107</sup>, como veremos no próximo item deste capítulo.

---

<sup>107</sup> "Ao apresentar dados sobre os componentes do grupo de deputados prestes a acompanhar o governador Tasso Jereissati no 'vão ao ninho tucano', o experiente político cearense, Aquiles Peres Mota, encontra um ponto convergente na carreira da grande maioria. À exceção de Luís Pontes e Gomes Farias, identificados com o PMDB desde a época do MDB, todos os demais estiveram ligados, em passado recente, aos chamados "Coronéis" da política estadual." (AQUILES lembra ligações com os coronéis, O POVO, 17 set. 1990).

### **3.2. O Perfil e o Comportamento Político dos Aliados Eleitorais: “velhos” sujeitos políticos na “nova política” da elite empresarial do CIC**

Após a exposição geral das forças políticas presentes em cada campanha eleitoral para o governo estadual cearense de 1986 a 1998, nesta segunda parte do capítulo que trata das alianças eleitorais da “Era Tasso”, irei apresentar uma amostra empírica dessas alianças. Para tanto, considereirei como sujeitos representativos para esta análise os deputados estaduais eleitos, naqueles respectivos períodos, pelos partidos que compuseram as coligações de Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

A escolha desse sujeito empírico se pauta, em primeiro lugar, na compreensão da sua importância na canalização de votos para as candidaturas majoritárias, por representarem um dos pontos mais significativos das redes de acordos políticos que se estabelecem a cada pleito eleitoral e que envolve desde as lideranças locais, os candidatos majoritários (governador, senador e presidente) e os candidatos a deputado federal. De fato, um candidato a deputado federal se articula com um grupo de candidatos a deputado estadual pertencentes a regiões diversas do Estado, compartilhando entre eles fatias de votos e recursos financeiros, prática conhecida no meio político como “dobradinhas”. Estes últimos candidatos a deputados estaduais, por sua vez, se apóiam em um grupo de prefeitos e vereadores ou lideranças das oposições em âmbito municipal, criando uma articulação em busca de votos e outras formas de contribuição político-eleitoral, como apóio logístico e militância política.

Quando eleitos, tanto os deputados estaduais como os federais costumam retribuir, com incentivos diversos, àquelas lideranças locais e suas bases, sobretudo com a apresentação de emendas parlamentares<sup>108</sup> dirigidas àquelas áreas em que

---

<sup>108</sup> Se esta é uma prática comum na política brasileira, ainda que não se restrinja à realidade nacional (BEZERRA, 1999), nem sempre ocorre de forma explícita. Assim, chama atenção o fato recente do governador Cid Gomes anunciar que teria disponibilizado R\$ 500 milhões do orçamento estadual deste ano para os deputados estaduais utilizarem para suas emendas, de acordo com as prioridades por eles estabelecidas. Esta situação provocou debate na imprensa cearense, anunciando que não é uma prática bem aceita por setores intelectuais e das classes médias, ainda que se reflita de modo positivo para os deputados diante de suas bases eleitorais. Nesse sentido, está correta a análise apresentada por Bezerra: “E se, de modo geral, essa prática é pensada como tradicional e atrasada, do ponto de vista dos eleitores e das lideranças locais, ela é associada à competência do parlamentar.” (Op. cit.: 43).

obtiveram resposta eleitoral. Isto também pode ocorrer em outro sentido: captar apoios em outras áreas propensas onde podem vir a ser votados em períodos eleitorais posteriores. Outros tipos de incentivos que os deputados estaduais e federais costumam realizar em suas bases eleitorais são o atendimento de pedidos particulares, como indicação de pessoas para cargos no próprio gabinete legislativo ou para diversos órgãos governamentais, quando é o caso de deputado da base de apoio do governo. Portanto, essa rede de alianças que se estabelece nos momentos eleitorais é provocada, e continua a se manter na cultura política nacional, em função da existência das “trocas políticas”.

Esta prática foi objeto de interessante estudo de Marcos Otávio Bezerra que considerou a dinâmica que envolve os membros do Congresso Federal e suas bases eleitorais. Este estudioso identifica que:

(...) parcela significativa de deputados e senadores, em graus diferentes, atribui importância e mobiliza parte de suas energias para o atendimento de pedidos de caráter particularista (...) proveniente do que designam suas bases eleitorais (...) Não é uma prática exclusiva de membros de partidos ditos de ‘direita’ (ou ‘conservadores’) ou de parlamentares eleitos por estados ‘atrasados’ (ou ‘pobres’. (BEZERRA, 1999: 11-13).

Nesse sentido, a própria realização dos mandatos fica marcada pelos compromissos e apoios firmados durante o período das campanhas eleitorais:

(...) é comum os parlamentares, assim como os funcionários de seus gabinetes, estabelecerem uma distinção entre duas frentes de atuação. A primeira, remete propriamente às atribuições legislativas. A segunda, às ações dirigidas para as bases eleitorais. (Idem: 37).

No caso dos deputados estaduais, ainda que não façam parte das análises realizadas por Bezerra, a situação não é diferente e, acredito, seja prática mais intensa em virtude da proximidade com suas bases eleitorais. Uma averiguação dessa afirmativa pode ser feita com rápidas passagens na Assembléia Legislativa do Ceará ou de outros estados federativos, quando se percebe a presença constante dessas lideranças políticas locais e/ou assessores, bem como de outros tipos de apoiadores dos deputados, inclusive de lideranças sindicais e de outros movimentos sociais quando se trata de deputados de partidos de esquerda.

Portanto, essas redes das “trocas políticas” se iniciam desde os primeiros momentos das campanhas eleitorais e se estendem durante todo o período da realização dos mandatos, ainda que impliquem novos acordos e rupturas de

alianças anteriores. Assim, essas redes representam, em linhas gerais, as possibilidades abertas pela política no sentido de se constituir as forças políticas necessárias tanto em relação ao bom desempenho eleitoral, quanto à própria realização de projetos políticos que se viabilizam a partir dos governos e de suas relações com os mandatos legislativos. Por sua vez, essas redes de apoio mútuo podem, ainda, se sobrepor à própria organização partidária e suas orientações político-ideológicas, fortalecendo as práticas políticas tradicionais e/ou constituindo novos parâmetros nas relações entre candidatos. Com tudo isto, pode-se verificar a complexidade e a importância que envolve o apoio de um candidato a deputado estadual (ou um deputado estadual com mandato anterior que busca a reeleição) às candidaturas majoritárias, situação analisada nesta tese.

Em segundo lugar, a escolha dos deputados estaduais governistas para este estudo se deve exatamente ao fato de que eles constituem representações políticas importantes, exatamente, devido à proximidade com as bases político-eleitorais, o que se reveste de enorme peso nos momentos das campanhas eleitorais. Isto ocorre, sobretudo, em relação àqueles deputados que têm seus “redutos eleitorais” consolidados, o que os torna alvo de interesse dos vários candidatos a deputado federal e a cargos majoritários, como anunciado na primeira parte deste capítulo. Estou considerando como “reduto eleitoral”, a definição de Barry Ames:

(...) um deputado domina um grupo de municípios contíguos. A dominância pode ter várias causas. O candidato pode pertencer a uma família de longa preeminência econômica ou política numa determinada região; ele pode ter iniciado sua carreira política exercendo cargos locais; ou pode ter feito um acordo com caciques locais. (2003:67).

Como poderemos ver mais adiante, um número significativo dos deputados estaduais aliados da “Era Tasso” se enquadra nos três critérios apresentados por Ames para definir a dominância sobre um reduto eleitoral. Portanto, a análise do perfil e do comportamento desses aliados do grupo empresarial do CIC torna-se representativa também por evidenciar a sua força política, sobretudo em âmbito local, reforçando a importância dessa alternativa para o presente estudo.

Em terceiro lugar, a escolha dos deputados estaduais governistas, a fim de melhor traduzir a eficácia dos aliados nas campanhas eleitorais da “Era Tasso”, deve-se também ao fato de se instituírem como aqueles sujeitos políticos que mais de perto acompanham a dinâmica do exercício do poder e por esta são afetados.

Por um lado, a permanência de apoio por vários períodos de governo, como é o caso de inúmeros deputados aliados da “Era Tasso”, sugere que a aliança satisfaz tanto ao governante como ao seu aliado político e deve ter se refletido nas urnas para ambos os lados, além de traduzir o tipo de respaldo político-partidário desses governos durante sua realização enquanto poder. Por outro lado, a observância dos aliados governistas em cada período eleitoral, o que se refletiu na Assembléia Legislativa, contribui para analisar as alterações ocorridas tanto em termos mais gerais desses governos, das articulações político-partidárias, como na manutenção ou ruptura de sujeitos individuais que passaram a compor a base de apoio governista ou dela se desligaram em determinado momento, como ocorreu, sobretudo, no governo Tasso I. Acrescente-se, nesse caso, que as oscilações na base governista dizem respeito também às mudanças políticas mais gerais, como o fato dos “governos das mudanças” terem se tornado mais conservadores ao longo de todo o período que corresponde ao ciclo de hegemonia, fazendo com que antigos adversários, em especial os aliados dos “coronéis”, em momentos eleitorais posteriores passassem a compor suas forças eleitorais.

Com base nos critérios acima elencados, este estudo pretende refletir o perfil e o comportamento políticos dos aliados da “Era Tasso”, amparando-se, portanto, em uma amostra selecionada, o que não esgota o universo desses aliados eleitorais. Tal universo inclui outros políticos que participaram das campanhas sem disputarem votos para si: lideranças empresariais e de várias instâncias da sociedade civil com atuação destacada nos comitês de campanha; funcionários públicos com cargos de confiança; rede de militantes que atuam nos partidos, em especial, os “cabos eleitorais” profissionais. Todos esses outros sujeitos têm sua devida importância na constituição da “Era Tasso” como um ciclo de hegemonia. Entretanto, meu estudo não poderia esgotar a análise de universo tão vasto e heterogêneo. Tudo isto reforça a escolha realizada em torno dos deputados estaduais, pela centralidade que ocupam na dinâmica política brasileira.

Antes de iniciarmos a análise dos dados obtidos a partir da relação desses deputados estaduais e de pesquisa bibliográfica e documental, cabem ainda, algumas considerações de ordem metodológica:

1º) na definição empírica dessa amostra, busquei apenas aqueles deputados que foram eleitos pelos partidos coligados em torno de Tasso Jereissati e Ciro Gomes,

ainda que se saiba do apoio efetivo recebido por políticos de outros partidos durante as referidas eleições, como ficou claro no primeiro momento deste capítulo;

2º) quando procedi à sistematização dos dados por ano eleitoral, levei em conta apenas aquele momento de efetiva participação do deputado na coligação eleitoral do referido período. Isto teve como consequência que alguns sujeitos que depois vieram a apoiar Tasso e Ciro, bem como aqueles que romperam a aliança, só tiveram seus dados computados na análise do período em que foi formalizada a aliança eleitoral;

3º) Para realizar a análise do perfil e do comportamento político desses deputados que estou chamando de aliados eleitorais, o que farei me pautando em algumas categorias que elegi, considereirei o conjunto dos 74 deputados eleitos ou reeleitos ao longo das quatro eleições que compõem a “Era Tasso”, de acordo com as listagens do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/CE, incluindo suplentes que assumiram o mandato por um considerável tempo. Os nomes de todos os deputados que compõem a amostra estão expostos no **Tabela 11**, em anexo. Este quadro indica o(os) período(os) em que foram eleitos e o(os) partido (os) respectivo(os);

4º) embora o foco da análise seja aquele período que corresponde à “Era Tasso”, também atentei para outras informações pertinentes a mandatos anteriores e/ou posteriores àquele período, quando era o caso. Isto foi de suma importância para se perceber as oscilações na política cearense, quer dizer, a participação de políticos nas bases governistas em períodos distintos de poder. Isto ocorreu tanto em relação ao ciclo dos “coronéis”, à “Era Tasso” e aos governos posteriores, de Lúcio Alcântara e Cid Gomes.

5º) o conjunto das informações analisadas foram buscadas em Coletânea da Assembléia Legislativa e em jornais locais. Ressalto, entretanto, a imensa dificuldade para a obtenção dessas informações não apenas pela sua escassez, mas também pela dispersão de dados, o que implicou na omissão de alguns elementos, quando não se obteve fonte segura.

Um primeiro aspecto que chama a atenção quando se verifica o perfil do conjunto dos aliados políticos da “Era Tasso”, envolvendo todos os períodos eleitorais (**Tabela 11**), é sua dimensão elitista, que pode ser captada pelo critério ocupação e formação profissional. Em geral, esses deputados têm formação



universitária, o que é sugerido pelas profissões exercidas, destacando-se: médicos (13,51%) advogados (12,16%), outros profissionais da área de saúde (enfermeiro, veterinário, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e psicólogo) com 8,1%, dentre outros.

Por sua vez, a ocupação profissional que mais se destaca para todo o conjunto é a de empresário, com 33,78%. Neste caso, esta atividade foi priorizada, mesmo quando era indicada uma formação profissional, porque pressuponho o predomínio desta condição frente a outra forma de manutenção de renda via exercício profissional. Ainda na **Tabela 11**, é significativa dessa tendência elitista de recrutamento dos deputados a profissão de professor universitário que aparece com 4,01%.

**TABELA 11**  
**PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS DA “ERA TASSO”**<sup>109</sup>  
Fortaleza/Ceará  
Agosto de 2007

PROFISSÃO./OCUPAÇÃO	TOTAL	
	N	%
Advogado	09	12,16
Empresário	25	33,78
Radialista	03	4,01
Engenheiro	04	5,41
Agrônomo	02	2,70
Contabilista/contador	01	1,35
Médico	10	13,51
Sociólogo	01	1,35
Enfermeiro	01	1,35
Prof. Universitário	03	4,01
Professor	02	2,70
Militar	01	1,35
Psicóloga	01	1,35
Jornalista	01	1,35
Odontólogo	01	1,35
Economista	02	2,70
Veterinário	01	1,35
Terapeuta Ocupacional	01	1,35
Consultor organizacional	01	1,35
Fisioterapeuta	01	1,35
Não identificado	03	4,01

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagens de eleitos do TRE/CE

Quando se realiza a análise por período eleitoral (**Tabela 12**), quer dizer, levando-se em conta a proporção de cada profissão/ocupação em relação ao número de deputados aliados de cada pleito, observa-se o predomínio de algumas

<sup>109</sup> Considerei apenas uma ocupação ou formação profissional para compor essa tabela, em geral a que mais identificava o deputado, ainda que se possa encontrar mais de uma informação sobre este aspecto.

profissões, como de advogado e médico. O primeiro caso destaca-se, sobremaneira, na eleição de 1986 (30,0%), tendo também participação significativa nos pleitos de 1990 e 1994, com 20,0% e 15,67%, respectivamente.

**TABELA 12**  
**PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS DA “ERA TASSO”, POR PERÍODO**  
**ELEITORAL (DE 1986 A 1998) <sup>110</sup>**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>PROFISSÃO/OCUPAÇÃO</b>	<b>1986</b> <b>N</b>	<b>1990</b> <b>N</b>	<b>1994</b> <b>N</b>	<b>1998</b> <b>N</b>
Advogado	09 (30,0)	06 (20,0)	05 (15,63)	03 (8,11)
Empresário Urbano	08 (26,67)	06 (20,0)	07 (21,88)	13 (35,14)
Empresário Agronegócio	02 (6,67)	03 (10,0)	04 (12,5)	03 (8,11)
Radialista	03 (10,0)	02 (6,67)	02 (6,25)	02 (5,41)
Engenheiro	02 (6,67)	02 (6,67)	02 (6,25)	02 (5,41)
Agrônomo	01 (3,33)	03 (10,0)	01 (3,13)	-
Contabilista/contador	02 (6,67)	02 (6,67)	02 (6,25)	01 (2,7)
Médico	02 (6,67)	05 (16,67)	05 (15,63)	07 (18,92)
Sociólogo	-	-	-	01 (2,7)
Enfermeiro	01 (3,33)	-	-	-
Prof. Universitário	02 (6,67)	02 (6,67)	01 (3,13)	01 (2,7)
Professor	03 (10,0)	01 (3,33)	02 (6,25)	01 (2,7)
Administrador	02 (6,67)	01 (3,33)	02 (6,25)	03 (8,11)
Militar	01 (3,33)	01 (3,33)	01 (3,13)	01 (2,7)
Psicóloga	-	-	-	01 (2,7)
Jornalista	01 (3,33)	-	-	-
Odontólogo	01 (3,33)	01 (3,33)	01 (3,13)	02 (5,41)
Farmacêutico	-	-	-	01 (2,7)
Economista	-	02 (6,67)	01 (3,13)	02 (5,41)
Veterinário	-	01 (3,33)	01 (3,13)	-
Terapeuta Ocupacional	-	-	-	01 (2,7)
Consultor organizacional	-	01 (3,33)	01 (3,13)	01 (2,7)
Publicitário	01 (3,33)	-	01 (3,13)	02 (5,41)
Fisioterapeuta	-	-	-	01 (2,7)
Não identificado	-	-	02 (6,25)	02 (5,41)
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>32</b>	<b>37</b>

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

O segundo caso, de médico, tem participação importante nas eleições de 1990 e 1994, com 16,67% e 15,63%, embora sem ultrapassar a de advogado. Isto só ocorre no pleito de 1998, quando a participação de médico em relação ao total de deputados daquele período chega a 18,92%, enquanto advogado cai para 8,11%. Esses números, sobre a presença de médicos na política cearense durante a “Era Tasso”, coadunam-se com a análise já realizada por Rodrigues, identificando que:

(...) a própria atividade médica (em hospitais públicos e outras instituições de saúde, além de postos importantes em órgãos do Estado ligados à rede

<sup>110</sup> Nessa tabela foram consideradas uma ou mais ocupação, de acordo com o registro de informações sobre os deputados, ultrapassando o total de 100%

de saúde) pode ser um bom trampolim para a entrada na vida pública. O Brasil, aliás, possui tradição de ter médicos entre grandes chefes políticos. (Op. cit.: 47).

Se essas duas profissões dividem o ambiente de recrutamento de deputados da base aliada dos “governos das mudanças” em todo o período estudado, a atividade empresarial continua se destacando: aquelas relacionadas ao setor urbano se projetam em todas as eleições, assumindo proeminência na de 1998 (35,14%), enquanto a de agronegócio, naquele momento, obtém o percentual de 8,11. Por sua vez, se agregarmos os dois ramos da atividade empresarial, esta aparece como a fonte de maior recrutamento da base aliada da “Era Tasso”, com 43,25% naquela eleição de 1998, e ultrapassando a casa dos 30,0% nas demais.

Esse dado sobre a importância de empresários como aliados eleitorais da “Era Tasso” não causa surpresa, haja vista estarmos analisando um período da política cearense em que esse segmento de classe assume protagonismo na condução do governo estadual. Mas devemos lembrar que essa tem sido, na história brasileira mais recente, uma importante área de recrutamento das representações parlamentares. De fato, em estudo realizado por Leôncio Martins Rodrigues se identificam quatro importantes segmentos profissionais e ocupacionais para esse recrutamento: “1) o empresarial; 2) as profissões liberais; 3) o magistério e 4) a alta burocracia pública”. (2006:38). Portanto, o Ceará segue a tendência nacional de uma maior presença de empresários nos espaços de representação política.

Ainda que o estudo de Rodrigues reporte-se ao recrutamento de deputados federais, a mesma conclusão a que chega é compatível com os dados encontrados nesta pesquisa, de que a representação parlamentar não é franqueada a qualquer cidadão, mas está relacionada a determinadas condições de acesso à própria política, o que pode ocorrer através da atividade profissional/ocupacional. O recrutamento político, entretanto, não se esgota na atividade profissional em si, importando muito os canais de socialização da política como a própria militância partidária e, no caso brasileiro, os vínculos familiares.

(...) a probabilidade de acesso de um brasileiro à Casa de Todos os Brasileiros, na condição de deputado, é significativamente maior para alguns segmentos ocupacionais e menor para outros (...) as profissões manuais e de baixo ‘status’ não se encontram presentes significativamente nos Legislativos de todo o mundo. Em outros termos: algumas categorias socioprofissionais não conseguem fazer-se representar por pessoas saídas do próprio meio e também não é seguro que os que vêm de um lado social,

profissional ou ocupacional, se comportem, quando eleitos e distantes de suas origens e regiões, como 'representantes' ou, ainda, que sejam melhores representantes do que outros, de outra origem social (...) Do ponto de vista social, os que entram na política vêm geralmente de certos círculos profissionais e familiares que proporcionam uma socialização política informal desde muito cedo e que desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder. (Op. cit.: 35-36. Grifo meu).

O que é significativo, de todo esse levantamento sobre as atividades ocupacionais e profissionais dos aliados da “Era Tasso”, é o fato de não se identificar uma ampliação da base de recrutamento em todo o período estudado, expressando a mesma tendência elitista desde a primeira até a última eleição desse ciclo de hegemonia. Isto é mais surpreendente quando se considera a participação de setores populares na primeira eleição de 1986 como aliados políticos, com a presença dos partidos comunistas (PC do B e PCB). Esta participação, entretanto, não se refletiu na escolha de representantes parlamentares mais identificados com esses setores e com aqueles partidos<sup>111</sup>. Ademais, quando se leva em conta o crescimento da presença de deputados ligados a atividades empresariais, nas duas últimas eleições (1994 e 1998), conclui-se por uma maior seletividade nas formas de recrutamento desses aliados, exatamente em um período de consolidação deste ciclo de hegemonia e de menor competitividade nos processos eleitorais.

**TABELA 13**  
**NÚMERO DE MANDATOS DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS ASSUMIDOS DURANTE A “ERA TASSO”, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NÚMERO DE MANDATOS	ELEITOS NO PERÍODO DE 1986 A 1998	
	N	%
01	33	44,60
02	22	29,73
03	11	14,87
04	08	10,81

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

A força política dessa elite que forma a base de aliados da “Era Tasso” pode ser mensurado através de vários indicadores. Em primeiro lugar, quando se constata

<sup>111</sup> O PC do B não apresentou candidato para deputado estadual, e concorreu com apenas um nome para a disputa por vaga de deputado federal na coligação. Trata-se aqui de Inácio Arruda que obteve 18.480 votos e ficou na 7ª suplência. O PCB compareceu na disputa eleitoral com 02 candidatos a deputado estadual, com o seguinte resultado: Maria da Natividade Rocha teve 2.832 votos e Luciano Barreira 1.295. Estes resultados ficaram bem distantes da votação do último deputado eleito pelo PMDB: Raimundo Gomes Farias (15.689).

que a maioria foi eleita para mais de um mandato (55,41%) somente durante a “Era Tasso” (**Tabela 13**). Observando-se aqueles que exerceram 03 ou 04 mandatos nesse período (concentrando-se nas quatro eleições desse ciclo de hegemonia), chega-se ao percentual de 25,68. Por conseguinte, os “governos das mudanças” puderam sempre contar com uma significativa base aliada para a realização de seu projeto de modernização conservadora, como também ter importante apoio durante as campanhas por contar com essa notável força política de lideranças no estado.

Em segundo lugar, a força política deve-se também ao fato de que esses aliados já haviam exercido mandatos antes da primeira eleição de Tasso Jereissati ou permaneceram naquela casa depois do último mandato que corresponde àquele ciclo de hegemonia. De um lado, a partir da **Tabela 14**, quando se inclui na análise somente os períodos anteriores à “Era Tasso”, identifica-se que 25,68% do conjunto desses aliados já tinham algum mandato e, portanto, não eram estreantes na Assembléia Legislativa. Nesse grupo, também se pode verificar que 9,46% já tinham dois ou mais mandatos em seus currículos antes mesmo do início desse ciclo de hegemonia. Constituíam, dessa forma, uma base de lideranças com forte presença na política cearense.

**TABELA 14**  
**NÚMERO DE MANDATOS DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS ASSUMIDOS ANTES DA “ERA TASSO”, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS**  
Fortaleza/Ceará  
Agosto de 2007

NÚMERO DE MANDATOS	ELEITOS NO PERÍODO DE 1986 A 1998	
	N	%
01	12	16,22
02	04	5,41
03	01	1,35
04 OU MAIS	02	2,70
TOTAL	19	25,68

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

De outro lado, na **Tabela 15**, identifica-se que 44,6% do conjunto de aliados políticos permaneceu naquela casa (ou retornaram logo depois) após o período que caracterizamos por “Era Tasso”, sendo que 24,32% para mais um mandato, enquanto 20,27% foram eleitos para mais dois mandatos no poder legislativo cearense.

**TABELA 15**  
**NÚMERO DE MANDATOS DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS ASSUMIDOS DEPOIS DA “ERA TASSO”, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NÚMERO DE MANDATOS	ELEITOS NO PERÍODO DE 1986 A 1998	
	N	%
01	18	24,32
02	15	20,27
TOTAL	33	44,6

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Para se averiguar a força política desses deputados, em terceiro lugar, é possível mensurar todos os mandatos exercidos em diversos períodos (eleições anteriores, durante e posteriores à “Era Tasso”), constando-se que 82,43% desses aliados políticos marcaram presença no Legislativo cearense em mais de 01 mandato, e 59,46% o fizeram em mais de dois, como demonstram os dados da **Tabela 16**. De forma geral, portanto, estamos tratando de lideranças políticas que mantêm fortes relações com suas bases eleitorais, quer dizer, possuem grande dominância sobre seu “reduto eleitoral”. E isto ocorre não apenas pela capacidade de serem eleitos, de forma repetida, para o poder legislativo cearense, mas também por ampliarem seus currículos com outras formas de representação política.

**TABELA 16**  
**NÚMERO TOTAL DE MANDATOS DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS DA “ERA TASSO”**  
**ASSUMIDOS EM PERÍODOS DIVERSOS**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NÚMERO DE MANDATOS	ELEITOS NO PERÍODO DE 1986 A 1998	
	N	%
01	13	17,57
02	17	22,97
03	18	24,32
04	14	18,92
05 OU MAIS	12	16,22
TOTAL	74	100,00

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

De fato, essa dominância também ocorre pelo fato de muitos terem deixado aquela casa para seguirem carreiras de deputados federais e senadores<sup>112</sup> ou como

<sup>112</sup> Incluem-se, nessa situação, os deputados Carlos Cruz e Pinheiro Landim, bem como os senadores Luís Pontes e Patrícia Saboya. Observe-se que Luís Pontes, ao término de seu mandato no Senado Federal, novamente se candidatou para a Assembléia Legislativa, com desempenho

prefeitos de suas cidades, como se pode examinar na **Tabela 17**. Sua força política também pode ser atestada pelo fato de terem sido indicados para assumir outros cargos públicos, registrando sua força inclusive junto às suas instâncias partidárias. Neste caso, observa-se que 81,08% dos aliados da “Era Tasso” ocuparam outros cargos políticos ou foram eleitos para outros mandatos além daqueles exercidos na Assembléia Legislativa.

**TABELA 17**  
**EXISTÊNCIA OU NÃO DE CARGOS E/OU OUTROS MANDATOS ALÉM DE DEP. ESTADUAL**  
**DOS ALIADOS DA “ERA TASSO”, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

EXERCERAM OUTROS CARGOS E/OU MANDATOS		NÃO EXERCERAM OUTROS CARGOS E/OU MANDATOS (OU NÃO CONSTA REGISTRO)	
TOTAL		TOTAL	
N	%	N	%
60	81,08	14	18,92

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

No caso de 51,35% do conjunto desses aliados, isto ocorreu depois do exercício do mandato legislativo, como demonstrado na **Tabela 18**. Isto significa que alguns deputados seguiram outras carreiras no Legislativo, como já apontado, enquanto alguns disputaram e conquistaram mandatos no poder executivo em âmbito municipal e outros, quando não eleitos, foram chamados a ocupar cargos em esferas diferentes do poder executivo, como ocorreu inclusive com ex-aliados de Tasso Jereissati<sup>113</sup>.

O deputado, durante o exercício de seu mandato, também pode ser convocado para cargos públicos, o que ocorreu com 18,92% desses aliados. Em geral, o deputado se afasta para assumir um posto de destaque no governo estadual como o de secretário, cujo exemplo mais típico é o de Mauro Benevides Filho que nunca exerceu o mandato estadual por completo na medida em que, seguidas vezes, foi convocado para esse posto no Executivo estadual. Também ocorrem situações de exercício de outros cargos entre dois ou mais mandatos de deputados, o que sucedeu com 12,16% do conjunto de aliados. Esta situação costuma ocorrer

---

pouco satisfatório o que lhe garantiu apenas uma suplência. Ainda assim, Pontes assumiu uma cadeira no Legislativo cearense com a ida do Deputado Marcos Cals para a Secretaria de Justiça.

<sup>113</sup> Dois exemplos são sugestivos dessa realidade. Um trata-se do ex-deputado Barros Pinho que, após sua saída da base de apoio de Tasso Jereissati, ocupou diversos cargos na Administração do prefeito Juraci Magalhães do PMDB. Outro exemplo é do ex-deputado Eudoro Santana que, depois de três mandatos no Legislativo cearense, já sendo oposição aos “governos das mudanças”, foi indicado para a Superintendência do INCRA, no primeiro governo Lula.

com deputados que disputam e vencem as campanhas para prefeituras cearenses, como veremos adiante. Nas duas situações, se identifica um reconhecimento político, ou até mesmo de caráter técnico, ao referido aliado, o colocando em situação de extremo prestígio. O mais significativo para nossa pesquisa, é a identificação de que 75,68% desses deputados já tinham ingressado na política através do exercício de outros mandatos e/ou de cargos públicos. Em outros termos, esses aliados da “Era Tasso” já tinham reconhecimento por suas atuações no âmbito político e/ou haviam construído forte dominância eleitoral.

**TABELA 18**  
**ALIADOS DA “ERA TASSO” COM CARGOS OCUPADOS E/OU OUTROS MANDATOS ALÉM DE DEP. ESTADUAL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS<sup>114</sup>**

Fortaleza/Ceará  
Agosto de 2007

ANTES DO MANDATO		ENTRE MANDATOS		DEPOIS DO MANDATO		DURANTE MANDATO	
TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
N	%	N	%	N	%	N	%
56	75,68	09	12,16	38	51,35	14	18,92

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Em geral, a força político-eleitoral desses deputados, quer dizer, sua dominância política, é decorrente de uma presença mais constante na esfera política, sobretudo no âmbito municipal. Esta conclusão é possível quando se observa na **Tabela 19** que 58,12% do total de aliados da “Era Tasso” já havia sido eleito ou ocupado cargos nos municípios antes do mandato de deputado estadual. No caso de prefeitos e vice-prefeitos, o índice alcança 35,13%, enquanto o de vereadores chega a 13,51%. Essa preocupação em se fazer presente na esfera municipal, inclusive pelo poder que representa para os diversos políticos, provoca o retorno de número expressivo de deputados para as prefeituras depois de concluído o mandato no Legislativo ou entre dois mandatos naquela casa. No primeiro caso, identifica-se que 18,92% desses aliados assumiram mandatos de prefeitos e 2,70% de vice-prefeito. No segundo caso, de ocupar cargos entre os mandatos de deputados estaduais, tem-se a freqüência de 8,12% que o fizeram na condição de prefeito.

Duas outras situações são expressivas da força política de deputados estaduais da base aliada dos empresários do CIC, o que, em geral, está relacionado

<sup>114</sup> Neste caso, o exercício de outros cargos e/ou mandatos pode ter ocorrido em períodos distintos, ultrapassando 100%.



com seu desempenho eleitoral ou Influência partidária. Trata-se aqui, em primeiro lugar, do fato de o deputado ser chamado para ocupar cargo de secretário de governo, situação que envolveu 14,87% dos aliados durante o exercício do mandato. Neste caso, o convite pode ocorrer também por critério técnico, mas em geral está associado também ao prestígio e influência político-partidária.

**TABELA 19**  
**CARGOS OCUPADOS E/OU OUTROS MANDATOS EXERCIDOS PELOS ALIADOS DA “ERA TASSO” ALÉM DE DEP. ESTADUAL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>CARGO</b>	<b>ANTES MANDATO</b>	<b>ENTRE MANDATOS</b>	<b>DEPOIS MANDATO</b>	<b>DURANTE MANDATO</b>	<b>TOTAL</b>
Prefeito	16 (21,62)	06 (8,12)	14 (18,92)	-	36 (48,65)
Vice-prefeito	10 (13,51)	-	02 (2,70)	-	12 (16,23)
Secretários municipais	06 (8,12)	-	02 (2,70)	-	08 (10,81)
Vereador	11 (14,87)	-	01 (1,35)	-	12 (16,23)
Secretário Gov. Estadual	06 (8,12)	01 (1,35)	01 (1,35)	11 (14,87)	19 (25,68)
Conselheiro TCM/TCE	-	-	09 (12,16)	-	09 (12,16)
Outros cargos Gov. Estadual	05 (6,76)	02 (2,70)	02 (2,70)	01 (1,35)	10 (13,51)
Governador (eleito ou interino)	-	-	01 (1,35)	02 (2,70)	03 (4,05)
Cargos Gov. Federal	02 (2,70)	-	02 (2,70)	-	04 (5,41)
Ministro	-	-	01 (1,35)	-	01 (1,35)
Deputado federal	-	02 (2,70)	03 (4,05)	-	05 (6,76)
Senador	-	01 (1,35)	01 (1,35)	-	02 (2,70)

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Em segundo lugar, refiro-me ao fato do deputado ser convocado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e Tribunal de Contas do Município – TCM, como sucedeu com 12,16% dos aliados. Essa convocação – um atributo do governador, ainda que tenha que ser fortalecida pelo poder legislativo – denota o reconhecimento pela fidelidade prestada ao longo dos mandatos. Na linguagem coloquial do meio político, tem o significado de “chegar ao céu”, pelas inúmeras vantagens que acarreta para o ex-deputado: salariais, de estabilidade, de prestígio na sociedade e de controle político de adversários. Neste último caso porque fica assegurada a essas lideranças políticas a condição de julgar as contas públicas de várias gestões administrativas, o que se reveste de enorme poder político.

O exercício de cargos públicos antes do mandato de deputado estadual também se configura como uma das formas de recrutamento da representação

parlamentar, como já referido por Rodrigues (Op. cit.). De fato, além de alcançar cargos eletivos na esfera municipal (prefeito, vice-prefeito e vereador), outra forma do aspirante a deputado atingir seu objetivo é ocupar cargo público nas diversas instâncias do poder executivo, em especial no governo estadual. Isto pode ocorrer também como consequência do próprio exercício dessa atividade de caráter político-administrativa, ainda que não estivesse nos planos iniciais do futuro deputado, quer dizer, o aprendizado adquirido naquela atividade, bem como a convivência com meio político diverso e o prestígio que daí decorre acabam sugerindo a candidatura de deputado estadual, bem como de outros cargos eletivos. Assim, pode-se averiguar na **Tabela 19** que 8,12% dos aliados ocuparam cargo de secretário de governo estadual e outros 8,12% o fizeram em âmbito municipal antes do mandato parlamentar. Por sua vez, 8,12% dos deputados haviam ocupados outros cargos no executivo estadual antes do exercício parlamentar e 2,70% o fizeram no governo federal. Esses dados corroboram com a análise realizada por Rodrigues em relação ao recrutamento de deputados federais:

Entra-se para o serviço público para entrar na vida pública, ou melhor, ocupa-se um cargo público importante para aumentar o cacife para participar do jogo político. Trata-se aqui de empregos na burocracia estatal que decorrem de amizade, relações partidárias ou de parentesco com chefes políticos com postos importantes no Executivo ou no Legislativo. São funções de confiança que supõem vínculos de lealdade pessoal com as lideranças mais velhas e mais poderosas, com mais tempo na vida pública. (Op. cit.: 50. Grifo do autor).

Portanto, de tudo isto se despreende que a própria esfera governamental, através de sua alta burocracia (secretários e outros cargos importantes), produz determinados tipos políticos que se tornam aliados fundamentais dos dirigentes governamentais, sobretudo nos momentos de disputa eleitoral. Isto pode ocorrer, inclusive, pelo uso da máquina político-administrativa em benefício do próprio candidato a deputado estadual. Nesse sentido, é correta a afirmativa de Ames, ainda que não possa ser generalizada, de que o espaço burocrático tem sido uma esfera muito propícia ao clientelismo político, quer dizer, ao seu uso político-eleitoral:

Com o tempo, a disseminação da patronagem afetou a qualidade do funcionalismo público, sua conduta e o próprio conteúdo dos programas. As nomeações (...) estendeu-se a cinco, seis ou mais degraus abaixo na escala burocrática (...) Os políticos (...) aproveitam da mediação dos burocratas entre eleitores e o funcionalismo público malconceituado. (Op. cit.: 44).

Na mesma direção de reconhecimento do espaço burocrático estatal como passível de uso para fins político-eleitoral, encontra-se a análise de Rodrigues, porém o situando como um problema que envolve não apenas a realidade brasileira, ainda que aqui ocorra de forma acentuada, mas está relacionada à própria natureza desse espaço.

Entre nós, o uso do aparelhamento estatal para fins políticos, em comparação a países com maior transparência e vigilância sobre seus representantes, envolve uma relação de patronagem, de clientelismo e de fidelidade de cunho pessoal e partidário. Os chefes políticos, como aparece quase todos os dias nos meios de comunicação, usam e abusam da administração pública como forma de distribuição de benefícios seletivos e recompensas, mas que não pagam do próprio bolso. (Não estamos considerando os casos de nepotismo e as ações destinadas a “arrumar a vida” de parentes.) A utilização do aparelho estatal para fins partidários, porém, é prática geral, utilizada em toda parte como uma espécie de prêmio concedido sem alarde aos partidos vencedores, um direito de colonização do aparelho estatal e de seu loteamento entre os companheiros. Seria equivocado considerar que essa prática “só acontece entre nós”. (Op. cit.: 53).

Outra forma de recrutamento de representações parlamentares é através dos círculos familiares, como já foi exposto no estudo de Rodrigues (Op. cit.). Na presente pesquisa, também se identifica esse mecanismo como recorrente no tocante às representações parlamentares da “Era Tasso”. Mais do que isso, os dados da pesquisa revelam a força eleitoral dos clãs políticos familiares ao longo dos anos na história política cearense, envolvendo muitas gerações que mantêm presença no Legislativo, numa estreita relação com os poderes executivos em âmbito municipal. Tornam-se, dessa forma, aliados necessários a qualquer grupo político que busque alçar o poder executivo estadual e nele se manter por algum tempo, como é a situação que envolve o ciclo de hegemonia em estudo.

A longevidade desses clãs políticos familiares, numa visão geral de toda a “Era Tasso”, é atestada quando se analisa a **Tabela 20**. Nesta se identifica que mais de 50% dos aliados desse ciclo de hegemonia podem ser caracterizados como políticos pertencentes a esses clãs, sendo que 35,13% se enquadram na categoria de políticos com mais de uma geração com presença efetiva na política partidária, quer dizer, pelo menos duas gerações da mesma família exerceram algum mandato político. Neste caso, estão contabilizados tanto os aliados dos “governos das mudanças” que pertencem à segunda geração de políticos (22,97%), como aqueles de primeira geração que já têm herdeiros com passagem na política (12,16%). Se

acrescentarmos as situações que incluem três gerações (9,45%), o índice chega a 44,58% do total de aliados que fazem parte da amostra deste estudo. Embora em menor escala, também aparecem aliados dos empresários do CIC que se enquadram em situações de 4ª e 5ª gerações, quer dizer, deputados cujas famílias estão na política há muitas gerações. Cabe lembrar, ainda, que as duas lideranças desse ciclo de hegemonia, Tasso Jereissati e Ciro Gomes, são também políticos de 2ª geração<sup>115</sup>.

**TABELA 20**  
**POSIÇÃO DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS DA “ERA TASSO”**  
**QUE PERTENCEM A CLÃS POLÍTICOS FAMILIARES**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

POSIÇÃO NO CLÃ POLÍTICO FAMILIAR	TOTAL	
	N	%
1ª. Geração com herdeiros políticos (filho(a), mulher/marido, sobrinho(a), irmão(ã), cunhado(a))	09	12,16
2ª. Geração (pai e/ou tio político)	17	22,97
3ª. Geração (avô e pai e/ou tio político)	07	9,45
4ª. Geração (bisavô, avô e pai e/ou tio político)	01	1,35
5ª. Geração (tetravô, bisavô, avô e pai/tio político)	01	1,35
Pertencimento por matrimônio	04	5,40
TOTAL	39	52,70

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Outra categoria que pode ser assinalada como fazendo parte do clã político familiar é a que incorpora deputadas estaduais que nele ingressaram por meio de matrimônio (5,40%) e foi, possivelmente, a partir dessa situação que chegaram a ser eleitas. O melhor exemplo desta ocorrência é no caso de esposas de políticos que, ao ocuparem estes cargos em outras esferas do poder político, buscam manter sua influência no Legislativo e transferem seus votos para elas. Enquadram-se nesta situação<sup>116</sup>:

<sup>115</sup> O pai de Tasso Jereissati, Carlos Jereissati, foi importante líder cearense do PTB do período getulista, chegando à condição de senador. O pai de Ciro Gomes, e do atual governador Cid Gomes, é José Euclides Ferreira Gomes que foi prefeito de Sobral e forte liderança daquela região. A mesma situação ocorre em relação ao ex-governador Lúcio Alcântara, cujo pai, Waldemar Alcântara, também governou o Ceará. Portanto, desde os últimos 20 anos, o Ceará tem sido governado por políticos de 2ª geração.

<sup>116</sup> Além das deputadas estaduais que fazem parte desta categoria e estão sendo apresentadas no texto, existem mais duas situações que não considere na análise por não fazerem parte do período que corresponde a “Era Tasso”. Trata-se aqui, em primeiro lugar, de **Gislaine Landim**, eleita em 2002, que é esposa de Wellington Landim, um aliado eleitoral de Tasso Jereissati em dois momentos (1994 e 1998). No período em que Gislaine foi eleita, Wellington Landim foi candidato ao governo pelo PSB. Em segundo lugar, encontra-se **Meyre Costa** que foi eleita em 2002. Ela é a esposa do atual deputado Júlio César Costa Lima, eleito para o seu segundo mandato em 2006. Júlio César foi eleito prefeito de Maracanaú em 1988, fez o seu sucessor em 1992 (Antonio Viana Filho), novamente eleito em 1996 e reeleito em 2000. Entre os intervalos em que exerceu o mandato de prefeito, Júlio

- 1) **Cândida Figueiredo**, eleita para três mandatos (1994, 1998 e 2002). É esposa de Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa (conhecido por Tomás Figueiredo), prefeito eleito de Santa Quitéria em 1992, 2000 e 2004. Cândida substituiu o seu cunhado, Alexandre Figueiredo, na Assembléia depois dele ter cumprido dois mandatos (1987-1990 e 1991-1994). Após seu último mandato (2002-2006), Cândida Figueiredo deixou espaço para a eleição de seu filho, Tomás Figueiredo Filho.
- 2) **Maria Lúcia Corrêa**, eleita também para três mandatos (1986, 1990 e 1994), é esposa de Danilo Corrêa que foi prefeito de Caucaia e pertence a um clã familiar que detém mandatos desde os anos 30. Depois de último mandato, Maria Lúcia cedeu espaço para a filha, Inês Arruda.
- 3) **Inês Maria Correia Arruda**, além de substituir a mãe no Legislativo cearense, foi eleita para os seus dois mandatos (1998 e 2002) também com a influência de seu marido, José Gerardo Arruda, que foi prefeito de Caucaia e eleito deputado federal em 1994, 2002 e 2006. Após o último mandato, Inês Arruda foi substituída também pela filha, Lívia Arruda, a mais jovem deputada eleita no Ceará.
- 4) **Maria Shylene Osterno Aguiar Silveira** foi eleita em 1990, sendo depois substituída por Rogério Aguiar (eleito em 1994, 1998, 2002 e 2006). O ingresso na política deveu-se aos laços de matrimônio com a poderosa família Osterno que tem forte tradição política em todo o Vale do Acaraú e comanda a Prefeitura de Marco desde 1976.
- 5) **Patrícia Sabóia** foi casada com Ciro Gomes e conduziu os trabalhos de assistência social durante o período em que ele esteve à frente da Prefeitura de Fortaleza. Em seguida, foi eleita vereadora (em 19) e, antes de concluir este mandato, disputou e venceu a eleição para deputada estadual (19...). Patrícia Sabóia, sempre com o apoio de Ciro e Tasso, conquistou uma vaga para o Senado Federal em 2002.

Na análise por período eleitoral (**Tabela 21**), identifica-se o maior número de deputados eleitos no ano de 1994, em termos proporcionais ao total de aliados em cada ano eleitoral, que são oriundos de clãs políticos familiares. De fato, naquele ano, essa categoria atingiu o percentual de 62,50. Em termos absolutos, o ano de 1998 é o mais significativo, pois foram eleitos 22 aliados que carregam consigo o histórico de pertencimento a clãs políticos familiares, significando 59,46% do total de aliados daquele período. Este ano também é o mais representativo em termos de deputados de 2ª e 3ª geração, com 27,02% e 18,92%, respectivamente. De forma geral, em todos os anos eleitorais da “Era Tasso” foi significativa a presença de deputados eleitos que pertencem aos clãs familiares.

**TABELA 21**  
**POSIÇÃO DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS DA “ERA TASSO”**  
**NO CLÃ POLÍTICO FAMILIAR, POR PERÍODO ELEITORAL (1986 A 1998)**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>POSIÇÃO NO CLÃ POLÍTICO FAMILIAR</b>	<b>1986 (30) N</b>	<b>1990 (30) N</b>	<b>1994 (32) N</b>	<b>1998 (37) N</b>
1ª. Geração com herdeiros políticos (filho(a), mulher/marido, sobrinho(a), irmão(ã), cunhado(a))	03 (10,0)	04 (13,33)	07 (23,33)	02 (5,41)
2ª. Geração (pai e/ou tio político)	06 (20,0)	06 (20,0)	05 (15,63)	10 (27,02)
3ª. Geração (avô e pai e/ou tio político)	03 (30,0)	03 (30,0)	05 (15,63)	07 (18,92)
4ª. Geração (bisavô, avô e pai e/ou tio político)	-	-	-	01 (2,70)
5ª. Geração (tetravô, bisavô, avô e pai/tio político)	-	01 (3,33)	01 (3,13)	01 (2,70)
Pertencimento por matrimônio	02 (6,67)	02 (6,67)	02 (6,25)	01 (2,70)
<b>TOTAL</b>	<b>14 (46,67)</b>	<b>16 (53,33)</b>	<b>20 (62,50)</b>	<b>22 (59,46)</b>

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Evidentemente que não se trata aqui de uma situação isolada do Ceará, na medida em que o Brasil como um todo traz esse marca. De fato, essa condição fora identificada nos vários estudos clássicos sobre a política brasileira, como também está refletida na recente pesquisa de Barry Ames, que mostra como a situação se ampliou graças a alguns artifícios do regime militar:

(...) muitas famílias tradicionais de políticos – as que dominaram a política brasileira de 1947 a 1964 – sobreviveram e prosperaram durante o regime militar e prosseguiram na Nova República. Seis governadores eleitos em

1990, por exemplo, tinham sido governadores indicados pelo PDS (...) os generais procuraram resguardar seu legado criando condições para maximizar um futuro apoio (...) A fusão de dois estados industrializados, por exemplo, eliminou três senadores da oposição. A formação de novos estados nas regiões de fronteira criou novas bancadas (...) Onde os políticos estaduais tinham boas relações com a junta militar (...) a disponibilidade de grandes somas de recursos federais permitiu-lhes construir máquinas políticas ainda inexistentes.

Com amplas raízes em nossa história política, mantém-se extremamente atual a prática de “transferir a herdeiros” posições de poder e prestígio que são conferidos pelos cargos públicos e os mandatos eletivos. Esta prática, sem dúvida, foi fortalecida pelos longos anos de Ditadura Militar e os inúmeros estratagemas utilizados por seus dirigentes para priorizar seus aliados nas disputas eleitorais. Por sua vez, a própria ausência de participação política efetiva e de liberdade de expressão restringiu, ainda mais o estreito espaço da disputa político-eleitoral, dificultando a projeção para a política parlamentar de lideranças com vínculos com movimentos sociais e outras formas de organização política, uma realidade que só mais recentemente tem apresentado ligeira modificação<sup>117</sup>.

No caso do Ceará, chama a atenção, em primeiro lugar, a amplitude que assumiu esta situação, o que torna as representações parlamentares muito mais restritas em termos de segmentos sociais. Em outros termos, parte considerável das bancadas estaduais no parlamento na “Era Tasso” foram recrutadas em círculos tão fechados que torna esse espaço político muito distante do conjunto da sociedade. Isto é mais representativo quando se verifica ainda na **Tabela 21** que 27,02% dos aliados do ano de 1998 são políticos de segunda geração, quer dizer, a própria “Era Tasso” fortaleceu essa prática, permitindo que seus primeiros aliados mantivessem “herdeiros políticos” ao final daquele ciclo de hegemonia. Em segundo lugar, essas representações políticas originárias de clãs familiares criam uma espécie de corrente que amplia o seu poder político não apenas na esfera do Executivo, mas também do

---

<sup>117</sup> O mesmo estudo de Leôncio Rodrigues, sobre a constituição das bancadas na Câmara Federal que resultaram das eleições de 1998 e 2002, identifica que “... a composição da CD se tornou significativamente mais popular e menos elitista no curto período de quatro anos. (...) Essa popularização (...) pode ser interpretada não só como uma popularização da classe política, mas também como uma democratização social de nossa vida política” (Op. cit.: 165). Em sua pesquisa, Rodrigues apresenta como indicadores dessa nova realidade a redução do número de deputados federais que eram empresários, uma decorrência da progressiva redução de bancadas de partidos de direita, o crescimento das bancadas do PT e do PC do B na eleição de 2002 e, com isto, uma ampliação do número de sindicalistas. E ainda, um crescimento da bancada formada por pastores evangélicos, que também se beneficiou da eleição de Lula em 2002 e sua aliança com o PL. (Op. cit.: 166).

Legislativo, invalidando as tentativas de tornar esses espaços mais transparentes e passíveis de cobrança da sociedade.

Assim, a partir da **Tabela 22**, observa-se que essa parcela significativa dos deputados estaduais aliados da “Era Tasso” já tinham intimidade com o poder político na medida em que são herdeiros de outros políticos com vasto controle nas diversas esferas desse poder. De fato, na análise dos deputados de 2ª a 5ª geração – portanto, eles mesmos “herdeiros políticos” – quase 30,0%, em relação ao conjunto dos aliados dos “governos das mudanças”, tiveram parentes próximos em cargos de prefeitos, enquanto para 21,62% isto já havia ocorrido em relação ao Legislativo cearense e 6,76% em relação à Câmara Federal.

**TABELA 22**  
**CARGOS OCUPADOS POR ANTECESSORES DOS DEP. ESTADUAIS DA “ERA TASSO”**  
**PERTENCENTES A CLÁS POLÍTICOS FAMILIARES (DE 2ª. A 5ª. GERAÇÃO), EM RELAÇÃO AO**  
**TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS<sup>118</sup>**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

CARGO DO PARENTE	TOTAL	
	N	%
Prefeito	22	29,73
Deputado Estadual	16	21,62
Secretário de Governo	01	1,35
Conselheiro do TCM	01	1,35
Senador	03	4,05
Deputado Federal	05	6,76
Vereador	02	2,70
Governador	01	1,35
Ministro de Estado	01	1,35

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Por sua vez, quando se toma apenas o universo desses deputados considerados de clãs familiares, como exposto na **Tabela 23**, percebe-se a ampla inserção nos espaços dos executivos municipais, no sentido de que 84,62% tiveram antecessores em cargos de prefeitos, bem como no Legislativo cearense. Neste último caso, o percentual alcançou 61,54. No âmbito da representação parlamentar em outras casas legislativas (Senado e Câmara Federal), a freqüência é de 30,77%.

<sup>118</sup> Na composição desta tabela, considerei o parente mais próximo, e também registrei apenas um parente quando dois ou mais ocuparam o mesmo cargo.



**TABELA 23**  
**CARGOS OCUPADOS POR ANTECESSORES DOS DEP. ESTADUAIS DA “ERA TASSO”**  
**PERTENCENTES A CLÁS POLÍTICOS FAMILIARES (DE 2ª. A 5ª. GERAÇÃO)<sup>119</sup>**

Fortaleza/Ceará

Agosto de 2007

CARGO DO PARENTE	TOTAL	
	N	%
Prefeito	22	84,62
Deputado Estadual	16	61,54
Secretário de Governo	01	3,85
Conselheiro do TCM	01	3,85
Senador	03	11,54
Deputado Federal	05	19,23
Vereador	02	7,69
Governador	01	3,85
Ministro de Estado	01	3,85

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Quando procedemos à análise por período eleitoral, é possível perceber certa estabilidade nessa situação, qual seja, de que os antecessores dos aliados eleitorais da “Era Tasso” nos vários períodos eleitorais, em grande peso, estiveram presentes na política cearense nas diversas esferas do poder político. Isto é mais especial em relação ao poder executivo em âmbito municipal. De fato, na **Tabela 24**, podemos perceber que nas duas primeiras eleições 20,0% desses aliados eram “herdeiros políticos” de lideranças municipais, quer dizer, que haviam ocupado cargos de prefeito nos diversos municípios cearenses. Nas duas eleições seguintes, 1994 e 1998 – o período de maior estabilidade da “Era Tasso”, por não haver competitividade nas disputas para o governo estadual – amplia-se a presença de aliados que herdaram o prestígio e o poder político de lideranças locais. Em outros termos, 25,00% dos aliados eleitorais de 1994 tiveram parentes próximos em cargos de prefeito, enquanto em 1998 essa categoria alcança a maior cifra: 37,84%.

<sup>119</sup> Considerei o parente mais próximo, e também registrei apenas um parente quando dois ou mais ocuparam o mesmo cargo. Como o percentual é feito em relação aos deputados de clãs familiares com parentes em cargos públicos, ultrapassou 100,0.

**TABELA 24**  
**CARGOS OCUPADOS POR ANTECESSORES DOS DEP. ESTADUAIS DA “ERA TASSO”**  
**PERTENCENTES A CLÃS POLÍTICOS FAMILIARES, POR PERÍODO ELEITORAL (1986 A 1998),**  
**EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS<sup>120</sup>**

Fortaleza/Ceará  
 Agosto de 2007

CARGO DO PARENTE	1986 (30) N	1990 (30) N	1994 (32) N	1998 (37) N
Prefeito	06 (20,0)	06 (20,0)	08 (25,00)	14 (37,84)
Deputado Estadual	05 (16,67)	06 (20,0)	05 (15,63)	07 (18,91)
Secretário de Governo	01 (3,33)	-	-	-
Conselheiro do TCM	01 (3,33)	-	-	-
Senador	01 (3,33)	01 (3,33)	02 (6,25)	03 (8,11)
Deputado Federal	-	01 (3,33)	02 (6,25)	03 (8,11)
Vereador	-	01 (3,33)	01 (1,13)	02 (5,41)
Governador	-	-	-	01 (2,70)
Ministro	-	-	-	01 (2,70)

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Se a força dos clãs políticos familiares é visível em todo o período que corresponde ao ciclo de hegemonia dos empresários do CIC, perceptível a partir da análise dos cargos ocupados por antecessores de seus aliados políticos, essa realidade não se altera significativamente quando verificamos a situação dos próprios herdeiros políticos desses aliados. Assim, na leitura dos dados da **Tabela 25**, localiza-se a tendência de permanência desses clãs familiares na política cearense, sobretudo na Assembléia Legislativa. Isto porque 16,22% dos aliados da “Era Tasso” deixaram herdeiros políticos naquela casa. Da mesma forma, 8,11% de “herdeiros” dos aliados do ciclo de hegemonia já marcam presença no poder executivo municipal como prefeitos, enquanto 2,70% são vice-prefeitos e outros 2,70% são vereadores.

<sup>120</sup> Considerei o parente mais próximo, e também registrei apenas um parente quando dois ou mais ocuparam o mesmo cargo. Como o percentual é feito em relação aos deputados de clãs familiares com parentes em cargos públicos, ultrapassou 100,0.

**TABELA 25**  
**CARGOS OCUPADOS POR HERDEIROS DE DEP. ESTADUAIS DA “ERA TASSO”**  
**PERTENCENTES A CLÃS POLÍTICOS FAMILIARES DE VÁRIAS GERAÇÕES, EM RELAÇÃO AO**  
**TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS<sup>121</sup>**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

CARGO DO PARENTE	TOTAL	
	N	%
Prefeito	06	8,11
Deputado Estadual	12	16,22
Deputado Federal	01	1,35
Vereador	02	2,70
Secretário Municipal	02	2,70
Vice-prefeito	02	2,70

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

No âmbito do Legislativo cearense, alguns casos chamam atenção pela presença, em várias eleições seguidas, de representações parlamentares do mesmo clã político familiar naquela casa. Incluem-se como a expressão de maior dominância desses clãs familiares na “Era Tasso”:

1º) **Antônio Leite Tavares**: que foi eleito deputado estadual em 1982, 1986, 1990 e 1994. Após sua indicação para o Tribunal de Contas do Estado – TCE, por Tasso Jereissati, seu filho Marcos Tavares passou a desempenhar o mandato de deputado estadual, sendo eleito em 1998 e 2002. Este clã familiar representa, ao todo, 06 mandatos consecutivos na Assembléia Legislativa. Em 1988, Antônio Tavares renunciou ao mandato na Assembléia Legislativa para ser prefeito do município de Barro, enquanto a própria família Tavares já elegeu mais dois integrantes para aquela prefeitura em períodos alternados, e também possui influência em município próximo, de Abaiara, com outros dois mandatos no executivo;

2º) **Alexandre Figueiredo**: seu pai, Francisco Figueiredo de Paula Pessoa, fora eleito deputado estadual em 1978 e 1982. Nos dois mandatos seguintes, a vaga na Assembléia foi ocupada por Alexandre (nas eleições de 1986 e 1990). Quando também foi indicado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE, por Ciro Gomes, assume Cândida Figueiredo para mais três mandatos, com eleições em 1994, 1998 e 2002. Por último, no pleito eleitoral de 2006, foi eleito Tomás Figueiredo Filho também para aquela casa. O clã familiar está presente na Assembléia Legislativa, de forma consecutiva, há 08 mandatos, representando quase 30 anos naquela

<sup>121</sup> No caso de irmão/primo ocupando cargos, considerei apenas aquelas situações que ocorreram concomitantes ou posteriores ao mandato do deputado estadual. Também quando havia parentes ocupando o mesmo cargo, optei pelo registro apenas do parente mais próximo.

esfera do poder político. Por sua vez, esse clã familiar, o mesmo do Senador Paula Pessoa, exerce forte liderança em Santa Quitéria, onde Tomás Albuquerque de Paula Pessoa está em seu terceiro mandato na prefeitura daquela cidade

3º) **Carlos Cruz**: um dos mais antigos “caciques políticos” de Juazeiro do Norte, com duas passagens na prefeitura daquela cidade (eleições de 1988 e 2004), foi eleito para quatro mandatos de deputado estadual, em 1978, 1982, 1994 e 1998. Após sua saída daquela casa, assumiu sua filha Ana Paula Cruz, com mandatos conseguidos nas eleições de 2002 e 2006. Neste último, esteve na suplência, mas assumiu o mandato nos primeiros meses do ano legislativo. A família conseguiu, até agora, vitória eleitoral para 06 mandatos de deputado estadual;

4º) **Ciro Ferreira Gomes**: o outro líder político da “Era Tasso”, antes de seu mandato de governador e de carreira política em âmbito nacional, fora eleito deputado estadual em 1982 e 1986. Neste último mandato, não completado porque se afastou da Assembléia Legislativa para disputar as eleições para a Prefeitura de Fortaleza, foi o líder do governo naquela casa. Nas duas eleições seguintes, em 1990 e 1994, foi eleito para deputado estadual o seu irmão, Cid Ferreira Gomes, atual governador do Ceará. Cid Gomes também se afastou da Assembléia para ocupar, por duas vezes, a administração municipal de Sobral e foi substituído por outro irmão, Ivo Ferreira Gomes, eleito em 2002 e 2006. Atualmente, Ivo Gomes está afastado da Assembléia, ocupando a chefia de gabinete do Governo Estadual. Este clã familiar, que ocupa o poder legislativo há 06 mandatos, também tem fortes raízes políticas em Sobral, cuja administração já fora ocupada pelo pai dos três deputados, José Euclides Ferreira Gomes, além do fato espetacular de dois irmãos terem sido eleitos para governar o mesmo estado federativo em tão curto espaço de tempo;

5º) **Maria Lúcia Magalhães Corrêa**, como já referido, fora eleita para deputada em quatro momentos (1978, 1986, 1990 e 1994), seguida pela filha, Inês Arruda, para mais dois mandatos (nas eleições de 1998 e 2002) e a neta, Lívia Arruda, eleita em 2006. Dessa forma, além da ascendência na administração de Caucaia e na Câmara Federal (com Gerardo Arruda), o clã Corrêa está presente na Assembléia Legislativa em 07 mandatos.

6º) **Francisco de Paula Rocha Aguiar**, eleito para quatro mandatos no legislativo cearense, sucedendo o seu pai, o ex-deputado Murilo Aguiar. Este clã familiar tem

forte presença na política de Camocim, com três mandatos no poder executivo daquela cidade neste período que estamos verificando, sendo que o próprio Francisco Aguiar foi eleito prefeito em 1988.

7º) **Francisco Rogério Osterno Aguiar**, atualmente no seu quarto mandato, e a ex-deputada Shylene Aguiar, com um mandato naquela casa. O próprio deputado Rogério Aguiar ocupou o cargo de prefeito de Marco antes de ser eleito para a Assembléia Legislativa, além de outros mandatos de prefeitos exercidos por parentes seus naquela cidade, com comando político desde 1976. Mais recentemente, foram prefeitos de Marco, o seu irmão (José William Osterno Aguiar) em 1996, um primo (Jorge Stênio Osterno) em 2000 e 2004 e outro parente (Geraldo B. Osterno Aguiar) que sucedeu Rogério Aguiar em 1992. Além disso, o seu filho (Francisco Rogério Osterno Aguiar Filho) foi vice-prefeito daquela cidade em 1996 e 2000.

8º) **Manoel Duca da Silveira Neto**, eleito 05 vezes para a Assembléia Legislativa, e atualmente exercendo o mandato de prefeito de Acaraú, além de outros três mandatos exercidos por seus parentes naquela cidade. Este clã familiar tem grande ascendência no poder legislativo cearense, com mandatos exercidos por seu avô, José Filomeno Ferreira Gomes, em 1947 e 1951, pelo seu pai, Amadeu Ferreira Gomes, em 1958 e 1962, e um tio, Orzete Filomeno Ferreira Gomes, que foi deputado estadual em 1970, 1974, 1978 e 1982. Assim, contabilizando somente o período mais recente, o clã completou 09 mandatos consecutivos naquela casa, além dos outros 04 exercidos pelo pai e avô. O próprio deputado Manoel Duca esteve envolvido em disputa política de seu clã familiar, em episódio em que seu primo, João Jaime Ferreira Gomes que estava exercendo o mandato de prefeito, foi assassinado. O ex-deputado, junto com dois irmãos, foi acusado do referido assassinato que teria beneficiado um de seus irmãos no comando do executivo municipal de Acaraú, Amadeu Ferreira Gomes, que depois acabou renunciando. O ex-deputado Manoel Duca também é acusado de envolvimento no crime de Afonso Henrique Fontes Neto, que disputou a eleição para deputado federal em 1986. Outro ex-prefeito pertencente ao referido clã, **Aníbal Ferreira Gomes**, e irmão de Manoel Duca, é deputado federal desde 1994, estando em seu quarto mandato.

**TABELA 26**  
**CARGOS OCUPADOS POR HERDEIROS DE DEP. ESTADUAIS DA “ERA TASSO”**  
**PERTENCENTES A CLÁS POLÍTICOS FAMILIARES, POR PERÍODO ELEITORAL (1986 A 1998),**  
**EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS DE CADA PERÍODO**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

<b>CARGO DO PARENTE</b>	<b>1986 (30)</b> <b>N</b>	<b>1990 (30)</b> <b>N</b>	<b>1994 (32)</b> <b>N</b>	<b>1998 (37)</b> <b>N</b>
Prefeito	04 (13,33)	05 (16,67)	05 (15,63)	03 (08,11)
Deputado Estadual	06 (20,00)	04 (13,33)	07 (21,88)	04 (10,81)
Deputado Federal	01 (3,33)	01 (3,33)	01 (3,13)	01 (2,70)
Vereador	-	01 (3,33)	02 (6,25)	02 (5,41)
Secretário Municipal	02 (6,67)	01 (3,33)	-	-
Vice-prefeito	02 (6,67)	01 (3,33)	02 (6,25)	02 (5,41)

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Na análise particular dos aliados de cada período eleitoral da “Era Tasso” (**Tabela 26**), verifica-se que aqueles que foram eleitos em 1986 e 1994 têm a maior participação em termos de herdeiros políticos com presença no Legislativo. De fato, 20,0% dos eleitos em 1986 já têm sucessores naquela casa, enquanto o mesmo ocorre para 21,88% dos que foram eleitos em 1994. Em termos de participação dos herdeiros no poder municipal, identifica-se que 16,67% dos aliados de 1990 e 15,63% dos de 1994 constam nessa categoria, quer dizer, possuem herdeiros com presença na condução política das prefeituras de diversos municípios do Ceará. De forma geral, em todos esses momentos, é marcante a presença de herdeiros políticos de aliados em todas as esferas do poder político.

Finalmente, sobre esses políticos pertencentes a clãs familiares, cabe ainda ressaltar que se constituem também em uma elite econômica, além da própria condição de fazerem parte de elites políticas com dominância em suas regiões. Isto se evidencia no momento em que se analisam os dados quanto a ocupação e formação profissional na **Tabela 27**. Neste caso, observa-se que 41,03% desses deputados estão inseridos em atividades empresariais. A participação expressiva desse segmento na “Era Tasso” já havia sido demarcada, como também o fato de o setor empresarial ser um amplo espaço de recrutamento da classe política (RODRIGUES, op. cit.). Esses dados, porém, reforçam a tese de que os aliados desse ciclo de hegemonia pertencem a uma elite econômica e política, tendo ocorrido pouco espaço para outros segmentos sociais durante o período em que os empresários do CIC comandaram a política cearense.

**TABELA 27**  
**PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS DA “ERA TASSO”** <sup>122</sup>  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

PROFISSÃO./OCUPAÇÃO	TOTAL	
	N	%
Advogado	06	15,98
Empresário	16	41,03
Radialista	01	2,56
Engenheiro	02	5,13
Médico	10	7,69
Sociólogo	01	2,56
Enfermeiro	01	2,56
Prof. Universitário	02	5,13
Professor	01	2,56
Militar	01	2,56
Psicóloga	01	2,56
Odontólogo	01	2,56
Terapeuta Ocupacional	01	2,56
Não identificado	02	5,13
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagens de eleitos do TRE/CE

Um primeiro aspecto que se deve observar no comportamento desses aliados é quanto a sua inserção partidária em períodos anteriores ao início da “Era Tasso”. Isto é de suma importância, sobretudo, porque os discursos e as campanhas que foram feitas durante todo esse ciclo de hegemonia sempre foram marcadas pelo símbolo da ruptura com o passado, quer dizer, com toda a tradição que havia marcado a história política do Ceará. Esta interpretação da “Era Tasso”, obviamente, já está comprometida pelo fato de os aliados, em sua maioria, pertencerem a clãs políticos familiares, conforme os dados já analisados. Neste caso, o ciclo de hegemonia dos empresários do CIC, que resultou de repetidas vitórias eleitorais, dependeu, em grande parte, da força eleitoral e dos fortes vínculos que seus aliados mantêm na política local. Esta conclusão não invalida o reconhecimento da importância de habilidades dos próprios candidatos Tasso Jereissati e Ciro Gomes e do uso intenso de estratégias eleitorais apoiadas no *marketing* político que marcou todo esse período em análise.

Assim, quando se verifica as filiações partidárias dos aliados da “Era Tasso” em períodos anteriores ao início desse ciclo de hegemonia, se percebe que estão presentes, entre as forças políticas que os apoiaram, não apenas aquelas consideradas como democráticas porque faziam oposição ao regime militar e

<sup>122</sup> Considerei apenas uma ocupação ou formação profissional para compor essa tabela, em geral a que mais identificava o deputado.

estavam abrigadas no MDB e depois no PMDB. De fato, 10,81% dos aliados dos empresários do CIC trazem em seu currículo a filiação aos partidos que deram sustentação à Ditadura Militar: ARENA e PDS, enquanto 12,16% eram políticos que já militavam no PMDB ou vinham do MDB (**Tabela 28**).

**TABELA 28**  
**PARTIDOS DOS DEP. ESTADUAIS ALIADOS NO PERÍODO ANTERIOR A “ERA TASSO”, EM**  
**RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

TRANSFERÊNCIA DE PARTIDO	ELEITOS NO PERÍODO DE 1986 A 1998	
	N	%
MDB/PMDB	09	12,16
ARENA/PDS	08	10,81
NÃO IDENTIFICADO	01	1,35
TOTAL	18	24,32

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

Numa perspectiva de análise dos movimentos realizados por esses aliados em termos de filiação partidária, conforme exposto na **Tabela 29**, verificamos dois momentos importantes e que refletem acomodações em consonância com a própria constituição e consolidação do ciclo de hegemonia que estamos estudando.

**TABELA 29**  
**MUDANÇAS DE PARTIDOS DOS DEP. ESTADUAIS DA “ERA TASSO”, POR PERÍODO**  
**ELEITORAL, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DEPUTADOS ALIADOS**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

TRANSFERÊNCIAS ENTRE PARTIDOS	1986 N	1990 N	1994 N	1998 N	02/06 N
ARENA/PDS ao PMDB	06 (8,11)	-	-	-	-
PMDB ao PSDB	-	9 (12,16)	02 (2,70)	01 (1,35)	-
PSDB ao PPS/PSB	-	-	-	03 (4,10)	05 (6,76)
Outros partidos ao PSDB (*)	-	02 (2,70)	03 (4,10)	04 (5,41)	02 (2,70)
PSDB a outros partidos (**)	-	-	-	-	04 (5,41)
PFL ao PSDB	-	01 (1,35)	-	-	-
Outros partidos ao PPS/PSB	-	-	01 (1,35)	-	01 (1,35)
Entre outros partidos	01 (1,35)	02 (2,70)	-	02 (2,70)	01 (1,35)

Fonte: Pesquisa bibliográfica diversa e listagem de eleitos do TRE-CE

(\*): PRN, PSD, ARENA, PDT, PL, PFL, PPS, PTB, PDC

(\*\*): PPB, PMDB, PPS, PTB, PDC

(\*\*\*): ARENA/PDS/PFL, PDS/PSD, PMDB/PST e PSDC



Um primeiro momento tem como referência a eleição de 1986 e, por conseguinte, a primeira vitória de Tasso Jereissati. Naquele momento, já se verificou uma intensa movimentação de políticos que já tinham cumprido mandatos de deputados estaduais pela ARENA e PDS e se transferem para o PMDB, sendo eleitos por esse último partido, significando 8,11% do total de aliados da “Era Tasso”, o que inclui o próprio futuro governador Ciro Gomes. Esta é também uma acomodação que ocorre no Brasil como um todo em função dos próprios rumos que tomaram os partidos identificados com forças da direita, como expressam os dados da pesquisa de Barry Ames: “o PMDB (...) em 1996 um quarto de sua bancada era formada por antigos membros da Arena...” (Op. cit.: 49)<sup>123</sup>.

O segundo momento ocorreu na eleição seguinte, de 1990, quando Tasso Jereissati e seu grupo político já tinham rompido com dirigentes do PMDB e criado no Ceará a sigla do PSDB. Dessa forma, registra-se, naquele momento, a eleição de muitos deputados que tinham cumprido mandato pelo PMDB e acompanharam o governador Tasso Jereissati para o novo partido, representando 12,16% do total de aliados de toda a “Era Tasso”.

Em outros momentos eleitorais também se assinalam algumas transferências para o PSDB, acompanhando a tendência governista dos políticos que procuram se manter em partidos que estão no poder executivo. Dessa forma, em cada eleição subsequente ao início do ciclo de hegemonia dos empresários do CIC, ocorreram outras transferências do PMDB para o PSDB, em menor escala comparada à situação de 1990. Também se verificam filiações ao PSDB de deputados de outros partidos, com maior impacto nas eleições de 1994, quando 4,10% dos aliados assim o fizeram, e em 1998, com 5,41%. Não se pode esquecer que, em virtude das disputas na política local, nem sempre é possível se abrigar no mesmo partido governista, no caso o PSDB, lideranças importantes de uma mesma região, daí a tendência de se fortalecer outro partido que, com o mesmo cunho governista, possa realizar esta função. Com isto, deve-se relevar os próprios números que indicam as

---

<sup>123</sup> Barry Ames concentra sua pesquisa na Câmara Federal e esclarece, com muita precisão, este fato da fragilização dos partidos considerados de direita, quando apresenta dados da representação do Ceará naquela Casa que, de 1966 a 1982, possuía uma bancada composta por “...três quartos de membros da Arena-PDS, mas em 1986 a direita tradicional elegeu apenas 10 dos 22 deputados, e o PMDB quatro. Os partidos da direita tradicional haviam-se reduzido a menos de um terço da representação estadual (...) Nas quatro eleições parlamentares do período, os deputados no Ceará competiam mais uns com os outros (...) os partidos da direita tradicional do Ceará quase desapareceram em 1994”. (Op. cit.: 157).

transferências para o PSDB, no sentido de que, se fossem possíveis aquelas conciliações de lideranças locais nesta sigla, os números poderiam ser mais expressivos.

Uma observação que decorre da análise dos dados indicativos de transferências partidárias durante o longo período da “Era Tasso” é quanto à movimentação realizada pelo grupo mais vinculado a Ciro Gomes. De fato, com a saída deste político do PSDB devido a discordâncias com o grupo paulista dos tucanos, alguns deputados estaduais se transferem daquele partido para as siglas que abrigaram Ciro Gomes em dois momentos: o PPS e o PSB. Na eleição de 1998, ocorre a transferência de 03 deputados, representando 4,10% do conjunto dos aliados da “Era Tasso”. Por sua vez, nas eleições de 2002 e 2006, aparece a passagem de 05 deputados (6,76% do total de aliados) que já haviam cumprido mandato pelo PSDB para os partidos a que estão filiados os “ciristas”. Isto é interessante, inclusive, para se perceber os rearranjos de forças políticas que se refletiram no governo estadual ao final do ciclo de hegemonia dos empresários do CIC.

De forma geral, o comportamento desses políticos que foram eleitos para a Assembléia Legislativa durante a “Era Tasso” expressa, sobremaneira, uma acomodação ao próprio ciclo de hegemonia. Isto significa uma capacidade que esses deputados têm de se manterem próximos ao poder executivo, buscando se beneficiar da própria estrutura governista, tal como revelado em depoimento do deputado Fernando Hugo: “Sempre fui governista” (In: Santos e Leitão, 2002: 188). Este deputado fora eleito duas vezes pelo PL para a Assembléia Legislativa e depois, quando se transfere para o PSDB, ele obteve mais três mandatos. Assim, a própria condição atual do governador Cid Gomes, com mandato atribuído pelo PSB, deve provocar outras acomodações partidárias além daquelas já registradas nas eleições de 2002 e 2006. Portanto, essa condição política, um traço marcante de nossa história nacional, pode expressar um elemento de fragilidade do próprio ciclo de hegemonia dos empresários que ascenderam ao poder em 1986, um dos aspectos a serem avaliados no próximo capítulo.

Ainda que minha pesquisa tenha focado a atenção nos deputados estaduais como referência para a análise dos aliados eleitorais da “Era Tasso”, merecem ser observados também alguns dados relativos aos processos eleitorais para prefeitos

municipais nas últimas décadas. Para tanto, considerei os dados divulgados pelo TRE-Ce, informando os nomes dos prefeitos eleitos e seus respectivos partidos, que se encontra no **Quadro 02**, em anexo. Com a leitura desses dados, foi possível corroborar a análise já realizada a partir dos deputados estaduais: predomina no Ceará, ainda hoje, uma forte tendência de dominância na política por parte de determinadas lideranças locais, em especial, aquelas oriundas de clãs políticos familiares. Da mesma forma, tal como os deputados estaduais, essas lideranças locais tendem a se ajustar aos novos ciclos de hegemonia, o que levou a uma transferência massiva de antigos aliados dos “coronéis” para os novos partidos que abrigaram os governantes da “Era Tasso”.

**TABELA 30**  
**NUMERO DE PREFEITOS ELEITOS POR CIDADE NAS ELEIÇÕES DE 1988 A 2004**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NUMERO DE PREFEITOS ELEITOS POR CIDADE	EM CINCO ELEIÇÕES		EM QUATRO ELEIÇÕES	
	N	%	N	%
02	09	5,11	03	37,5
03	71	40,34	05	62,5
04	84	47,73	-	-
05	12	6,82	-	-
TOTAL	176	100,00	08	100,00

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

Um primeiro dado que reflete esta realidade política do Ceará encontra-se exposto na **Tabela 30**. De fato, nesta tabela, verifica-se um alto nível de dominância política que ocorre nos municípios cearenses, haja vista a permanência no poder local de poucas lideranças. Assim, nas últimas cinco eleições, que ocorreu em 176 municípios, em apenas 6,82% ocorreu a eleição de prefeitos diferentes, considerando todo o conjunto desses municípios. Nos demais, houve pelo menos a reeleição de um prefeito ao longo desses anos, o que ocorreu em 47,73%, e outras situações em que apenas dois ou três políticos comandaram a política local, se revezando na administração municipal na medida em que conseguiram mais de um mandato nesse curto espaço de tempo. Isto é revelado pelo fato de 40,34% desse conjunto de municípios terem tido apenas três prefeitos nessas cinco eleições, enquanto 5,11% apenas dois.

**TABELA 31**  
**MUNICÍPIOS COM DOMINÂNCIA DE LIDERANÇAS LOCAIS NAS ELEIÇÕES DE 1988 A 2004**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NUMERO DE LIDERANÇAS POR MUNICÍPIO	TOTAL	
	N	%
01	132	71,74
02	40	21,74
SEM PREDOMINÂNCIA DE LIDERANÇAS LOCAIS	12	6,52
TOTAL DE MUNICÍPIOS	184	100,00

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

A mesma tendência de dominância política ocorre em municípios que foram criados mais recentemente e que, por conta disto, tiveram apenas quatro eleições nessas últimas décadas. Neste caso, em nenhum dos municípios desse conjunto houve uma alternância de dirigentes municipais em todas as eleições, isto porque em 62,5% houve pelo menos uma reeleição de prefeito municipal, além da surpreendente situação de Jijoca de Jericoacoara, em que o prefeito Sérgio Herrero Gimenez foi eleito três vezes em apenas quatro eleições naquele município.

Dessa forma, quando se considera a totalidade dos municípios cearenses, verifica-se que em 71,74% ocorre o predomínio de uma liderança na política local, enquanto em 21,74% isso se dá a partir de duas lideranças (**Tabela 31**). Em apenas 6,52% dos municípios cearenses, podemos dizer que não houve a predominância de uma liderança em particular, pelo menos no sentido de ter em suas mãos, de forma direta, a condução do poder municipal. Esta observação é importante porque, mesmo não tendo estado como prefeito do município nos últimos anos, o exercício do poder político pode ocorrer de outras formas, inclusive através da participação do clã familiar na condução política municipal. Assim, esses dados, ainda que importantes por evidenciarem a forte presença de algumas lideranças na política local nos últimos anos, devem ser relativizados por não poderem cobrir toda a realidade desses municípios, inclusive porque a dominância política não ocorre apenas do ponto de vista eleitoral.

**TABELA 32**  
**NUMERO DE MANDATOS DE LIDERANÇAS LOCAIS NAS ELEIÇÕES DE 1988 A 2004**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NUMERO DE MANDATOS	TOTAL	
	N	%
02	159	75,71
03	51	24,29
TOTAL DE LIDERANÇAS	210	100,0

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

Para uma melhor compreensão dessa realidade municipal, quanto ao nível de dominância política, devemos observar ainda outros dados, como os expostos na **Tabela 32**. Neste caso, verifica-se que do conjunto dessas lideranças que marcaram forte presença no poder municipal cearense nas últimas décadas (210 ao todo, considerando os prefeitos com mais de um mandato), 75,71% tiveram dois mandatos, enquanto 24,29% chegaram a três mandatos políticos. Este último número é muito significativo porque vai além da condição atual que permite a reeleição de prefeitos e outros mandatos executivos enquanto se permanece no exercício da função, o que, sem dúvida, favorece a recondução do mandato. Assim, ao considerarmos os prefeitos com três mandatos, tem-se uma situação de forte dominância porque o mesmo político foi reconduzido ao cargo também quando já estava afastado da prefeitura, quer dizer, já fazia algum tempo que seu primeiro mandato havia sido concluído. Por sua vez, a própria eleição em três momentos revela uma forte inserção dessas lideranças na política local. Esta é, portanto, uma característica marcante da política cearense, na medida em que se reflete em pelos menos um quarto dos municípios desse Estado federativo.

Quando ampliamos a leitura dos dados da realidade dos municípios cearenses durante o período que engloba o ciclo de hegemonia dos empresários do CIC, incorporando a categoria clã familiar, percebemos que a dominância política é muito mais ampla. Quer dizer, essa dominância não se restringe à personificação do poder em algumas lideranças, mas constitui-se numa conseqüência do poder político e econômico de poucas famílias sobre a realidade municipal, o que se reflete na política do Estado como um todo. De fato, na **Tabela 33**, é possível perceber essa condição como marcante na política cearense porque está registrada na quase metade dos municípios deste Estado federativo nas últimas décadas, quer dizer, em 42,94% dos municípios ocorre a dominância de um clã familiar e em 2,72%, de dois.

Isto significa, portanto, que nos últimos anos, a política cearense, em quase metade dos municípios esteve sob o controle de clãs políticos familiares.

**TABELA 33**  
**NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM DOMÍNÂNCIA DE CLÃS FAMILIARES NA “ERA TASSO”**  
**(Eleições de 1988 a 2002)**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NÚMERO DE CLÃS FAMILIARES POR MUNICÍPIO	Nº DE MUNICÍPIOS	
	N	%
01	79	42,94
02	05	2,72
SEM PREDOMINÂNCIA DE CLÃ FAMILIAR	100	54,35
TOTAL	184	100,00

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

Essa forte dominância de clãs políticos familiares na política cearense é possível de ser afirmada pelo fato de que 65,16%, do total de 89 clãs identificados nesta pesquisa, terem vencido pelo menos 03 das cinco últimas eleições (**Tabela 34**). Quando desmembramos esses dados, verificamos que 25,84% desses clãs foram vitoriosos em quatro das cinco eleições, enquanto 6,74% tiveram êxito em todas as eleições de municípios durante esse vasto período. Estão incluídas nessa última situação, as seguintes famílias: Martins de Carnaubal, Rodrigues de Catarina, Pinheiro de Jaguaribe, Rocha de Morrinhos, Pinho de Poranga e Osterno, de Marco.

**TABELA 34**  
**NUMERO DE MANDATOS POR CLÃ FAMILIAR NAS ELEIÇÕES DE 1988 A 2004**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

NUMERO DE MANDATOS	TOTAL	
	N	%
02	31	34,83
03	29	32,58
04	23	25,84
05	06	6,74
TOTAL DE CLÃS	89	100,00

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

Como referido anteriormente, alguns clãs familiares estenderem seu domínio político do âmbito municipal para a Assembléia Legislativa, formando parte da base de apoio da elite empresarial que conduziu a “Era Tasso”. Incluem-se nessa situação outros casos além daqueles já mencionados com forte presença naquele

poder, com mais de um deputado do mesmo clã familiar (Antonio Leite Tavares, Francisco de Paula Rocha Aguiar, Alexandre Figueiredo, Ciro Gomes, Carlos Cruz, Maria Lúcia Magalhães Corrêa, Francisco Rogério Osterno Aguiar e Manuel Duca da Silveira Neto). Em primeiro lugar, trata-se do caso da família Arruda, de Granja, com quatro mandatos à frente daquela prefeitura nas últimas décadas. Dessa família fazem parte o **ex-deputado federal Esmerino Arruda** e o atual **deputado estadual Esmerino Arruda Coelho Filho**, conhecido por Gony Arruda, que está em seu terceiro mandato. Gony Arruda é filho também de Carmem Sales Oliveira Arruda, duas vezes prefeita do município de Granja. Em segundo lugar, encontra-se a família Girão, de Morada Nova, da qual faz parte o ex-deputado, por dois mandatos, **Fco Xavier Andrade Girão**. Este também conduziu o executivo daquele município por duas vezes, além de mais dois outros parentes que também ocuparam esse mesmo cargo. Registra-se, em terceiro lugar, a família Azevedo de Trairi, com quatro mandatos no executivo municipal, além das seguidas vezes em que o **ex-deputado José Henrique Azevedo** foi eleito suplente de deputado estadual, tendo assumido o mandato nas quatro ocasiões em que isto ocorreu. Em quarto lugar, está o clã familiar do **ex-deputado Tomás Antônio Brandão**, que exerceu sete mandatos de deputado estadual, além de ter sido prefeito de São Benedito em 1972, antes de seu primeiro mandato no Legislativo. Sua família já ocupou, mais recentemente (em 1992 e 1996), outros dois mandatos de prefeito naquela cidade, sendo um deles por seu filho que já faleceu. No período de 2002 a 2006, sua esposa foi vice-prefeita naquela cidade e um filho vereador. Este clã familiar já havia feito outro deputado, Francisco Júlio Filizola na década de 50 e que também foi prefeito da mesma cidade. Em quinto lugar, encontramos também influência da família do **deputado Anto Roque de Araújo** (conhecido por Sineval Roque) na cidade de Antonina do Norte. Esse empresário que está em seu terceiro mandato no Legislativo cearense, já foi prefeito naquele município que, atualmente, é conduzido por um seu parente: Fco Iteildo Roque de Araújo. Em sexto lugar, temos ainda o **deputado Pedro Timbó**, de Tamboril, cuja administração esteve sob o controle de sua família por muitos anos, sendo o seu pai, Francisco Timbó, prefeito em três mandatos no período em estudo.

Este longo balanço sobre alguns dos clãs políticos familiares que marcam presença no cenário cearense foi importante para revelar como a influência na

política local está estreitamente articulada com a condução da política no Estado como um todo, a partir da relação do poder legislativo com o executivo estadual. Dessa forma, a própria realização do ciclo de hegemonia dos empresários do CIC esteve influenciada pelas necessárias articulações políticas com esses clãs familiares, reproduzindo aquela tendência de apoio aos dirigentes governamentais por parte de políticos com longa tradição familiar. Isto é visível quando se observa na **Tabela 35** como essas famílias, que vêm conduzindo o poder local nos últimos anos, foram se acomodando às novas organizações partidárias das quais faziam parte os governantes que assumiram o poder em 1987.

**TABELA 35**  
**TRANSFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS DE CLÃS FAMILIARES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE**  
**1988 A 2004**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

TRANSFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS	CLÃS FAMILIARES	
	N	%
PMDB/PSDB	22	18,49
PFL/PSDB	10	8,40
PDS/PSDB	06	5,04
OUTROS/PSDB	14	11,76
SOMENTE PSDB	06	5,04
SOMENTE PMDB	02	1,68
SOMENTE PFL	01	0,84
SOMENTE PTB	01	0,84
PFL/OUTROS	11	9,24
OUTROS/PMDB	04	3,36
PMDB/OUTROS	05	4,20
ENTRE OUTROS PARTIDOS	14	11,76
PSDB/PPS	04	3,36
PSDB/PSB	01	0,84
PSDB/OUTROS	14	11,76
OUTROS/PPS	04	3,36
TOTAL DE TRANSF.	119	100,0

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

De fato, considerando que dispomos de dados a partir da eleição de 1988 – quando já havia se iniciado a “Era Tasso”, sendo a eleição mais decisiva para a afirmação do poder dessa elite empresarial – verificamos que 18,49% de transferências partidárias realizadas por clãs familiares que atuaram na política local desde aquele ano até 2004 ocorreram do PMDB para o PSDB. Portanto, o dado reflete, sobretudo, a realidade da força do governador em termos de direção partidária, já que a maioria dessas transferências ocorreu a partir da ruptura de Tasso Jereissati e seu grupo com o PMDB e a criação do PSDB no Ceará, com



estréia na eleição para o governo em 1990 e em 1992 para as prefeituras. Por sua vez, alguns clãs familiares que se encontravam em oposição aos novos dirigentes na eleição de 1988 (quando o PDS e PFL estavam sob a direção dos “coronéis”, como mostramos na primeira parte deste capítulo) passaram a compor a base partidária dos novos governantes, ou seja, 8,40% das transferências ocorreram do PFL para o PSDB, enquanto 5,04% se deram do PDS para o partido governista. Além dessas transferências que ocorreram nos primeiros anos do ciclo de hegemonia da elite empresarial, registram-se outras transferências para o PSDB oriundas de outros partidos: 11,76%. Portanto, de modo geral, o movimento de transferência foi mais forte em direção ao partido dos “tucanos” cearenses, representando 31,93% do total, enquanto o PSDB registrou, ao longo desses anos, 15,96% das transferências desses clãs.

**TABELA 36**  
**TRANSFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS DE LIDERANÇAS LOCAIS COM TRÊS MANDATOS (1988 A 2004)**  
**Fortaleza/Ceará**  
**Agosto de 2007**

TRASFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS	LIDERANÇAS LOCAIS	
	N	%
PERMANECERAM PSDB	01	1,96
PERMANECERAM PMDB	02	3,92
PERMANECERAM PFL	01	1,96
PERMANECERAM PT	01	1,96
PERMANECERAM PDS/PPB	01	1,96
PMDB/PSDB	13	25,49
PFL/PSDB	10	19,61
OUTROS/PSDB	05	9,80
PSDB/PPS	02	3,92
PSDB/OUTROS	01	1,96
OUTROS/PPS	03	5,88
ENTRE OUTROS	03	5,88
ENTRE TRÊS PARTIDOS COM PASSAGEM PELO PSDB	04	7,84
ENTRE TRÊS PARTIDOS SEM PASSAGEM PELO PSDB	04	7,84
TOTAL	51	100,00

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

Quando se analisam os dados a partir daquelas lideranças políticas com maior peso na política municipal percebemos a mesma tendência de acomodação ao partido do poder (**Tabela 36**), ou seja, ao partido ao qual está vinculado o governador. Estou tratando aqui apenas de lideranças que cumpriram três mandatos políticos, e que não necessariamente pertencem a clãs políticos familiares, representando um número bem significativo (51) em um universo de 184 municípios.

Neste caso, verificamos que 25,49% desses prefeitos acompanharam a transferência de Tasso Jereissati do PMDB para o PSDB, ou o fizeram em outro momento. Enquanto isto, 19,61% dessas lideranças que haviam sido eleitas pelo PFL, posteriormente, se transferiram para o PSDB, o mesmo ocorrendo com 9,80% que estavam em outros partidos. Por sua vez, entre aqueles prefeitos que registraram mais de uma transferência partidária durante o período dos três mandatos em que foram eleitos, 7,84% tiveram passagem pelo PSDB.

**TABELA 37**  
**PARTIDOS DE LIDERANÇAS DOS MUNICÍPIOS ONDE HOVE MAIS DE UMA DERROTA**  
**ELEITORAL DA ELITE EMPRESARIAL**

Fortaleza/Ceará  
Agosto de 2007

PARTIDOS DE PREFEITOS ELEITOS EM 1988	DERROTAS ELEITORAIS			
	1986		1988	
	N	%	N	%
PFL	09	47,37	11	50,0
PDS	08	42,11	07	31,82
PT	-	-	01	4,55
PMDB	01	5,26	02	9,09
PMB	01	5,26	-	-
PSB	-	-	01	4,55
TOTAL	19	100,0	22	100,0

FONTE: Listagens de Prefeitos Eleitos/ TRE-CE

Essa transferência de partidos, sem dúvida, se refletiu na consolidação da “Era Tasso”. Isto ocorre porque muitas lideranças locais e clãs políticos, que estavam ligadas aos antigos dirigentes cearenses em 1988, influíram nos resultados eleitorais que o candidato Ciro Gomes obteve em 1990. Em outros termos, naqueles primeiros anos de exercício do poder, quando a hegemonia política da elite empresarial não estava consolidada, algumas daquelas lideranças ligadas aos “coronéis” contribuíram para um resultado eleitoral negativo para Ciro Gomes em seus municípios, enquanto depois, já quando tais lideranças aderiram aos novos governantes, a tendência de votos foi revertida, com as duas vitórias consecutivas de Tasso em municípios em que eles exerciam liderança, exatamente quando algumas dessas lideranças e seus clãs familiares já estavam vinculadas ao PSDB ou foram substituídas no comando municipal por políticos desse partido. Isto é visível quando se analisa a **Tabela 37**, com os resultados eleitorais de municípios em que ocorreram mais de uma derrota de candidatos da “Era Tasso”. Esta tabela foi construída a partir dos dados do **Quadro 03** (em anexo), onde constam os

resultados eleitorais de todos os municípios onde a elite empresarial sofreu mais de uma derrota e seus respectivos prefeitos.

De fato, quando se observa os partidos de prefeitos eleitos em 1988 nos dezenove municípios em que Tasso Jereissati fora derrotado em 1986, encontra-se a maioria deles sob o comando de lideranças do PFL (47,37%) e do PDS (42,11%), enquanto apenas em 01 município o comando ficou com o PMDB e em outro com prefeito eleito pelo PMB. Portanto, os prefeitos eleitos em 1988, sob a legenda de partidos liderados pelos coronéis, certamente já exerciam a liderança desses municípios nos dois anos anteriores, o que concorreu para a derrota de Tasso em sua primeira eleição naqueles referidos municípios. No pleito eleitoral posterior, quando Ciro Gomes saiu vitorioso, a mesma tendência se repete, com 50,0% dos municípios em que houve derrota eleitoral estando sob o comando do PFL e 31,82% administrados por prefeitos do PDS. Eram os mesmos prefeitos que tinham sido eleitos em 1988 e que permaneciam sob a liderança dos “coronéis”. Outras derrotas foram decorrentes da oposição de partidos de esquerda, como o PT em Icapuí e o PSB em Santana de Acaraú.

Para as demais derrotas eleitorais, em outros períodos, não se poderia fazer essa relação direta porque a hegemonia do grupo do CIC estava consolidada e já tinha ocorrido a adesão de lideranças e clãs familiares antes vinculados aos “coronéis”. Isto ocorre também porque já não havia uma forte oposição de partidos como o PFL, que abrigou a candidatura do “coronel” Adauto Bezerra em 1986. Assim, teríamos que proceder a uma pesquisa específica em cada um desses municípios para conhecer os fatores que foram determinantes desses resultados, como também de outras cidades em que, de forma isolada, ocorreu uma derrota apenas em todo o conjunto das quatro eleições que marcam este ciclo de hegemonia política.

Em síntese, a leitura de dados sobre políticos eleitos nas últimas décadas no Ceará, coincidindo com a realização da “Era Tasso”, é reveladora da forte dominância política de algumas poucas lideranças locais e de clãs familiares em parte considerável dos municípios cearenses. Isto ocorre seja considerando-se os dados de prefeitos eleitos entre 1988 a 2004, seja analisando-se os dados de aliados eleitorais de Tasso Jereissati e Ciro Gomes que foram conduzidos ao Legislativo cearense. Nos dois casos, verificamos uma grande capacidade dessas

lideranças em se reelegerem, mantendo-se muito tempo à frente do poder executivo municipal ou com mandatos na Assembléia Legislativa, e do mesmo jeito, de influírem para eleger sucessores. Por um lado, essas lideranças estaduais e locais buscam acomodar-se às tendências partidárias dos dirigentes estatais. Isto ocorre mesmo com antigos adversários partidários da elite empresarial que, na medida em que o ciclo de hegemonia se consolidou, buscam firmar novas alianças e assegurar as bases para sua dominância local. Por outro lado, essas lideranças não podem ser dispensadas como aliados políticos, haja vista a sua própria capacidade de dominância na política local. Isto ficou muito claro quando, durante as diversas campanhas eleitorais, a elite empresarial da “Era Tasso” buscou firmar acordos políticos com essas lideranças municipais, reconhecendo a sua força eleitoral e a de seus clãs familiares. Nestes momentos, utilizou-se amplamente da imprensa para apresentar essas adesões de políticos locais aos candidatos da “Era Tasso”, como verdadeiros rituais que comprovavam a importância do apoio conquistado.

A força dessas lideranças locais e de clãs políticos familiares, tendo como conseqüência a grande preocupação dos empresários do CIC de com eles estabelecer alianças, aponta para a permanência de uma situação que é histórica no Ceará, qual seja, de que um número pequeno de famílias participam do processo político e se renovam na política local, disputando entre elas mesmas o controle político da máquina burocrática e do parlamento em âmbito municipal (PARENTE, 2000a). Isto ocorre em consonância com o poder econômico que essas lideranças e famílias exercem em suas regiões, sendo possuidoras de atividades lucrativas centrais para aquelas áreas, além do prestígio pelo fato de ocuparem postos importantes nos municípios, sobretudo pelas atividades que exercem (médicos, advogados, agrônomo, radialista, etc.). Aqui também a histórica realidade da política cearense se mantém, haja vista que desde o período em que era Província, o poder político neste Estado Federativo tem sido exercido por uma pequena elite com educação de nível superior, especialmente, no caso dos deputados provinciais que eram juízes e magistrados formados em Portugal (PARENTE, op. cit.).

Considero que aqui reside, de maneira inequívoca, certa fragilidade política desses dirigentes governamentais, na medida em que buscaram realizar, ao longo do ciclo de hegemonia, diversas estratégias que diminuíssem o peso dessas

lideranças locais. Isto ocorreu, no início, buscando o seu isolamento de qualquer influência sobre a máquina administrativa e, depois, com outros recursos que visavam a uma hegemonia que dispensasse seu apoio mais direto, como veremos no próximo capítulo. Apesar dessas pretensões iniciais, a elite empresarial que comandou o governo estadual nas últimas décadas não pôde criar outra realidade política, na medida em que dependia, cada vez mais, de votos no interior do estado, onde o poder dessas lideranças locais e dos clãs políticos familiares é mais acentuado. Nesse sentido, a hegemonia conquistada durante o ciclo político conhecido como “Era Tasso” assume um caráter limitado, porque foi uma hegemonia sempre marcada pelos traços característicos da sociedade brasileira e cearense, de arranjo entre forças políticas conservadoras e outras com perfil mais moderno, e se produziu como uma hegemonia presa às possibilidades da política no Ceará, o que restringiu a força política da elite empresarial e seu próprio desempenho político-administrativo.

## **CAPÍTULO IV**

### **A FORMA PARTICULAR DE HEGEMONIA DA ELITE EMPRESARIAL NA “ERA TASSO”**

A elite empresarial que ascendeu ao poder com Tasso Jereissati a partir da eleição de 1986, o que inclui o núcleo dirigente governamental e seus assessores diretos, se diferencia dos antigos governantes cearenses, em especial, daqueles que os antecederam: os “coronéis”. Isto ocorre, em primeiro lugar, porque construíram sua identidade política a partir da crítica ao clientelismo e ao tradicionalismo da política local, criando uma marca própria a partir da qual passaram a ser reconhecidos na sociedade (CARVALHO, 2001). Na instituição dessa identidade, usou-se, amplamente, de uma retórica das mudanças, que “... potencializa um capital político e simbólico materializado em discursos e regras de competência distintas das habituais” (BARREIRA, 2002: 65). Assim, nas primeiras campanhas eleitorais, o grande esforço desses novos dirigentes foi o de registrar os resultados de suas ações administrativas, sobretudo o equilíbrio das contas públicas alcançado, como verdadeiras mudanças políticas realizadas, o que os distinguiu dos antigos dirigentes e de suas práticas, que seriam danosas ao patrimônio público.

Por sua vez, a própria imagem gerada respondia às expectativas da população por mudanças efetivas na sociedade. Como reconhece Tasso Jereissati, a primeira vitória eleitoral teria ocorrido exatamente porque a sociedade havia se identificado com as propostas trazidas pelo grupo político e sua crítica à política

tradicional: “Pelo sistema tradicional, se não houvesse idéias que rompessem com todos aqueles valores, não teria nenhuma chance de derrotar os coronéis”. (In: MARTIN, op. cit.: 112). Por conseguinte, para essa vitória eleitoral, e, principalmente, para as demais que consolidaram o ciclo de hegemonia, foram necessárias não apenas as críticas às práticas políticas tradicionais, mas também a constituição de outros padrões de conduta político-eleitoral. Isto significava criar uma nova hegemonia a fim de enfrentar as condições anteriores que mantinham o poder político nas mãos de grupos políticos tradicionais, bem como permitiam as práticas patrimonialistas e clientelistas.

Em segundo lugar, essa nova elite dirigente realizou uma ação governamental voltada para a modernização político-administrativa, buscando reduzir os custos de financiamento da máquina burocrática estatal. Ao mesmo tempo, conseguiu atribuir maior racionalidade às iniciativas estatais e dirigi-las à realização de grandes projetos estruturais para acelerar o processo de desenvolvimento capitalista no Ceará. Dessa forma, não apenas sua identidade política se diferencia das elites dirigentes estatais que os precederam, mas também a dinâmica de seus governos traz inovações em relação à histórica forma de intervenção governamental neste Estado federativo. Não por acaso, os próprios dirigentes da “Era Tasso” ressaltam o impacto político gerado por essa ação de maior controle político-administrativo do Estado, que também tinha como conseqüência o estabelecimento da hegemonia do novo grupo dirigente:

(...) a Coelce (...) eu encontrei muita rede de 30, 40 km. Você fazia: ‘Essa rede está atendendo quantas pessoas?’ -, ‘Não essa rede chega lá até a fazenda do fulano de tal, que é cabo eleitoral tal de outro deputado tal...’ (...) ‘Só vamos fazer energia quando cada quilômetro tiver no mínimo tantas famílias...’ Começava a criar... aí os políticos não aceitavam isso de jeito nenhum (...) (Assis Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 223. Grifo meu).

(...) não tem mais um prefeito, não tem mais um líder político (pode até querer, mas não, não expressam isso) que entre em um gabinete meu, ou de qualquer outro secretário, pedindo um emprego, pedindo uma obra que não seja da comunidade (...) você dá a direção, você não fica a reboque daquelas demandas pontuais, ocasionais (...) aí a transformação foi profunda. (Idem: 228. Grifo meu).

Como mostrei nos capítulos I e II, é esta ação político-administrativa, sobretudo voltada para um projeto de modernização capitalista, com clara dimensão conservadora, que qualifica os “governos das mudanças” como um ciclo de

hegemonia. Em outros termos, esses governos estiveram orientados para um determinado objetivo – a expansão capitalista, que requeria a modernização político-administrativa do Estado – e conquistaram uma hegemonia na sociedade que viabilizou seu projeto de poder. Entretanto, a própria realização desse novo ciclo hegemônico só se tornou possível na medida em que também os empresários do CIC se utilizaram de práticas políticas tradicionais (na captação de votos e na condução do governo), ao mesmo tempo em que buscaram o apoio daqueles políticos e de outras lideranças que circulavam em torno dos “coronéis”, o que foi exposto, principalmente, no capítulo anterior.

É preciso destacar que, sendo representações de uma mesma classe social, os dois núcleos dirigentes também possuíam projetos políticos diversos, em especial quanto à forma de organização burocrática do poder estatal. Com isto, a ação político-administrativo da nova elite empresarial pressupunha controle daqueles recursos da política tradicional, mesmo que fizessem certas concessões aos seus aliados políticos. As diferenças de projeto não implicaram, todavia, antagonismos entre esses setores, tanto que foi possível um novo reagrupamento político após alguns anos de exercício do poder. Isto porque:

A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. Em conseqüência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões às necessidades do clientelismo político. (MARTINS, 1994: 20. Grifos meus).

Todo esse processo de rearticulação da elite empresarial do CIC e as antigas forças políticas do Estado, bem como a ruptura com outros setores da sociedade (como os partidos de esquerda e segmentos intelectuais e políticos das classes médias), implicaram em uma dinâmica política muito particular. Essa dinâmica esteve marcada, o tempo todo, por uma simbiose entre o moderno e o tradicional, atribuindo a esses governos uma particularidade histórica muito interessante. Por sua vez, a realização da “Era Tasso” ocorreu a partir de determinadas condições políticas, especialmente em função das articulações partidárias e com lideranças políticas locais que se realizaram nos momentos eleitorais, contribuindo para a sua



sustentação como ciclo hegemônico. Neste caso, essas articulações foram sendo redefinidas, ao longo do exercício do poder, pelas próprias características do projeto dos “governos das mudanças” e de suas ações administrativas, bem como pelas relações de forças entre os grupos político-partidários cearenses. Da mesma forma, a sustentação política do grupo local também foi favorecida pela vinculação partidária com o PSDB e com os governos de Fernando Henrique Cardoso e, conseqüentemente, pela hegemonia do projeto neoliberal em âmbito nacional.

Neste capítulo, apresentarei as particularidades da política na “Era Tasso”, no sentido de entender a dinâmica que permitiu a continuidade desses governos por longos anos. Por conseguinte, a partir dessa dinâmica política, e também das condições estruturais da sociedade cearense, em particular, e da brasileira, a hegemonia política da elite empresarial do CIC não se realizou plenamente, quer dizer, não pôde ser unicamente a expressão integral da modernidade dessa fração da burguesia local. Isto porque, em se apoiando naqueles setores tradicionais da política cearense, os dirigentes da “Era Tasso” tiveram que estabelecer compromissos e fazer concessões, comprometendo o próprio rumo de seu projeto político, quer dizer, limitando o alcance da modernização político-administrativa do Estado. Ao mesmo tempo, ao dependerem dessas forças políticas tradicionais, também ficaram reféns de uma política frágil, no sentido político-ideológico, e com um caráter volátil. Em outros termos, a hegemonia na “Era Tasso” apresenta seu limite por depender de alianças e compromissos com grupos políticos que têm interesses imediatos a serem respondidos pelo Estado, o que os tornam suscetíveis a acordos com outros segmentos políticos que, a partir do controle da máquina burocrática, possam atender a esses interesses.

Quero insistir que os aliados eleitorais e políticos da elite empresarial que conduziu a “Era Tasso” não se constituíram dessa forma por adesão completa ao projeto de modernização político-administrativa da elite empresarial do CIC, mas exatamente à sua condição de dirigentes governamentais, e o que isto representa como vantagens políticas e particulares de caráter imediato. Essas alianças, portanto, assumiram uma dimensão epidérmica porque estavam voltadas a objetivos que podem ser cumpridos por um ou outro governante, independente de sua filiação partidária e de seu projeto político, sempre quando isto se apresentar mais vantajoso para essas forças políticas com fortes vínculos com a política tradicional. São,

portanto, aliados que podem mudar de posição e de grupo político, de acordo com as conveniências do poder. Esta constatação – amplamente apoiada nos dados apresentados no capítulo anterior quanto às acomodações partidárias das lideranças locais e dos clãs políticos familiares – também foi feita por outros autores, identificando na permanência deste tipo de política, própria de nossa história político-eleitoral, uma das determinações deste ciclo de hegemonia:

A experiência política epidérmica (...) teria levado os empresários-políticos a não descartar a colaboração de políticos destacados por intermédio da arte da chefia (...) mesmo que essas adesões fossem condicionadas a formas transfiguradas de participação comunitária (...) O clima de expectativas gerado pela transição política no país; as promessas da Nova República (...) as migrações de políticos do PDS e do PFL para o PMDB; a euforia da arrojada campanha (...) a cultura governista dos chefes políticos receosos de perderem as graças da situação, tudo isso contribuiu para o encaminhamento das adesões, também em massa, desses chefes aos projetos políticos dos novos empresários, durante quase todo o percurso da campanha eleitoral. (COSTA, 2005: 167-168. Grifos meus).

Por sua vez, são os próprios atores principais deste ciclo de hegemonia que também reconhecem as dificuldades enfrentadas para romper com o padrão de política tradicional, o que os levou a manter apoios políticos sem muita sustentação político-ideológica, sendo muito mais uma consequência de estarem com o controle do poder político no Estado. Da mesma forma, destacam os entraves para criar um grupo político próprio, mais identificado com seu projeto de modernização, bem como a inviabilidade de realizar tal projeto de forma definitiva, o que os levou a depender daquelas alianças eleitorais e políticas. Este reconhecimento das debilidades políticas do próprio ciclo de hegemonia não significa admitir que fossem feitas concessões a fim de se manter no poder, o que seria afirmar a própria hegemonia limitada que caracteriza a “Era Tasso” ou o fracasso de seu projeto político.

Há um esquema de apoio natural de prefeitos e políticos locais. Apóiam-nos – apoio por uma parte – porque ele é governo (...) e outra parte, porque concorda com a nossa forma de exercer o poder (...) o município (...) ainda tem hábitos muito antigos das oligarquias locais (...) São oligarquias que são as mesmas em qualquer governo (...) o interior mudou pouco, mas mudou (...) Não temos privilégios por partidos que são nossos, por municípios que são nossos (...) isso marca uma diferença grande. (Beni Veras. In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 97-98. Grifos meus).

“Acho difícil voltar aquele passado da época dos ‘coronéis’, com aquele clientelismo total e desbragado. Mas desestruturar o Estado é fácil...” (Tasso Jereissati. Idem).

(...) é uma coisa extremamente difícil no interior (...) você operar (...) o surgimento de novas lideranças (...) a população quer coisas novas (...) Tasso reuniu, reúne na personalidade dele (...) dois perfis: do político e do gestor (...) a gente chega muitas vezes a esse impasse no interior: 'há, está surgindo uma nova liderança, esse cara é bom, a cabeça boa, mas ele não tem viabilidade eleitoral (...) na última eleição para prefeito, casos assim que me chocaram profundamente. Você pega um município como Jucás, o Carlile Lavor (...) não conseguiu fazer o sucessor (...) colocou uma pessoa que não tinha esses dois perfis, perdemos a eleição... Perdemos aqui em Itapiúna que também foi uma outra excelente administração do PSDB (...) a população ainda é apegada um pouco àquela veia do clientelismo, do paternalismo (...). (Assis Machado. Idem: 217).

Até este ponto da análise, pude identificar a “Era Tasso” como um novo ciclo de hegemonia política, tanto pelo fato de que ocorreu uma “modernização conservadora” a partir dos governos que o compõem, como pela longevidade atribuída a esses dirigentes estatais a partir da capacidade de conquistarem, seguidamente, os votos da maioria da população cearense. Essa longevidade contraria a tradição da política cearense no sentido de que, dificilmente, um governo estadual conseguia fazer o seu sucessor. Esse ciclo de hegemonia, ainda que tenha sido apresentado por seus protagonistas como a ruptura com a política tradicional, mesmo reconhecendo a permanência de traços próprios deste tipo de política, só pôde se realizar a partir do estabelecimento de determinadas alianças políticas, especialmente nos momentos eleitorais. Isto ocorreu, inicialmente, com setores progressistas da sociedade, que se destacaram na luta pela redemocratização brasileira. Depois, com a própria condução do projeto de “modernização conservadora”, os novos dirigentes estiveram dependentes das antigas forças políticas deste Estado federativo.

Estas últimas alianças não parecem ter sido uma questão de opção político-ideológica, haja vista o reconhecimento de que as mudanças ocorreram, mas enfrentando resistências e chegando mesmo a se manter práticas políticas tradicionais por parte de seus aliados. De fato, para realizar seu objetivo de modernização político-administrativa do Estado, a elite empresarial do CIC buscou construir alternativas políticas que lhes assegurassem a hegemonia necessária para seus propósitos, sem deixá-la subordinada àqueles apoios políticos. Assim, os novos dirigentes tentaram realizar uma dinâmica política particular, e inovadora em muitos aspectos, que permitisse a materialização daquele objetivo e se concretizasse como, de fato, uma ruptura política neste Estado federativo, tal qual anunciado em seus discursos. São os principais traços dessa dinâmica que irei

apresentar neste capítulo, como também pretendo desenvolver uma análise que aponte para as condições estruturais de nossa sociedade que condicionaram este ciclo de hegemonia.

#### **4.1. A Dinâmica Política dos “Governos das Mudanças”: particularidades na relação com os aliados eleitorais e a sociedade**

Os primeiros anos da “Era Tasso” consistiram em um esforço concentrado no sentido de realizar e consolidar o projeto de modernização político-administrativa do Estado. Para tanto, cabia construir uma base política própria, com a intenção, possivelmente, de ter um apoio parlamentar mais identificado com o grupo original do CIC e seu projeto. Neste caso, foi preciso definir estratégias que permitissem a hegemonia necessária à realização do longo ciclo de hegemonia. A afirmação desse duplo objetivo significou, em primeiro lugar, o enfrentamento das práticas clientelistas dos grupos tradicionais e, depois, a transmutação dessas em uma “nova política” sob o comando do grupo de empresários. Com isto, buscaram impor limites ao controle da máquina burocrática e à apropriação dos recursos públicos por parte daqueles setores políticos tradicionais. Todo este esforço, porém, não prescindiu de se fazer concessões a esses grupos a fim de mantê-los como aliados.

Em segundo lugar, como o projeto político de modernização da elite empresarial tinha um caráter conservador, também cedo provocaria o afastamento dos partidos de esquerda que fizeram parte da coligação de 1986. Isto ocorreu, especialmente, em virtude da pouca disposição desses governos em viabilizar uma participação política efetiva desses segmentos. Assim, também foram decisivas, para a saída daqueles partidos do primeiro governo de Tasso Jereissati, as diversas posições que os novos governantes foram tomando em relação à política nacional e, ainda, os inúmeros conflitos que o governo teve com os movimentos sociais. Nesse âmbito, também ocorreu a assimilação de práticas pertinentes a esses segmentos, conformando a política da “Era Tasso” numa síntese de experiências dos setores populares com estratégias da política conservadora das elites.

É possível afirmar, portanto, que a própria realização do “projeto das mudanças” daquela elite empresarial implicava numa revisão de sua base de apoio inicial. Isto porque, por sua dimensão conservadora, não poderia ter o respaldo dos setores de esquerda, bem como, suas medidas de controle dos recursos públicos também atingia interesses de setores mais conservadores que haviam apostado na candidatura de Tasso Jereissati em 1986. De um lado, as alterações na máquina administrativa – que tinham o sentido de torná-la enxuta, flexível e eficiente, fazendo parte da perspectiva mais geral de contra-reforma do Estado que foi exigida pela “modernização conservadora” da “Era Tasso” – implicavam no combate ao empreguismo, estratégia corriqueira da política tradicional. De fato, afirmar o projeto político construído desde a militância na entidade empresarial era incompatível com aquelas práticas próprias do clientelismo, pelo menos no nível em que ocorriam. Isto porque dilapidavam os recursos públicos de um Estado que estava enfrentando forte crise fiscal<sup>124</sup>, da mesma forma em que dificultavam o seu próprio funcionamento do ponto de vista técnico-gerencial.

De outro lado, as medidas tomadas pelos “governos das mudanças” foram além do objetivo moralizador, implicando em sérios prejuízos ao serviço público e, em especial, ao seu quadro funcional. As conseqüências dessas medidas, portanto, foram amplamente combatidas pelos partidos de esquerda, mesmo os que apoiaram esses governos nos seus instantes iniciais. Da mesma forma, os impactos dessa modernização significaram a perda de votos em importante setor social, como o funcionalismo público, e camadas da classe média, com nítidos reflexos nos votos obtidos na Capital em eleições posteriores. Vejamos, de forma mais demorada, como ocorreram esses primeiros momentos de modernização da máquina administrativa e suas implicações para a base política de apoio da elite empresarial.

Nos primeiros meses do governo Tasso I foi lançado um pacote de medidas administrativas para enxugar a máquina estatal e moralizar as contratações públicas, os chamados “decretos mudancistas”.

Uma parte significativa das medidas buscou remediar as irregularidades cometidas entre junho de 1986 e março de 1987, os últimos meses do

---

<sup>124</sup> Tasso tomou posse do Governo do Ceará em 15 de março de 1987 e, já no dia 19, anunciava a situação crítica das contas públicas. “Reunido com o secretariado e seus líderes na Assembléia, o governador recém-empossado fez um diagnóstico da situação. O Estado estava quebrado”. (O Povo, 18 de março de 2002).

governo Gonzaga Mota, quando a troca de favores alcançou o seu auge. Os pontos mais importantes incluídos nos decretos foram os seguintes:

1. Anulação de todas as contratações para a administração direta e indireta realizadas entre 18 de junho de 1986 e 15 de março de 1987.
2. Cancelamento de todas as promoções, transferências e nomeações para cargos comissionados estabelecidos entre 18 de junho de 1986 e 15 de março de 1987.
3. Exigência que todos os servidores comparecessem às suas repartições para o recebimento do cheque-salário, sob pena de terem suspensos os seus vencimentos. No caso de ausência após o segundo mês, esses servidores seriam excluídos permanentemente da folha de pagamento do governo estadual.
4. Corte de todas as gratificações de professores da rede pública que não ministravam aula.
5. Congelamento de todas as transferências e reclassificações por seis meses.
6. Extinção das gratificações dos docentes e funcionários universitários e suspensão da concessão do regime de 40 horas semanais e dedicação exclusiva.
7. Revisão de todas as disposições de servidores estaduais com ônus, permitindo a disponibilização para a União e municípios sem ônus para o Estado.
8. Exigência da presença física diária do funcionalismo público estadual no local de trabalho.
9. Proibição da contratação de servidores públicos do contrato no Diário Oficial do Estado.
10. Suspensão da autonomia para alteração dos salários de servidores da administração direta e indireta.
11. Concentração no Serpro (Serviço de Processamento de Dados do Ceará) da emissão de contracheques e folhas de pagamentos.
12. Exigência da publicação mensal no Diário Oficial do Estado de um demonstrativo do quadro funcional, com nomes e respectivos vencimentos dos seus integrantes.
13. Requisição para que a Comissão de Acumulação de Cargos encaminhasse à Secretaria da Fazenda todas as contratações ilícitas e acumulação ilegal de cargos. (ABU-EL-HAJ, 2002: 95-96).

Em consonância com essas medidas administrativas, foi composto um quadro de secretários com perfil predominantemente técnico, além, é claro, daquele originário do núcleo do CIC e de outros vinculados aos movimentos sociais de esquerda, como já referido no capítulo I. A composição do secretariado refletia, também, mais uma investida sobre as forças políticas tradicionais, quer dizer, tirar dessas forças políticas o controle da burocracia estatal, cuja sobrevivência política dependia da rede de dependência e apadrinhamento que se constituía a partir desse controle sobre o Estado.

A composição do secretariado do primeiro governo Tasso confirma o peso dos técnicos, infinitamente superior às nomeações políticas. O perfil dos secretários-chaves do governo aponta para um grupo de funcionários compartilhando reconhecido mérito técnico, ativismo em movimentos sociais de base e oposicionismo ao regime militar. Em outras palavras, a qualidade técnica convergia com preocupações sociais e compromissos com a

mudança social, um claro rompimento com o padrão político tradicional predominante no Ceará durante os governos dos coronéis. (Idem: 92).

Tudo isto gerou, logo no início do governo, conflitos e rupturas de alianças com diversos setores que viabilizaram a ascensão ao poder do referido grupo de empresários. Os conflitos ocorreram, sobretudo, em relação ao PMDB, partido do governo, incluindo, desde cedo o ex-governador Gonzaga Mota. Neste caso, a relação difícil já vinha do período da campanha, como vimos no segundo capítulo, quando Tasso procurava, em seus discursos, se distanciar do governador que o apoiava, generalizando a crítica que fazia aos “coronéis”. Assim, Tasso atribuía a todos os governos anteriores a responsabilidade pela miséria do Estado que seria decorrente do clientelismo político.

A imposição de outro estilo de administração pública, tal como anunciado no projeto dos empresários, representou, desde cedo, o distanciamento político com importantes líderes do setor histórico do PMDB, como Paes de Andrade, e ainda de outras lideranças daquele partido. As mudanças realizadas deviam tornar a máquina administrativa menos permeável ao empreguismo, que sustentava os grupos políticos tradicionais, mas também era amplamente utilizado pelos políticos, em geral, a fim de atender suas bases eleitorais. Para a determinação desse estilo administrativo foi muito importante a figura de Sérgio Machado, secretário de governo. Ele passou a fazer a triagem das demandas de políticos da base governista, com o objetivo de evitar o predomínio de interesses individuais e /ou de grupo em detrimento da política de racionalização da máquina burocrática.

A centralização dos poderes políticos do Executivo na figura do secretário de governo permitiu que o “varejo” realizado no período dos coronéis fosse substituído por uma administração mais criteriosa e hábil para lidar com as demandas oriundas da política, com o objetivo de acomodar todos os interesses em conflito sem que se prejudicasse a tentativa de ajuste fiscal em andamento. (BONFIM, 2002: 50).

Alguns depoimentos são elucidativos desse estilo de administração do poder governamental. Primeiro, é o próprio Sérgio Machado que expõe as medidas que causaria, mais tarde, constrangimentos para os políticos da base de apoio do governo Tasso:

Eu era secretário de Governo (...) viajei muito pelo interior, discutindo. Ninguém me pedia um emprego (...) Quando fomos formar o governo, já formamos com base nos currículos e ficou todo mundo doido (...) Imagina o que é numa sociedade se cortar quarenta e dois mil contratos, num Estado

que tinha cento e quarenta e dois mil empregos! E havia gente que tinha dez, doze contratos. (Sérgio Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 191. Grifo meu).

A nova dinâmica governamental também passava por mudanças culturais:

Nenhum deputado admitia chegar no gabinete do governador e não entrar imediatamente. Isso era uma forma de dizer que tinha proximidade com o governador e tinha *status* político (...) o Tasso simplesmente fez (...) coisas como devem ser feitas: todo mundo esperava na sala de espera, como inclusive eu e todos aqueles amigos que gozam total intimidade de amizade (...) isso era o começo do rompimento das ações de mudança (...) o Tasso criou uma nova forma de administrar o poder, dando importância a cada pessoa (...) lembro (...) um deputado entrando na sala dele, reclamando que tinha esperado quarenta minutos. E o Tasso disse: '(...) não gosta do processo, eu faço o seguinte: eu mando todo mundo entrar (...) fica numa mesa só' (...) Ele disse: 'Não, não (...) é em particular!' 'Pois é, o outro também...' (...) e o público político não estava acostumado, do mesmo jeito que a imprensa não estava acostumada com isso. (Lauro Fiúza Júnior. Idem: 294-295. Grifos meus).

Em uma série de reportagens sobre os 15 anos da “Era Tasso”, o jornal O POVO apresenta interessante relato sobre como os políticos tiveram que se dobrar ao novo estilo de poder:

Reunidos para almoçar diariamente no Cambéba, o grupo do CIC – Tasso, Beni Veras, Assis e Sérgio Machado, Byron Queiroz, Cândido Quinderé e Airtton Angelim – traçava as linhas políticas do Estado. De lá, saíam ordens duras de não flexibilizar com o funcionalismo público, nem para ceder à pressão de prefeitos e deputados (...) Certa vez, o então secretário de Obras, Assis Machado, estava estudando relatórios do antigo Daer, o Departamento de Estradas da época, em seu gabinete. A porta abriu-se de sopetão. Era um importante deputado, tido como dono do Daer. – ‘Deputado?! O senhor marcou comigo?’, assustou-se Assis. – ‘ Não, mas preciso falar com você’. – ‘Mas eu estou trabalhando. Estou lendo este relatório. Desculpe, deputado, mas o senhor não marcou comigo’, pondo-o para fora. O ‘dono do Daer’ saiu da sala, e do governo (...) A prática obviamente não se limitava a Assis. Entre os políticos da época, ficou conhecido o ‘chá de cadeira’ que levavam para ser recebidos no Palácio. O advogado Aroldo Mota conta, no livro História Política do Ceará (87-91), que o secretário de governo, Sérgio Machado, foi aconselhado a resolver o problema. ‘Sem os decretos de nomeação para entregar, Sérgio mandou retirar as cadeiras dos gabinetes dos deputados dos secretários. E, sem as cadeiras, os deputados sumiram do Cambéba. Problema resolvido’, escreve Mota. O resultado das medidas foi sentido até o fim do ano, quando a base do governo, que chegou a ser de 24 deputados, perdeu a maioria. (18 de março de 2002).

Nesses termos, os conflitos com políticos da base aliada foram sentidos imediatamente, como apresentado na citação acima, e, posteriormente, se refletiram também no quadro de alianças nos pleitos eleitorais seguintes. Portanto, a primeira conseqüência desses desentendimentos com a base de apoio do PMDB logo se refletiram em baixas significativas do governo na Assembléia Legislativa:



O PMDB elegera 24 deputados, mas logo começaram os rachas no partido. Em junho de 1988, o governo já admitia, tardiamente, que era minoria. O presidente da Assembléia, Antônio Câmara, rompeu em 15 de setembro, acusando o secretário de governo Sérgio Machado (...) de promover o clientelismo e o aliciamento. Os deputados queixavam-se que estavam sendo desprezados, e perdiam direitos a indicações. (O POVO, 18 de março de 2002).

No caso de Paes de Andrade, um dos líderes históricos do PMDB, o rompimento da aliança era inevitável e foi deflagrado em novembro de 1987, oito meses após o início do governo, quando Tasso Jereissati decidiu exonerar:

(...) Domingos Aguiar da superintendência do Instituto de Previdência do Estado (IPEC), um celeiro de clientelismo e troca de favores entre situacionistas e oposicionistas durante o coronelismo. Os aliados do Cambeba reivindicavam a exoneração de Sérgio Machado, o alvo preferido dos críticos do estilo Cambeba. Sustentado politicamente por Tasso Jereissati e membro do núcleo duro do CIC, Machado manteve a demissão de Domingos Aguiar, culminando com o distanciamento definitivo de Paes de Andrade. (ABU-EL-HAJ, 2002: 93).

Outro episódio relatado por Beni Veras sinaliza para o tipo de dificuldades que os novos dirigentes estatais tinham que enfrentar em sua relação com a base aliada e as conseqüências que daí resultaram, com afastamentos de muitos deputados aliados:

Um deputado do PMDB propôs, através de uma lista assinada por todos os deputados do PMDB, para ser diretor do Daer. Quando fomos ver esse homem tinha dado um desfalque no Daer como tesoureiro. Só nesse lance nós perdemos metade da bancada estadual do PMDB. (Beni Veras. In: MARTIN, op. cit.: 94).

Assim, o Governo Tasso I acabou por afastar, em um primeiro momento, grupos políticos que se sustentavam a partir do uso da máquina burocrática e dos recursos públicos, sobretudo a condição de indicar pessoas aos cargos que seriam ocupados no governo, até mesmo no segundo escalão como é prática comum. Ao impor um forte controle da administração do Ceará, o grupo do CIC buscava, mais tarde, estabelecer novas práticas na condução das políticas públicas a fim de construir seu domínio político em novas bases, submetendo as diversas lideranças políticas ao seu “poder de mando”, como mostrarei mais adiante. Todo esse processo é apresentado pelas lideranças do CIC como uma verdadeira ruptura política:

O primeiro foi um governo de conflito (...) porque havia uma mudança a ser feita (...) O segundo já foi um governo feito de harmonia (...) aceito com muita mais naturalidade (...) O Estado era propriedade privada. Os políticos já agiam como se o Estado fosse seu (...) O cartão 'quem indicou' também acabou; os cargos do Estado são todos preenchidos por concursos. Enfim, é uma forma diferente de fazer a coisa (...) os políticos tiveram grande contrariedade (...) e os empresários (...) estranharam, quando começamos o governo, que não tínhamos condições de facilitar a vida para eles. (Beni Veras. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 95-96).

O pensamento de Beni Veras também é corroborado por Jereissati:

Na Assembléia? Essa ruptura começou a acontecer desde o início do governo. Quando determinados grupos (...) começaram a chegar, no sentido de lotear o governo (...) nós não aceitamos isso, a ruptura começou. Quer dizer, a insatisfação dos deputados e de grandes grupos que fizeram a campanha toda começou a aparecer. Até outros setores (...) homens de esquerda, tidos como desvinculados do governo, mas não eram, na verdade (...) tínhamos um leque de rupturas muito maior do que o leque [riso] de apoio. Tínhamos perdido apoio de muitos setores da imprensa (...) Conseguimos e tivemos – e foi o que nos sustentou – o apoio popular. (TASSO JEREISSATI. Idem: 165. Grifos meus).

Nos depoimentos acima ficam demonstrados que as medidas de combate ao empreguismo e de moralização do serviço público geraram descontentamentos, também, em outros setores da sociedade, além dos políticos. No caso da imprensa, há denúncias de que este setor da sociedade tinha "... elementos que dependiam do Estado, os empregos eram pagos pelo Estado, os jornais na época não precisavam contratar os seus jornalistas, pagavam um salário mínimo e o resto era complementado com cargos". (Lauro Fiúza Júnior. Idem: 282). Isto ocorria, desde a época dos "coronéis", como forma de ter as ações do governo respaldadas na opinião pública. Ao romper com essa relação, de imediato, Tasso Jereissati sofreu acirrada oposição desse setor, em virtude também de prejudicar os jornais locais ao estabelecer regras e disciplinar as propagandas governamentais. Com o tempo, essa oposição da imprensa vai se dissipando, evidenciando a capacidade de domínio dos empresários do CIC.

A imprensa e a própria classe política (...) se voltaram contra o governo (...) chegamos a ter seis deputados estaduais, só favoráveis ao governo (...) ficamos com uma grande maioria contrária (...) não acreditaram que (...) a prática ia ser igual ao discurso (...) Tasso nunca foi contraditório (...) a imprensa também canalizava (...) além dos próprios interesses (...) os descontentamentos de outros segmentos que estavam (...) tendo os seus privilégios combatidos pelo governo (...). (Assis Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 219. Grifos meus).

Por sua vez, houve fortes reações por parte das classes médias em virtude de prejuízos que tiveram com o corte de contratos de trabalho. No caso da camada média alta, há, nesse momento inicial, rejeição aberta aos novos governantes. Segundo expoentes da elite empresarial, isto fora compensado com o apoio popular:

(...) eu não podia ir a um jantar em um restaurante mais grã-fino que as pessoas me viravam a cara. Era rara a pessoa que não tivesse, ela ou um parente, que não tivesse perdido alguma coisa, algum bico no Estado (...) 98% da população não perdeu nada com aquelas medidas (...) crescia o apoio popular. (Tasso Jereissati. Idem: 166. Grifo meu).

Os setores médios da sociedade tinham ampliado sua presença no serviço público ainda durante o regime militar, se beneficiando da política de empreguismo dos “coronéis”, como também foram testados como base de apoio ao governo central.

Até 1987, o setor público cearense encontrava-se em plena decadência e as causas da sua deterioração eram de ordem estritamente política. O agravamento do empreguismo, ou a troca de empregos por lealdade política, coincidiu com o avanço da oposição e das derrotas eleitorais do regime militar e de seus aliados. Tentando barrar o avanço das forças democráticas, o regime buscou, inutilmente, a cooptação da classe média brasileira através da ampliação de postos de trabalho no setor público (...) Entre 1983 e 1987, os dados da Secretaria da Administração do Governo do Ceará revelam uma expansão na ordem de 43% do número total de funcionários públicos estaduais. (ABU-EL-HAJ, 2002: 89).

Com a racionalização administrativa da “Era Tasso”, esses espaços teriam que ser ocupados a partir de outros recursos, como concurso público ou licitação de serviços, e mesmo reduzidos, haja vista a proposta de enxugamento do Estado.

Na perspectiva de modernizar a máquina burocrática estatal – cujo objetivo também era moralizar o serviço público com o fim do empreguismo, mas a ele não se reduzia – os “governos das mudanças”, ao longo de suas experiências administrativas, estabeleceram uma relação permanentemente conflituosa com o funcionalismo público em geral. Não poderia ser diferente, já que este foi o segmento social mais duramente atingido pelo conjunto das reformas realizadas em consonância com o projeto dos empresários de construir uma nova estrutura estatal. Inicialmente, as relações tensas com esse setor foram conseqüências de alguns dos “decretos mudancistas”, aqueles que previam a extinção de contratos de trabalhos de professores e acabou por provocar a queda do então secretário de Educação, Paulo Elpídio, e de sua equipe. A extinção de contratos de professores era uma das

medidas de contenção dos gastos públicos, o que gerou sérias conseqüências para as políticas públicas.

Um exemplo disso está na área de Educação. O contrato dos professores previa 20 horas de trabalho semanal. Poderia haver renovações de contratos, para professores que trabalhassem em vários turnos. Os técnicos identificaram uma leva de servidores que tinham quatro e até cinco contratos. Foram todos revogados. 'Ninguém chiou. Uns cinco mil sequer apareceram para pegar o pagamento do último mês', lembra o professor André Haguette, assessor da Secretaria na época. Mas o núcleo do Governo queria mais. Extinguiu o terceiro contrato e, dias depois, o segundo. Essa última medida provocou reação na própria secretaria. Os técnicos alertaram que a medida era ilegal, imoral e iria deixar escolas sem aula. Apesar disso, o Governo exigiu a execução do decreto. O caso acabou levando à queda do secretário Paulo Elpídio e de sua equipe. Devido à má distribuição de professores no Estado, o corte atingiu distintamente os municípios. Alguns foram seriamente prejudicados, enquanto outros pouco sentiram os efeitos. Com o passar do tempo, boa parte do pessoal que perdeu o segundo contrato conseguiu, na justiça, o direito à reincorporação. Para a educação, no entanto, ficou a marca da ruptura. (O POVO, 18 de março de 2002).

Esse episódio também gerou um grande desconforto para a base governista na Assembléia Legislativa:

Na tribuna da Assembléia, o então líder do governo, Ciro Gomes, interrompera seu discurso pela enésima vez. A cada vez que tentava, mais os manifestantes – na sua maioria servidores públicos – lhe vaiavam e xingavam (...) Desde 1º de março de 88, o deputado (...) tentava fazer passar mensagens sobre o reajuste do funcionalismo público e o corte de carga horária de professores (...) As medidas impopulares deixaram um clima tão acirrado que Ciro soube de aliados que foram cuspidos por manifestantes. No dia seguinte, não houve sessão por falta de *quorum*. E, ainda assim, os servidores vaiavam. (Idem).

Depois, por diversas vezes, o funcionalismo foi prejudicado por outras medidas de enxugamento da máquina estatal e redução de seus custos. Isto ocorreu através de extinção e fusão de órgãos públicos, privatizações, terceirizações, programas de demissão voluntária, extinção ou redução de gratificações e, ainda, uma intensa política de contenção salarial (Cf. Nobre, 1999). Em 1999, é lançado outro conjunto de medidas relativas à reforma administrativa do Estado. Essas, conhecidas como “pacotasso”, restringiram diversos direitos dos servidores:

Foram extintas, entre outras conquistas, o quinquênio, a licença-prêmio, o auxílio-doença, o abono pecuniário de férias e o montepio civil e militar, além de instituir um sistema de previdência que aumentou a alíquota de desconto para os ativos e quis obrigar aposentados e pensionistas a contribuírem. O desconto só não foi efetivado por conta de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu essa prática em todo o país (...) Além da desvalorização permanente de servidores, o Cambéba fez

uma clara opção pelo contrato temporário terceirizado nos serviços desempenhado pela administração pública, semelhante à prática do setor privado da economia. (BRUNO E ANDRADE, 2002: 82).

Em todos esses momentos, a marca dos “governos das mudanças” foi de intransigência naquilo que implicaria negociações com o funcionalismo público e suas representações de classe. Essa postura era combinada com o firme propósito, de caráter neoliberal, de tornar a máquina burocrática enxuta e flexível. Como conseqüência, esses governos tiveram que se fortalecer em outras bases sociais a fim de superar a crescente oposição desse importante setor, como também convergiram seus esforços para o interior do Estado a fim de compensar a perda eleitoral no espaço de Fortaleza. Isto porque é na capital onde se concentram os serviços públicos e, portanto, onde o quadro do funcionalismo público é maior, refletindo-se no baixo desempenho eleitoral desses governos, inclusive de seus candidatos à Prefeitura em vários momentos.

No esforço de obter êxito eleitoral e de sustentar a “modernização conservadora”, os “governos das mudanças”, como já exposto, utilizaram amplamente o recurso do *marketing* político. No caso daquelas medidas administrativas, foi construída a idéia de que eram necessárias para a superação da miséria do Ceará. Da mesma forma, transferiram para o quadro funcional do Estado a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas por suas administrações. Com isso, o conflito entre governo e funcionalismo público passou a ser, crescentemente, aberto:

(...) exemplo (...) foi a publicação de uma nota, em 1989, assinada por 53 entidades de trabalhadores, em resposta à propaganda veiculada na televisão, onde o Governo do Estado acusava o servidor pela falta de recursos para investimentos sociais, porque quase todo o dinheiro público arrecadado era usado para pagar a folha de pessoal. (CARLEIAL, 2000: 97. Grifo meu).

Em outros momentos, o Mova-se (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará) se posicionou energicamente na defesa de direitos sociais e trabalhistas que o setor estava perdendo, como no caso da implantação do Regime Jurídico Único, em 1990. Isto ocorreu também em diversas outras situações quando houve “... descumprimentos das leis trabalhistas e de desrespeito às sentenças judiciais, praticados pelo Governo das Mudanças. Até 1992, o Mova-se promoveu 99 ações de reclamações trabalhistas”. (Idem: 96).

A reação dos governos que compõem a “Era Tasso” foi, permanentemente, de não abertura para o diálogo e contra a participação dos servidores públicos nas questões gerais que os envolviam diretamente. Isto ocorreu também quanto a outros setores dos movimentos sociais, ainda que, no início, esses governos tenham ensaiado uma tentativa de diálogo. Trata-se, aqui, da existência da Assessoria Sindical, nos primeiros meses do Governo Tasso I, vinculada à poderosa Secretaria de Governo, sob o comando de Sérgio Machado. Essa assessoria era:

(...) composta por dirigentes sindicais, como Fausto Arruda (representando o Movimento Revolucionário 8 de outubro/ MR-8) e Manoel Arruda (na época, membro do PMDB), que passaram a fazer um trabalho de relações públicas com os trabalhadores organizados. Essa assessoria sindical foi desativada pouco tempo depois, antes de completar seu segundo aniversário (...) O Governo do Estado, a princípio tinha outros contatos com organizações sindicais, ao promover debates políticos e técnicos abertos às entidades representativas dos trabalhadores. Por motivos que não foram dados a conhecer, o Governo do Estado interrompeu esses contatos com as entidades sindicais. Acredito que essa política de relações com os sindicatos não tivesse consistência, pois não propiciava efetiva participação nas decisões, limitando-se a uma mera formalidade. (Idem: 94-95).

Essa não seria a primeira vez que os empresários do CIC frustravam tentativas de diálogos com a sociedade, ainda que a primeira campanha de Tasso Jereissati afirmasse, em vários momentos, a perspectiva de um governo participativo<sup>125</sup>. De fato, como mostramos no segundo capítulo, houve grande expectativa de participação no governo por parte de setores que fizeram parte do movimento Pró-Mudanças. Este surgiu dos comitês da sociedade civil, durante aquela primeira campanha, que discutiam e preparavam propostas para várias áreas do governo como educação, saúde e ação social. Daquele movimento saíram nomes para o secretariado – Eudoro Santana (Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária), Carlile Lavor (Secretaria de Saúde) e Pedro Albuquerque (Sub-Secretaria de Ação Social), dentre outros – como também as contribuições técnica e intelectual do grupo foram plenamente aceitas para o programa de governo.

(...) Para Carlile Lavor (...) a fundamentação das ações do governo em áreas como saúde vieram do Pró-Mudanças. Os agentes de saúde foram

<sup>125</sup> Eudoro Santana, secretário de Agricultura e Reforma Agrária nos primeiros meses do governo, fala de sua frustração pelo não cumprimento das promessas de campanha de que o governo seria participativo, sobretudo quanto ao isolamento que os empresários do CIC estabeleceram em relação ao movimento Pró-Mudanças: “Para Eudoro, isso foi desperdiçado por um governador que havia prometido um governo participação. ‘Eu tenho documentos de um seminário realizado em Aratuba onde o Tasso fala frases como esta: ‘No nosso governo o planejamento vai começar da rua, do bairro para o distrito’. Nada disso aconteceu, defende o deputado”. (O Povo, 18 de março de 2002).

uma dessas propostas. 'Era o grupo mais coeso, e Tasso percebeu isso', diz. Assis Neto pontua também que grande parte da equipe do primeiro governo saiu do Pró-Mudanças. 'Nós não tínhamos ninguém. Nosso pessoal era aquele', afirma. (O POVO, 18 de março de 2002).

Contudo, a presença de membros do Pró-Mudanças no secretariado e a aceitação de propostas elaboradas nesse espaço não implicaram uma participação efetiva. Enquanto movimento, o Pró-Mudanças seguiu trabalhando durante nove meses depois da posse de Tasso, sem nunca ter sido recebido por ele.

Vários participantes do Pró-Mudanças (...) acreditavam que o movimento acabou morrendo por inanição. 'Nada foi levado em consideração pelo governo', acusa Eudoro Santana. Num de seus depoimentos sobre o caso, Amarílio afirma que o movimento se dissolveu 'porque tudo aquilo era uma crença do diálogo de um só: tinha que ter o outro lado, mas o outro lado não queria papo. (O POVO, 18 de março de 2002).

De fato, o que está expresso no conflito entre o movimento Pró-Mudanças, personificado pelas lideranças do CIC em Amarílio Macêdo, e o núcleo central do Governo Tasso I são as diferentes concepções de participação social e de governo que marcaram o heterogêneo leque de seus aliados políticos na primeira campanha. Na medida em que as ações governamentais foram ganhando um contorno mais conservador, as divergências com os setores do campo mais à esquerda e centro-esquerda se fizeram notar. Assim, a partir dessa postura fechada da elite empresarial, produziu-se mais uma divergência, agora envolvendo um ex-dirigente do CIC, Amarílio Macêdo e, conseqüentemente, seu afastamento do governo. Nesse momento, também são isolados do governo os dois partidos comunistas, PC do B e PCB, que tiveram papel importante na mobilização da sociedade civil.

Da mesma forma, as divergências entre setores dos "governos das mudanças" sobre a política nacional, em especial entre o núcleo dirigente da elite empresarial e lideranças de esquerda, encerram não apenas posições diferenciadas quanto à política conjuntural, mas explicitam as diferenças de projetos políticos que envolviam a relação daqueles dois setores da sociedade. E também, as relações de força que se estabeleceram desde o início desse ciclo de hegemonia, atribuindo-lhe, muito cedo, um caráter conservador e direcionando suas ações administrativas ao atendimento de interesses das elites cearenses. Assim, no caso do afastamento de Eudoro Santana e sua equipe, em 1989, da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, ficou extremamente prejudicado o processo de reforma agrária que vinha sendo realizado pelo governo Tasso I, enquanto "... uma estratégia de consolidar as

relações capitalistas no campo, sob a liderança do setor mais dinâmico da agricultura, o complexo agroindustrial” (MARTINS, 2002: 149). Essa proposta de reforma agrária respondia também às pressões sociais dos trabalhadores rurais, da Igreja Católica e de alguns partidos da base de apoio do governo, em especial o PC do B, PCB, PDT e setores do PMDB:

(...) o que efetivamente justificou o empenho do ‘Governo das Mudanças’ em apoiar o processo de reforma agrária já em curso, desde a promulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (...) foi a intensa mobilização de trabalhadores rurais (...) exemplo (...) dois candidatos do Partido dos Trabalhadores chegam à Assembléia Legislativa na mesma eleição (...) (BESERRA, 1994: 18-19).

O governo Tasso I havia criado o “Programa de Apoio à Reforma Agrária” com considerável suporte institucional para a sua realização a partir da presença de Eudoro Santana, reconhecida liderança de esquerda que fora eleito deputado pelo PMDB, atendendo, dessa forma, aos interesses daqueles setores que defendiam a reforma agrária.

Essa proposta de reforma agrária, por sua vez, teve grande ressonância entre técnicos daquela secretaria, isto porque tinha como pressuposto “... a organização dos assentamentos em torno de elementos produtivos, contando com as experiências pedagógicas e políticas anteriores desses mesmos técnicos” (COSTA, 2003: 82). A ação daquela secretaria dispunha de mecanismos importantes como o GERA – Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária, um elo de mediação entre técnicos e trabalhadores rurais, sem a representação patronal, e ainda, as Feiras de Reforma Agrária, quando ocorria a comercialização de produtos de assentados e também atividades políticas e culturais, contando com expressiva participação da sociedade civil. Em um desses momentos, na II Feira de Reforma Agrária, que ocorreu em agosto de 1989, Tasso Jereissati foi vaiado após referir-se, em seu discurso, ao candidato Fernando Collor de Mello (MARTINS, op. cit.)

Na pesquisa de Costa (2003), que expõe a relação próxima dos técnicos da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária com os “governos das mudanças”, naquela fase inicial do processo de reforma agrária, há também o registro do nível de organização dos trabalhadores rurais e da proximidade estabelecida entre a FETRAECE e aquele governo. Segundo a autora, com base nos depoimentos tomados, essa organização sindical foi alvo privilegiado de repasses de recursos,



como também esteve sintonizada com a proposta governamental no tocante ao encaminhamento da reforma agrária:

(...) por falta de uma base teórica mais profunda, eu apenas intuía que havia diferença entre a luta pela terra e luta pela reforma agrária institucionalizada pelo Estado, como também não compreendia que a Federação {FETRAECE} apoiava esta última. ('técnica de campo' da EMATERCE. In: COSTA, op. cit: 83).

Em outro depoimento, torna-se claro como o governo encontrava suporte no meio sindical para suas ações:

A partir do Projeto Nordeste se intensifica a participação da FETRAECE. Antes aqui no Estado, a gente não tinha essa questão de passar recursos só para o sindicato (...) Com a centralização desses recursos na Federação, não podemos mais repassar direto para os trabalhadores (...) Com a questão da passagem de recursos diretamente ao movimento sindical ele se torna um órgão executor do governo (...) Eu mesmo já presenciei esse jogo em reuniões do CRDR {Conselho Regional de Desenvolvimento Rural na SUDENE}. Tem momento que a representação dos trabalhadores do Nordeste vota a favor de coisas prejudiciais a eles (...). (assessora técnica da SEARA. In: COSTA, op. cit: 84).

O vínculo da FETRAECE com o governo Tasso I também está evidenciado em depoimento de um líder da oposição sindical:

Nós tivemos duas grandes prisões: uma em Canindé e outra em Sobral. Muita tortura (...) quase ficavam mortos (...) A direção da FETRAECE sequer nos acompanhou à cidade onde fomos torturados porque era uma área de apoio e o latifundiário que fez isso estava de acordo com o governador (...) existe conflito da Federação com o próprio MIRAD {Ministério da Reforma Agrária}, com a própria Secretaria de Agricultura. O atraso da nossa Federação é maior do que esses dois setores de governo. (In: COSTA, op. cit: 85).

O nível de comprometimento dos técnicos com a luta dos trabalhadores rurais, bem como a participação na proposta de reforma agrária que vinha sendo implantada, também aparece nos registros da pesquisa de Martins. Isto ocorre especialmente quando as denúncias sobre a violência no campo se tornam necessárias.

Os trabalhadores conquistam o acesso aos órgãos governamentais, apresentam suas propostas, discutem com as autoridades o atendimento de suas necessidades. Os técnicos passam a conhecer e se comprometer com o processo em curso. Rompendo com os padrões de comportamentos impostos, ao longo de anos, pelo autoritarismo do regime militar e pelo empresariado (mais recentemente), alguns funcionários públicos assumem sua condição de servidores da população e passam a denunciar publicamente as violências contra os trabalhadores (...) exemplificam momentos de aliança entre um pequeno grupo de funcionários, e os trabalhadores e evidenciam o compromisso com uma ação transformadora

que nega a utopia da neutralidade técnica e do trabalho apolítico (...) Enquanto técnicos, respaldados nos documentos oficiais, e cidadãos sentem-se legitimados, pelas diretrizes dos programas e pela estratégia de ação, a cobrar uma atitude coerente do governo. (MARTINS, op. cit.: 166-168).

Assim, a despeito dos avanços registrados no GERA e no apoio às “Feiras de Reforma Agrária” – portanto, como contradições no interior da própria administração – não demoram a ocorrer reações dos setores mais conservadores do próprio governo e dos proprietários de terra. De fato, dado ao seu caráter, as feiras:

(...) provocam reações contrárias em setores da administração estadual que não conseguem capitalizar os dividendos desta iniciativa para consolidar ‘forças políticas novas’ e ‘construir uma base de apoio político’, apesar do esquema publicitário montado com tal propósito. (Idem: 164).

É elucidativo desse processo o depoimento do presidente da FAEC, representante dos proprietários rurais:

(...) a Secretaria cuidou mais da reforma agrária do que da agricultura. Esse erro está sendo corrigido agora com a nomeação de um novo secretário que está mais voltado para a agricultura do que para a reforma agrária, como agiu Eudoro Santana. (O POVO, 21/10/89. In: MARTINS, op. cit: 165).

À medida que as alianças políticas em torno dos “governos das mudanças” se alteram, bem como se explicita o compromisso político desses governos com a “modernização conservadora” – que exige projetos e ações administrativas afinados com os interesses dos grupos empresariais e dos proprietários rurais<sup>126</sup> – surge um cenário bem distinto daquele do início do governo, quando Tasso ainda encontrava respaldo entre lideranças dos trabalhadores rurais. De fato, tanto aquele tipo de experiência técnico-política se torna inviável como a violência do Estado contra trabalhadores rurais torna-se necessária para fazer valer aqueles interesses. Essa violência se faz sentir em diversos momentos de conflitos e disputas em torno da terra, nas próprias zonas rurais, como também nas manifestações políticas dos trabalhadores. No primeiro caso, é exemplar o apoio manifestado pelo

<sup>126</sup> “Comparando o total de recursos alocados à reforma agrária no Ceará, entre 1987 e 1989, Ncz\$ 16 milhões, como o orçamento do Finor {Fundo Industrial do Nordeste}, em 1989 (O POVO, 15/09/89), Ncz\$ 600 milhões, não há dúvida quanto à prioridade concedida ao segundo programa. E mais ainda, ao confrontarmos aquele valor, Ncz\$ 16 milhões, com a quantia de Ncz\$ 10,7 milhões pleiteada pelo governador Tasso ao Finor para uma de suas empresas, a FRUTOP Produtora de Alimentos S / A, conclui-se que apenas um projeto agroindustrial recebe mais recursos públicos, em um ano, do que os 45 projetos de assentamentos existentes à época no Ceará. O grupo empresarial Jereissati, de forma semelhante a outros industriais do Ceará, tem atividades econômicas diversificadas, inclusive grandes propriedades rurais, beneficiando-se destes recursos para suas atividades agroindustriais e agropecuárias”. (MARTINS, op. cit: 157-158).

superintendente da Polícia Federal do Ceará, Mário Correia, às milícias privadas. Isto ocorre em julho de 1987, durante palestra conferida na FACIC, quando afirma ser legítima a defesa da terra com os próprios recursos dos proprietários, tendo apenas como requisito o registro das armas (MARTINS, op. cit.: 166-167). Nesta, como em outras situações, os “governos das mudanças” mostram-se omissos ou, quando pressionados, tomaram medidas com caráter paliativo. Por sua vez, esses governos se mostram extremamente firmes para reprimir os trabalhadores, em outros diversos momentos<sup>127</sup>.

De fato, a relação inicial que os “governos das mudanças” estabeleceram com os movimentos sociais do campo, fosse através do apoio institucional à proposta de reforma agrária, fosse pelo vínculo direto que procuraram estabelecer com representações sindicais, tinha como objetivo ajudar na construção de sua hegemonia política, ainda que refletisse também as pressões sociais em torno da necessidade de reforma agrária. Neste sentido, corroboro com a síntese apresentada por Beserra:

Este Governo utilizou as associações de produtores e o movimento sindical, representado pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará – FETRAECE, em favor da consolidação de suas bases sociais de poder também no campo. Tal consolidação dependeria basicamente da realização de dois processos: 1. a desestruturação definitiva do padrão tradicional de relacionamento político, o coronelismo; 2. a contenção do poder da ‘oposição sindical’, representada por partidos de esquerda que desde fins da década de 70 desenvolviam trabalhos de organização junto aos trabalhadores rurais, tanto através da Igreja Católica (...) como através do próprio Estado, via instituições (...) EMATERCE (...) e também ONGs (...) FASE (...) CETRA (...) a consolidação dessa hegemonia no campo passou pelo esvaziamento de uma proposta de planejamento rural favorável à reforma agrária. (1994: 07-08).

Para compensar a perda de variado apoio político, fosse de setores conservadores ou de partidos de esquerda, os “governos das mudanças” usaram amplamente o recurso do *marketing* político e a prática de comícios durante o próprio exercício dos mandatos e, portanto, fora do “tempo da política”. No caso

<sup>127</sup> Isto ficou demonstrado durante um acampamento de sem-terra em frente à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR: “No dia 28 daquele mês {novembro de 1997}, cerca de 2.000 integrantes do MST fecharam a avenida cobrando auxílio para assentamentos. Na noite de 13 para 14 de dezembro, cerca de 300 sem-terra ainda protestavam. Um grupo de 450 homens da polícia cercou os manifestantes e impediu a passagem de água e comida. A disposição das forças policiais para a agressão ficou evidente quando do deslocamento do próprio rabecão do Instituto Médico Legal – IML para o local. Um padre que atirava mantimentos por cima da barreira policial foi agredido, assim como o então deputado estadual Mário Mamede (PT), que tentava intermediar o confronto. Várias pessoas que se solidarizavam com os agricultores que passavam sede e fome – inclusive mulheres e crianças – foram proibidas de jogar água e comida”. (BRUNO E OUTROS, op. cit: 85-86).

específico da perda de apoio dos segmentos mais à esquerda, a elite empresarial instituiu, ainda no primeiro governo, os chamados “agentes das mudanças” como um dos canais de comunicação direta com a sociedade, quer dizer, usou desse instrumento para ocupar os espaços onde aqueles partidos tradicionalmente atuavam. Esses “agentes das mudanças” eram:

(...) lideranças populares contratadas pelo Estado e que passam a mediar as demandas da população dos bairros situados na periferia de Fortaleza (...) além dos ‘agentes das mudanças’ identificam-se também com esse papel de mediador entre Estado e as demandas da sociedade, ainda que de forma menos explícita, os ‘agentes de saúde’, o GERA - Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária, os conselhos de desenvolvimento e o Pacto de Cooperação. (NOBRE E OLIVER COSTILLA, 2006: 22).

O programa dos “agentes das mudanças” foi criado em novembro de 1987, no âmbito da Secretaria de Governo, conduzida por Sérgio Machado. Esses agentes tinham remuneração significativa, considerando as condições de vida nos bairros populares, em torno de 03 salários mínimos (BARREIRA, 1991). Esses sujeitos políticos cumpriam o papel de dividir o movimento de bairros, bem como buscavam apoio político e eleitoral aos candidatos das bases do governo. Os dois casos aparecem, claramente, em pesquisa realizada por Barreira.

(...) lideranças comunitárias como, por exemplo, a presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, considera os agentes como prejudiciais ao movimento popular, afirmando que ‘eles dividem o movimento comunitário, interferem no trabalho e foram criados por motivos que o Governador até agora não explicou bem’(...) A opinião anterior, sobre a fragmentação do movimento, é reforçada em depoimento de ex-integrante do grupo de agentes de mudança: ‘a função do agente de mudança é mesmo a de semear divisionismo entre as entidades comunitárias’. Além disso, destaca também a função de patrulhamento ideológico e os propósitos de natureza político-eleitoral: ‘a orientação dada... era a de espionar as áreas, identificar as pessoas que criticam o governo (...) e comunicar ao Cambéba os atos de protesto programados, como as passeatas. Quando chegam lá já existe um esquema de segurança preparado (...)’.” (Op. cit: 102).

Segundo a mesma autora, a própria imprensa local já havia informado sobre o papel político dos “agentes da mudança”:

A pretensão política é inegável... um dos coordenadores de área é candidato a vereador pelo PMDB. O de Antônio Bezerra é outro pretendente... o agente da Barra do Ceará também demonstra interesse... A meta dos agentes de mudança... é dentre outras coisas, preparar o caminho para o PMDB nas próximas eleições e acabar ou enfraquecer o trabalho de anos das associações comunitárias. (O POVO: 02/05/88 apud BARREIRA, op.cit: 102-103).

A partir dessa ingerência por parte do governo nos movimentos de bairros, acaba havendo certo refluxo, bem como divisões no seio daquele movimento (BARREIRA, 1991).

Antes mesmo de instituir os “agentes das mudanças”, o Governo Tasso I havia criado outro mecanismo que serviu para monitorar a dinâmica desses movimentos. No âmbito da Secretaria de Ação Social – SAS, o governo organizou o Departamento de Ação Comunitária - DAC a fim de “... registrar o montante de associações de moradores existentes, as reivindicações das comunidades, no sentido da obtenção de um controle do número de entidades e do seu poder de pressão”. (BEZERRA, 1991: 154).

Nesse momento inicial, a intervenção nos movimentos de bairros se apóia também na base partidária mais à esquerda dos “governos das mudanças”, sobretudo o PC do B, que tinha forte influência nesse movimento a partir da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza. O apoio dos comunistas se mantém durante todo o primeiro ano de governo e somente no segundo, quando se definem novas alianças em torno da disputa para as eleições municipais, a permanência dessa força política como base de apoio a Tasso torna-se inviável. Em 1988, o PC do B decide apoiar o candidato Edson Silva para a Prefeitura de Fortaleza, do PDT, acompanhando uma das primeiras rupturas das bases de apoio de Tasso Jereissati, conforme evidenciei no segundo capítulo.

Por sua vez, esses governos intensificaram a articulação com os movimentos sociais durante a execução das políticas sociais, dando a essa prática, que já ocorria em outros governos<sup>128</sup>, uma nova dimensão, sobretudo quando transferiram para as entidades comunitárias a responsabilidade pelo gerenciamento e implemento de várias fases dos projetos. Ao apresentar um dos principais programas do primeiro governo de Tasso Jereissati, o de creches comunitárias, Barreira (1991) destaca como importante a transferência da propriedade onde funcionava a referida atividade para a entidade comunitária conveniada, enquanto a responsabilidade de manutenção continuava a cargo desse governo. Dessa forma, o projeto acabava por distinguir-se de outros que transferem não apenas a propriedade, mas também os

---

<sup>128</sup> Essa prática de intercâmbio com as entidades comunitárias para a concretização de políticas sociais é localizada nos governos de Virgílio Távora e Gonzaga Mota, no âmbito do Estado do Ceará, bem como no Governo de José Sarney, sobretudo através do “Programa do Leite”.

custos da manutenção, situação freqüente nos programas federais do período. (Barreira, op. cit: 105-106).

Ao lado dos mecanismos anteriormente relatados, a intervenção direta nos movimentos de bairros e a abertura de participação às entidades no gerenciamento dos programas sociais, os “governos das mudanças” também utilizaram práticas repressivas em relação aos grupos que lhe faziam oposição. Nesse sentido, é exemplar o balanço que Barreira faz:

A postura autoritária e repressiva foi empregada com maior intensidade no primeiro ano de gestão. De junho a dezembro de 1987, o Cambéba (local onde está sediado o governo) foi palco de vários conflitos que tinham como principal móvel a questão da terra e da moradia. O de maior intensidade ocorreu em novembro, quando representantes de 123 comunidades acamparam no local durante oito dias e, ao final do terceiro dia, um grupo decidiu iniciar uma greve de fome. O desenrolar do conflito foi acompanhado por forte esquema policial munido de armas e cães de caça. Não obstante a interferência de parlamentares e técnicos, o processo de negociação foi difícil chegando a termo apenas no oitavo dia com a intermediação do Cardeal Arcebispo da Arquidiocese de Fortaleza. (BARREIRA, op. cit: 101).

Em outro momento, foi exigida a criação de organizações comunitárias a fim de que determinadas demandas das comunidades fossem respondidas pelo governo. Aqui, ganha destaque o Projeto São José, programa regional de combate à pobreza que conta com apoio do Banco Mundial.

As principais linhas de atuação do projeto são: fornecer infra-estrutura social e econômica básica, além de oportunidades de geração de emprego e renda às comunidades rurais pobres; apoiar as comunidades rurais no planejamento e implementação de seus subprojetos; fornecer uma rede de proteção social aos beneficiários e suas famílias; alavancar mobilizações de receitas nos níveis municipal e comunitário (...) Em sua primeira fase (junho de 1995 a Junho de 2001), recebeu US\$ 70 milhões do BIRD. Agora na II fase (junho de 2001 a junho de 2005), visa a redução dos níveis atualmente altos de pobreza rural, com um financiamento de US\$ 37,5 milhões. O projeto São José está presente em 176 dos 184 municípios do Ceará, em mais de 2 mil comunidades do interior, beneficiando 150 mil famílias. Até hoje, 1.196.891 pessoas foram beneficiadas com obras sociais do projeto. (BRUNO E ANDRADE, 2002: 70).

O retorno eleitoral do Projeto São José seria previsível pelo seu alcance, o volume de recursos utilizados e, especialmente, seu direcionamento para as camadas pobres da população que vivem no interior do Ceará. Mais do que isso, entretanto, localiza-se aí uma das mais importantes estratégias da elite empresarial no sentido de controlar suas bases políticas no interior, quer dizer, submeter ao seu domínio os chefes políticos locais. De fato, ao exigir a intermediação de

organizações comunitárias, ainda que essas organizações possam ser criadas artificialmente e de forma indiscriminada, o projeto estabelece certo nível de controle sobre as demandas individuais que possam ser apresentadas por políticos ou seus grupos.

No momento em que (...) o governo começou a se relacionar direto com as comunidades (...) Você pega o projeto São José, a comunidadezinha lá que se organiza, faz o seu projeto (...) as lideranças políticas, os cabos eleitorais do interior, isso não é uma coisa simpática para eles não, eles aceitam e calam diante disso porque eles vêem o nível de aceitação da população (...) se nós não tivermos mais o Tasso e não temos mais no próximo embate, precisamos ter pessoas qualificadas (...) um populista e um demagogo pode conquistar isso e reverter esse quadro aqui no Ceará. Porque não há, das lideranças políticas nossas do interior, uma consciência disso, você tem focos (...), mas, mais da metade (...) não evoluiu o pensar político e aí aprova a situação. (Assis Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 215).

Esse papel desempenhado pelo Projeto São José, uma forma de controle que perpassa a rede de relações entre o grupo tassista e seus apoiadores no interior do Ceará, não tem passado despercebido. Primeiro essa idéia está presente na consciência das lideranças do grupo, como no depoimento de Assis Machado. Segundo, a disputa pelo referido projeto, dada a sua importância, provocou crise no próprio governo. Trata-se aqui do episódio que, em 1998, envolveu o então secretário de Planejamento, Cláudio Ferreira Lima, e o próprio Assis Machado, que na segunda gestão de Tasso ocupava a Secretaria de Governo. Esse confronto resultou na demissão do secretário de planejamento e certo esvaziamento daquela secretaria que perdeu, inclusive, o controle da execução do referido programa.

A partir desse episódio e talvez mesmo antes, voltou a se verificar o processo de concentração de poder político na figura do secretário de governo (...) A mudança pode ser em parte explicada pela visão da Secretaria de Governo de que a derrota eleitoral em Fortaleza, durante as eleições de 1996, deveria significar uma reorientação do governo rumo à consolidação e ampliação de seus espaços políticos no interior (...) O Projeto São José deveria a partir dali constituir-se em instrumento político de construção e consolidação de apoios das lideranças interioranas. (BONFIM, op. cit: 57-58).

Cláudio Ferreira Lima, em entrevista à revista "Fale!", se posicionou sobre o episódio:

(...) o desenvolvimento como expressão da vontade local esbarra na estrutura de poder e interesses econômicos, numa fatídica rede que envolve desde o cabo eleitoral até o poder executivo estadual, passando por vereadores e prefeitos. A revelação é de autoria do ex-secretário de

Planejamento (...). Sobre o Projeto São José, o economista afirma que o mesmo 'não é tão expressivo diante das necessidades' e, em boa margem, é administrado 'para a manutenção ou reprodução do poder'. (BRUNO E ANDRADE, 2002: 71).

Nessa mesma perspectiva de estabelecer novos parâmetros na relação do governo com as lideranças políticas locais, encontram-se os conselhos municipais de desenvolvimento sustentável (CMDS). Eles foram criados em 1995, acompanhando o processo nacional de descentralização política e administrativa das políticas públicas. No Ceará, segundo Celeste Cordeiro, esses conselhos teriam sido implantados dentro da proposta de participação dos "governos das mudanças", conforme anunciado no plano do segundo governo Tasso, e funcionariam como estratégia para combate ao clientelismo. A autora indica o funcionamento desses conselhos em 160 municípios, com um trabalho efetivo em 120, e reunindo 4.300 conselheiros (2003: 174), bem como uma forte relação com o Projeto São José:

Hoje, quando se analisa o desenvolvimento dos Conselhos municipais, vê-se nitidamente que sua identificação com o Projeto S.José foi intensificada. De parte do Governo, inclusive, as capacitações de conselheiros realizadas mais recentemente têm sempre focado quase que unicamente as questões relativas ao S.José; sobre isso, vale mencionar que apenas entre dezembro/ 99 e abril/ 2000 foram realizadas 32 oficinas regionais de capacitação. (Idem: 177).

Em sua pesquisa com conselheiros e lideranças de 10 municípios cearenses, Cordeiro identifica diversas falas assinalando a influência dos prefeitos na dinâmica desses conselhos, mas também uma análise de que se constituem em espaços importantes por forçar a relação do poder político local com representações de comunidades e de diferentes setores da sociedade, inclusive técnicos do governo estadual. Por sua vez, considerando a requisição de que os diversos projetos comunitários sejam aprovados pelo conselho antes de encaminhados ao governo estadual para liberação de verbas, a autora registra, através de seus informantes, a tentativa por parte de prefeitos e outras lideranças políticas de assumirem a paternidade dos projetos quando da sua aprovação. Ainda assim, Cordeiro tem avaliação muito positiva dos resultados obtidos pelos conselhos municipais:

(...) o Conselho funciona muitas vezes como espaço de organização para reivindicações pontuais; mas isso se torna um avanço na medida em que coloca prioridades populares para o uso dos recursos públicos e faz da comunidade o veículo da conquista. Não é mais o prefeito 'amigo', ou qualquer outro 'amigo' importante, que consegue pessoalmente coisas, reforçando seu esquema de clientela, mas é uma vitória coletiva que estimula a união. Muitos políticos vêm se ressentindo disso e procuram



saber desses trâmites, junto ao Governo do estado, para se fazerem passar por 'padrinhos' do pleito. (CORDEIRO, op. cit: 178-179).

Ainda que a autora, em um balanço geral dos conselhos municipais, seja otimista quanto ao espaço de controle que representam, não deixa de registrar algumas falas de seus informantes indicando as tentativas dos políticos locais interferirem em sua dinâmica:

(...) eles usam o Cmds para aprovar projetos, mas quando o projeto vem, a gente só vai saber já na inauguração, e aí vem o deputado fulano, o secretário sicrano, tentar fazer a política deles como se fossem eles ... esquecem até que passou pelo Cmds (...) (José Alves de Freitas, representante da comunidade de Gangorra, município de Horizonte. In: CORDEIRO, op. cit: 182).

(...) a liderança começa a questionar o prefeito, aí se não é uma verdadeira liderança, uma liderança nata, o prefeito passa a mão por cima, e essa liderança é cooptada, começa a ter uns benefícios (...) aí ele começa a se calar e por aí vai (...) (Marcelo Cardoso, vereador em Baturité. In: CORDEIRO, op. cit: 184).

Os conselhos municipais, portanto, estão em sintonia com o duplo esforço das lideranças que compunham o núcleo central dos “governos das mudanças”: controlar a aplicação dos recursos públicos, no sentido de evitar as práticas clientelistas e seus custos sobre as finanças do Estado, bem como estabelecer uma relação de subordinação das lideranças políticas locais ao próprio governo. Para tanto, o controle da sociedade era fundamental: “... esse processo de participação naquilo que você pode colocar a população (...) a coisa funciona direitinho, na educação, no Projeto São José e tal, mas quando você precisa utilizar as lideranças políticas locais...”. (Assis Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit: 217).

As dificuldades para o funcionamento dessa política de participação controlada são reconhecidas por Beni Veras: “Conselhos do governo com a sociedade civil (...) tiveram uma vida (...) não foi uma coisa que tenha recebido muito apoio (...) Alguns ainda funcionam bem, mas a grande parte não funciona”. (Idem: 95). E ele chega mesmo a concluir que “Os Conselhos não assumiram o poder nos municípios”. (Idem: 98. Grifo meu). Isto se deve, é claro, às resistências dos chefes políticos locais, bem como à existência de movimentos sociais que tencionaram o próprio governo à condução de uma política efetiva de participação social.

Essa resistência a qualquer tipo de formas de controle – do tipo das que foram exercidas pelos “governos das mudanças” em relação aos programas sociais

– por parte de lideranças locais é ressaltada por outros dirigentes que compunham a elite empresarial, mais uma vez afirmando a dificuldade de realização de seu projeto de modernização político-administrativa em virtude da tradição de uso político de recursos públicos como forma privilegiada de sustentação política daquelas lideranças locais.

Lembro que tivemos a primeira seca, foi logo no primeiro ano e implantamos o GAT, o Grupo de Ação Social, que ia definir as obras que seriam feitas e quem seria alistado, porque queríamos fugir do individualismo na decisão e do clientelismo (...) A pessoa ia receber, mas ia ter que trabalhar em obras coletivas. Tivemos mil problemas por aí, pessoas querendo voltar a fazer obras nas fazendas. Várias lideranças nossas que tinham essa prática, nós demitimos, paramos obras (...) Codagro tinha duzentos ou trezentos tratores e esses estavam espalhados em fazendas (...) Para buscar esses tratores de volta foi duro. Houve vezes em que tivemos até que usar a polícia para trazê-los de volta. Tudo isso ia rompendo com padrões e culturas que eram dominantes e as pessoas diziam que nunca mais íamos poder ganhar eleição (...) implantação dos agentes de saúde. Foi uma briga para implantar, porque queríamos que eles fossem impessoais (...) se os políticos quisessem, teria que ser pelo resultado do trabalho e não para terem um cabo eleitoral (...) Todo mundo queria nomear (...). (Sérgio Machado. In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 192).

(...) seca de 1998, (...) por injunção do governo federal foram criados os Condec's, Conselhos de Defesa Municipais e os prefeitos mais perto, próximo do comando dos prefeitos, indicação mais dos prefeitos e a gente viu que a coisa não funcionou (...) a eles cabia selecionar as pessoas, escolher quem eram os que realmente se enquadravam nos critérios (...) não tivemos a evolução adequada. (Assis Machado. Idem: 216).

Esses diversos exemplos apresentados até aqui – destacando a preocupação dos novos governantes cearenses em manter certo controle sobre os recursos públicos tendo em vista o propósito de modernização político-administrativa, bem como a consolidação de uma hegemonia política a partir desse controle da máquina burocrática, evitando uma influência direta das lideranças políticas locais – devem ser tomados como uma ação articulada e sistemática dos “governos das mudanças” na dinâmica política do Ceará nas últimas décadas, ou seja, como um esforço concentrado para redefinir os próprios parâmetros da relação dos agentes políticos e dos processos político-partidário com o poder burocrático-estatal. Esta perspectiva também é aceita por Beserra:

A exclusão da intermediação política de grupos com interesses alheios aos do grupo dominante e o estabelecimento de uma vinculação direta entre o povo e Estado continuará a ser o grande empreendimento do Governo Tasso Jereissati com vistas à desestabilização das formas clientelistas de dominação política e, conseqüentemente, à consolidação de novos padrões de dominação (...) age no sentido de fundar um Estado sob o controle

absoluto do grupo político do qual faz parte (...) uma forma de Estado que se constituiria num todo uníssono e monolítico cujas ações seriam imputadas com exclusividade ao Governo constituído e ao seu partido. É nessa perspectiva que (...) imputará um significado especial à prática de formação de associações comunitárias que embora já viesse se desenvolvendo (...) só se institucionalizará no seu Governo. (Beserra, 1994: 27-28).

Obviamente, essa ação sistemática encontrou resistências no meio político local<sup>129</sup>, como também a existência desse propósito, de maior controle dos recursos públicos e o fim da intermediação política, não implica que o próprio grupo político articulado em torno de Tasso não tenha tido benefícios, ao longo desses anos de poder, em função do papel que ocupava. De fato, várias denúncias foram apresentadas, durante momentos diversos desse ciclo de hegemonia, indicando que personagens distintos (mas todos vinculados ao núcleo central da elite empresarial do CIC) haviam se beneficiado, de uma forma ou de outra, da situação vivenciada pelo controle do poder político<sup>130</sup>, uma situação que não é particular ao Ceará.

<sup>129</sup> Cândida Figueiredo, deputada estadual em três mandatos e de importante clã político familiar com domínio em Santa Quitéria, faz um interessante desabafo sobre a forma de relação estabelecida entre os “governos das mudanças” e os políticos cearenses: “...minha voz na Assembléia Legislativa era sufocada por uma maioria esmagadora, a quem o Poder Executivo conduzia e controlava. O Governador não via o Deputado como colaborador de sua administração, não aceitava críticas...” (In: SANTOS E LEITÃO, 2002: 135-136).

<sup>130</sup> Analisando os limites da proposta de reforma agrária dos “governos das mudanças”, Bernadete Beserra faz, muito cedo, uma denúncia de como o próprio Tasso Jereissati havia se beneficiado do acesso a recursos públicos na forma de financiamento: “Esse governo, então, até poderia ser favorável a uma reforma agrária, porém jamais a uma reforma agrária que pudesse pôr em risco o seu projeto de modernização (...) se o plano de fato fosse além da retórica não se justificaria que apenas um projeto industrial, a FRUTOP (...) recebesse mais recursos do Estado em 1989 do que todos os 45 projetos de assentamento existentes na época (...) Também é estranho que interessado em políticas agrícolas mais distributivas, Tasso Jereissati e mais cinco empresários cearenses e seus auxiliares diretos tenham pleiteado, junto à SUDENE, uma verba de Ncz\$ 302 milhões, correspondente a 50% do orçamento total do FINOR para aquele ano (O POVO, 15.09.89).” (1994: 25). Por sua vez, Auxiliadora Lemenhe (1995) também aponta a criação do Parque Ecológico do Cocó realizada no governo Ciro Gomes, e outras várias ações de urbanização que daí decorreram, tendo beneficiado, diretamente, a Tasso Jereissati, haja vista a valorização imobiliária daquela região, onde se situa o Shopping Center Iguatemi, de sua propriedade, bem como a viabilização de inúmeros acessos ao referido shopping. De fato, a própria expansão urbana da cidade ocorreu para aquela região, o que também favoreceu a família da esposa de Jereissati, Renata Jereissati, que ali possui inúmeros imóveis além da única universidade privada do Ceará, a UNIFOR. O pai de Renata, o empresário Edson Queiroz – que se estabeleceu naquela região também com atividades agropecuárias, quando a cidade de Fortaleza ainda não havia se expandido tanto – recebeu homenagem ao ter o seu nome atribuído àquele bairro exatamente pela dimensão de suas propriedades. O deputado estadual do PT, Artur Bruno, juntamente com outros pesquisadores (o historiador Airton Farias e o jornalista Demétrio Andrade) também aponta uma série de irregularidades nos “governos das mudanças” relacionadas, sobretudo, ao processo de privatização do Banco do Estado do Ceará – BEC, que teria ensejado a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa, processo que, todavia, foi esvaziado politicamente pela base de apoio governista. Entre as denúncias apuradas está a liberação irregular de empréstimos que favoreceu ao empresário Sérgio Machado, um dos proprietários do Colégio Geo e uma das principais lideranças da elite empresarial do CIC (BRUNO E OUTROS, 2002).

Neste estudo, entretanto, interessa demarcar que houve, além de um esforço deliberado de se estabelecer um maior controle do recurso público, uma perspectiva de isolar certos setores políticos do acesso mais direto à máquina burocrática, por suas práticas exaustivamente predatórias quanto às finanças do Estado. O interesse dos novos governantes era, portanto, estabelecer outra hegemonia política, sustentando-se, de um lado, nesse controle forte da máquina burocrática estatal, quer dizer, fechando-se como grupo dirigente e limitando as decisões a esse núcleo central, sem a participação de políticos de sua base de sustentação parlamentar e partidária<sup>131</sup>. De outro lado, a elite empresarial buscou se apoiar em organizações da sociedade civil, além daquelas empresariais como o CIC e o Pacto de Cooperação. Isto ocorreu mesmo a partir de organismos criados de forma artificial para atender à execução de políticas sociais e programas de geração de emprego e renda (como as vinculadas aos movimentos sociais de bairros e aos pequenos produtores rurais), como também por cooptação de autênticas lideranças desses movimentos sociais.

A busca por construir essa hegemonia por parte da elite empresarial em torno de seu projeto de modernização ocorreu ainda através de outro processo vinculado à própria atividade estatal. Tratou-se, de fato, de potencializar, através da mídia, os resultados alcançados pelo processo de modernização econômica, sobretudo escamoteando o seu caráter conservador, como a manutenção da concentração de renda e da propriedade fundiária a partir da política econômica adotada que privilegiava o grande capital. Assim, o próprio surgimento de atividades industriais em regiões do Ceará com pouco desenvolvimento econômico – e cuja renda local depende, em grande parte, do próprio Estado (salário do funcionalismo público, renda dos aposentados e pensionistas, e das transferências dos governos estaduais e federal) – foi ressaltado nesse processo, também através da mídia, com destaque para os momentos de assinatura de protocolos de intenção, cada vez que um grupo econômico anunciava seu interesse em se instalar em determinada região e usufruir dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado. Com isto, a partir da ação do Estado, a elite empresarial do CIC buscava estabelecer sua hegemonia perante o poder de

---

<sup>131</sup> Parente também lembra que “... o governo se reunia com uma elite do CIC para se contrapor a pressões dos setores tradicionais, que serviam também para planejar e executar a sua política estratégica”. (2000a: 193). Por sua vez, José Flávio Lima, ex-dirigente da FIEC, faz uma avaliação desse fechamento da elite empresarial, restringindo as decisões estatais ao núcleo originário do CIC de seus primeiros momentos de organização: “... o grupo está se fechando e nós estamos correndo o risco de ir para ‘a camareira’. O poder, o poder distorce, desvia (...) podemos cair numa repetição do processo dos ‘coronéis’ e se desacreditar”. (In: MATOS E OUTROS (orgs.), 1999: 67).

lideranças locais. Isto foi reconhecido por importante liderança empresarial e que foi Secretário de Desenvolvimento Econômico nos “governos das mudanças”:

O empresário Raimundo Viana, então presidente da FACIC – Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária –, afirma que está ocorrendo uma nova relação de poder nos municípios cearenses onde a força passa do Estado para o setor privado, pois este está gerando emprego. No seu depoimento ele diz que ‘em Camocim era feudo dos Aguiar e dos Coelho. E agora entrou o processo de industrialização da pesca (...) quem começa a decidir a eleição é a indústria pesqueira, que gera empregos, que já tem camarada formador de opinião. (PARENTE: 2000a: 194-195).

Em suma, nesse balanço da dinâmica política da “Era Tasso”, pudemos perceber que existe uma permanente tensão entre realizar o “projeto das mudanças” como a celebração da modernidade política e administrativa e ter que manter estratégias e recursos políticos tradicionais como condição para realizá-lo. De fato, para que esses governos afirmassem os novos valores da modernidade capitalista – o predomínio da eficiência, agilidade e flexibilidade do mercado e do poder político – teriam que erradicar o clientelismo e outras práticas políticas que são predatórias dos recursos públicos. Assim, a modernização político-administrativa esteve limitada pela política tradicional e pelo predomínio de seus próprios interesses corporativos, mesmo que tenha se estabelecido maior controle sobre os recursos públicos.

Entretanto, a elite empresarial que ascendeu ao poder com a eleição de Tasso em 1986, em disputa com os coronéis e seus aliados, ela mesma não podia dispensar os recursos da política tradicional, ainda que tenham introduzido novos elementos na construção de sua hegemonia política. Isto é mais evidente quando o “grupo das mudanças” passa a ter um espaço eleitoral restrito em Fortaleza e tem que buscar sua base política nas áreas rurais. Onde ainda vigoram condições propícias à política tradicional, da troca de recursos públicos por apoio político. Por sua vez, isto requereu novos recursos e estratégias políticas, tais como a utilização permanente do *marketing*, valorizando as ações e políticas do governo. Nesse caso, as relações da nova elite governamental e os segmentos tradicionais são modificadas pelo controle midiático que eles conseguem estabelecer, tornando as redes de apoio, predominantes no interior do Ceará, reféns da imagem e do poder dessa elite perante a opinião pública.

Devemos avançar no entendimento da estrutura da sociedade cearense e da predominância de práticas políticas tradicionais na cultura brasileira a fim de

compreendermos os limites que foram impostos à hegemonia da elite empresarial em seus longos anos de poder, o que se evidencia na necessidade de firmar alianças com as lideranças políticas locais e os clãs políticos familiares.

#### **4.2. Fatores Históricos e Contemporâneos da Política Brasileira e Cearense: determinações da hegemonia da elite empresarial**

Ainda que a elite empresarial do CIC tenha tentado estabelecer novas relações com as lideranças locais, reduzindo sua influência nas políticas públicas e evitando que fossem os segmentos prioritários na canalização de demandas da sociedade, não tiveram pleno êxito nessa investida. De fato, a necessidade de manter alianças com esses setores, sobretudo nos momentos eleitorais e no âmbito do parlamento cearense, acabou por continuar a atribuir a essas mesmas lideranças, e seus respectivos grupos, certa força política no contexto de realização desse ciclo de hegemonia, mesmo que a elite dirigente tivesse o controle do processo político-administrativo dos “governos das mudanças”.

Estou partindo do pressuposto de que houve mudanças significativas nas relações políticas deste Estado federativo, a partir do novo ciclo de hegemonia burguesa, e também de que no horizonte dessa elite empresarial estava o propósito de modernização das relações entre os setores políticos e a sociedade, além da atribuição de novo caráter à máquina burocrática estatal. Esse propósito foi explicitado em seus discursos políticos desde a época do CIC e também expresso pelas ações político-administrativas realizadas ao longo de seus governos, sobretudo ao introduzir outros mecanismos na mediação entre as demandas da sociedade e o Estado, como ocorreu com a experiência dos conselhos de desenvolvimento municipais e o Projeto São José. Na medida em que não se concretizou essa modernização das relações com a classe política, em sentido amplo, evidencia-se o limite posto à hegemonia dessa elite empresarial que ascendeu ao poder em 1987 e, conseqüentemente, uma relativa diminuição da sua capacidade política para impor o próprio projeto de modernização do Estado.

Esse limite à hegemonia do referido grupo dirigente tem suas raízes em dois processos fundantes da sociedade brasileira e, conseqüentemente da cearense. Trata-se aqui, primeiro, da importância do poder local para a própria formação do Estado brasileiro e seu desenvolvimento histórico. E, segundo, relacionado à força do poder local, ainda que com ele não se confunda, há a predominância de práticas políticas patrimonialistas e clientelistas no poder político, em especial neste âmbito municipal, haja vista o poder acentuado que os grupos políticos locais têm sobre a máquina burocrática estatal. Isto ocorre ainda que essas práticas tradicionais tenham outras determinações.

Essa força do poder local na dinâmica política brasileira, sem dúvida, se transmutou ao longo dos séculos, na medida em que o próprio Estado nacional se consolidou e realizou-se a centralização do poder político-burocrático. Ainda assim, o poder local nunca perdeu sua importância na dinâmica política nacional, tanto como sustentação da hegemonia dos grupos com ação mais abrangente na política partidária e no Estado brasileiro, como pela permanência da necessidade de mecanismos de mediação entre o poder político e as sociedades locais, atribuindo grande importância aos grupos que mantêm o domínio e a hegemonia no âmbito municipal. Por sua vez, a existência secular de práticas patrimonialistas e clientelistas na política brasileira, permeando tanto o poder político como a própria sociedade, continua a fortalecer o poder de grupos políticos locais, em especial em regiões e municípios pobres, onde o Estado é o grande gerador da renda municipal, quer dizer, onde há uma grande dependência da população local aos recursos públicos que são administrados e manipulados por esses grupos.

Na historiografia brasileira, acumulam-se os estudos que apontam a importância do poder local na dinâmica política nacional, destacando-se, neste caso, o estudo clássico de Victor Nunes Leal, "Coronelismo, enxada e voto", sobre o fenômeno do "coronelismo". Este resultava da necessidade dos governos centrais (em âmbito nacional e estadual) dos votos do eleitorado rural, o que os levava a estabelecer compromissos com os chefes locais. Daí derivava o enorme poder de mando dessas lideranças e a possibilidade de usufruto das benesses decorrentes do controle sobre a máquina burocrática, estabelecendo-se um sistema de reciprocidade entre poder local e poder central, sobretudo nos momentos eleitorais: "O apoio oficial revela-se ainda precioso no capítulo das despesas eleitorais, que os

chefes locais não podem custear sozinhos (...) são os cofres públicos que costumam socorrer os candidatos e os chefes locais governistas” (LEAL, 1997: 66).

O estudo de Leal, evidentemente, considera uma realidade que predominou no país durante a República Velha e persistiu, com intensidade, até a década de 1950. Esse momento histórico foi marcado, primeiro, por enorme fragilidade do regime representativo, um sistema estreito em termos de participação proporcional da população adulta e caracterizado pelo pleno uso de recursos legais e ilícitos durante os processos eleitorais. E, segundo, aquele período da história brasileira, assinala uma efetiva carência da presença do poder público a fim de responder às necessidades das populações locais, quer dizer, um poder fraco no exercício de funções públicas, sobretudo no meio rural. Neste último caso, a

(...) rarefação do poder público em nosso país contribui para preservar a ascendência dos ‘coronéis’, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extra-oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes (Idem: 62-63).

Dessa forma, dada aquela condição de não atendimento de necessidades sociais a partir do próprio Estado, associada à fragilidade do sistema representativo, a força dos “coronéis” estava relacionada à sua condição de proprietários de terras e às condições econômicas propiciadas daí, quando se estabelecia uma rede de dependências entre eles e ‘sua gente’. Assim, devido à ausência do Estado, o “coronel” tornava-se o “... único mediador entre o campesinato e o Estado” (BARREIRA, 1992: 18), assumindo grande importância política no contexto local.

Os chefes políticos municipais nem sempre eram autênticos “coronéis”, também podiam ser médicos, advogados, etc. Para Leal, entretanto, “... esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos ‘coronéis’.” (Op. cit.: 41). Portanto, era a condição de proprietários de terras, com o controle sobre um número considerável de “votos de cabrestos” porque existia enorme dependência da população rural dos latifundiários, que permitia a predominância do poder político do “coronel”. Isto ocorria também pelo seu prestígio político, o que facilitava o acesso aos recursos estatais e o próprio fortalecimento de seu poder a partir do exercício do clientelismo.

Uma das principais características do coronelismo é a estrutura de clientela, ou seja, uma rede de relações pessoais e diretas (...) baseadas na troca de bens e serviços de natureza distinta; o patrão pode fornecer terra, moradia,



crédito, emprego, cuidados médicos, proteção, etc., os clientes, em contrapartida fornecem mão-de-obra, serviços ou votos. Estes últimos, na verdade, não eram necessariamente a principal contrapartida esperada pelo coronel, já que sua clientela incluía um largo segmento de não-eleitores (analfabetos) (...) Além disto, a vitória nas eleições era, com frequência, obtida por meio da fraude. (GONDIM, 1998: 17).

Para Leal, portanto, a existência dessa força política de lideranças municipais estava relacionada a uma estrutura social e econômica com acentuada desigualdade social, em que se sobressaíam os proprietários de terra com poder político e econômico sobre os seus moradores e outros segmentos populacionais, ao mesmo tempo em que havia se estabelecido no Brasil um regime representativo (ainda que limitado), o que tornava os governos dependentes da força e do prestígio dessas lideranças em âmbito municipal nos momentos eleitorais (Op. cit.: 40). Por sua vez, o próprio poder dessas lideranças locais estava limitado pela força do poder central e sua dependência de financiamentos públicos e acesso a outros recursos da máquina estatal. Assim,

(...) o partido do governo não pode dispensar o intermédio do dono de terras. Mas não se submete a ele senão naquilo que, não sendo fundamental para a situação política estadual, é, contudo, importantíssimo para o fazendeiro na esfera confinada do seu município. (Idem: 63).

Em outra passagem, Leal é mais explícito sobre os limites desse poder local dos “coronéis” e sua necessidade relacionada ao sistema representativo brasileiro:

Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação municipal (...) O regime federativo (...) ao tornar inteiramente eletivo o governo dos Estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas estáveis, que determinaram a instituição da ‘política dos governadores’, repousavam justamente no compromisso coronelista. (Leal, op. cit.: 279).

Um estudo posterior ao de Leal, e também clássico na historiografia brasileira, é o de Raymundo Faoro, “Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro”. Este autor também aponta a relação de dependência existente entre o “coronel” e os governos centrais, em função dos processos eleitorais que existem no Brasil desde o período colonial, quando uma parcela da população podia escolher seus representantes para as câmaras municipais. Entretanto, Faoro acaba por atribuir aos governos centrais a predominância sobre o poder local, o que, inclusive, tornava os chefes municipais dependentes da “política dos governadores”.

Nesse esquema da supremacia estadual e da eleição sancionadora se insere o coronelismo. Ele se irmana à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas. O comando do sistema caberá ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediário dos favores e benefícios da União sobre as comunas. Entre o governador e o coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele. Obediência não significa, todavia, passividade, dada a relativa autonomia econômica da fazenda, menos dependente, no período que vai do fim do Império até 1920, dos vínculos creditícios de outrora (...) O padrão, nas relações entre o governador, o chefe estadual, e o chefe local, o coronel, se expressa na fórmula do governador João Pinheiro a um chefe político que lhe pede (1907): 'Diga sempre que é solidário com o governo. Tudo se reduz a obedecer. Obedeça e será politicamente acertado. Do contrário, o senhor sabe, estou aqui com o facão na mão para chamar à ordem aqueles que se insurgem...' (...) com o poder do governador de cancelar, orientar e dominar as eleições municipais, bem como de controlar a comuna por meios financeiros, no comando de assuntos partidários por via dos coronéis a ele leais, no aliciamento do voto, por parte dos chefes locais, com o emprego (...), se necessário, da fraude ou da violência. Para garantia do sistema, junto ao governador, atuava a milícia estadual, miolo da força policial, capaz de chamar à ordem os coronéis esquecidos da hierarquia. (FAORO, 2001: 708-710).

Em Faoro, o ponto de referência para a supremacia do poder central sobre o poder local localizava-se nos recursos mobilizados pelos governadores (força policial, poder financeiro e outros bens públicos) no exercício do poder. Entretanto, esse poder preponderante do governador não dispensava a necessidade de apoio no âmbito municipal, onde se concentrava a dominância dos chefes locais. Assim, encontramos neste último autor, dois elementos essenciais para o entendimento da realidade política brasileira atual. Primeiro, o caráter central do controle da máquina burocrática estatal para o exercício do poder político por determinadas lideranças e/ou grupos políticos e, segundo, a forma de dominância patrimonialista que assegura esse poder, quer dizer, uma forma de gerir o recurso público a partir da ótica do interesse privado. Nos termos de Faoro:

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente (...) Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade se assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi. (Op. cit.: 819).

Este último aspecto, sobre a persistência da dominação patrimonialista no Estado brasileiro, consolida relações extremamente complexas entre a classe política e a população, e mesmo sobre organizações da sociedade civil, deitando sobre estas determinadas práticas. Estas se reproduzem e atribuem à política

brasileira, em especial a eleitoral, uma condição muito particular. Antes de avançarmos na análise desse aspecto, cabe discorrer sobre como a modernização capitalista e a expansão do Estado brasileiro no Nordeste se refletiu no exercício do poder por parte das elites políticas, sobretudo nas relações entre as diferentes esferas do poder político: a local e a central. Em outros termos, cabe refletir sobre como a modernização econômica patrocinada pelo Estado nesta região, a partir dos anos 50, corroborou para a eliminação do “coronelismo” e como se desenvolveram as relações políticas a partir dessa fase.

De fato, a modernização econômica do Nordeste (e do Ceará, como já mostrei) ocorre a partir dos anos 50, através de mecanismos criados pelo próprio Estado brasileiro. Inicia-se neste período, portanto, uma modernização capitalista pautada, amplamente, em fundos públicos (OLIVEIRA, 1981). Isto se dá também por meio da introdução de mecanismos de planejamento das políticas públicas, com a intervenção de instituições como a SUDENE e o Banco do Nordeste, cuja importância para o Ceará já foi evidenciada, por promover também a formação de segmentos da elite dirigente local, além do fomento ao desenvolvimento deste Estado federativo. Com esta maior presença do Estado, sobretudo a partir dos anos 70, ocorre uma tendência à ruptura do controle ostensivo que os “coronéis” exerciam sobre os seus “currais eleitorais”, como também as relações de dependência entre esses chefes locais e sua clientela sofrem restrições, tanto em função da crescente urbanização como da introdução de relações de trabalho capitalista no campo.

Por sua vez, outro fator contribuiu para o enfraquecimento do “sistema de reciprocidade” que sustentava o esquema coronelístico, e que está associado à modernização capitalista no campo. Trata-se do surgimento de fortes movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária e por melhores condições de trabalho, a partir de meados dos anos 50. Destaca-se, neste caso, o aparecimento das ligas camponesas nesse período e a intensa luta travada pela realização de uma reforma agrária. Esses movimentos, duramente reprimidos durante a Ditadura Militar, voltam a ter importância a partir dos anos 80, também no campo da política, no sentido mais restrito, por contestarem o poder de mando das elites locais. Isto passa a ocorrer, sobretudo com a criação do Movimento dos Sem-Terra no Ceará, em meados daquela década, e sua postura de fortalecimento de candidaturas de esquerdas. Da mesma forma, também ganham importância nos anos 80, as ações

desenvolvidas pela Igreja Católica através de suas pastorais e das Comunidades Eclesiais de Bases – CEB's, igualmente referendando candidaturas vinculadas à defesa da reforma agrária e melhorias das condições de vida e de trabalho do homem do campo. Assim, além da intervenção do Estado, as ações da sociedade civil, com o aparecimento de novos atores políticos, também passam a tencionar a política local, já desde os anos 50, embora, persistindo o poder de mando dos poderosos locais.

Marcel Bursztyn (1985) – ao realizar um resgate das formas de intervenção do Estado, que sempre se pautou pelo autoritarismo e o paternalismo – evidencia como ocorreram, ao longo dos séculos, diferenciações em termos da busca de legitimação política do poder central e da sua relação com os poderes locais. No período colonial, “... o Estado transferia ao poder local quase todas as suas prerrogativas, em troca do reconhecimento da soberania da Coroa (...) que se traduzia sob a forma do pagamento de impostos” (1985: 21). No período imperial, por sua vez, a ação paternalista do Estado também se materializou através da “... transferência ao coronel de poderes militares do Estado, além de subsídios indiretos” (Ibid). Na Primeira República, segundo este autor, há a preeminência do poder local pelo fato de haver omissão do Estado, como já apontado por Leal. “É a partir do governo Vargas que o Estado começa a transformar seu caráter ‘autoritário por omissão’ em ‘autoritário ativo’, através da intensificação do intervencionismo” (Ibid). No Nordeste, Bursztyn lembra que esse intervencionismo, e seus efeitos políticos, são mais evidentes a partir dos anos 70. Com este intervencionismo, o “coronelismo” tradicional acaba se enfraquecendo e se esvaindo, como decorrência do predomínio de outro bloco hegemônico.

O Estado conserva seu caráter centralizador no que diz respeito ao sistema fiscal. E através de mecanismos de redistribuição dos fundos públicos o sistema político local pode ser ‘controlado’ pelo governo central, que se assegura, desta forma, da fidelidade e da obediência dos coronéis, a quem interessa estar do lado da ‘situação’ (...) no período atual, o Estado age de forma planejada ao nível nacional, de maneira a impor sobre a totalidade do território uma lógica econômica compatível com o triunfo do bloco urbano-industrial internacionalizado no país. E esta lógica condena o coronelismo tradicional à morte a longo prazo. (Idem: 31-32).

De fato, Bursztyn (Op. cit.) esclarece, em sua análise, que se estabelecem novas condições políticas com o intervencionismo estatal, que é mais acentuado no Nordeste nos anos 70. Com isto, ocorre o enfraquecimento de grupos regionais e o

predomínio de novas forças políticas em termos de condução do poder central, agora sob o comando do bloco urbano-industrial, sob hegemonia do capital internacionalizado. Com isto, há um predomínio do poder central frente ao poder local. Ainda assim,

(...) o reforço do poder local não é, necessariamente incompatível com a progressiva centralização política (...) há uma enorme interdependência (...) em cuja essência encontramos os imperativos da legitimação recíproca entre esses dois níveis. O Estado nunca prescindiu dos grandes poderosos locais e estes sempre retribuíram o paternalismo do poder central com sua fidelidade a priori. (Idem: 12).

Do exposto até aqui, a partir da recuperação das teses de autores clássicos e outros contemporâneos, é possível afirmar a importância do poder local como esquema de sustentação a governantes no âmbito estadual. Em outros termos, o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, e em particular o de regiões pobres como o Nordeste e o Ceará, tornou imprescindível o poder local como base de legitimação dos dirigentes estaduais, e continua a fomentar a necessária relação desses dirigentes com as lideranças locais, com elas estabelecendo compromissos e alianças políticas que assegurem a ascensão e a continuidade no poder estadual de determinados grupos e/ou partidos políticos, tal como ocorreu no ciclo de hegemonia da elite empresarial do CIC. Isto se deu a despeito dessa elite ter buscado se sobrepor a esse poder local a partir de inúmeras estratégias políticas, como mostrei na primeira parte deste capítulo. Devemos avançar, agora, no sentido de entender as condições que viabilizaram e continuam a manter essa força do poder local na dinâmica política brasileira e seus reflexos na “Era Tasso”.

A força do poder local, com suas múltiplas formas de mandonismo, também se originou do caráter patrimonial do Estado brasileiro e do clientelismo como forma de sustentação das elites políticas e econômicas deste país, além daquelas outras duas determinações já apontadas (a relativa ausência do poder central e a necessidade de legitimação decorrente do sistema de representação política<sup>132</sup>). Isto ocorreu desde cedo, dado o próprio caráter da nossa colonização, pautada na afirmação de privilégios e concessões a partir da disposição do Reino Português.

---

<sup>132</sup> Desde o período colonial, a ausência do poder central se faz sentir, ampliando a força do poder local. Na medida em que Portugal precisa estender o seu domínio, transfere determinadas atribuições às câmaras municipais e formula compromissos com os senhores de terra. Com isto, estabelece uma “... coexistência pacífica que se materializa pela omissão do poder público em nível local. Em troca, o poder central podia contar, em geral, com o apoio do poder local (BURSZTYN, op. cit.: 19). É desse gigantismo do poder local que nasce o coronelismo.

Como apontou Faoro (Op. cit.), a Coroa Portuguesa empreendeu sua obra de colonização, cujo ponto de apoio era a distribuição de terras, a partir do estabelecimento de privilégios para alguns poucos. Por sua vez, para dar cabo ao seu empreendimento comercial, de extração de produtos coloniais para o mercado mundial, o Estado português foi se organizando no Brasil, se aparelhando e se estruturando a partir de um estamento:

(...) de caráter marcadamente burocrático (...) como (...) apropriação de cargos (...) A comercialização da economia, proporcionando ingressos em dinheiro e assegurando o pagamento periódico das despesas, permitiu a abertura do recrutamento, em que ao funcionário incumbissem os gastos da burocracia, financiando os seus dependentes. Todos, cargos elevados – que davam nobreza ou qualificavam origem aristocrática –, como os cargos modestos, hauriam a vida e o calor do tesouro, diretamente vinculado à vigilância do soberano. (FAORO, op. cit.: 102-103).

Para garantir seu empreendimento colonial, a Coroa Portuguesa:

(...) não confiou a empresa a homens de negócio, entregues unicamente ao lucro e à produção. Selecionou, para guardar seus vínculos públicos com a conquista, pessoas próximas do trono, burocratas e militares, letrados ou guerreiros provados na Índia, a pequena nobreza, sedenta de glórias e riquezas. (Idem: 142).

A partir dessa condição inicial, a concessão de terras e de cargos públicos pela Coroa Portuguesa, desenvolveu-se a sociedade brasileira, com a predominância de uma estrutura social de estamentos e não de classes (FERNANDES, 2006). Esta estrutura de estamentos é responsável por:

(...) conduzir o processo histórico e a cobrar tributos sociais de uma economia colonial tributária do mando senhorial e da mentalidade tradicionalista e conservadora. A sociedade de classes e a revolução burguesa que ela protagoniza realizaram-se entre nós precariamente, dependentes de compromissos com o passado. (Martins. In: FERNANDES, 2006: 18-19).

Florestan Fernandes já havia lembrado que os antigos modelos patrimonialistas não se alteram, mesmo com a Independência do Brasil – um dos fatores histórico-sociais que viabilizaram a “Revolução Burguesa” no país, enquanto um fenômeno estrutural e não um episódio histórico (Op. cit.: 37). Ao contrário, mesmo em novo contexto, aqueles modelos

(...) continuaram a ter plena vigência no nível do domínio senhorial (...) e, como irradiações locais ou regionais, no nível das relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes

parentelas. Todavia, a organização do 'poder central' foi colocada num plano independente e superior. (Idem: 56).

Em outros termos, a formação do Estado brasileiro, livre da dominação portuguesa, ocorreu preservando-se a herança colonial: o patrimonialismo. Esta forma estatal estabelecia o exercício do poder por oligarquias, ainda que este se legitimasse a partir da concessão gradativa e lenta do direito de voto à população, o que, por sua vez, resultava também na ampliação do domínio oligárquico no plano local.

Com o predomínio desse poder oligárquico, e o certo artificialismo da representação política que daí decorria, a própria sociedade é incorporada na trama política de dependência do Estado.

(...) o oligarquismo brasileiro (...) se apóia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado (...) todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores políticos. (MARTINS: 1994: 29).

Assim, a mediação entre Estado político e sociedade civil no Brasil se ampara, predominantemente, no clientelismo, "... na troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala." (Idem). Portanto, Martins estabelece, em sua análise, que, na medida em que se expande a organização do Estado nacional, a trama do poder político absorve, na rede de dependência estatal, tanto as elites políticas, que daí tiram sua força e condição de domínio, como também amplos setores da sociedade. Isto porque esses segmentos da sociedade precisam do Estado, e da necessária intermediação política, como fonte de atendimento às suas necessidades.

No primeiro caso, da relação das elites com o poder político, o uso instrumental do Estado ocorre não apenas para a satisfação dos interesses dos segmentos dirigentes, sustentando privilégios e benefícios econômicos próprios do exercício do cargo público, mas também como mecanismo de legitimação política e de reprodução do próprio poder desses segmentos. Em outros termos, o exercício do poder político no Brasil implica que as elites dominantes operem mecanismos de favores para consolidarem sua condição de domínio, abusando fartamente do recurso público, ademais do estabelecimento de seus próprios privilégios.

No segundo caso, no que se refere a setores da sociedade, há certa legitimação da cultura da apropriação de bens públicos pelo privado, como forma

necessária do atendimento de necessidades que, não respondidas na forma de direitos sociais, são alcançadas por meio daquela intermediação política. Com isto, se legitimam os mecanismos tradicionais do favor político. Para Martins, essa não é uma realidade pontual, mas tem grande abrangência na sociedade brasileira.

Mesmo onde o patrimônio já não tem presença visível na política, como ocorre nas grandes cidades, a população, sobretudo migrante de áreas tradicionais e rurais, continua, de algum modo, se relacionando com a política e com os políticos em termos de concepções tradicionais que não separavam o político do protetor e provedor. (Op. cit.: 37).

Ainda que tais práticas políticas sejam negadas por certos segmentos sociais, elas se irradiam pela sociedade e encontram pleno reconhecimento naqueles segmentos que mais dependem do Estado. “

Muito do que aparece aos olhos da classe média letrada como arbítrio e roubo, não aparece com a mesma conotação aos olhos da grande massa pobre, rural e urbana. Até porque essa massa, de um modo ou de outro, está inteiramente integrada à política do favor. (Idem: 38).

O clientelismo, perpassando o processo histórico brasileiro desde a formação do Estado nacional, se cristaliza nas relações sociais contemporâneas, ampliando sua rede de alcance e fragilizando o nosso débil sistema representativo, ao mesmo tempo em que torna, ainda mais, o poder político um instrumento em benefícios de minorias. Através de sua ampla manifestação nos tempos atuais, o clientelismo contribui para reproduzir instituições e práticas de domínio político de antigas e novas elites. Assim, mesmo com a consolidação da sociedade competitiva, os mecanismos das trocas políticas tornam-se necessários para a manutenção do poder político e para a ampliação da acumulação de capital amparada em fundos públicos, seja de forma lícita ou ilícita. Isto será prontamente utilizado por setores da sociedade moderna. Na realidade,

(...) são os setores modernos e de ponta, na economia e na sociedade que recriam ou mesmo, criam, relações sociais arcaicas ou atrasadas (...) As novas classes prontamente se ajustaram aos mecanismos do clientelismo, tanto a burguesia quanto a classe operária. A história da moderna burguesia brasileira é, desde o começo, uma história de transações com o Estado. (MARTINS, op. cit.: 30).

Uma clara manifestação dessas práticas clientelistas, como também da permanência do caráter patrimonialista do Estado brasileiro, foi revelada por Marcos Otávio Bezerra (1999) em pesquisa sobre os mecanismos que regulam a aprovação



de emendas do orçamento do governo federal. Este autor aponta como esse dispositivo viabiliza extensas redes clientelistas, envolvendo as relações de deputados federais e senadores, no âmbito do Congresso Nacional, com outros membros da classe política, especialmente prefeitos e lideranças municipais de suas bases políticas, e também com fortes setores da economia brasileira.

Neste último caso, Bezerra retrata como os interesses de construtoras e empreiteiras, com lucrativos negócios fincados na ação estatal através das obras públicas, vinculam-se às intervenções dos parlamentares no orçamento federal, apresentando emendas que respondam àqueles interesses. A amplitude dessas práticas, conhecidas nos meios políticos e pela imprensa brasileira, gera, inclusive, um suporte institucional que auxilia os parlamentares na elaboração de suas emendas: são escritórios e técnicos disponibilizados por essas empresas a fim de dar respaldo técnico às emendas<sup>133</sup>, ao mesmo tempo em que se encarregam de acompanhar os trâmites burocráticos que assegurem a sua execução pelo governo federal. Este momento posterior à aprovação da emenda no orçamento torna-se necessário porque:

Tudo se passa (...) como se o Estado reservasse para o parlamentar uma parcela de recursos que lhe permitisse atender às demandas de caráter clientelístico. No entanto, (...) o acordo no âmbito do Legislativo não garante que os recursos sejam liberados pelo Executivo. (BEZERRA, op. cit.: 91).

Diante disto, há necessidade de irradiação dos lobbies do âmbito parlamentar aos ministérios. Portanto, interesses privados se confundem com o próprio exercício dos mandatos parlamentares e com a ação pública estatal<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> A partir de entrevista com um deputado do PMDB-ES, Bezerra capta como funciona essa relação entre parlamentares e empreiteiras: “As grandes construtoras desse país têm escritório em Brasília. Escritório para fazer lobby e os lobbies são feitos de forma tranqüila nos corredores da Câmara, das Comissões Temáticas” (Op. cit.: 73).

<sup>134</sup> Bezerra destaca também como esses interesses se interpelam, quando mostra o funcionamento das comissões temáticas que discutem e definem as emendas no orçamento da União: “... áreas como educação, saúde, infra-estrutura (saneamento, eletrificação) e órgãos como DNER e Rede Ferroviária são disputadas e ocupadas por parlamentares dos maiores partidos (...) a escolha dos relatores (...) é uma decisão complexa que pode envolver, inclusive, segmentos econômicos com interesses em jogo no orçamento (...) O fato de empresas aprovarem e impedirem a nomeação de um parlamentar para um cargo é uma indicação de sua influência nos partidos (...) os parlamentares indicados para o cargo podem não ser efetivamente aqueles que elaboram o parecer (...) são apenas laranjas (...) A pressão dos parlamentares sobre os relatores é um elemento essencial no processo de definição das emendas (...) não procurar o relator (...) é interpretado como um desinteresse deste pelas mesmas e sua apresentação como o cumprimento de um dever formal ou somente um meio de prestar contas às *bases eleitorais*”. (Op. cit.: 85).

Da pesquisa de Bezerra me interessa, sobretudo, ressaltar como as práticas clientelistas perpassam as relações dos parlamentares com suas bases de apoio eleitoral, o que acentua a importância do poder local, sobretudo como suporte eleitoral a diferentes membros da classe política, não apenas aos governos estadual e federal. De fato, o atendimento de “pleitos” apresentados por essas bases mobiliza cerca de 50% das atividades dos gabinetes parlamentares e de suas assessorias no Congresso (Idem: 109), ampliando a atuação do parlamentar além do próprio legislativo nacional:

(...) espaços distintos nos quais o parlamentar atua: os órgãos da administração pública federal situados em Brasília (...) além de discutir as questões nacionais, o ‘parlamentar corre atrás dos recursos de seus municípios (...) funciona como um despachante’. (Idem: 38).

Essa intermediação dos deputados por recursos federais é necessária porque:

A inserção na política nacional traz para o parlamentar o risco de seu afastamento do jogo político local (...) Este distanciamento abre espaço para que os políticos concorrentes realizem seu próprio trabalho na base do parlamentar (BEZERRA, op. cit.: 47).

Portanto, para manter uma base eleitoral permanente, os deputados federais precisam interceder junto ao governo federal no sentido de viabilizar recursos orçamentários que atendam aos pleitos de prefeitos que os apoiaram na eleição ou outros que podem vir a fazê-lo em momento posterior<sup>135</sup>. Esta mesma análise deve ser considerada em relação aos deputados estaduais, como já sugeri no terceiro capítulo. Também nesse capítulo, destaquei que os deputados federais fazem parte de uma pirâmide que viabiliza as eleições de políticos para diversas esferas do poder público, a partir da reciprocidade de apoio político que se traduz em votos naqueles momentos. Desta pirâmide também fazem parte os deputados estaduais, senadores e governadores, e todos se apóiam, sobretudo, na capacidade de liderança dos chefes locais, aqueles que estão mais próximos das bases eleitorais:

---

<sup>135</sup> “O mapa da votação do parlamentar no estado serve (...) como referencial para definir quais são os municípios e prefeitos a serem priorizados (...) uma reapropriação particular do voto (...) é também levado em conta o vínculo partidário e o grupo político a que pertence o parlamentar e o prefeito (...) Mas o peso do vínculo partidário pode ser relativizado pela existência de outros vínculos como é o caso das relações pessoais. A decisão (...) depende, por conseguinte, do cruzamento de uma série de variáveis: região, votação, partidos e relações pessoais (...) atender a um pedido de uma liderança com a qual não existe vínculo político pode ser uma oportunidade para o estabelecimento de novos laços” (BEZERRA, op. cit.: 112).

(...) a força da prefeitura emana da presença contínua na vida da 'população humilde' e, especialmente dos auxílios concedidos em momentos socialmente significativos como nascimento e morte (...) a força de lideranças locais manifesta-se ainda no fato de que elas exercem um controle sobre a presença dos candidatos nos municípios. (Idem: 133).

Com a existência dessa pirâmide de apoio político, institui-se a necessidade de complexas relações entre os diversos membros da classe política, que se traduzem como novas formas de dependência pessoal. Esta não se confunde com aquela dependência do período do "coronelismo", mas também decorre da necessidade contínua de troca de favores. De fato, as relações entre os membros da classe política acabam por reproduzir o clientelismo político: "As redes políticas e as relações de interdependência que vinculam lideranças locais, parlamentares e autoridades governamentais asseguram uma circulação ampla de serviços, favores e pessoas". (BEZERRA, op. cit.: 122).

Em geral, além de apoio recíproco nos momentos eleitorais, esses favores dizem respeito àquelas ações dos deputados voltadas para facilitar o acesso a verbas, projetos e serviços de outras esferas do Executivo para as prefeituras<sup>136</sup>. Por sua vez, as lideranças locais retribuem incorporando no quadro funcional da prefeitura pessoas que são indicadas pelos deputados aliados, como também prestam homenagens diversas a estes pela contribuição à administração municipal. Quanto aos deputados, o acesso às verbas do orçamento implica na garantia de voto a matérias de interesse de governadores, no caso dos estaduais na Assembléia Legislativa, bem como destes e da Presidência da República no âmbito do Congresso Nacional, envolvendo tantos os deputados federais como os senadores<sup>137</sup>. Neste último caso, Bezerra exemplifica como o "sistema de

---

<sup>136</sup> Barry Ames também identifica em sua pesquisa o grande esforço de parlamentares em viabilizar verbas do orçamento da União para os municípios onde possuem base eleitoral: "Entre 1989 e 1992, o número de emendas orçamentárias por ano cresceu de 8 mil para 72 mil, das quais mais de 90% eram destinados a municípios específicos." (Op. cit.: 113). Em outra passagem o autor adverte sobre a necessidade dos deputados em estabelecerem acordos com lideranças municipais a fim de garantir redutos eleitorais: "... a maioria dos deputados dá pouca atenção a apelos ideológicos. Em vez disso, procuram manter redutos garantidos, buscam municípios vulneráveis e tentam superar sua própria fraqueza eleitoral com barganhas fisiológicas (...) O sistema eleitoral brasileiro induz os deputados a prover benefícios para clientelas eleitorais (...) não admira que a busca de verbas e programas federais localistas seja endêmica". (Idem: 130).

<sup>137</sup> Uma pista importante para a compreensão desse processo encontra-se no registro que Elaine Behring faz, em seu estudo sobre a contra-reforma do Estado no Brasil nos últimos anos, do crescimento de 627,7% no item "desenvolvimento regional" do orçamento público federal em 1995, significando o retorno que os parlamentares tiveram por seus apoios às reformas de caráter neoliberal realizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo a autora, o governo federal alegou que o crescimento para R\$ 41,0 bilhões dessa função se deveu aos repasses

reciprocidade” funciona no Congresso, reforçando a tendência governista dos parlamentares no Brasil<sup>138</sup>:

A dependência que têm os parlamentares dos benefícios controlados pelo poder Executivo opera como um desestímulo para que estes passem à condição de oposição (...) Quando há matérias do interesse do governo tramitando no Congresso ou sendo votadas, os parlamentares são procurados pelas assessorias parlamentares dos ministérios, ministros ou autoridades governamentais e convocados a contribuir com seu apoio (...) mais do que vínculo partidário, é o compromisso com as autoridades, estabelecidos em virtude dos benefícios obtidos, que coloca o parlamentar diante da necessidade de retribuir. (BEZERRA, Op. cit.: 193).

Essas relações entre os membros da classe política que estão inseridos no “sistema de reciprocidade” transcendem o momento eleitoral, mas é por ele articulado, como alianças políticas que irão viabilizar os votos do eleitorado que sofre a influência das lideranças locais e dos demais membros da pirâmide de apoio. Dessa forma, durante todo o período do mandato parlamentar e do exercício do poder de dirigentes nas diversas esferas do poder público, é necessário construir e manter essas trocas de favores que, depois, irão render votos e outros apoios para os diversos políticos. “O trabalho em torno dos pleitos visa, portanto, não só manter um eleitorado, mas também produzi-lo (...) fora do ‘tempo da política’.” (Idem: 116). Isto faz com que a própria dinâmica política esteja pautada, o tempo todo, pela lógica eleitoral, criando vínculos entre os políticos em função das necessidades de se manterem no poder através do voto e de suas articulações políticas e partidárias.

Na medida em que as práticas de favores encontram respaldo em amplos setores sociais, as elites econômicas e políticas garantem o controle dos vários níveis do poder político a partir do seu uso intenso durante os processos eleitorais, envolvendo não apenas a classe política como nas situações acima, mas também sua relação com o eleitorado. Isto ocorre porque:

(...) para o conjunto dos eleitores, circulação de recursos e eleições são indissociáveis (...) A lógica da conversão do recurso/favor em recurso/voto

---

constitucionais para estados e municípios, entretanto, “... uma observação minuciosa desses gastos poderia nos levar àquelas negociações de interesses regionais locais em troca de apoio para a construção das ‘reformas’ que o projeto de ajuste estrutural prevê como condição para a sua efetividade prática” (Op. cit.: 279).

<sup>138</sup> “... os gastos com financiamento de obras públicas e outros benefícios localistas compram ou, pelo menos, alugam a lealdade dos congressistas (...) o governo concentra a aplicação de recursos em projetos nos deputados que provavelmente irão desertar (...) a barganha por esses recursos compensa parcialmente a fragilidade dos partidos revelada pelas variáveis que medem os votos recomendados pelos líderes”. (BARRY AMES, op. cit.: 272).

não é propriamente racionalizada e fruto do cálculo, mas é objeto constante de construção tática e avaliação. (VILLELA E MARQUES, 2002: 66).

De fato, nos momentos eleitorais, os recursos do clientelismo na captação de votos são amplamente utilizados, ditando um ritmo particular ao próprio funcionamento do Estado brasileiro e à dinâmica política em termos locais e nacionais: “Políticos e eleitores são lançados nas correntes de disputa de recursos e votos, tentando tirar do que dispõem o melhor partido possível, com sucesso variável, nem sempre almejado, muitas vezes questionável” (VILLELA E MARQUES, op. cit.: 73). Esta prática antiga foi incorporada e redimensionada pela classe política brasileira, agora considerando as novas condições de funcionamento do sistema de representação política em tempos mais democráticos. Isto significa que nem o clientelismo é coisa do passado e nem é relativo a um tipo específico de político, e sim uma prática generalizada no processo eleitoral brasileiro.

Os políticos tradicionais e oligárquicos fazem política e se revigoram politicamente tornando-se indispensáveis através de instituições modernas (...) Os políticos modernos e modernizadores (...) não têm acesso ao poder se não fazem amplas concessões à mentalidade clientelista do eleitorado. (MARTINS, op. cit.: 49. Grifos meus).

Nesses momentos eleitorais, entra em cena outro ator importante daquela pirâmide de apoio recíproco que articula políticos com atuação em vários níveis. Trata-se aqui do “cabo eleitoral”: “... pessoas que trabalham nos pequenos povoados do interior, ‘prestando serviço’ ao eleitor em troca de benefícios ou mesmo salários recebidos de um político” (BARREIRA, 1992: 31). São, portanto, agentes importantíssimos na dinâmica político-eleitoral porque realizam as mediações políticas, quando não é possível ser feita diretamente pelo político, e concretizam o sistema de favor de forma mais contínua e permanente. Isto assume grande relevo, sobretudo, na vida de populações inseridas em realidades carentes como os bairros periféricos dos centros urbanos e os municípios do interior. Portanto, em realidades em que a ausência do Estado produz novas formas de assistência e dependência pessoal, como nos velhos tempos dos “coronéis”.

Por sua vez, a atuação dos “cabos eleitorais” também se concretiza em situações geradas pelos mecanismos burocráticos do Estado, quer dizer, quando a prestação de serviços públicos implica o acesso aos complicados trâmites da vida burocrática moderna. Neste caso, é preciso a intermediação de “agentes” que tenham o domínio do funcionamento dessa lógica burocrática, um universo

extremamente complicado para determinados setores sociais, como também possuam influência política e prestígio que lhes permitam concretizar esse acesso e/ou agilizar a resposta à demanda do eleitor-cidadão. Para tanto, é preciso se constituir em “agentes” que são reconhecidos no próprio meio burocrático por seus vínculos com lideranças locais e partidos, como também se tornam necessários outros laços que não só aqueles com o poder dirigente. De fato, é preciso construir relações de favor com a própria burocracia, ampliando o prestígio político desses “cabos eleitorais”.

É exemplar dessa realidade, da complexidade que a máquina burocrática estatal vai gerando, o que Wanderley Guilherme dos Santos constata com o crescimento do próprio Estado, a partir da “Era Vargas”:

Havia agora uma burocracia interposta não somente entre eleitores e governantes, mas entre legisladores e os poderes executivos (...) gradativamente adquirira maior importância estratégica na medida em que a operação da máquina do Estado, de complexidade crescente, premiava em prestígio e poder, além de renda, àqueles com ela familiarizados. (SANTOS, 2006: 26).

Obviamente, a necessidade de interação com a burocracia não se dá apenas motivada pelos interesses político-eleitorais e, tampouco, ocorre a partir daqueles agentes identificados como “cabos eleitorais”. Isto também sucede para o atendimento de interesses privados e de grupos econômicos, como também cria “agentes profissionais” que se sustentam dessa intermediação, quer dizer, por puro interesse financeiro. De toda forma, têm-se nesse espaço da máquina burocrática estatal, devido à dimensão e complexidade crescente, novas expressões do clientelismo brasileiro<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> É curioso que Santos reduza o peso dos votos que resultam do clientelismo político gerado no interior da máquina burocrática estatal. Apoiando-se em pesquisa de opinião, realizada por IUPERJ e Vox Populi, afirma, categoricamente, que: “... somente 2,1% dos eleitores votaram no candidato a deputado federal que tenha prestado serviço para o eleitor ou sua família, enquanto 59,6% dos demais votaram porque conhecem o passado e o trabalho do candidato, porque gosta das idéias do candidato e porque leu, gostou ou viu a propaganda do candidato (...) Por todas evidências aqui apresentadas, o clientelismo brasileiro, como em todos os países de eleitorado de massa, existe, mas se mantém confinado à periferia do sistema eleitoral e partidário, com escassa eficácia causal sobre o desempenho da máquina de governo”. (SANTOS, op. cit.: 110). O autor parece desconhecer, neste caso, a realidade de pequenos e distantes municípios, onde as relações pessoais e políticas são extremamente importantes para a concretização do atendimento das demandas de eleitores e cidadãos de forma geral, o que atribui importância àqueles intermediários, o próprio político ou seu representante legal (assessor ou “cabo eleitoral”).

Ainda que possamos atestar o uso corrente de práticas clientelistas nos processos eleitorais e em outros momentos da dinâmica política brasileira, não significa que a política e a efetiva condição de um determinado candidato se eleger estejam regidas unicamente por essas práticas. Tampouco, se podem tomar as práticas clientelistas como regidas, unicamente pela dimensão das trocas materiais. Se assim ocorresse, a elite empresarial do CIC teria tido condições de viabilizar, ela mesma, o ingresso de seu grupo político a todas as instâncias do poder que dependem do voto durante o seu ciclo de hegemonia, haja vista o seu poder econômico e o próprio controle das verbas e serviços públicos.

É preciso perceber, dessa forma, que a capacidade eletiva dos candidatos também está associada ao prestígio e ao poder decorrentes de laços de parentesco<sup>140</sup>, do próprio exercício de cargos públicos e outras atividades importantes nos municípios, bem como diz respeito ao preenchimento de outros requisitos relacionados aos interesses de grupos específicos da sociedade e suas demandas em relação aos candidatos e à política. “Anexadas aos interesses materiais estão as ligações intangíveis da generosidade, da amizade e da lealdade, do poder e da força, sem as quais os recursos não seriam capazes, por si sós, de consubstanciar-se em votos.” (VILLELA E MARQUES, op. cit.: 73).

O conhecimento que o eleitorado possui do candidato e, sobretudo, certo grau de convivência com ele ou com um de seus representantes legais, acabam sendo elementos necessários ao êxito em um processo eleitoral. Isto ratifica, mais uma vez, a importância do exercício da política no âmbito municipal e das lideranças políticas locais como apoios indispensáveis a dirigentes governamentais e a outros candidatos a cargos públicos eletivos. Assim, no contato cotidiano com os eleitores, essas lideranças constroem determinados laços e relações com a população local que se refletem, de forma oportuna, nos momentos eleitorais, para eles mesmos ou aqueles a quem transferem votos.

Muitas vezes, vale apenas a atenção e a consideração declaradas a um indivíduo ou a sua família. Em inúmeros casos, de igual modo, basta que

---

<sup>140</sup> “Gozar de prestígio depende da disponibilidade de recurso/voto e, no limite, da capacidade de armazenar votos (...) As compensações de quem é dotado de prestígio são dificilmente definíveis e nem sempre objetivadas (...) não é um atributo propriamente individual, mas estende-se à família, fonte da qual emana (...) Muitos tentam valer-se de uma proximidade fictícia ou discutível para apropriar-se ilegitimamente do prestígio de um terceiro.” (VILLELA E MARQUES, op. cit.: 68-69. Grifo meu).

ativem as conexões necessárias no auxílio de um parente para roubar o eleitor ao seu adversário (...) os favores muitas vezes identificados como mais valiosos pela população dos municípios podem não exigir gasto financeiro (...) relações de parentesco e de amizade, ambas necessariamente revestidas de prestígio, desempenham um papel fundamental. (VILLELA E MARQUES, op. cit.: 68-69).

Para entendermos a complexidade dos processos eleitorais, além do exposto até aqui sobre a relevância do poder local na política e as características estruturais da nossa sociedade (marcada pelo patrimonialismo e o clientelismo), devemos acrescentar ainda dois outros elementos pertinentes a esses momentos da política. O primeiro refere-se ao uso intensivo de recursos da mídia e do *marketing* político nas campanhas eleitorais. Estes recursos têm sido aprimorados nas últimas décadas e ganharam extrema importância na conquista de amplas massas do eleitorado urbano, especialmente acostumadas à sedução dos recursos midiáticos. Dessa forma, na atualidade, as eleições estariam também condicionadas pelo uso intensivo das propagandas televisivas pelos candidatos de diferentes partidos e tendências políticas. Com esses recursos, a imagem do candidato torna-se muito mais significativa do que suas propostas e idéias<sup>141</sup>. De fato, o *marketing* político ajuda a criar, ou ressaltar, qualidades do candidato, transformando-os em mitos políticos que geram enorme impacto no eleitorado: “... a criação do mito do líder – e sua apresentação de uma forma idealizada – tornou-se a tarefa mais importante na propaganda” (REES, 1995.: 53).

Ao mesmo tempo em que se desenvolveram as técnicas de *marketing* político, também se tornou necessário, ao candidato e suas assessorias, conhecer mais as demandas e expectativas do eleitorado, utilizando-se, amplamente das pesquisas qualitativas: “lentamente (...) a pesquisa começou a alterar o modo de agir dos candidatos; começou a determinar o que eles iriam dizer, não apenas como iriam dizer” (REES, op. cit.: 98). Com tudo isto, a mídia e o *marketing* político tencionam o próprio processo eleitoral, marcando um ritmo em que conta muito, além das próprias capacidades do candidato, como ele se comporta perante o público televisivo, como sua imagem é construída e, quando usada por seus

---

<sup>141</sup> Laurence Rees informa que Roger Ailes, importante publicitário que atuou como conselheiro de mídia de George Bush em 1988, sugere que “... um espectador ou um eleitor faz um julgamento baseado inteiramente nas características visuais e não absorve o conteúdo da mensagem” (1995: 33). Em outro momento, Rees sustenta que os símbolos acionados em uma propaganda eleitoral na televisão são “... muito mais importantes do que as idéias (...) são tão difíceis de refutar quanto é fácil de se iludir com eles” (Idem: 38-39).



adversários, como reage e que elementos de sua biografia podem se apresentados para refutar as ofensas recebidas<sup>142</sup>. Assim, o real e o construído simbolicamente pelo *marketing* político se misturam e também condicionam os processos eleitorais contemporâneos.

Na atualidade, portanto, é preciso reconhecer a centralidade desses recursos do *marketing* político na construção de candidaturas e campanhas eleitorais. Isto não significa reduzir o processo eleitoral ao uso de tais mecanismos, escamoteando a importância decisiva da dinâmica eleitoral do dia-a-dia, em que candidatos e idéias se conformam em uma relação complexa com o eleitorado que envolve múltiplas determinações:

(...) se há uma centralidade da mídia, é no sentido de que a sociabilidade contemporânea passa necessariamente por ela, pois a realidade se constrói por meio da mesclagem da experiência vivida e televisada. A mídia altera o fazer político (...) mas não necessariamente submete a política integralmente à sua lógica de mercado (...) também são necessárias alianças políticas e uma intervenção (...) na política em geral e nas eleições em particular. (ALMEIDA, 2002: 31-33).

Um segundo elemento que determina os processos eleitorais na atualidade está relacionado à dinâmica de funcionamento dos partidos políticos e, dentro deles, das relações de forças que envolvem as suas lideranças e seus respectivos grupos. Em outros termos, é preciso considerar que, na realidade contemporânea brasileira, os partidos políticos estão marcados por disputas políticas no seu próprio interior que dispõem de condições diversas aos seus diferentes membros para o enfrentamento dos processos eleitorais. Além disso, tornaram-se, também, instituições burocráticas que seguem determinações legais e requerem certas condições econômicas e políticas para viabilizar a projeção de um candidato. Com isto, os partidos na contemporaneidade tornaram-se, um espaço menor de construção de idéias e propostas, e têm-se viabilizado como poderosas máquinas a serviço de poucos “caciques”.

---

<sup>142</sup> “... regras básicas de entrevista que todo candidato deve seguir. A principal (...) nunca aparecer num programa documentário que precise ser editado (...) a única situação na qual se deve permitir (...) que o seu candidato seja entrevistado é num show ao vivo (ou gravado como se fosse ao vivo), onde ele combina com os produtores com antecedência o campo das perguntas que serão cobertas, o nome e o estilo profissional do entrevistador (...) uma das técnicas de maior valor que um candidato pode usar quando está se defrontando com um entrevistador agressivo é devolver a pergunta ao inquisidor (...) Outra (...) é que o candidato admita eventualmente que ele cometeu um erro (...) ensinar o candidato a ‘entrar em sintonia’ com o tom do entrevistador (...) Uma entrevista ruim pode destruir uma campanha”. (REES, op. cit.: 173-176).

Estes dois últimos aspectos são muito importantes para entendermos como se consolidou a hegemonia política da elite empresarial do CIC. No caso dos partidos, devemos lembrar que, por sua própria situação de classe, os jovens militantes empresariais foram escolhidos e alçados à condição de lideranças partidárias, de uma hora para outra, consolidando sua força, primeiro, dentro do PMDB e, depois, com partido próprio que construíram no Ceará: o PSDB. Nestes termos, e com o domínio da máquina burocrática estatal, irradiaram sua força política por vários espaços e grupos, consolidando-se como verdadeiros “donos” de seus partidos e submetendo à sua força as diversas lideranças que buscavam se manter ou se lançar ao poder político<sup>143</sup>. Sem dúvida, a força partidária do grupo do CIC também está relacionada à percepção que tiveram da importância do *marketing* político, o outro elemento determinante dos processos eleitorais contemporâneos, e da capacidade que desenvolveram no uso de tais instrumentais.

Ainda assim, a força política atribuída por esses dois recursos, o *marketing* e o controle do partido político, não foi suficiente para realizar-se como uma hegemonia completa durante o exercício do poder no Ceará. Nesses longos anos de poder, a elite empresarial nunca pode dispensar a força das lideranças locais e sua capacidade de captação de votos, em decorrência dos vários aspectos que aqui foram mencionados, como tampouco puderam realizar o seu pleno propósito de realizar a modernização das relações políticas no Ceará, erradicando o clientelismo e o patrimonialismo. Essa elite empresarial teve que ceder à realidade de uma sociedade conservadora e pouco permeável às mudanças radicais. Essa condição tem fortalecido, de modo cotidiano, o poder de elites que abusam da sua força política e econômica para se perpetuar no poder, através da renovação de práticas tradicionais.

Da mesma forma, esses dirigentes estatais que chegaram ao poder a partir das eleições de 1986, quando inovaram a política cearense com o uso intensivo do *marketing* eleitoral e uma forma criativa de fazer campanha, não puderam dispensar

---

<sup>143</sup> Amarílio Macêdo retrata a força política do grupo mais vinculado a Tasso Jereissati dentro do PSDB, com controle absoluto dentro desse partido, lembrando como se deu a escolha do candidato a governador para a disputa eleitoral de 1998. Naquele momento, o próprio Tasso já estava propenso à reeleição, mediante as disputas internas, mas buscou-se consolidar a proposta através de consulta às bases partidárias. “... numa movimentação intensa que o PSDB fez e que chamou de pré-campanha, como se fossem primárias americanas, só que umas primárias diferentes porque já estava com tudo carimbado — era para ser Tasso — quando visitamos todo o interior.”. (Amarílio Macêdo. In: MATOS E OUTROS (orgs.), op. cit.: 124).

a força viva da militância partidária, sobretudo dos partidos de esquerda que os apoiaram naquele primeiro momento, e das lideranças políticas locais que atuam no cotidiano da política a partir de diversos mecanismos que, depois, se traduzem em votos. Para chegar ao poder, é preciso contar com os antigos “donos” da política e com suas estratégias de poder, quer dizer: “... para aqueles que estão fora do poder, a chave para a reprodução de sua política está numa combinação entre as ruas e a mídia” (ALMEIDA, op. cit.: 141).

Portanto, o ciclo de hegemonia que se realizou no Ceará nas últimas décadas, conhecido por “Era Tasso”, só pôde acontecer pelas alianças eleitorais que a elite empresarial construiu e manteve durante toda a sua trajetória no comando da máquina estatal, viabilizando um processo de *modernização conservadora* neste Estado federativo, além das próprias estratégias políticas desenvolvidas para a sua realização como ciclo de hegemonia. Essas alianças, por sua vez, o configuraram um modo particular de hegemonia: a elite empresarial submeteu os grupos políticos ao seu domínio, mas o fez com restrições porque dependia de uma hegemonia limitada. Ao final, rendeu-se à própria realidade da política, moldada não apenas pelos propósitos de quem dela participa, mas também regida por relações complexas entre os vários sujeitos e classes sociais em suas disputas por determinados interesses e projetos políticos.

## UMA SÍNTESE ANALÍTICA: A TÍTULO DE CONCLUSÃO

A “Era Tasso” é um momento importante da história política do Ceará, carregado de significados e, no percurso de minha análise, fui percebendo que sua compreensão como fenômeno social abre também as possibilidades para se pensar o Brasil contemporâneo. Assim, ao realizar este estudo, buscando captar a particularidade da política neste Estado federativo nas últimas décadas, estive sempre procurando pistas para entender o Brasil, fazendo descobertas coletivas no esforço de sistematização de uma síntese. Neste percurso, revirei inquietações teóricas geradas pelo processo do doutorado e também admiti enxergar outras tantas provocadas pela militância política. Nos dois casos, corri o risco de “encontrar fantasmas” e fui assumindo a coragem de superar preconceitos. Todas as inquietações, teóricas e políticas, confluíam em uma única direção: entender nossas derrotas como forças sociais de esquerda na luta política para transformar nossa realidade social em um dado período histórico.

Vasculhando o passado e encarando o compromisso com a construção de um “mundo melhor”, foquei minha análise nas últimas décadas, mais precisamente, na compreensão das derrotas e recuos vividos pelas forças de esquerda com a hegemonia neoliberal após uma década de profunda transformação política, quando ocorreu a luta democrática e sua concretização em conquistas sociais, políticas e culturais. Como Gramsci, me perguntei: por que perdemos? Com Marx, encarei o desafio da busca teórico-metodológica e política como um esforço dialético e processual de tese, antítese e síntese. Nesse esforço de diálogo a partir da ciência, fui fazendo descobertas teóricas e reconstruindo a pergunta inicial: era preciso saber o que perdemos e o que ganhamos no período de transição da “geração dos sonhos” (anos 1980) à “geração da crise” (anos 1990). Nessa busca por respostas, foi decisivo o esforço de ouvir a “geração de outros sonhos” (anos 1960), entender

suas derrotas, extrair ensinamentos de suas experiências e de suas próprias crises e nela encontrar o fio da meada que move nossas lutas: a perseverança e a coragem para fazer “um outro mundo”.

Este, portanto, não é um estudo desinteressado, mas uma reflexão que é coletiva, a partir de uma dada perspectiva teórica crítica, orientada pelo esforço em contribuir na luta para transformar a realidade social, tomando-a como complexa, processual e contraditória. Em síntese, é a expressão do compromisso científico com a verdade histórica, pressuposto para a compreensão da realidade e sua transformação social, e, antes de tudo, reflete um processo: ponto de chegada e, ao mesmo tempo, ponto de partida para outras investigações, para outros momentos carregados de novas inquietações e para novas descobertas. Como processo inacabado de construção do conhecimento, este momento exige, antes de tudo, um diálogo para além das formalidades acadêmicas, dos seus ritmos e normas, rompendo as armadilhas do imediatismo e das conclusões precipitadas.

Do esforço realizado até aqui pude apreender a “Era Tasso” como um novo ciclo de hegemonia burguesa: particularidade histórica da política cearense inserida em um processo mais amplo de caráter nacional, que marca e determina sua especificidade como realidade local, ao mesmo tempo em que aponta elementos diversos e contraditórios que aparecem, anos mais tarde, com a hegemonia neoliberal no Brasil. Assim, este ciclo de hegemonia burguesa pode ser tomado, como diria Gramsci, enquanto “critério metodológico” para desvelar nossa realidade nacional das últimas décadas: um período experimental de modernização econômica e política de caráter conservador que encarna uma época histórica, a da convergência contraditória do processo democrático brasileiro dos anos 80 com a inserção do país na mundialização do capital na década seguinte (CARVALHO, 2007).

A partir do estudo que realizei, me detendo na experiência particular do Ceará (e sempre buscando aquelas pistas para entender o Brasil), pude captá-la como a realização de uma “revolução passiva”: expressão molecular de mudanças econômicas, políticas e sociais profundas que permitiram a recomposição de forças das classes sociais dominantes locais a partir da construção de uma nova hegemonia burguesa. De fato, no contexto da redemocratização dos anos 1980 – período de emergência de interesses de distintos setores sociais, de novas

condições para a luta social e a disputa de projetos políticos – formou-se, no âmbito local, um novo bloco de poder que permitiu antecipar a experiência de hegemonia neoliberal que, no Brasil, iniciou-se somente a partir dos anos 1990.

Considerando exclusivamente a realidade cearense, meu estudo indica que aqui ocorreu uma “revolução sem revolução”: produziram-se mudanças no âmbito da sociedade civil e do Estado que exigiram a formação de uma nova hegemonia burguesa. De fato, com a ascensão ao poder político de uma fração da burguesia industrial local, que encarnava o espírito de seu tempo (necessidade histórica de mudanças profundas), sintetizou-se uma época de transformações moleculares, criaram-se as condições político-ideológicas para se realizar a contra-reforma do Estado que a nova ordem do capital exigia, mas como um processo que esteve sempre tencionado pelos avanços políticos daquele período (de ampliação da política, com uma sociedade civil complexa, diversa e com desejo de mudanças) e pela herança de um passado carregado de conservadorismo político. Assim, a “Era Tasso” foi se produzindo como uma “transição pelo alto”: “uma reação dos dominantes aos movimentos esporádicos, pontuais, de massas, encarnando expressões democráticas que foram bloqueadas e domesticadas” (CARVALHO, 2004: 48).

Essa reação das elites cearenses se iniciou a partir do momento em que lideranças empresariais se organizaram no CIC, em meados dos anos 70, e o constituíram como espaço de crítica, de explicitação de divergências no seio da própria elite, de elaboração de idéias e projetos, de articulação política com outros segmentos de classes, de formação de quadros técnicos e de dirigentes políticos. A partir daquele momento, essas lideranças políticas e seus intelectuais orgânicos puderam encarar o desafio de dar respostas às necessidades históricas de sua classe, de ser capaz de construir o consenso em torno de seus interesses particulares, de conquistar aliados políticos entre os setores dominados. Foram capazes, de um lado, de fazer a crítica aos dirigentes políticos locais e nacionais, às suas políticas e à forma como conduziam as instâncias governamentais. De outro lado, souberam perceber aquelas tendências de mudanças geradas pela ampliação da política e incorporar seus anseios progressistas. Ao mesmo tempo, nos fóruns de debates que ali se realizavam, puderam articular fundamental apoio ao seu projeto de poder entre setores intelectuais e políticos das classes médias e de partidos de

esquerda, além de segmentos da elite local que também faziam oposição aos “coronéis”. Vários desses setores sociais, das elites e dos estratos médios, se encontravam organizados no MDB/PMDB e, nesse espaço partidário, lutaram pela redemocratização ao lado das lideranças empresariais do CIC, fato relevante para credenciá-los perante a sociedade em geral.

Compartilho com alguns estudiosos da realidade cearense – em especial, Parente (1989/1990, 1992, 1998, 2000a, 2000b, 2001 e 2002) e Abu-El-Haj (2002, 2003, 2005) – de que a “Era Tasso” representa uma inovação na política local. Isto ocorre, em primeiro lugar, pelo fato de terem organizado um projeto de modernização capitalista e, com sua chegada ao poder político no Ceará, ter contribuído para superar o ritmo do desenvolvimento viabilizado em outros governos. Em minha pesquisa, percebi que essa modernização capitalista – que permitiu certo nível de desenvolvimento na economia cearense – manteve o caráter conservador e excludente do capitalismo brasileiro e, em consonância com a nova ordem do capital, aprofundou antigas formas de desigualdades sociais ao mesmo tempo em que produziu outras. Essa “modernização conservadora”, emergindo e se organizando a partir da sociedade civil, se fez pela via da sociedade política, requerendo profundas mudanças na forma burocrática do Estado, realizando-se como uma contra-reforma do Estado e abrindo espaço e possibilidades para a expansão do capital.

Prosseguindo em minha investigação e focando minha atenção na dinâmica política desse período – especialmente a expressão dessa dinâmica nos processos eleitorais – fui percebendo que o inusitado da “Era Tasso” está na capacidade demonstrada pela elite empresarial do CIC, como dirigentes políticos, de articular a hegemonia burguesa em outro nível: apoiando-se em segmentos sociais diversos, produzindo práticas de consenso (ativo e passivo) com ampla ressonância na sociedade em geral, inovando suas formas de domínio e, ao refletir as tendências progressistas de seu tempo, submeter os setores sociais subalternos à sua iniciativa política.

Dessa forma, sem desconsiderar que todo esse processo conserva traços da política anterior conduzida pelos “coronéis”, como também carrega o peso da cultura política tradicional brasileira, a particularidade da “Era Tasso” está no fato de se realizar como um novo ciclo de hegemonia, mais precisamente um tipo determinado

de hegemonia: uma “revolução passiva”. Nestes termos, como um ciclo de hegemonia burguesa, a “Era Tasso” expressa tanto a modificação molecular nas relações de força da sociedade brasileira que emergiu da redemocratização, incorporando aqueles segmentos sociais progressistas e suas demandas, mas o fez também conservando a tradição política, com suas práticas clientelistas e patrimonialistas. Com isto, incorporando o “novo” e restaurando o “velho”, a hegemonia burguesa produziu-se a partir de um novo bloco de poder: sob a direção de suas frações modernas, obteve a adesão de setores progressistas e manteve o consentimento dos segmentos sociais oligárquicos. Essa composição do bloco de poder da “Era Tasso” sofreu alterações ao longo do período em que se realizou como ciclo de hegemonia: perdeu aliados entre os setores da elite reincorporou outros elementos dessa mesma elite, rompeu com os partidos de esquerda e com alguns setores intelectuais da classe média, e ainda, incorporou novos sujeitos no percurso histórico desse longo período a partir da formação de seus quadros. Restabeleceu-se, assim, como classe dominante que encontra sua unidade no próprio Estado, ao mesmo tempo em que seu bloco de poder refletiu a instabilidade das relações entre as classes sociais em sua luta política.

Em minha pesquisa, fui me concentrando no processo de construção dessa hegemonia político-ideológica e buscando não perder sua articulação com sua hegemonia econômica. Com isto, procurei avançar na identificação dessa particularidade da “Era Tasso”: sua expressão como uma “transição pelo alto”, uma síntese que expressa tanto uma singularidade em relação aos antigos governantes e suas práticas de poder, bem como mantém determinações universais da política na sociedade capitalista e sua construção histórica no Brasil e no Ceará. Neste sentido, o essencial desse período estudado é sua identificação como um ciclo de hegemonia burguesa em que assume papel destacado no processo de “modernização conservadora” empreendida a partir das ações administrativas e das políticas dos governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes no período de 1987 a 2002. Por sua vez, a “Era Tasso” se constituiu como um novo ciclo de hegemonia pelo fato dessa elite empresarial ter estruturado seus interesses como um projeto político que teve significativa ressonância na sociedade cearense e, com isto, conseguiu também influir nas ações dos governos que os sucederam, consolidando



outras posturas administrativas ao realizar a reforma da estrutura burocrática do Estado.

Em meu percurso analítico, descobrindo a singularidade da experiência política cearense dos últimos anos – como a realização de um projeto burguês com feições modernas e que conserva o tradicionalismo – fui também percebendo que sua particularidade teria que ser captada na articulação com o processo de construção da hegemonia neoliberal no Brasil no sentido de avançar na identificação do seu caráter conservador. Como é amplamente conhecido, pelo aporte de estudos teóricos realizados sobre a situação nacional, essa hegemonia foi se deu a partir dos anos 90 gerando impactante resultado em termos de redução de direitos sociais, maior concentração de renda e de propriedade, e também com as redefinições nas funções estatais que levaram à perda da capacidade de realização de projetos de desenvolvimento nacional autônomo.

Nesse último caso, pude perceber que a experiência dos “governos das mudanças” no Ceará representa não apenas uma sintonia da elite empresarial com o pensamento neoliberal, mas se constituiu em momento fundamental para a organização político-partidária desse projeto em âmbito nacional a partir do PSDB. De fato, este partido, fortalecido pela experiência cearense, pôde liderar no Congresso as forças conservadoras que aprovaram as reformas neoliberais introduzidas por Fernando Collor de Mello e depois pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, como também as viabilizaram a partir de hegemonia sobre outras instâncias da sociedade política e da sociedade civil. Essa afinidade da elite empresarial cearense com o bloco social que apóia as medidas conservadoras de caráter neoliberal no Brasil se mantém ainda hoje com a liderança nacional de Tasso Jereissati naquele partido e no Senado Federal.

A despeito da modernização político-econômica realizada no Ceará nas últimas décadas, o conservadorismo do projeto local, tal qual em termos nacionais, está localizado, sobretudo, na incapacidade de atender algumas demandas de setores populares e de segmentos das classes médias que têm uma dimensão mais estrutural, de radicalização da democracia política e econômica: a realização de reforma agrária, medidas sócio-econômicas com grande impacto na distribuição de renda e na universalização das políticas sociais. Ao contrário, o projeto neoliberal tem possibilitado maior capacidade de acumulação e de concentração de capital,

sobretudo de sua forma financeira e transnacionalizada, através da redução dos custos do trabalho e de transferências diretas e indiretas de recursos públicos para o setor privado, entre outras medidas mais pontuais e que têm o mesmo objetivo de seu fortalecimento como forma particular de produção e apropriação de riqueza.

A hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil foi tecida a partir de forte campanha anti-estatista dos grandes grupos de comunicação e da mídia em geral, pautando-se, exatamente, na necessidade de se realizar uma modernização da máquina burocrática estatal e redefinir as funções estatais como condição para o Brasil se inserir no mundo contemporâneo de forma mais qualificada. Essa proposta de modernização, encabeçada por intelectuais orgânicos da elite empresarial paulista que participaram da fundação do PSDB, esteve apoiada em uma aliança política com segmentos oligárquicos representados no PFL. Nesse sentido, a modernização do Estado não implicou em rupturas com os setores mais tradicionais da sociedade brasileira, ao contrário, fortaleceu-se dessa aliança e aprofundou o seu caráter conservador. Tudo isto ocorreu a despeito da ampliação da política e da consolidação da democracia no Brasil dos últimos, processo que deu visibilidade às demandas sociais dos setores progressistas e que foram consubstanciadas na Constituição de 1988 (CARVALHO, 2007).

No caso cearense, a proposta de modernização da elite empresarial se constituiu, inicialmente, como uma das expressões de descontentamento de vários setores sociais com os antigos governantes locais e nacionais (os “coronéis” e os militares) e que foram, aos poucos, sendo consolidadas naqueles momentos de organização no CIC. Isto ocorreu no momento da redemocratização brasileira, quando também emergiram várias demandas por melhores e mais políticas sociais, por mais direitos sociais e trabalhistas. Não por acaso, a proposta da elite empresarial encontrou ressonância naqueles segmentos intelectuais da classe média e dos partidos de esquerda (PC do B, PCB, MR-8, PDT) que, juntamente com o MDB/PMDB participaram ativamente das lutas pela recuperação das liberdades e dos direitos políticos e civis. Assim, as duas grandes campanhas nacionais que representaram essas lutas, a das “Diretas Já” e a outra em torno do candidato peemedebista Tancredo Neves à Presidência da República no Colégio Eleitoral, permitiram a organização e consolidação da aliança político-eleitoral desses

diferentes setores da luta democrática em torno de Tasso Jereissati para a disputa pelo Governo do Ceará em 1986.

Nesse contexto de ampla mobilização social, a candidatura do líder empresarial do CIC foi apresentada como a antítese às práticas políticas presentes em todo o passado político cearense, com predomínio do clientelismo e do patrimonialismo, e que estava expresso na figura dos “coronéis” e de seu candidato Aduino Bezerra, bem como às experiências políticas de caráter centralizadora e autoritária do regime dos militares, de quem eram aliados os antigos governantes cearenses. Outro elemento que contribuiu para a aliança de setores mais avançados da sociedade cearense em torno da candidatura Tasso Jereissati, foi o fato de que a administração municipal da petista Maria Luiza Fontenele havia gerado muito descontentamento na opinião pública local e provocado divisões entre os partidos de esquerda, inclusive no próprio PT. Dessa forma, a disputa por hegemonia no campo da esquerda entre seus vários setores ampliou as possibilidades de vitória da elite empresarial, por contar com aliados que tinham grande inserção nos movimentos sociais, como era o caso do PC do B, e também pelo próprio desgaste da experiência administrativa do PT. As duas situações foram amplamente reconhecidas por diversas lideranças do CIC, como mostrei no segundo capítulo desta pesquisa.

Por sua vez, a candidatura de Tasso Jereissati, naquele momento, também aglutinou vasto e heterogêneo setor da elite local. Primeiro, porque muitos políticos das classes dominantes cearenses foram prejudicados pela centralização de poder político em torno dos três “coronéis” (Aduino Bezerra, Virgílio Távora e César Cals), gerando insatisfações quanto à possibilidade de manutenção do mesmo esquema político. Segundo, pelo fato de que o PMDB passara a governar o país com a vitória de Tancredo Neves em sua aliança com o PFL de José Sarney, provocando adesões de diversas lideranças políticas que haviam apoiado os “coronéis” e a Ditadura Militar, mas que naquele momento, passaram a se organizar na agremiação partidária que tinha hegemonia na sociedade política e na sociedade civil como melhor representação da luta democrática: o PMDB. Neste caso, o vínculo da elite empresarial com este partido facilitou tanto a aliança política com inúmeras lideranças tradicionais, como também com parte dos setores progressistas. Em termos estratégicos de campanha política, essas alianças viabilizaram a inserção do

candidato Tasso tanto no interior do Ceará, via os setores mais conservadores, quanto na capital pelo apoio dos setores políticos progressistas. Além disso, a elite empresarial liderada por Tasso Jereissati também se beneficiou eleitoralmente do prestígio popular daquele partido nas eleições de 1986 devido ao sucesso do Plano Cruzado. Ainda no plano local, o governador Gonzaga Mota, que havia rompido com os “coronéis” e ingressara no PMDB, completava o leque de apoios políticos que tornariam aquela candidatura do líder empresarial imbatível na eleição daquele ano.

A expressiva vitória eleitoral de Tasso Jereissati em 1986 a partir daquele heterogêneo arco de alianças eleitorais, tem grande significado para o ciclo de hegemonia que se iria consolidar a partir dali porque, em primeiro lugar, conseguiu lançar e consolidar a “marca Tasso”, o que teve repercussão nas demais eleições vitoriosas da elite empresarial. Em segundo lugar, porque o controle da máquina burocrática estatal – de suas políticas, de seus recursos administrativos e financeiros, de sua dinâmica como poder burocrático – é de suma importância para a continuidade no poder de um mesmo grupo político. Entretanto, a força política adquirida com a vitória eleitoral naquele momento não traduz toda a complexidade das condições que permitiram o exercício do poder pelos empresários do CIC durante 16 anos de governo e, tampouco, foi suficiente para definir o caráter conservador de seu projeto de modernização. De fato, a hegemonia que o grupo passou a exercer nos anos seguintes foi o resultado de um processo tenso de resistência e adesão em que atuaram elementos diversos, provocando redefinições de seus aliados políticos e atribuindo-lhes grande capacidade para realizar a “modernização conservadora”.

Entre esses elementos que marcam a dinâmica política particular da “Era Tasso” – conformando a direção e o domínio político-cultural e econômica da elite empresarial sobre amplos setores da sociedade cearense – devem ser considerados: a coesão do núcleo dirigente diante das disputas de espaço entre diferentes setores das elites (dentro e fora do PMDB) que geraram conflitos e dissensões logo nos primeiros meses do novo governo, a capacidade de mobilizar diversos recursos que visavam tanto a fragilizar as lideranças locais em seus próprios domínios como a ocupar os espaços de mobilização e de organização política dos partidos de esquerda (os “agentes das mudanças”, os conselhos de desenvolvimento, o “Projeto São José”, etc.), o amplo e ousado programa de

*marketing* político que ajudou a consolidar a “marca Tasso” e potencializar as ações administrativas e políticas de seus governos, e ainda, a possibilidade de mobilizar recursos políticos e financeiros em função da aliança nacional com o PSDB e da afinidade com seu projeto neoliberal. Isto ocorreu tanto em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso como no tocante às agências financeiras internacionais.

Com base na capacidade hegemônica de elite empresarial e da própria realização do seu projeto de “modernização conservadora”, a “Era Tasso” teve redefinidos os seus aliados políticos e eleitorais, desfazendo-se dos setores mais progressistas e, cada vez, amparando-se nas lideranças com forte inserção na política local, mesmo aquelas que inicialmente apoiavam os “coronéis” e contra quem se voltara o discurso dos empresários que se organizaram no CIC. Como evidenciei nos capítulos III e IV, essas lideranças, em geral, têm seu prestígio decorrente da força política e econômica dos clãs familiares a que pertencem. São lideranças e clãs familiares que, além de se manterem por muito tempo no poder executivo municipal, alcançaram outros postos em nível de governo estadual e federal e formam a base do poder legislativo estadual durante todo o ciclo de hegemonia. Portanto, são políticos com grande poder de voto por sua inserção na política local, bem como são indispensáveis como aliados no âmbito do parlamento.

É neste campo – das alianças construídas pela elite empresarial, especialmente nos momentos eleitorais – que melhor se expressa a particularidade da “Era Tasso”: as intenções de sua política, os limites de sua hegemonia e o alcance de seu projeto de modernização. Isto ocorre porque a elite empresarial, durante a realização de seus diversos governos, tentou construir uma força político-partidária própria, buscando formar quadros e se organizar, de fato, como um partido. Nesse processo, buscaram se distinguir das outras frações das elites dominantes, sobretudo aquelas mais conservadoras, quanto tiveram que enfrentar e se diferenciar dos setores de esquerda e seus projetos políticos com caráter progressista de radicalização da democracia política e econômica. No primeiro caso, esta era uma condição essencial para viabilizar seus propósitos modernizantes, sobretudo para superar o nível de interferência que o clientelismo e o patrimonialismo implicavam na funcionalidade da estrutura burocrática estatal e na sua capacidade indutora do desenvolvimento capitalista. No segundo caso, a aliança

inicial com setores de esquerda estava orientada a esse propósito de modernização progressista, mas sua manutenção exigia desconcentrar o poder e, sobretudo, atender às demandas de caráter mais popular que aquelas forças político-partidárias canalizavam. Para tanto, a elite empresarial teria que ultrapassar o nível de consciência corporativa, ampliar sua própria hegemonia. Isto não ocorreu, em primeiro lugar, porque na convergência contraditória da democracia conquistada nos anos 80 com o processo de contra-reforma do Estado foram se explicitando as diferenças e convergências em termos de projetos políticos dos sujeitos políticos que participaram daquele processo, como expressão de determinados interesses de classes sociais e de suas diversas frações, mas também de outros segmentos sociais, de demandas imediatas.

Portanto, para compreender as alianças eleitorais da “Era Tasso”, entender sua composição social e sua expressão política, deve-se considerar que estavam em disputa, naquele momento histórico das eleições de 1986 no Ceará, projetos políticos distintos. Assumo, portanto, a síntese de Evelina Dagnino de que os projetos políticos devem ser tomados

(...) num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.” (2003: 3).

Como projetos políticos, essas possibilidades estavam inseridas no quadro histórico da luta social e política do Brasil da “transição” (fins de 1970 e toda a década de 1980), se refletindo nas conquistas democráticas do período e que deixou profundas marcas na sociedade brasileira dos anos seguintes. Da mesma forma, eram possibilidades políticas consubstanciadas em projetos políticos contraditórios, complexos e heterogêneos, exatamente por estarem tencionados por interesses de classe, pelo movimento mundial de expansão do capital, pelo nível de organização político-partidária do Brasil, pelas marcas de nosso passado como sociedade, mais precisamente, pelo processo histórico de formação do capitalismo, das classes sociais e do Estado como unidade nacional contraditória e complexa.

A partir de minha pesquisa, e nos marcos de sua particularidade histórica, é possível afirmar que esses projetos já estavam se expressando como tendências nacionais (“experimentações” da luta política) na dinâmica dos processos eleitorais

no Ceará em meados da década de 80: na eleição que elegeu Maria Luiza Fontenele, em 1985, e na que levou a elite empresarial do CIC ao poder político com Tasso Jereissati no ano seguinte. Como possibilidades da luta política, tais projetos continuam se tencionando e se enfrentando na realidade nacional, mas também se conformando e apresentando recuos mútuos. Nos anos 90, nos marcos da luta política desse período, o projeto democrático liberal se impôs como consenso, com sua concepção minimalista da política, como “democracia de eleitores” (CARVALHO, 2005: 3), como “cidadania do consumidor”. Naquela década, este projeto fez avançar o processo de contra-reforma do Estado, mas sempre tencionado pelas possibilidades abertas com a ampliação da política e por uma sociedade civil mais complexa.

É esta síntese analítica que permite avançar na compreensão da experiência local, de realização da “Era Tasso” como um ciclo de hegemonia burguesa que consubstanciou as possibilidades da luta política de redemocratização, que foi capaz de realizar amplo processo de modernização, sobretudo da estrutura burocrático-estatal dando-lhe novo desenho (enxuto, flexível e eficiente) e, portanto, adquirir maior funcionalidade tendo em vista potencializar a acumulação capitalista. Para tanto, o Estado deveria atender às novas necessidades desse processo em um quadro de maior competição capitalista em termos mundiais e de complexidade da reestruturação da produção capitalista. Estas eram exigências que não podiam ser atendidas pelos antigos setores das classes dominantes locais, exatamente por seu padrão de conduta na administração estatal que exauria seus recursos financeiros e dificultava o planejamento das ações e políticas administrativas. Por sua vez, a modernização proposta pelos empresários do CIC, amplamente sustentada no conservadorismo do pensamento neoliberal, requeria profundas mudanças nas formas institucionais e políticas de regulação das relações entre capital e trabalho, o que os colocavam em campo oposto aos projetos societários de esquerda, ao mesmo tempo em que iam buscando construir alternativas, realizando-se como “transformismo”.

Este “transformismo” se realizou como enfrentamento, de um lado, dos “excessos do velho”, quer dizer, das práticas patrimonialistas e clientelistas dos antigos dirigentes, sem superá-las como marca histórica, mas buscando conservá-las em outros níveis, como determinação de sua própria hegemonia político-cultural

e econômica. De outro lado, era preciso incorporar o “novo”, os desafios postos pela redemocratização, aglutinando novas forças sociais e o caráter progressista de suas propostas, mas conformando-as, limitando seu nível de influência, ou seja, “domesticando seu potencial de transformação social” (CARVALHO, op. cit.: 3). O desafio para a nova elite dirigente era encontrar “...resoluções sem ‘rupturas clamorosas’ (...) uma espécie de restauração do equilíbrio preexistente...” (NOGUEIRA, op. cit: 270-271).

Se o propósito modernizante desse projeto das lideranças empresariais do CIC estava delineado desde seus primeiros momentos de organização como grupo político, o seu caráter conservador foi sendo demarcado na medida em que, primeiro, se definiam seus aliados tanto na política local como na política nacional e, segundo, o predomínio do projeto neoliberal no Brasil permitiria melhores condições para que fossem realizadas no Ceará aquelas ações que caracterizam a contra-reforma do Estado. Com isto, se consolidava uma determinada direção a esse projeto da elite local, reorientando o uso instrumental do Estado não mais para setores específicos da política local em seu benefício imediato, mas para a própria expansão do capital em novas condições econômicas e políticas.

Tudo isto ocorreu como um processo longo e complexo que foi conformado pela dinâmica política local e nacional, pela capacidade do núcleo dirigente dessa elite empresarial na organização e defesa de seus principais interesses em contraposição a outros que se apresentaram durante as várias fases de seu ciclo de hegemonia, pelo nível de organização político-partidária dos diferentes setores que lhe faziam oposição e sua força político-eleitoral limitada perante a sociedade em geral, bem como pelo resultado das diversas ações utilizadas pelos novos dirigentes na construção de seu poder hegemônico e de dominação na política local.

Assim, cabe recordar que, especialmente nos dois primeiros governos desse ciclo de hegemonia, foram sendo definidas as alianças políticas que dariam sustentação aos novos dirigentes estatais, como momentos centrais dessa “revolução/restauração. Por um lado, na política interna do Ceará, foram feitas inúmeras investidas para fragilizar os grupos políticos que controlam o poder local, enquanto se procurava constituir um grupo próprio, um partido no sentido gramsciano. Isto ocorreu a partir do lançamento de candidatos mais vinculados à elite empresarial para disputar o poder no nível municipal e em outras esferas



eletivas da sociedade política. A despeito dos inúmeros esforços, os empresários do CIC nunca puderam prescindir do apoio político-eleitoral daquelas lideranças e de suas práticas na captação de votos. Em consequência, eles se tornaram indispensáveis para sustentação política de seu poder frente ao governo do Estado do Ceará, ainda que implicasse contradições no discurso da elite empresarial (como evidenciado no terceiro capítulo) e limites no processo de modernização da burocracia estatal.

Por outro lado, também nesse plano da política interna, ocorreram disputas de interesses e de projetos distintos, considerando-se as diversas forças sociais com presença neste cenário, que implicaram na definição do bloco histórico que conduziu o poder político cearense naquelas duas décadas. De fato, tratando-se das aspirações político-ideológicas dos setores de esquerda, as derrotas foram sentidas logo nos primeiros momentos dos “governos das mudanças”, ocasionadas, em especial, pelas perspectivas frustradas de realização de amplo programa de reforma agrária por esses governos, bem como pelas consequências para o funcionalismo público que decorreram das medidas de reforma gerencial do Estado. À medida que seus interesses e propostas se tornavam insustentáveis no interior do primeiro governo Tasso Jereissati, as forças políticas que encarnavam o projeto progressista e que estavam presentes na composição do seu secretariado e de outras instâncias importantes da administração abandonaram seus cargos e passaram a fazer oposição direta a esse governo. Isto ocorre não só em relação aos partidos de esquerda (PC do B e PCB) e lideranças importantes desse campo político (como Eudoro Santana, Pedro Albuquerque e outros), mas também em relação aos setores intelectuais que participaram do Movimento Pró-Mudanças, e ainda, do próprio ex-presidente do CIC: Amarílio Macêdo. Nesses momentos iniciais de constituição do ciclo de hegemonia, a inviabilidade de manter a aliança com esses setores progressistas da sociedade cearense foi determinante do caráter mais conservador que assumiria o projeto da elite empresarial e de sua base de apoio político.

Este caráter conservador do novo ciclo de hegemonia burguesa no Ceará também foi conformado pela dinâmica da política nacional. Neste caso, a aliança estabelecida pelo PSDB com o PFL, que lhe assegurou as condições para realizar as reformas neoliberais no Brasil, se refletiu na composição política dos “governos das mudanças” em um momento decisivo, nos instantes finais da gestão Ciro

Gomes e do estabelecimento das alianças eleitorais para o pleito de 1994. Naquele momento, em função das disputas internas, a elite empresarial não teve a menor disposição e interesse em reproduzir a aliança com o PFL, mas isto também implicou na inviabilidade de uma aliança com o PT que estava sendo “costurada” pelo próprio governador Ciro Gomes e outras importantes lideranças do PSDB, como mostramos no capítulo III.

Isto ocorreu exatamente porque em nível nacional havia se consolidado o bloco histórico composto entre as forças neoliberais e as grandes oligarquias do PFL. No âmbito do Ceará, este partido continuou disputando espaço eleitoral com o PSDB, apoiando naquela eleição o candidato do PMDB ao governo, Juraci Magalhães e na seguinte, em 1998, o ex-governador Gonzaga Mota que também se apresentou pelo PMDB na disputa com Jereissati. Nesses momentos eleitorais, repetia-se a tendência de muitas lideranças locais, estando filiadas ao PMDB e ao PFL, de apoiarem o candidato governista. Assim, a base política desses governos ficou totalmente assegurada pelos setores mais conservadores da sociedade cearense, tanto as antigas lideranças tradicionais que haviam apoiado o ciclo dos “coronéis”, como por outras lideranças que foram projetadas pela elite empresarial, mas que não têm a mesma força política das primeiras por não dispor do controle da política local, como ocorre com os clãs políticos familiares.

Deve-se atentar, portanto, para a complexidade que envolve a definição dos aliados políticos da “Era Tasso”, o que esteve melhor expresso em seus momentos de disputa eleitoral, como momento de organização do consenso no sentido gramsciano: “genérico e vago”. Se essas alianças foram definidas por questões de ordem político-ideológica, a partir de seu projeto de modernização, e pela dinâmica da luta social que envolveu diferentes sujeitos políticos e seus interesses sociais, também esteve conformada pelas condições efetivas que a elite empresarial pôde dispor para realização de seus interesses particulares e de expansão do processo local de acumulação capitalista. Em outros termos, essas alianças também foram determinadas não apenas pelas opções políticas e ideológicas das lideranças que emergiram do CIC, mas também pelas condições estruturais da sociedade brasileira que atribui àquelas lideranças tradicionais um importante papel na definição dos rumos da política e da economia. Essa força está no controle do poder local, pela

persistência do clientelismo e do patrimonialismo e sua extensão nos diversos níveis das relações sociais, o que é especialmente forte nos momentos eleitorais.

Como explicitamos no terceiro capítulo, essas lideranças locais também trazem a marca da modernidade econômica sem superar o tradicionalismo como prática política. De fato, são forças sociais e políticas que têm grande peso nas definições do poder local pelo papel que ocupam no desenvolvimento econômico local e constituem uma elite econômica e intelectual de suas regiões: são detentoras de empreendimentos centrais para a economia local e possuem alto nível educacional (médicos, advogados, agrônomos, etc.), uma situação privilegiada considerando as escassas oportunidades de educação de nível superior no Ceará. Nesse sentido, não podem ser confundidas com os antigos “coronéis”, cuja liderança era estabelecida pelos vínculos pessoais e de dependência com seus moradores e empregados de latifúndios. A força político-eleitoral dessas lideranças está dada pelo tradicionalismo da política e por novas formas de dependência entre eleitores e cidadãos.

Nesse sentido, como já expressaram os estudos clássicos de Faoro, Fernandes e Martins, o Brasil deve ser entendido a partir de uma conjunção de fatores relacionados à sua própria formação da sociedade e, especificamente de suas classes sociais como sujeitos políticos. Processo complexo que dificulta e retarda mudanças sociais efetivas, fragilizando não apenas as possibilidades de uma representação mais autêntica dos diferentes interesses sociais, mas também sua viabilização como direitos e políticas mais eqüitativas e igualitárias. Isto afeta não apenas aos setores subalternos da sociedade, com a manutenção de condições de vida precárias e limitadas, mas também à própria classe dominante que se vê reduzida em sua potencialidade de organizar projetos que imprimam à modernização econômica e política do país um caráter mais estável e mais progressista. Assim, ela mesma tem reduzida sua capacidade de classe dirigente porque está presa a uma consciência corporativa e não ultrapassa o nível mais elementar de construção de uma “consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora (...) o econômico-corporativo...” (GRAMSCI, Caderno 13, Nota 17, 2002a: 41).

Essa condição dos setores dominantes de nossa sociedade, local e nacional, de não se realizarem plenamente como classe dirigente (amarradas e beneficiadas

pelo passado, retardando a perspectiva de outro futuro) é uma das determinações fundamentais da “Era Tasso” como uma hegemonia limitada: um projeto inconcluso de modernização política e econômica pela predominância de seus próprios interesses corporativos, como uma modernização político-gerencial da máquina burocrática do Estado voltada para ampliar as possibilidades do capital, limitando os direitos do trabalho, negando as necessidades históricas de mudanças, esbarrando no seu próprio passado como classe dominante, atropelando-se em suas próprias opções políticas e partidárias.

O “critério analítico” para entender essa particularidade histórica do Ceará encontra-se em Gramsci, ao fazer a leitura da história política de seu país, no período conhecido por “Risorgimento”:

A Hegemonia do Norte teria sido ‘normal’ e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar seus quadros com um certo ritmo, para incorporar cada vez mais novas zonas econômicas assimiladas. Esta hegemonia seria, então, a expressão de uma luta entre o velho e o novo, entre o progresso e o atraso, entre o mais produtivo e o menos produtivo (...) No entanto, não foi assim (...) a divisão se apresentou como uma condição histórica necessária por um tempo indeterminado e, portanto, aparentemente ‘perpétua’ para a existência de uma luta setentrional. (Caderno 1, nota 149, 2002b: 153).

De fato, para empreender essa modernização, os “governos das mudanças” tiveram que enfrentar a resistência de seus próprios apoiadores em âmbito da política local porque estes dependem do uso clientelista dos recursos públicos para manterem a dependência com seus eleitores, uma dependência que é tecida no cotidiano da política naquela esfera local. Por sua vez, essas lideranças, pelo apego que têm ao controle do poder político, estão sempre suscetíveis a mudarem de posição político-partidária na medida em que novos sujeitos e grupos ascendem ao poder no âmbito dos governos estadual e nacional. Como mostramos na segunda parte do primeiro capítulo, a fragilização da “Era Tasso” estava se evidenciando, entre outros fatores, pela perda de espaço do PSDB na política municipal<sup>144</sup>, na medida em que muitas daquelas lideranças passaram a apoiar o grupo de Ciro Gomes (PPS e depois PSB) em sua aliança com o governo petista do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Esta realidade, apenas sugerida pelos dados que obtive,

---

<sup>144</sup> Em 1992, o PSDB elegeu 91 prefeitos no Ceará (49,7% do total), dispondo agora de um número bem menor de prefeitos sob sua legenda (63), embora se mantenha como força política significativa na política local.

está em processo e requer uma reflexão que não poderia ocorrer neste momento, transfigurando-se em preocupações para outra pesquisa.

## BIBLIOGRAFIA

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 83-106.

\_\_\_\_\_. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. In: Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. P. 11-22.

\_\_\_\_\_. Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 36, número 1/2. 2005. Economia e política. Fortaleza/ CE, UFC. P.33-51.

ABU-EL-HAJ, Jawdat & SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna. . In: CARVALHO, Rejane V. A. (Org.). A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000. Campinas – SP: Pontes, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. P. 255-290.

ALMEIDA, Jorge. Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Xamã, 2002.

AQUILES lembra ligações com os coronéis, O Povo, 17 set. 1990.

AMES. Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ARTURI, Carlos S. As eleições no processo de transição à democracia no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). Brasil: opinião pública, transição e eleições no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1995. P. 09-34.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 18º Legislatura 1971-1974. Fortaleza, Edições INESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 19º Legislatura 1975-1978. Fortaleza, Edições INESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 20º Legislatura 1979-1982. Fortaleza, Edições INESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 21º Legislatura 1983-1986. Fortaleza, Edições INESP, 2003.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 22º Legislatura 1987-1990. Fortaleza, Edições INESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 14º Legislatura 1955-1958. Fortaleza, Edições INESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 15º Legislatura 1959-1962. Fortaleza, Edições INESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais 23º Legislatura 1991-1994. Fortaleza, Edições INESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Presidentes do Poder Legislativo do Ceará 1835-2006. Fortaleza, Edições INESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Memorial Deputado Pontes Neto. Os Constituintes de 1947. Fortaleza, Edições INESP, 2002.

AZEVEDO, Kátia. Mutirão: Jornal Alternativo do Ceará (1977-1982). Museu do Ceará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceara, 2002.

BANCO MUNDIAL. Brasil: estratégias de redução da pobreza no Ceará. 10 de abril de 2003. In: <http://www.worldbank.org/>

BARREIRA, César. Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BARREIRA, Maria do Socorro C. Intervenção planejada e o discurso da participação. In: BRAGA, Elza F. e BARREIRA, Irllys F. (coordenadoras). A Política da escassez:

lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicação, 1991. P. 77-110.

BARREIRA, Irllys A. F. Sob o signo da contramão: a esquerda e o feminino na experiência de administração municipal. Fortaleza: UFC/ NEPS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1992. (Série Estudos e Pesquisas, 22).

\_\_\_\_\_. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 63-82.

BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

BRAGA, Elza Maria Franco e LIMA, Maria Cláudia N. Compassos e descompassos da participação e do conflito. In: BRAGA, Elza F. e BARREIRA, Irllys F. (coordenadoras). A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicação, 1991

BAQUERO, Marcello (Org.). Brasil: opinião pública, transição e eleições no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. P. 79-92.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENI Veras: em jogo o poder de surpreender, O Povo, 24 abr. 1990.

BESERRA, Bernadete R. Clientelismo e modernidade: o caso do programa de reforma agrária no Governo Tasso Jereissati. Fortaleza: UFC/ NEPS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994. (Série Estudos e Pesquisas, 28).

BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BEZERRA, Teresa Cristina E. Governo Tasso e entidades comunitárias; o 'novo' padrão de comunicação direta. In: V Encontro de Ciências Sociais do Ne - 1991. Anais; Vol. II. Modernidade e pobreza; as ciências sociais dos anos 90. Recife, Pe: Instituto de Pesquisas Sociais/ Fundação Joaquim Nabuco. 1991. P. 151-167.



BONFIM, Washington L. de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 35-62.

BRASIL, Glaucíria Mota. As crises na segurança pública: mudanças e permanências. In: Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. P.89-106.

\_\_\_\_\_. A segurança pública e os direitos humanos nos “governos das mudanças”. O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral. Conteúdo: ano 1, n.1, janeiro/junho, 2003. P. 197-220.

BRUNO, Artur e ANDRADE, Demétrio. Os pecados capitais do Cambéba – Segunda Parte. In: BRUNO, Artur. Os pecados capitais do Cambéba. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002. P. 53-180.

\_\_\_\_\_. BRUNO, Artur. (et al.). Os pecados capitais do Cambéba. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia. Tradução de Angeli Peralva. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANÊDO, Letícia. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla (Orgs.). História da cidadania. São Paulo: Ed. Contexto, 2003. P. 517-544.

CARLEIAL, Adelita Neto. Cultura e cotidiano sindical no setor público. Fortaleza: Edições Mova-se, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). Projetos nacionais e conflitos na América Latina. Fortaleza: Ed. UECE, Cidade do México:UNAM, 2006.

CARVALHO, Alba Pinho de. A Questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. Radicalizar a Democracia: o desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste. Revista de Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão, Unidade

de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v. 1, n. 1. São Luís: EDUFMA, 1995.

\_\_\_\_\_. O Estado no percurso do ajuste: a arquitetura de um desmonte no “Brasil Real”. In: AGUIAR, Odílio, BATISTA, José Élcio e PINHEIRO, Joceny (Orgs.). Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. P. 193-209.

\_\_\_\_\_. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. In: Revista de Ciências Sociais vol. 35. Fortaleza, Ce: UFC, nº 2. 2004. P. 34-53.

\_\_\_\_\_. Reorganização do estado brasileiro na contemporaneidade: desafios das políticas públicas como direito de cidadania. Fortaleza, maio, 2005. Digitado.

\_\_\_\_\_. A luta por direitos sociais no Brasil contemporâneo: potencialidades emancipatórias de experiências e movimentos. Natal, dezembro, 2007. Digitado.

CARVALHO, Erivaldo. O POVO, 09 set. 2006.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política. Campinas: Universidade Federal do Ceará, 1999.

\_\_\_\_\_. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio, BATISTA, José Élcio e PINHEIRO, Joceny (Orgs.). Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. P. 193-209.

\_\_\_\_\_. Virgílio, Aduino e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 09-34.

\_\_\_\_\_. Política de imagem e competitividade eleitoral: a disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2000. In: CARVALHO, Rejane V. A. (Org.). A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000. Campinas – SP: Pontes, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. P. 91-126.

\_\_\_\_\_. O retorno da competitividade na disputa pelo governo do Ceará em 2002. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 35, número 1. 2004. Processos culturais e práticas políticas. Fortaleza/ CE, UFC. P. 73-99.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

CHESNAIS, François. (et al.). Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Ed. Xamã, 2003.

COLLOR assusta para ficar intocável, diz Tasso. Entrevista a Clóvis Rossi, Folha de São Paulo, 26 abr. 1991.

COMISSÃO Episcopal de Pastoral da Seca. A Igreja e a seca no Ceará. CNBB - Regional Nordeste 1, 1998. P.34.

CORDEIRO, Celeste. A cultura política num cabo-de-guerra. O público e o privado. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 1, n.1, janeiro/junho, 2003. P. 169-196.

COSTA, Liduína Farias de Almeida. Governo e participação no Ceará: interfaces das políticas regionais e agrárias no início do ciclo das mudanças. In: Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. P.71-88.

\_\_\_\_\_. O Sertão não virou mar: nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense. São Paulo: Annablume; Universidade Estadual do Ceará, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Ed.Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. El concepto de sociedad civil em Gramsci y la lucha ideológica em el Brasil de hoy. In: KANOUSI, Dora (compiladora-editora). Gramsci em América: II Conferencia Internacional de Estudios Gramscianos. Plaza y Valdes Editores, 2000. P.17-46.

\_\_\_\_\_. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_ & TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2003.

CHESNAIS, François. A Mundialização do capital. Tradução Silvana Finzi Foá São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Estado e economia em tempos de crise: política industrial e transição política no Brasil dos anos 80. Rio de Janeiro: Relume; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1997.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. Caracas, maio, 2003. Digitado.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

DIÓGENES, Glória Maria Santos. As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças. Fortaleza: UFC/Stylos Comunicações, 1989.

\_\_\_\_\_. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. In: In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 107-124.

ESTADO DO CEARÁ. Mensagem à Assembléia Legislativa 1991.

\_\_\_\_\_. Mensagem à Assembléia Legislativa 1996

\_\_\_\_\_. Mensagem No. 6.408, de 05 abr. 1999.

\_\_\_\_\_. Mensagem No. 6.404, de emenda à mensagem no. 6.389, de 30 nov. 1998. Fortaleza, 05 abr. 1999.

FARIAS, Airton de. A Geração Cambéba – Primeira Parte. In: BRUNO, Artur. (et. al.). Os pecados capitais do Cambéba. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Prefácio: José de Souza Martins. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Assuero. Estado e economia no Brasil: 1930-1964: fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 36, número 1/2. 2005. Economia e política. Fortaleza/ CE, UFC. P.52-72.

FURTADO, Antonio e MARCHAND, Jussara. Mudança do perfil econômico. Gazeta Mercantil /Balanço Anual Ceará 1997. Set. 1997, Ano III, no. 3. Publicação anual.

GONDIM, Linda M. Quando 'outros' novos personagens entram em cena; o modelo de gestão da social-democracia cearense. RAP, Rio de Janeiro (28) 3: 195-210, jul./set. 1994.

\_\_\_\_\_. Clientelismo e modernidade nas políticas públicas; os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994). Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998 (Coleção outros diálogos).

\_\_\_\_\_. Os “governos das mudanças”. In: SOUZA, Simone (Org.). Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

GOVERNADOR admite que vai apoiar candidatura Covas, O Povo, 29 ago. 1989.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3<sup>a</sup> ed. RJ: Civilização Brasileira. 2002a.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Vol. 5: O Risorgimento, notas sobre a história e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. RJ: Civilização Brasileira. 2002b.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Vol. 6: Literatura. Folclore. Gramática. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. RJ: Civilização Brasileira. 2002c.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4<sup>a</sup> ed. RJ: Civilização Brasileira. 2006.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4<sup>a</sup> ed. RJ: Civilização Brasileira. 2006.

\_\_\_\_\_. A situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon. Tradução de Aécio Alves de Oliveira (et. al.). Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 35,

número 2. Gramsci: interpretações e atualizações de um pensamento. Fortaleza/CE, UFC, 2004.

FH perdeu a hegemonia, entrevista/Ciro Gomes a Mair Pena Neto, Jornal do Brasil, 18 set. 1997.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 6ª. edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

\_\_\_\_\_. O Novo Imperialismo. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (orgas.). Como se fazem eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. P. 17-38.

HIRSCH, Joachim. Globalización, capital y Estado. 1ª reimpresión. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, 1998.

IPLANCE. A experiência cearense de ajuste fiscal 1987-1991. Fortaleza/Ce, 1993.

JEREISSATI garante o governo para população. O Povo, 16 mar. 1987.

LAMOUNIER, Bolívar. Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LAVAREDA, Antonio. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945/1964. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Luperj: Revan, 1999.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. : o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, tradição e poder; o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995 - (Selo Universidades; 44).

\_\_\_\_\_. Representações sociais e “política” de classe: momentos de constituição dos industriais cearenses como sujeito coletivo. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 28, número 1. 1997. Processos culturais e práticas políticas. Fortaleza/CE, UFC. P. 65-74.

\_\_\_\_\_. Um enredo de conflitos em três atos: o PSDB e as eleições presidenciais. In: HEREDIA, Beatriz M.A. (et al.). Como se fazem eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 189-216.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

MAAR, Wolfgang Leo. O Que é política. 16<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 54).

MATOS, Francisco José Lima, ALCÂNTARA, Sérgio V. Sousa, DUMMAR, Wânia Cysne (Orgs.). Cenários de uma política contemporânea. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

MARTIN, Isabela. Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978-1986). Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, Mônica Dias. Modernização do Estado e reforma agrária. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 145-170.

MARX, Karl. Os 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 6<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Ed.Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. Elementos fundamentais para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858. 20<sup>a</sup>ed. México DF: Ed. Siglo Veintiuno Editres, 2007. v.1.

\_\_\_\_\_. Elementos fundamentais para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858. 15<sup>a</sup>ed. México DF: Ed. Siglo Veintiuno Editres, 2005. v.2.

MELLO, Alex Fiúza de. Marx e a globalização. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumos a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2002.

MORAES, Filomeno. Partidos, eleições e política no Ceará (1986-2002). In: SOUZA, Célia e DANTAS NETO, Paulo Fábio (Orgs.). Governo, políticas públicas e elites nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2006. P.287-307.

MOTA, Aroldo. História Política do Ceará. 1947-1966. Rio de Janeiro - São Paulo: Ed. ABC, 2005.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

NOBRE, Maria Cristina de Q. O Estado na ordem do capital: o significado e o alcance das mudanças na “Era Tasso”. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 1999.

\_\_\_\_\_. O Estado capitalista: subsídios para uma discussão conceitual. Revista de Humanidades, volume 18, número 1, janeiro/ junho de 2003, publicação semestral da Universidade de Fortaleza. Fortaleza/ CE, UNIFOR.

\_\_\_\_\_. Estado capitalista, lutas políticas e eleições: uma análise com Gramsci. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 35, número 2. Gramsci: interpretações e atualizações de um pensamento. Fortaleza/ CE, UFC, 2004.

NOBRE, Maria Cristina de Q. e OLIVER COSTILLA, Lucio. Sociedad política y sociedad civil en el Ceará: las políticas de hegemonía de una burguesía transnacionalizada. In: Oliver Costilla, L., Albuquerque, Severo de S. e Carleial, Adelita N. (orgs.). Movimientos Sociales, Poder y Estado en América Latina. Cidade do México: UNAM, Editorial Plaza y Valdés. (No prelo).

\_\_\_\_\_. As Políticas de hegemonia da burguesia transnacionalizada e as reformas institucionais da modernização conservadora no Ceará-Brasil. Fortaleza/ CE, 2006. Digitado.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As possibilidades da Política – ideais para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. Um Estado para a sociedade civil. 2ª ed. São Paulo: Cortez Ed., 2005.

OLIVER COSTILLA, Lucio. O Estado Latino-Americano perante a mundialização do capital. Revista de Ciências Sociais /UFC, volume 28, número 1. 1997. Processos culturais e práticas políticas. Fortaleza/ CE, UFC.

\_\_\_\_\_. Teoría social y categorías analíticas sobre el Estado capitalista, en el estudio de los movimientos sociales y los proyectos políticos. Cidade do México: UNAM. 2004. Digitado.

\_\_\_\_\_. Um Gramsci para o século XXI. In: Revista de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, v. 35, n.º2, 2004.



\_\_\_\_\_. Revisitando al Estado. Las especificidades del Estado en América Latina. In: Castro Escudeiro, Teresa y Oliver Costilla, Lucio (coordinadores). Poder y política en América Latina. El Debate Latinoamericano vol.3. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM. D.F., México: Siglo XXI Editores. 2005. P.50-86.

\_\_\_\_\_. Quinta clase: Cuestiones teóricas relacionadas com la relación de fuerzas históricas y la lucha por hegemonia em América Latina. México, dezembro, 2007. Digitado.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião - Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes 6ª. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. O PT dos empresários: anacronismo ou modernidade do Grupo Jereissati. In: Cadernos Irreverentes 1. Maio 1998. Fortaleza/Ce, s/ed. P. 9-21.

PAIVA, Flávio. Mobilização social no Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

PALESTRA do Exmo. Governador Tasso Jereissati na FIEC, sobre o 2º ano de governo, 14 mar. 1989. Digitado.

PARENTE, Josênio C. Projetando a Hegemonia Burguesa: organização e expressão política dos industriais cearenses. Revista de Ciências Sociais vol. 20/21. Fortaleza, Ce: UFC. Nos. 1, 2. 1989/1990.

\_\_\_\_\_. Construindo a hegemonia burguesa: as eleições municipais de 1998 no Ceará. Fortaleza: UFC/ NEPS, 1992. (Série Estudos e Pesquisas, 22).

\_\_\_\_\_. O PSDB cearense: consolidação da liderança de Tasso Jereissati. In: Cadernos Irreverentes 1. Maio 1998. Fortaleza/Ce, s/ed. P. 37-76.

\_\_\_\_\_. A Fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Ed. UFC- Sobral : Ed. UVA, 2000a.

\_\_\_\_\_. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000b. p. 381-408.

\_\_\_\_\_. Os partidos políticos e a democracia: uma reflexão a partir do caso cearense. AGUIAR, Odílio (et.al.).(Org.) Olhares contemporâneos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

\_\_\_\_\_. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 125-144.

PONTES, Paulo Araújo e ALMEIDA, Manoel Bosco de. Política industrial e as transformações econômicas no Ceará no período 1979-2002. In: Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. P. 41-60.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Colônia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

PSDB do C será “fundado” hoje. O Povo, Fortaleza/Ce, 04 ago. 1991.

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Práticas e representações regionais. Vol.30. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-UFC, nº.1/2,1999.

\_\_\_\_\_. Gramsci. Vol.35. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-UFC, n. 2, 2004.

\_\_\_\_\_. Economia e Política. Vol. 36. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-UFC, n. 1/ 2, 2005.

REVISTA PLENÁRIO. Órgão oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, nº 4 janeiro/fevereiro, 2006.

\_\_\_\_\_.Órgão oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Fortaleza, nº 6 janeiro/fevereiro, 2007.

RIBEIRO, Francisco Moreira. A redemocratização de 1945 a 1947. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira. São Paulo: Publifolha, 2006.

REES, Laurence Vende-se política. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

SABIDO MÉNDEZ, Arcádio. Teoria de la hegemonia em Antonio Gramsci: fuerza y consenso. México: Ediciones de la Universidad autónoma de Yucatán. 2004.

SALLES, Severo. Poder y clases sociales em América Latina: la formación de la estructura de clases em Brasil. In: Castro Escudeiro, Teresa y Oliver Costilla, Lucio (coordinadores). Poder y política en América Latina. El Debate Latinoamericano vol.3. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM. D.F., México: Siglo XXI Editores. 2005. P.173-185.

SANTOS, Arnaldo & LEITÃO Juarez. Verbo Cívico – Visão histórico-sociológica da Assembléia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Ed. Expert, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme. O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Informação e Documentação. Dados Biográficos dos senadores do Ceará 1826-1998. Brasília 1998.

SOUZA, Josias de. Ciclo de adesão. Folha de São Paulo, 31 jul. 1989.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

TASSO quer municipalização do Governo, O Povo, 11 de maio de 1986.

TASSO: coronéis não acabam com miséria, O Povo, 27 jun. 1986.

TASSO. Programa de governo: 1998. Fortaleza/Ce, 1998.

TEIXEIRA, Francisco J. S. CIC: A “Razão Esclarecida” da FIEC. Fortaleza: ADUFC, CPT-Ce, IMOPEC e CUT-Ce. 1995.

\_\_\_\_\_. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1.

\_\_\_\_\_. Economia, política e luta de classes em O Capital, de Karl Marx. In: MENEZES, Ana Maria D., FIGUEIREDO, Fábio F. (Orgs.). Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

VILLELA, Jorge e MARQUES, Ana Cláudia. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDA, Beatriz M.A. (et al.). Como se fazem eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 63-102.

JORNAIS:

Diário do Nordeste. Fortaleza. Vários números. Anos 1986, 1990, 1994 e 1998

O POVO. Fortaleza. Vários números. Anos 1986, 1990, 1994 e 1998.

## ANEXOS

**QUADRO 01**  
**AMOSTRA DOS ALIADOS DA “ERA TASSO” (DEPUTADOS ESTADUAIS**  
**ELEITOS NO PERÍODO DE 1986 A 1998)**

DEPUTADO	1986	1990	1994	1998
Abelardo G. Costa Lima Filho.		PSDB		
Antônio Gomes da Silva Câmara	PMDB	PMDB		
Antonio Correa Viana Filho		PSDB		
Antonio Eufrasino Neto	PMDB			
Antonio Pinheiro Granja				PTB
Antonio Leite Tavares	PMDB	PSDB	PSDB	
Artur Silva Filho		PSDB	PSDB	
Cândida Ma. S. de Paula Pessoa			PSDB	PSDB (S)
Carlos Alberto Cruz	PMDB		PMDB	PFL
Carlos Mauro C. Benevides Filho		PMDB	PSDB	PPS
Carlos Roberto Costa		PSDB		
Cláudio Augusto Fernandes Pinho	PMDB			
Cid Ferreira Gomes		PSDB	PSDB	
Ciro Ferreira Gomes	PMDB			
Cirilo Anto. Pimenta Lima		PSDB	PSDB	
Dionísio Broxado Lapa Filho				PSDB
Edson Silva	PDT			PSDB
Erasmio Rodovalho de Alencar	PMDB			
Esmerino Arruda Coelho Júnior (Gony Arruda)				PSDB
Eudoro Walter de Santana	PMDB	PSB		PSB
Fabíola Alencar				PPB
Fernando Hugo da Silva Colares			PL	PSDB
Fco. Agaci Fernandes da Silva	PMDB			PTB (S)
Fco. Marcelo Sobreira				PSDB
Fco de Paula Rocha Aguiar	PMDB	PSDB	PSDB	PPS
Fco. Osmar Baquit				PL
Fco. Pinheiro Landim	PMDB			
Fco. Holanda Guedes (Francini Guedes)				PSDB
Fco. Rogério Osterno Aguiar			PSDB	PSDB
Fco Xavier Andrade Girão (Franciné Girão)		PDT	PDT	
Gumercindo Tourinho Filho			PSDB	PSDB (S)
Humberto Macário de Brito	PMDB			
Idemar Citó			PDT	PSDB
Inês Maria Correia Arruda				PSDB
João Bosco Paz Rebouças		PSDB (S)	PSDB	PSDB
José Bezerra de Melo	PMDB (S)			
José Maria Barros de Pinho	PMDB		PMDB	
José Everardo da Silveira	PMDB	PSDB (S)		
José Henrique Azevedo	PMDB (S)	PSDB (S)	PSDB (S)	PSDB (S)
José Jácome C. de Albuquerque	PDS	PPR	PPS	PPS
José Tarcísio Campos Monteiro	PMDB			
José Vasques Landim			PPB	PPB
José Wellington Landim			PSDB	PSDB
Julio César Costa Lima			PSDB	
Júlio Gonçalves Rego	PFL	PSDB		
Luiz Alexandre A. Figueiredo	PMDB	PSDB		
Luís Alberto Vidal Pontes	PMDB	PSDB		
Luís Ximenes Barbosa Filho		PRN	PSDB (S)	
Marcos César Cals de Oliveira	PDS	PSD	PSD	PSDB

Marcos Tavares			PSDB (S)	
Maria Dias Cavalcante Vieira	PMDB			
Manuel Duca da Silveira Neto	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB
Maria Lúcia Magalhães Corrêa	PMDB	PSDB	PSDB (S)	
Maria Shylene Osterno Aguiar Silveira		PSDB		
Manoel Salviano Sobrinho		PSDB		
Manoel Beserra Veras		PSDB	PSDB	PPS
Marcelo Joseme Abreu Carlos		PTB	PSDB (S)	
Marconi de Matos		PDT		
Moésio Loiola de Melo	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB
Narcélio Sobreira Limaverde	PMDB			
Paulo Afonso de Accioly S. Filho			PTB	PTB
Paulo Carlos Silva Duarte		PDC	PSDB	PSDB
Paulo Linhares				PSDB
Patricia Saboya Gomes				PPS
Pedro Augusto Timbó Camelo		PFL	PFL	PSDB
Rdo. Antonio de Macedo		PSDB	PSDB	PSDB
Rdo. Nonato da Silva Neto		PDT	PDT (S)	
Rdo. Gomes Farias	PMDB			
Rdo. Oman Carneiro Filho			PSDB	
Sineval Roque (Anto. Roque de Araújo)				PSDB
Teodorico José de Menezes Neto	PMDB (S)	PSDB	PSDB	PSDB
Tomáz Antônio Brandão	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB

Fonte: Listagens de eleitos do TRE/CE

SUPLENTE (S).

COLIGAÇÕES:

1986 – Tasso: PMDB-PDC-PCB E PC do B

1990 – Ciro: PSDB-PDT-PDC

1994 – Tasso: PSDB-PDT-PTB

1998 – Tasso: PSDB-PPB-PTB-PPS-PSD

**QUADRO 02**  
**PREFEITOS ELEITOS NO CEARÁ EM 1988, 1992, 1996, 2000 E 2004**

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
ABAIARA (2)	José Leite Tavares (PMDB)	Afonso Tavares Leite (PSDB)	Fco. Joaquim Sampaio (PSD)	Fco. Joaquim Sampaio (PSD)	Jose Moreira Sampaio (PSDB)
ACARAPE	Flávio Chagas Bonfim Junior (PDS)	Fco Kerres Olivier Albuquerque (PDS)	Jose Acelio Paulino de Freitas (PSDB)	Flávio Chagas Bonfim Junior (PTB)	Jose Acelio Paulino de Freitas (PHS)
ACARAU (1)	Aníbal Ferreira Gomes (PMDB)	Fco Jose Magalhães Silveira (PMDB)	João Jaime Ferreira Gomes (PSD)	Magda Nascimento Gomes (PSD)	Manoel Duca da Silveira Neto (PMDB)
ACOPIARA (2)	João Uchoa de Albuquerque (PMDB)	Antonio Almeida Neto (PDT)	Fco Felipe de Almeida (PDT)	Sheila Albuquerque Diniz (PSDB)	Antonio Almeida Neto (PPS)
AIUABA (1)	Pedro Roberson Feitosa (PFL)	Anto Auleri Feitosa (PSDB)	Pedro Roberson Feitosa (PSDB)	Pedro Roberson Feitosa (PSDB)	Romilson Araújo Moraes (PSDB)
ALCÂNTARAS (1)	Anto Rocha Freire (PDS)	Jose Ramos Freire (PSDB)	Joaquim Ximenes Carvalho (PSD)	Joaquim Ximenes Carvalho (PSDB)	Rdo Gomes Sobrinho (PRP)
ALTANEIRA	João Ivan Alcântara (PFL)	Edinaldo de Farias Souto (PSDB)	João Ivan Alcântara (PSDB)	João Ivan Alcântara (PSDB)	Anto Dorival de Oliveira (PSDB)
ALTO SANTO	Moacir Bezerra Freire (PDS)	Fco Franca Nogueira (PSDB)	Moacir Bezerra Freire (PPB)	Fco Franca Nogueira (PSDB)	Adelmo Queiroz de Aquino (PPS)
AMONTADA	Fco Edilson Teixeira (PMDB)	Jose Abílio Bruno (PSDB)	Fco Edilson Teixeira (PSDB)	Fco Edilson Teixeira (PSDB)	Edivaldo Assis de Jesus (PT)
ANTONINA DO NORTE (1)	Anto Valdir Roseno (PFL)	Anto Roque de Araújo (PMDB)	Gilson Linard de Lima (PMDB)	Fco Iteildo Roque de Araújo (PSD)	Fco Iteildo Roque de Araújo (PSDB)
APIAIARES	Rdo Simplício de Sousa (PMB)	Roberto Sávio Gomes da Silva_(PSDB)	Fco José Barbosa Góis (PSD)	Fco José Barbosa Góis (PSD)	Roberto Sávio Gomes da Silva (PRP)
AQUIRAZ	Helano Façanha de As (PMB)	Jose Hélio Paiva (PMDB)	Carlos Augusto Matos Pires (PSDB)	Ritelza Cabral Demétrio (PPS)	Ritelza Cabral Demétrio (PPS)
ARACATI (1)	Anto Kleber Alexandre Gondim (PTB)	Abelardo G. Costa Lima Filho (PSDB)	Jose Hamilton Saraiva Barbosa (PSB)	Jose Hamilton Saraiva Barbosa (PSD)	Expedito Ferreira da Costa (PP)
ARACOIABA	Fco Ary Ribeiro Teixeira (PFL)	João Aguiar Brito (PDT)	Marilene Campelo Nogueira (PPB)	Fco Ary Ribeiro Teixeira (PFL)	Marilene Campelo Nogueira (PSDB)

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
ARARENDA (1)	—	Vicente <b>Mourão</b> Carlos (PDS)	Anto Pereira de Sena (PDT)	Tânia P. <b>Mourão</b> (PMDB)	Tânia P. <b>Mourão</b> (PMDB)
ARARIPE	Edmar Soares Martins (PFL)	Elísio Alves de Alencar (PFL)	Jose Humberto G. Correia (PSDB)	Jose Humberto G. Correia (PSDB)	Fco Humberto Menezes Bezerra (PSDB)
ARATUBA	João Leite Filho (PMDB)	Dílson Araújo Freire (PSDB)	Julio César Lima Batista (PDT)	Julio César Lima Batista (PV)	Jose Woslner Santos (PV)
ARNEIROZ	Anto Nunes de Sousa (PMB)	Jose Ney Leal Petrola (PSDB)	Anto Nunes de Sousa (PSDB)	Anto Nunes de Sousa (PSDB)	Jose Ney Leal Petrola (PSDB)
ASSARÉ (1)	Anto Benjamin de <b>Oliveira</b> Filho (PMDB)	Pedro Gonçalves de <b>Oliveira</b> (PSDB)	Anto Benjamin de <b>Oliveira</b> Filho (PSDB)	Anto Benjamin de <b>Oliveira</b> Filho (PSDB)	Fco Evanderto Almeida (PSDB)
AURORA (1)	João Anto de <b>Macedo</b> (n/identif)	Alcides Jorge Evangelista Ferreira (PDT)	Maria Neomar <b>Macedo</b> (PSDB)	Fco Carlos <b>Macedo</b> Tavares (PSB)	Fco Carlos <b>Macedo</b> Tavares (PSB)
BAIXIO	Jose Humberto Moura Ramalho (PMDB)	Nilton Ricarte de Alencar (PSDB)	Armando Q. Trigueiro (PSDB)	Nilton Ricarte de Alencar (PSD)	Nilton Ricarte de Alencar (PTB)
BANABUIU	Benedito Gonçalves de Melo (PMDB)	Aluisio Cajazeiras de Sá (PSDB)	Benedito Gonçalves de Melo (PSD)	Anto Sales Magalhães (PL)	Anto Sales Magalhães (PSDB)
BARBALHA (1)	Fco Rommel Feijó de <b>Sá</b> (PMDB)	João Hiliário Coelho Correia (PDT)	Anto Inaido de <b>Sá</b> Barreto (PFL)	Edmundo de <b>Sá</b> Filho (PSDB)	Fco Rommel Feijó de <b>Sá</b> (PTB)
BARREIRA	José Oliveira Jacó (PMDB)	Glicério Moura Junior (PSDB)	Ernani de Almeida Jacó (PPB)	Valderlan Fechine Jamacaru (PSDB)	Valderlan Fechine Jamacaru (PSDB)
BARRO (1)	Anto Leite <b>Tavares</b> (PMDB)	João Bosco <b>Tavares</b> (PSDB)	Jose Adailson Barboza Landim (PSDB)	José Janildo Alves do Nascimento (PPS)	José Marquinélio <b>Tavares</b> (PFL)
BARROQUINHA (1)	Veraldina <b>Veras da Silva</b> (PFL)	Fco Franciné Gomes (PSDB)	Jaime <b>Veras Silva</b> Filho (PFL)	Jaime <b>Veras Silva</b> Filho (PSDB)	Aline <b>Veras Silva</b> (PSDB)
BATURITÉ	Fernando Lima Lopes (PSB)	Rdo Ivo dos Santos Oliveira (PDT)	Fernando Lima Lopes (PSB)	Clovis Amora Vasconcelos Lopes (PSDB)	Fernando Lima Lopes (PMDB)
BEBERIBE (1)	Fco Ednaldo <b>Bessa</b>	Fco Eduardo <b>Bessa</b> de	Orlando Facó (PSDB)	Orlando Facó (PSDB)	Marcos de Queiroz



CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
	(PFL)	Queiroz (PDC)			Ferreira (PT)
<b>BELA CRUZ (1)</b>	Julio França de <b>Sousa</b> Neto (PFL)	Jose Edvar da Silveira Fonteles (PSDB)	Maria Vanusia de Oliveira <b>Sousa</b> (PSD)	Maria Vanusia de Oliveira <b>Sousa</b> (PSDB)	Eliésio Rocha Adriano (PMDB)
<b>BOA VIAGEM (1)</b>	Benjamim Alves da Silva (PDS)	Fco Segismundo Rodrigues dos Santos Neto (PDT)	Fco <b>Vieira</b> Carneiro (PL)	Fernando <b>Vieira</b> Assef (PSD)	José <b>Vieira</b> Filho (PL)
<b>BREJO SANTO (1)</b>	Jose Wellington <b>Landim</b> (PTR)	Fco Furtado dos Santos (PSDB)	Fco Wider <b>Lucena Landim</b> (PSDB)	Fco Wider <b>Lucena Landim</b> (PSDB)	Aronio <b>Lucena</b> Salviano
<b>CAMOCIM (1)</b>	Murilo Rocha <b>Aguiar</b> Filho (PSC)	Anto Manoel Fontenele Veras (PRN)	Sergio de Araújo Lima <b>Aguiar</b> (PSDB)	Sergio de Araújo Lima <b>Aguiar</b> (PPS)	Fco Maciel Oliveira (PP)
<b>CAMPOS SALES</b>	Jose Lourenço Arrais (PFL)	Fco de Paula Fortaleza (PDT)	Paulo Ney Martins (PSDB)	Jose Lourenço Arrais (PFL)	Paulo Ney Martins (PSDB)
<b>CANINDE (1)</b>	Anto Glauber Gonçalves <b>Monteiro</b> (PFL)	Jose Hugo Câmara <b>Monteiro</b> Coelho (PDC)	Luiz Ximenes Filho (PMDB)	Anto Glauber Gonçalves <b>Monteiro</b> (PPB)	Anto Glauber Gonçalves <b>Monteiro</b> (PP)
<b>CAPISTRANO</b>	Jose Renato Cavalcante Monteiro (PFL)	Henrique Anto da Fonseca Mota (PMDB)	Jose Mendes Sousa Sobrinho (PPB)	Henrique Anto da Fonseca Mota (PMDB)	Jose Renato Cavalcante Monteiro (PMDB)
<b>CARIDADE (1)</b>	Rdo Dias Martins (PFL)	Sérgio Braga Barbosa (PDC)	Fco Junior Lopes <b>Tavares</b> (PSDB)	Fco Junior Lopes <b>Tavares</b> (PSDB)	Arcelino <b>Tavares</b> Filho (PSDB)
<b>CARIRÉ (2)</b>	Elmo Belchior <b>Aguiar</b> (PMB)	Charles <b>Aguiar</b> Rodrigues (PSDB)	Anto Narcelio Rodrigues <b>Ponte</b> (PPS)	Anto Narcelio Rodrigues <b>Ponte</b> (PSD)	Leandro <b>Ponte</b> Dias (PSDB)
<b>CARIRIAÇU (1)</b>	Lucia Vanda de <b>Morais</b> Guimarães (PMDB)	Jose Hildon Fernandes de <b>Morais</b> (PMDB)	Lucia Vanda de <b>Morais</b> Guimarães (PSDB)	Lucia Vanda de <b>Morais</b> Guimarães (PSDB)	Jose Ednilton Leite Barbosa (PPS)
<b>CARIUS</b>	Jourdam Alencar Lopes (PFL)	Luiz Gonçalves de Oliveira (PDT)	Miguel Leal Neto (PMDB)	Miguel Leal Neto (PTB)	Pedro Leandro Neto (PPS)
<b>CARNAUBAL (1)</b>	Fco Dario <b>Martins</b> (PFL)	Anto Ademir Barroso <b>Martins</b> (PSDB)	Fco Dario <b>Martins</b> (PSDB)	Anto Ademir Barroso <b>Martins</b> (PPS)	Anto Ademir Barroso <b>Martins</b> (PPS)
<b>CASCAVEL</b>	Paulo César Sarquis Queiroz (PMDB)	Fco das Chagas Alves (PSDB)	Paulo César Sarquis Queiroz (PSDB)	Eduardo Florentino Ribeiro (PSD)	Eduardo Florentino Ribeiro (PSDB)
<b>CATARINA (1)</b>	Fruitoso <b>Rodrigues</b> Neto (PFL)	Adalto <b>Rodrigues</b> de Olinda (PFL)	Lamartine Araújo <b>Rodrigues</b> (PSDB)	Lamartine Araújo <b>Rodrigues</b> (PSDB)	Jefferson Paes <b>Rodrigues</b> (PSDB)
<b>CAUCAIA (1)</b>	Yara Guerra Silva (PDS)	Jose do Carmo da Silva Marinho (PDT)	Jose Gerardo Oliveira de <b>Arruda</b> Filho (PSDB)	Domingues José Pontes (PPB)	Inês <b>Arruda</b> (PMDB)
<b>CEDRO (1)</b>	Jose Batista Filho (PMDB)	Fco Nilson Alves Diniz (PSDB)	João Viana de <b>Araújo</b> (PPB)	João Viana de <b>Araújo</b> (PPB)	Rodrigues Xavier de <b>Araújo</b> (PP)

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
CHAVAL (1)	João Batista Paulo dos Santos (PDS)	Fco de Assis Brandão Meireles (PDT)	Paulo Sergio de Almeida Pacheco (PTB)	Paulo Sergio de Almeida Pacheco (PTB)	Joecio de Almeida Ângelo (PTB)
CHORO (1)	-	Otacio Dantas Filho (PSDB)	Publio Jorge Matias Dinelly (PSD)	Publio Jorge Matias Dinelly (PSD)	Iracy Duarte Dantas (PMDB)
CHOROZINHO	Jose Sinval de Carvalho e Lima (PFL)	Fco Marinho dos Santos (PSDB)	Jose Sinval de Carvalho e Lima (PSD)	Argentina Sampaio Padilha (PSD)	Argentina Sampaio Padilha (PSDB)
COREAU	Fco Cristiano Moreira (n/identif)	Fco Anto de Menezes Cristino (PSDB)	Luiz Carneiro de Albuquerque (PMDB)	Luiz Carneiro de Albuquerque (PMDB)	Fco Cristiano Moreira (PSDB)
CRATEUS	Jose Almir Claudino Sales (PMDB)	Fco Jose Bezerra (PSDB)	Paulo Nazareno Soares Rosa (PSDB)	Paulo Nazareno Soares Rosa (PSDB)	Jose Almir Claudino Sales (PMDB)
CRATO	Jose A. Muniz Matos (PMDB)	Anto Primo de Brito (PSDB)	Rdo Coelho Bezerra de Farias	Fco Walter Peixoto (PPB)	Samuel Vilar de Alencar Araripe (PSDB)
CROATA	Domingos Ramos Felinto (PDS)	Anto Soares Bernardo (PSDB)	Jose Anto Rodrigues de Aragão (PSDB)	Jose Anto Rodrigues de Aragão (PSDB)	Aurineida Bezerra de Sousa Ponte (PSDB)
CRUZ	Manoel Nelson da Silveira (PMDB)	João Muniz Sobrinho (PSDB)	Manoel Nelson da Silveira (PSDB)	Manoel Nelson da Silveira (PSDB)	João Muniz Sobrinho (PSDB)
DEP IRAPUAN PINHEIRO	Fco Edson de Oliveira (PMDB)	Fca Josué de Souza Carneiro (PSDB)	Luiz Claudenilton Pinheiro (PSDB)	Fca Josué de Souza Carneiro (PSDB)	Luiz Claudenilton Pinheiro (PSDB)
ERERÉ (1)	Luiz Gonzaga Pessoa (PMDB)	Jose Jailton Oliveira Batista (PSDB)	Jose Pessoa de Queiroz Moura (PSDB)	Jose Hamilton Cavlacante (PTB)	Jose Hamilton Cavlacante (PSDB)
EUZÉBIO	Edson Sá (PMDB)	Rdo Damasceno Silva (PSDB)	Edson Sá (PSDB)	Edson Sá (PSDB)	Arilon Gonçalves Pinto Junior (PSB)
<b>FARIAS BRITO</b>	João Matias (PFL)	Anto Moreira da Silva Filho (PDC)	Jose V. Freitas Francelino (PSD)	Jose V. Freitas Francelino (PSDB)	Jose Maria Gomes Pereira (PSDB)
FORQUILHA	Rdo Azevedo Prado (PL)	Gerardo Jose Dias de Loliola (PL)	Rdo Azevedo Prado (PSDB)	Rdo Azevedo Prado (PSDB)	Edmundo Rodrigues Junior (PRP)
FORTALEZA	Ciro Gomes (PMDB)	Antonio Cambraia (PMDB)	Juraci Magalhães (PMDB)	Juraci Magalhães (PMDB)	Luizianne Lins (PT)
FORTIM	-	Caetano Guedes Rodrigues (PDT)	Maria da Conceição C. de Sousa (PDT)	Maria da Conceição C. de Sousa (PSDB)	Caetano Guedes Rodrigues (PP)
FRECHEIRINHA (1)	Vandick Custódio de Azevedo (PMDB)	Jose Lealci de Azevedo (PSDB)	Maria Jancila Junior Azevedo (PSD)	Jose Lealci de Azevedo (PPS)	Helton Luis Aguiar Junior (PDT)
GENERAL SAMPAIO (1)	Fco Milton Mesquita (PMDB)	Luiz Wagner Barbosa Mesquita (PMDB)	Rdo Acinesio Bezerra (PPS)	Rdo Acinesio Bezerra (PPS)	Eliene Leite Araújo Brasileiro (PPS)
GRAÇA (1)	Augusto Brito (PMB)	Beneildo Custodio de Azevedo (PSDB)	Pedro Neuro Brito (PSDB)	Pedro Neuro Brito (PSDB)	Augusto Brito (PPS)

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
GRANJEIRO	Jose Alcy Pinheiro (PFL)	Vicente Felix de Souza (PDT)	Jose Soares de Macedo (PSD)	Jose Soares de Macedo (PSD)	Vicente Felix de Souza (PSDB)
GRANJA (1)	Esmerido Arruda Coelho (PMDB)	Eliezer Oliveira de Arruda Coelho Filho (PSDB)	Carmem Sales Oliveira Arruda (PSD)	Carmem Sales Oliveira Arruda (PSD)	Fco Geovane Rocha Brito (PSDB)
GROAÍRAS	Joaquim Guimarães Neto (PMDB)	Manoel Teixeira Neto (PSDB)	Joaquim Guimarães Neto (PSDB)	Joaquim Guimarães Neto (PSDB)	Zoelia Maria Loiola Paiva (PTB)
GUAIUBA	Anto Carlos Fradique Accioly (PMDB)	Tarcisio Eduardo Benevides (PMDB)	Iran Holanda Nogueira (PDT)	Anto Carlos Fradique Accioly (PSDB)	Anto Carlos Fradique Accioly (PSDB)
GUARACIABA DO NORTE	Egberto Martins Farias (PMDB)	Anto Bezerra Marques (PSDB)	Fco de Assis Teixeira Lopes (PMDB)	Fco de Assis Teixeira Lopes (PMDB)	Egberto Martins Farias (PSDB)
GUARAMIRANGA	Draulio Barsi de Holanda (PMDB)	Fco Farias Neto (PSDB)	Draulio Barsi de Holanda (PMDB)	Draulio Barsi de Holanda (PMDB)	Fco Ilton Barrozo (PPS)
HIDROLÂNDIA	Anto Afrânio Martins Mesquita (PMDB)	Fco Walter Lima Marinho (PSDB)	Luiz Anto de Farias (PFL)	Luiz Anto de Farias (PFL)	Anto Afrânio Martins Mesquita (PSDB)
HORIZONTE	Fco César de Sousa (PDC)	Manoel Gomes Farias Neto (PSDB)	Jose Rocha Neto (PPB)	Fco César de Sousa (PSDB)	Fco César de Sousa (PSDB)
IBARETAMA	Rdo Viana de Queiroz (PDS)	Jose Urculino de Melo (PSDB)	Manoel Moares Lopes (PFL)	Manoel Moares Lopes (PFL)	Rdo Viana de Queiroz (PTC)
IBIAPINA (1)	Fco Hélio Linhares (PMDB)	Orismar Vanderlei Diniz (PDT)	Maria das Graças Gomes Linhares (PSDB)	Maria das Graças Gomes Linhares (PSDB)	Orismar Vanderlei Diniz (PMDB)
IBICUITINGA	Jose Edmilson Gomes (PFL)	Fco Anilton Pinheiro Maia (PDS)	Eugenio Rabelo (PSD)	Eugenio Rabelo (PSD)	Fco Anilton Pinheiro Maia (PPS)
ICAPUÍ	-	Jose Airton Félix Cirilo Silva (PT)	Fco Jose Teixeira (PT)	Fco Jose Teixeira (PT)	Jose Edílson da Silva (PSDB)
ICO (1)	Oriel Nunes (PTR)	Quilon Peixoto Farias (PSDB)	Fco Leite Guimarães Nunes (PMDB)	Fco Leite Guimarães Nunes (PSD)	Fco Anto Cardoso Mota (PSDB)
IGUATU (1)	Hildernando Bezerra Moreira (PL)	Carlos Roberto Costa (PSDB)	Hildernando Bezerra Moreira (PSDB)	Fco Edlmo Barros Costa (PMDB)	Agenor Gomes de Arquijo Neto (PSDB)
INDEPENDÊNCIA	Fco Rodrigues Torres (PFL)	Anto Abelardo Teixeira (PDT)	Jose Valdi Coutinho (PSD)	Fco Rodrigues Torres (PSDB)	Jose Valdi Coutinho (PRP)
IPAPORANGA	Fco Nilson Moreira (PFL)	Anto Alves Melo (PDT)	Fco Nilson Moreira (PSDB)	Fco Nilson Moreira (PSDB)	Fco Evangelista Neto (PSDB)
IPAUMIRIM	Jose Miraneudo Linhares Garcia (PFL)	Luiz Alves de Freitas (PDC)	Jose Miraneudo Linhares Garcia (PSDB)	Luiz Alves de Freitas (PSD)	Luiz Alves de Freitas (PSDB)
IPU (1)	Anto Milton Pereira	Jose Carlos Sobrinho	Simão Martins de	Jose Carlos Sobrinho	Maria Socorro Pereira

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
<b>IPUEIRAS</b>	(PMB) Apolônio Camelo Lima (PDS)	(PTB) Jose Flávio Morais Mourão (PDS)	Sousa <b>Torres</b> (PSDB) Fco Souto Vasconcelos (PPB)	(PSDB) Fco Souto Vasconcelos (PSDB)	<b>Torres</b> (PRP) Rdo Melo Sampaio (PPS)
IRACEMA (1)	Fco Filgueiras de Andrade (PMDB)	Luiz Gonzaga de <b>Queiroz</b> (PSDB)	Fco Filgueiras de Andrade (PSD)	Pedro Almino de <b>Queiroz</b> e Souza (PSDB)	Otacílio Bezerra de Meneses (PSDB)
IRAUCUBA (1)	Anto Negreiros <b>Bastos</b> (PDS)	Anto Gaudêncio Braga (PSDB)	Anto Evaldo Gomes <b>Bastos</b> (PSDB)	Anto Evaldo Gomes <b>Bastos</b> (PSDB)	Rdo Nonato Souza Silva (PHS)
<b>ITAÍÇABA</b> (1)	João <b>Barros</b> Beserra (PDS)	Fco Xavier da Silva (PDS)	João <b>Barros</b> Beserra (PSDB)	Jose Ribamar <b>Barros</b> (PMDB)	Frank Gomes Freitas (PSDB)
ITAITINGA	-	Sebastião Soares Cavalcante (PDT)	Lourival Assunção Tavares (PSDB)	Lourival Assunção Tavares (PSDB)	Absias Patrício Oliveira (PPS)
ITAPAGÉ	João Batista Braga (PFL)	Jose Cristóvão de Araújo Cruz (PL)	João Batista Braga (PL)	João Batista Braga (PTB)	Kelsey Forte da Silva Gomes (PPS)
ITAPIPOCA (1)	Jose Everardo <b>Barroso</b> (PFL)	Vicente Antenor Ferreira Gomes Filho (PSDB)	Sávio Sampaio Teixeira (PSDB)	Vicente Antenor Ferreira Gomes Filho (PPS)	João Ribeiro <b>Barroso</b> (PSDB)
ITAPIÚNA (1)	Jose Gonçalves Monteiro (PMDB)	Joaquim <b>Clementino Ferreira</b> (PSDB)	Pedro Uchoa de Albuquerque (PSC)	Rdo Lopes Junior (PMDB)	Felisberto <b>Clementino Ferreira</b> (PSDB)
<b>ITAREMA</b> (1)	Jose Edson <b>Rios</b> (PFL)	Jose Maria Monteiro (PSDB)	Jose Stenio <b>Rios</b> (PSD)	Jose Stenio <b>Rios</b> (PSD)	Marcos Robério Ribeiro Monteiro (PMDB)
ITATIRA	Fco Afonso Botelho (PDS)	Pedro Guerra Neto (PDS)	Fco Afonso Botelho (PDS)	Anto Almir da Silva (PPS)	Anto Almir da Silva (PPS)
JAGUARETAMA (1)	Luzia Cunha <b>Saldanha</b> (PMDB)	Francjaime Pinheiro Costa (PFL)	Afonso Cunha <b>Saldanha</b> (PSDB)	Afonso Cunha <b>Saldanha</b> (PSDB)	Ariosvaldo <b>Saldanha</b> Saraiva (PSDB)
JAGUARIBARA/NOVA JAGUARIBARA (1)	Edvaldo Almeida Silveira (PMDB)	Anto Pinheiro <b>Granja</b> (PDT)	Edvaldo Almeida Silveira (PSDB)	Cristóvão Peixoto Maia (PTB)	Maria Emília Diógenes <b>Granja</b> (PPS)
JAGUARIBE (1)	Jose Távora <b>Pinheiro</b> (PDS)	Jose Sergio <b>Pinheiro</b> Diógenes (PFL)	Jose Távora <b>Pinheiro</b> (PPB)	Jose Távora <b>Pinheiro</b> (PPB)	Jose Sergio <b>Pinheiro</b> Diógenes (PPS)
JAGUARUANA	Rdo Fco Freitas Jaguaribe (PDC)	Jose Augusto de Almeida (PSDB)	Manoel Barbosa Rodrigues (PMDB)	Jose Augusto de Almeida (PSD)	Jose Augusto de Almeida (PSD)
JARDIM	Fernando Neves P da Luz (PMDB)	Valmir Pianco (PSDB)	Fernando Neves P da Luz (PSDB)	Fernando Neves P da Luz (PSDB)	Teodomiro Soares Sampaio (PSDB)
JATI (1)	Fco Alencar <b>Macedo</b> (PTR)	Luiz Esmeraldo da Cruz Filgueira (PSDB)	Semiramis Salviano Lucena <b>Macedo</b> (PSD)	Semiramis Salviano Lucena <b>Macedo</b> (PSD)	Arlindo Rocha Neto (PP)
JIOCA DE	-	Sergio Herrero	Araújo Marques	Sergio Herrero	Sergio Herrero

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
JERICOACOARA		Gimenez (PDC)	Ferreira (PSD)	Gimenez (PSD)	Gimenez (PSDB)
JUAZEIRO DO NORTE	Carlos Cruz (PMDB)	Manoel Salviano Sobrinho (PST)	Jose Mauro Sampaio (PDT)	Carlos Cruz (PFL)	Rdo Anto de Macedo (PSDB)
JUCÁS (1)	Jose Geciro de Souza (PFL)	Anto Carlile Lavor (PSDB)	Jose Helanio de Oliveira <b>Facundo</b> (PFL)	Jose Helanio de Oliveira <b>Facundo</b> (PFL)	Gabriel de Mesquita <b>Facundo</b> (PFL)
LAVRAS DA MANGABEIRA (1)	Edmilson Gonçalves da Silva (PDS)	Carlos Fco <b>Gonçalves</b> (PSDB)	Fco Aristides Ferreira (PPB)	Fco Aristides Ferreira (PSD)	Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (PMDB)
LIMOEIRO DO NORTE	João Dilmar da Silva (PDS)	Ademar Celedonio Guimarães (PSDB)	Jose de Oliveira Bandeira (PSD)	Maria Arivan de Holanda Lucena (PSD)	João Dilmar da Silva (PPS)
MADALENA (1)	Rdo Andrade Moraes (PMDB)	Antonia Lobo <b>Pinho</b> Lima (PDT)	Rdo Andrade Moraes (PSD)	Antonia Lobo <b>Pinho</b> Lima (PSDB)	Anto Wilson de <b>Pinho</b> (PDT)
MARACANAÚ	Julio César Costa Lima (PMB)	Anto Correia Viana Filho (PSDB)	Julio César Costa Lima (PSDB)	Julio César Costa Lima (PSDB)	Roberto Soares Pessoa (PL)
MARANGUAPE	Rdo Gomes de Matos (PFL)	Pedro Pessoa Câmara (PSDB)	Rdo Nonato de Oliveira (PSDB)	Rdo Marcelo da Silva (PV)	Fco Eduardo Mota Gurgel (PV)
MARCO (1)	Fco Rogério <b>Osterno</b> Aguiar (PMDB)	Geraldo B. <b>Osterno</b> Aguiar (PSDB)	José Willian <b>Osterno</b> Aguiar (PSDB)	Jorge Stênio Macêdo <b>Osterno</b> (PSDB)	Jorge Stênio Macêdo <b>Osterno</b> (PSDB)
MARTINÓPOLIS	Ma Liquina de Melo (PMDB)	Fco Fontenele Viana (PFL)	Jose Nilson Farias Sousa ((PDT)	Jose Nilson Farias Sousa ((PFL)	Fco Fontenele Viana (PT)
MASSAPÉ	João Jacques Carneiro Albuquerque (PDS)	—	Jose Nilson Soares Frota (PSDB)	Jose Nilson Soares Frota (PSDB)	João Pontes Mota (PSDB)
MAURITI (1)	Fco Adailton Leite (PFL)	Jose Marcondes Grangeiro <b>Sampaio</b> (PSDB)	Marcio Martins <b>Sampaio</b> de Moraes (PSDB)	Marcio Martins <b>Sampaio</b> de Moraes (PSDB)	Isaac Gomes da Silva Júnior (PT)
MERUOCA (1)	Fco <b>Sanford Frota</b> (PMDB)	Wildson Lobo <b>Sanford Frota</b> (PSDB)	Fco <b>Sanford Frota</b> (PSD)	João Coutinho Aguiar Neto (PSB)	João Coutinho Aguiar Neto (PT)
MILAGRES (1)	Hellonsman Sampaio de <b>Lacerda</b> (PMDB)	Fernando Aives Tavares (PST)	Hellonsman Sampaio de <b>Lacerda</b> (PMDB)	Hellonsman Sampaio de <b>Lacerda</b> (PMDB)	Meire Fca <b>Lacerda</b> de Meeiros (PMDB)
MILHÁ	Jose Pinto de Macedo (PMDB)	Josemar Rodrigues Silva (PMDB)	Manoel Gecimar Pinheiro (PSDB)	Manoel Gecimar Pinheiro (PSDB)	Jose Cláudio Dias de Oliveira (PMDB)
MIRAIMA	Anto Anastácio Pereira Cardoso (PFL)	Anto Ednardo Braga Lima (PDT)	Anto Anastácio Pereira Cardoso (PSDB)	Anto Ednardo Braga Lima (PPS)	Anto Ednardo Braga Lima (PPS)
MISSÃO VELHA	Ana Ester Juca Maia Soares (PDS)	Fco Gidalberto Rodrigues (PDS)	Jose Leite Landim (PSD)	Jose Leite Landim (PSD)	Fco Gidalberto Rodrigues (PTB)
MOMBAÇA	Nelson Benevides Teixeira (PDS)	Jose Valdomiro Távora Castro (PDS)	Rdo Benone de Araújo Pedrosa (PPB)	Rdo Benone de Araújo Pedrosa (PPB)	José Wilame Barreto Alencar (PSDB)
MONSENHOR	Jose Araújo Souto (PFL)	Fco Jeová Madeiro	Jose Araújo Souto	Jose Araújo Souto	Fco Jeová Madeiro

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
<b>TABOSA</b>		Cavalcante (PSDB)	(PFL)	(PSDB)	Cavalcante (PPS)
MORADA NOVA (1)	Ma Auxiliadora Damasceno <b>Girão</b> (PFL)	Glauber Barbosa Castro (PSDB)	Fco Xavier Andrade <b>Girão</b> (PDT)	Fco Xavier Andrade <b>Girão</b> (PSD)	Adler Damasceno <b>Girão</b> (PPS)
MORAUJO (1)	Vicente Benício <b>Vasconcelos</b> Junior (PMDB)	Jose Juvêncio de Abreu (PDT)	Fco Odernes <b>Vasconcelos</b> (PSDB)	Jose Juvêncio de Abreu (PPS)	Jose Juvêncio de Abreu (PRP)
MORRINHOS (1)	Rdo Nonato <b>Rocha</b> (PMDB)	Manoel Airton <b>Bruno</b> (PMDB)	Jose Tarcísio <b>Rocha</b> (PSDB)	Airton <b>Rocha Bruno</b> Júnior (PSDB)	Airton <b>Rocha Bruno</b> Júnior (PSDB)
<b>MUCAMBO</b> (1)	Miguel Araújo Melo (PFL)	Napoleão Soares Neto (PFL)	Vera Lucia <b>Aguiar</b> de Azevedo (PSDB)	Wilebaldo Melo <b>Aguiar</b> (PSDB)	Wilebaldo Melo <b>Aguiar</b> (PSDB)
MULUNGU (1)	Fco Jose Fonseca <b>Mota</b> (PTB)	Rdo Carlos César Venâncio Batista (PMDB)	Fco Weleton Martins Freire (PSDB)	Jacqueline Gurgel <b>Mota</b> (PMDB)	Fco Weleton Martins Freire (PSDB)
<b>NOVA OLINDA</b> (1)	Jose <b>Alencar Alves</b> (PFL)	Jose <b>Alves</b> de Lima (PSDB)	Fábia Brito <b>Alencar Alves</b> (PMDB)	Fábia Brito <b>Alencar Alves</b> (PSDB)	Afonso Domingos Sampaio (PSDB)
NOVA RUSSAS (1)	Fco das Chagas <b>Rosa</b> (PTB)	Luis Acácio de Sousa (PSDB)	Maria Iranede Veras <b>Rosa</b> (PSDB)	Luis Acácio de Sousa (PPS)	Luis Acácio de Sousa (PPS)
NOVO ORIENTE (1)	Rodrigo <b>Coelho Sampaio</b> (PMDB)	Espedito Teixeira Martins (PSDB)	Jesuino Rodrigues <b>Sampaio</b> Neto (PSDB)	Jesuino Rodrigues <b>Sampaio</b> Neto (PSDB)	Fco Valdecy Soares <b>Coelho</b> (PSDB)
OCARA	Pedro Candido de Oliveira (PFL)	Anto Salviano Freire (PSDB)	Pedro Candido de Oliveira (PSD)	Pedro Candido de Oliveira (PSD)	Leonildo Peixoto Farias (PMDB)
ORÓS (1)	Eliseu Batista Neto (PFL)	Teresa Cristina Alves Pequeno (PSDB)	Jose Gabriel <b>Bezerra</b> Filho (PPB)	Eliseu Batista Filho (PSDB)	Ma de Fátima Maciel <b>Bezerra</b> (PP)
PACAJÚS (1)	Ma Helena Amaral <b>Chaves</b> (PDS)	Orlando Lourenço de Sousa (PDC)	Jose Wilson Alves <b>Chaves</b> (PPB)	Jose Wilson Alves <b>Chaves</b> (PPB)	Fco Jose Cunha de Queiroz (PSDB)
PACATUBA	Lourival Assunção Tavares (PDS)	Fco Jeanir de Carvalho Fontenele (PDT)	Valter do Campo Filho (PSDB)	Rdo Célio Rodrigues (PSD)	Rdo Célio Rodrigues (PL)
PACOTI	Fco Rômulo Cruz Gomes (PFL)	Pedro Anto Brito Filho (PDT)	Edson Leite Araújo (PSDB)	Edson Leite Araújo (PSDB)	Fco Rômulo Cruz Gomes (PPS)
<b>PACUJÁ</b> (1)	Rda Nonata <b>Alves</b> (PMB)	Fco das Chagas <b>Alves</b> (PFL)	Rdo Rodrigues de Sousa (PFL)	Fco das Chagas <b>Alves</b> (PFL)	Fco das Chagas <b>Alves</b> (PFL)
PALHANO	João Mateus Filho (PDS)	Joaquim Félix Filho (PSDB)	João Mateus Filho (PPB)	Fco Lucilane de Moura (PSDB)	Fco Lucilane de Moura (PSDB)
PALMÁCIA	João Simplício do Nascimento (PMDB)	Fco Paulo Campos Lima (PSDB)	João Simplício do Nascimento (PSDB)	Rdo Jackson Pereira de Sousa (PSD)	João Anto Desidério Oliveira (PDT)
PARACURU (1)	Tito Ramos de <b>Oliveira</b> (PMB)	Luiz Bernardo da Silva Filho (PSDB)	Abner Albuquerque de <b>Oliveira</b> (PFL)	José Ribamar Barroso Batista (PP)	José Ribamar Barroso Batista (PP)

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
PARAIPABA	Neuba de Azevedo Batista (PFL)	Pascual Belmonte Tari (PSDB)	Jose Gutemberg Meireles de Sousa (PPS)	Jose Gutemberg Meireles de Sousa (PSD)	Joana D'arc Batista Carvalho (PP)
PARAMBU (1)	Fco José <b>Ferreira</b> Noronha (PFL)	Marcelo <b>Ferreira</b> Moreira (PDT)	Maria Milene Freitas (PMDB)	Manuel Gomes Neto (PPS)	Genecias Mateus Noronha (PMDB)
PARAMOTI (1)	Jose Almir Soares Feijó (PFL)	Eduardo Feijó <b>Santos</b> (PFL)	Lúcia de Fátima Sousa Boyadjian (PSDB)	Lúcia de Fátima Sousa Boyadjian (PSDB)	Marcos Aurélio Mariz <b>Santos</b> (PT)
PEDRA BRANCA	Fco Ernesto Lins Cavalcante (PFL)	Anto Rodrigues de Oliveira (PMDB)	Fco Ernesto Lins Cavalcante (PSDB)	Fco Ernesto Lins Cavalcante (PSDB)	Anto Góis Monteiro (PRP)
PENAFORTE	Anto Dornival Queiroz Dantas (n/ident)	Ronaldo Dias Medeiros (PSDB)	Cornélio Pereira Muniz de Barros (PMDB)	Ronaldo Dias Medeiros (PSDB)	Nicolau Viera Ângelo (PTB)
PENTECOSTE	Anto Braga Azevedo (PFL)	João Gomes da Silva Filho (PFL)	Anto Braga Azevedo (PSDB)	Anto Braga Azevedo (PSDB)	João Bosco Pessoa Tabosa (PPS)
PEREIRO	José Irineu de Carvalho (PMDB)	Anto Nei de Sousa (PSDB)	José Irineu de Carvalho (PSDB)	José Irineu de Carvalho (PSDB)	Rdo Estevam Neto (PPS)
PINDORETAMA (1)	Edílson Holanda <b>Costa</b> (PDS)	Regina Lucia Vasconcelos Albino (PDS)	Renata Maria <b>Costa</b> Martins (PSDB)	Regina Lucia Vasconcelos Albino (PSDB)	Jose Gonzaga Barbosa (PPS)
PIQUET CARNEIRO	Fco Pinheiro das Chagas (PFL)	Maria Lucilda Barros Bezerra (PSDB)	Fco Ivanildo Fernandes Franco (PMDB)	Fco Pinheiro das Chagas (PSDB)	Fco Pinheiro das Chagas (PSDB)
PIRES FERREIRA	Anto Meton Passos Júnior (PMDB)	Enoque Rodrigues Mororó (PDT)	Fco das Chagas Torres Junior (PSDB)	Fco das Chagas Torres Junior (PSDB)	Marcos Camelo Marques (PSDB)
PORANGA (1)	Abdoral EufRASINO de <b>Pinho</b> (PMDB)	Paulo Venício Moreira <b>Pinho</b> (PMDB)	Abdoral EufRASINO de <b>Pinho</b> (PSDB)	Abdoral EufRASINO de <b>Pinho</b> (PSDB)	Aderson <b>Pinho</b> Magalhães (PSDB)
PORTEIRA (1)	Manoel Novaes <b>Miranda</b> (PFL)	Fábio Pinheiro Cardoso (PDC)	José Luscénio <b>Miranda</b> Teixeira (PSD)	Fábio Pinheiro Cardoso (PSD)	Fábio Pinheiro Cardoso (PSDB)
POTENGI (02)	Jose Edmilson <b>Rocha</b> (PMDB)	Jose da <b>Rocha</b> Forte (PSDB)	Anto Rivaldo <b>Rodrigues</b> (PFL)	Fco Luiz <b>Rodrigues</b> Mendes de Souza (PTB)	Fco Luiz <b>Rodrigues</b> Mendes de Souza (PSDB)
POTIRETAMA (1)	Valmir <b>Diógenes</b> Pinheiro (PFL)	Maria Rita Magalhães Almeida (PSDB)	Valmir <b>Diógenes</b> Pinheiro (PSD)	Maria Oneide Paiva Diógenes (PSD)	Jaymirton <b>Diógenes</b> Cavalcante (PT)
QUITERIANÓPOLIS (1)	Jose Fco <b>Costa</b> (PMDB)	Domingos Pedrosa de Sousa (PFL)	Fco Vieira <b>Costa</b> (PSDB)	Anto Luiz Coutinho Carvalho (PSDB)	Fco Vieira <b>Costa</b> (PMDB)
QUIXADÁ	Fco Mesquita (PDT)	Jose Ilário Marques (PT)	Fco Mesquita (PSDB)	Jose Ilário Marques (PT)	Jose Ilário Marques (PSDB)
QUIXELO	Jose Ilo Alves Dantas (PMDB)	Marconi de Matos (PDT)	Jose Ilo Alves Dantas (PSDB)	Jose Ilo Alves Dantas (PSDB)	(PSDB)

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
QUIXERAMOBIM	Anto Almeida Machado (PFL)	Jose Alves da Silveira (PMDB)	Cirilo Pimenta Lima (PSDB)	Cirilo Pimenta Lima (PSDB)	Edmilson Correia Vasconcelos Junior (PSDB)
QUIXERÉ	Luzimar Oliveira Rebouças (PMDB)	João Batista dos Santos Neto (PDC)	Luzimar Oliveira Rebouças (PSDB)	Luzimar Oliveira Rebouças (PSDB)	Rdo Nonato Guimarães Maia (PPS)
REDENÇÃO	Sebastião Paulino de Freitas (PDS)	José Afonso Bezerra (PDT)	Sebastião Paulino de Freitas (PPB)	João Silva Lima Neto (PSD)	Fca Torres Bezerra (PPS)
RERIUTABA (1)	Jose <b>Aguar</b> Filho (PDS)	Jesuino Farias Ximenes (PSDB)	Carlos Roberto <b>Aguar</b> (PL)	Carlos Roberto <b>Aguar</b> (PSDB)	Oswaldo Honório Lemos Júnior (PPS)
RUSSAS	Fco de Assis Bezerra Nunes (PMB)	Fco Agaci Fernandes da Silva (PMDB)	Rdo Weber de Araújo (PDT)	Rdo Weber de Araújo (PSD)	Rdo Cordeiro de Freitas (PSDC)
SABOIEIRO	Antonia Ieda Gonçalves Nocrato (PMB)	Perboyre Silva Diógenes (PDT)	Fco Cândido Silva (PSD)	Perboyre Silva Diógenes (PSD)	Perboyre Silva Diógenes (PTB)
SALITRE	Fco Pereira Filho (PMDB)	Cícero Anto Albuquerque (PMDB)	Fco Pereira Filho (PMDB)	Fco Pereira Filho (PPB)	Agenor Manoel Ribeiro (PT)
SANTA QUITÉRIA (02)	Enio Guimarães <b>Mesquita</b> (PDS)	Tomás Anto Albuquerque de <b>Paula Pessoa</b> (PSDB)	Anto Luciano Lobo de <b>Mesquita</b> (PMDB)	Tomás Anto Albuquerque de <b>Paula Pessoa</b> (PSDB)	Tomás Anto Albuquerque de <b>Paula Pessoa</b> (PSDB)
SANTANA DO ACARAU	João Ananias Vasconcelos Neto (PSB)	Jose Ari Fonteles (PSB)	João Ananias Vasconcelos Neto (PSB)	Jose Aldemir Farias (PSB)	Anto de Pádua Arcanjo (PC do B)
SANTANA DO CARIPI	Jesus Werton Garcia (PFL)	Jose Fernandes Maia (PSDB)	Jesus Werton Garcia (PSDB)	Jesus Werton Garcia (PSDB)	Pedro Linard Rocha (PSDB)
SÃO BENEDITO (1)	Paulo Roberto Filizola (PMDB)	Jose Hudson <b>Brandão</b> (PMDB)	João Almir Freitas <b>Brandão</b> (PTB)	Vicente Gonçalves de Paula Filho (PSDB)	Haroldo Celso Cruz Maciel (PPS)
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Domingos Jessé de Oliveira (PFL)	Maurício Brasileiro Martins (PDS)	Rdo Nonato da Silva Neto (PSDB)	Rdo Nonato da Silva Neto (PSDB)	Walter Ramos de Araújo Júnior (PSDB)
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE (1)	Jose <b>Diógenes Costa</b> (PDS)	Jose Junior <b>Diógenes Costa</b> (PSDB)	Jose <b>Diógenes Costa</b> (PSDB)	Jose Junior <b>Diógenes Costa</b> (PSDB)	Fco Acácio Chaves (PPS)
SÃO LUÍS DO CURU	Jose Martins Filho (PFL)	João Batista Carneiro Nunes (PMDB)	Henrique César do Nascimento Ramalho (PSD)	Fernando Abreu Barroso (PSDB)	Marinez Rodrigues Oliveira (PL)
SENADOR CATUNDA	-	Regina Elena Magalhães (PSDB)	Fco Anto Lima (PFL)	Fco Anto Lima (PFL)	(não aparece)
SENADOR POMPEU	Jose Rolim Gomes (PFL)	Manoel Marcone Borges Pereira (PMDB)	Manoel Juciano Almeida (PMDB)	Anto Clidenor Genuíno de Medeiros (PSD)	Anto Teixeira Oliveira (PT)
SENADOR SÁ (1)	Lucileide <b>Oliveira</b> Lima	Alexandre Fonseca	Jose Rui Nogueira	Sancho Rodrigues	Jose Rui Nogueira



CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
SOBRAL	(PMDB) Jose Parente Prado (PFL)	Marques (PL) Fco Ricardo Barreto Dias (PDS)	Aguiar (PL) Cid Ferreira Gomes (PSDB)	<b>Oliveira</b> (PSDB) Cid Ferreira Gomes (PPS)	Aguiar (PL) Leônidas Menezes Cristino (PPS)
<b>SOLONÓPOLIS</b>	Manuel Ubiratan Cavalcante Pinheiro (PDS)	Jose Atualpa Pinheiro Landim (PMDB)	Manuel Ubiratan Cavalcante Pinheiro (PMDB)	Fco Odorino Filho (PSDB)	Jose Atualpa Pinheiro Landim (PFL)
<b>TABULEIRO DO NORTE</b>	Jose de Oliveira Maia (PMDB)	Nestor Nogueira de Vasconcelos (PMDB)	Jose Chaves Guerreiro (PMDB)	Maianard de Andrade (PPS)	Rdo Dinardo da Silva Maia (PMDB)
<b>TAMBORIL</b>	Fco Timbó Camelo (PFL)	Anastácio Gomes Cavalcante (PFL)	Fco Timbó Camelo (PFL)	Fco Timbó Camelo (PFL)	José Jeová Mota (PPS)
TARRAFAS (1)	Tertuliano Cândido de <b>Araújo</b> (PMDB)	José Alcântara de <b>Araújo</b> Neto (PSDB)	Tertuliano Cândido de <b>Araújo</b> (PPS)	Tertuliano Cândido de <b>Araújo</b> (PPS)	Antonia Simião Lopes Leite (PSDB)
TAUA (1)	Jose <b>Costa</b> Leitão Lima (PMB)	Pedro Pedrosa de Castro Castelo (PL)	João Anto da Luz (PDT)	Patrícia Pequeno <b>Costa</b> Gomes (PMDB)	Patrícia Pequeno <b>Costa</b> Gomes (PMDB)
TEJUSSUOCA (1)	João da Silva <b>Mota</b> Filho (PFL)	Jose Rubens Dutra <b>Mota</b> (PSDB)	João da Silva <b>Mota</b> Filho (PSD)	João da Silva <b>Mota</b> Filho (PSDB)	Edilardo Eufrásio Cruz (PSDB)
TIANGUÁ	Gilberto Moita (PFL)	Aldy Nunes (PFL)	Gilberto Moita (PSD)	Luiz Meneses de Lima (PSDB)	Luiz Meneses de Lima (PSDB)
TRAIRI (1)	Henrique <b>Azevedo</b> Porto (PFL)	Jonas Henrique <b>Azevedo</b> (PSDB)	Henrique <b>Azevedo</b> Porto (PPB)	Henrique <b>Azevedo</b> Porto (PSDB)	Josimar Mauro Aguiar (PPS)
TURURU	Pedro Domingos Sousa (PMB)	Abner Porfírio Sampaio (PSDB)	Pedro Domingos Sousa (PSDB)	José Galdino Albuquerque (PSD)	José Galdino Albuquerque (PSDB)
UBAJARA	Enio Braga de Carvalho (PMB)	Eudes Soares Cunha (PSDB)	Enio Braga de Carvalho (PSDB)	Joaquim Lobo de Macedo (PFL)	Ari de Oliveira Vasconcelos (PPS)
UMARI	Antocildo Barbosa Ribeiro (PMDB)	Maria da Conceição Jorge Lustosa (PSDB)	Antocildo Barbosa Ribeiro (PSDB)	Antocildo Barbosa Ribeiro (PSDB)	Fco Alexandre Barros Filho (PT)
UMIRIM	Anto da Mota Brito (PFL)	João Alexandre Teixeira (PFL)	Fco Carlos Uchoa Sales (PSD)	Anto da Mota Brito (PSD)	Anto da Mota Brito (PSDB)
URUBURETAMA	Jose Hilson de Paiva (PMB)	Jose Carlos Ferreira de Sousa (PSDB)	Maria das Graças Cordeiro de Paiva (PSDB)	Maria das Graças Cordeiro de Paiva (PSDB)	Jose Giuvan Pires Nunes (PPS)
URUOCA	Fco Rocha Ribeiro (PFL)	Joaquim Gomes Garcez Neto (PSDB)	Manoel Cardozo dos Santos (PMDB)	Jan Kelly Pessoa Aquino (PPS)	Jan Kelly Pessoa Aquino (PPS)
VARJOTA (1)	Gentil Sousa <b>Magalhães</b> (PFL)	Fco de Assis <b>Magalhães</b> Ramos (PSDB)	Anto Pires Ferreira (PMDB)	Gentil Sousa <b>Magalhães</b> (PPS)	Gentil Sousa <b>Magalhães</b> (PPS)
VARZEA ALEGRE	João Alves de Lima	Pedro Sátiro (PSDB)	João Eufrásio Nogueira	João Eufrásio Nogueira	José Hélder Máximo

CIDADE	1988	1992	1996	2000	2004
<b>VIÇOSA DO CEARÁ</b>	(PDS) Eónio Fontenele Magalhães (PFL)	Fco Haroldo de Vasconcelos (PFL)	(PPB) Evaldo Soares de Sousa (PSDB)	(PPB) Evaldo Soares de Sousa (PSDB)	Carvalho (PMDB) José Firmino de Arruda (PSDB)

Fonte: Listagens de prefeitos eleitos (1988, 1992, 1996, 2000 e 2004) – TRE-CE

**QUADRO 03**  
**MUNICÍPIOS COM MAIS DE UMA DERROTA DE CANDIDATOS DA “ERA TASSO”**

MUNICÍPIO	1986	PREF ELEITO 1988	1990	PREF ELEITO 1992	1994	PREF ELEITO 1996	1998
ALTANEIRA	28,50	João Ivan Alcântara (PFL)	24,81	Edinaldo de Farias Souto (PSDB)	57,93	João Ivan Alcântara (PSDB)	88,24
ARARIPE	26,20	Edmar Soares Martins (PFL)	45,04	Elísio Alves de Alencar (PFL)	71,47	Jose Humberto G. Correia (PSDB)	86,17
BELA CRUZ	37,37	Julio França de Sousa Neto (PFL)	44,43	Jose Edvar da Silveira Fonteles (PSDB)	72,53	Maria Vanusia de Oliveira Sousa (PSD)	66,99
BOA VIAGEM	58,40	Benjamim Alves da Silva (PDS)	34,50	Fco Segismundo Rodrigues dos Santos Neto (PDT)	72,23	Fco Vieira Carneiro (PL)	40,66
CHAVAL	40,85	João Batista Paulo dos Santos (PDS)	34,97	Fco de Assis Brandão Meireles (PDT)	62,81	Paulo Sergio de Almeida Pacheco (PTB)	85,33
FARIAS BRITO	42,39	João Matias (PFL)	45,85	Anto Moreira da Silva Filho (PDC)	71,56	Jose V. Freitas Francelino (PSD)	79,07
IBICUITINGA	–	Jose Edmilson Gomes (PFL)	46,58	Fco Anilton Pinheiro Maia (PDS)	71,34	Eugenio Rabelo (PSD)	44,02
ICAPUÍ	71,64	Jose Airton Félix Cirilo Silva (PT)	41,49	Fco Jose Teixeira (PT)	50,79	Fco Jose Teixeira (PT)	36,67
IPUEIRAS	44,32	Apolônio Camelo Lima (PDS)	39,83	Jose Flávio Morais Mourão (PDS)	65,80	Fco Souto Vasconcelos (PPB)	73,93
ITAÇABA	42,29	João Barros Beserra (PDS)	49,72	Fco Xavier da Silva (PDS)	61,08	João Barros Beserra (PSDB)	25,43
I TAREMA	43,58	Jose Edson Rios (PFL)	28,51	Jose Maria Monteiro (PSDB)	56,98	Jose Stenio Rios (PSD)	75,84
JUAZEIRO	49,82	Carlos Cruz (PMDB)	44,65	Manoel Salviano Sobrinho (PST)	28,39	Jose Mauro Sampaio (PDT)	66,64
LAVRAS DA MANGABEIRA	36,22	Edmilson Gonçalves da Silva (PDS)	45,06	Carlos Fco Gonçalves (PSDB)	60,81	Fco Aristides Ferreira (PPB)	78,24
LIMOEIRO	48,67	João Dilmar da Silva (PDS)	50,38	Ademar Celedonio Guimaraes (PSDB)	38,73	Jose de Oliveira Bandeira (PSD)	26,29
MISSÃO VELHA	43,09	Ana Ester Juca Maia Soares (PDS)	45,42	Fco Gidalberto Rodrigues (PDS)	61,68	Jose Leite Landim (PSD)	81,62
MOMBAÇA	48,62	Nelson Benevides Teixeira (PDS)	47,78	Jose Valdomiro Távora Castro (PDS)	50,57	Rdo Benone de Araújo Pedrosa (PPB)	75,81
MONSEN. TABOAS A	66,05	Jose Araújo Souto (PFL)	40,30	Fco Jeová Madeiro Cavalcante (PSDB)	60,21	Jose Araújo Souto (PFL)	42,67
MUCAMBO	39,57	Miguel Araújo Melo (PFL)	30,6	Napoleão Soares Neto (PFL)	87,29	Vera Lucia Aguiar de Azevedo (PSDB)	76,07

NOVA OLINDA	42,15	Jose Alencar Alves (PFL)	34,33	Jose Alves de Lima (PSDB)	59,12	Fábia Brito Alencar Alves (PMDB)	90,82
PACUJA	32,75	Rda Nonata Alves (PMB)	50,50	Fco das Chagas Alves (PFL)	47,87	Rdo Rodrigues de Sousa (PFL)	62,04
QUIXERÉ	46,98	Luzimar Oliveira Rebouças (PMDB)	51,32	João Batista dos Santos Neto (PDC)	57,61	Luzimar Oliveira Rebouças (PSDB)	25,47
RERIUTABA	40,14	Jose Aguiar Filho (PDS)	42,41	Jesuíno Farias Ximenes (PSDB)	52,04	Carlos Roberto Aguiar (PL)	81,12
SANTANA ACARAU	55,91	João Ananias Vasconcelos Neto (PSB)	24,58	Jose Ari Fonteles (PSB)	33,46	João Ananias Vasconcelos Neto (PSB)	50,91
S.J.JAGUARIBE	47,08	Jose Diógenes Costa (PDS)	76,19	Jose Junior Diógenes Costa (PSDB)	51,74	Jose Diógenes Costa (PSDB)	27,85
SOLONÓPOLIS	56,84	Manuel Ubiratan Cavalcante Pinheiro (PDS)	36,37	Jose Atualpa Pinheiro Landim (PMDB)	45,25	Manuel Ubiratan Cavalcante Pinheiro (PMDB)	52,08
TABULEIRO NORTE	56,18	Jose de Oliveira Maia (PMDB)	38,13	Nestor Nogueira de Vasconcelos (PMDB)	52,18	Jose Chaves Guerreiro (PMDB)	17,96
TAMBORIL	43,80	Fco Timbó Camelo (PFL)	39,49	Anastácio Gomes Cavalcante (PFL)	71,33	Fco Timbó Camelo (PFL)	68,19
VIÇOSA	44,91	Eólio Fontenele Magalhães (PFL)	38,86	Fco Haroldo de Vasconcelos (PFL)	60,86	Evaldo Soares de Sousa (PSDB)	76,69

FONTÊ: Listagens de Prefeitos Eleitos e dados eleitorais por municípios/ TRE-CE  
 Obs: Os dados em vermelho indicam as derrotas dos candidatos da "Era Tasso".